

A Defesa Nacional



NOVEMBRO
1955

NÚMERO
496

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1955/1958

Diretor-Presidente

Gen. Rafael Danton Garrastazú Teixeira

Diretor-Secretário

Ten.-Cel. João Baptista Peixoto

Diretor-Gerente

Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo

Gen. Djalma Dias Ribeiro

Conselho Fiscal

Gen. Nizo de Viana Montezuma

Cel. Aurélio Lyra Tavares

Cel. Aguinaldo José de Sena Campos

Suplentes

Cel. Augusto Fragoso

Cel. Antônio Carlos de Silva Muricy

Maj. Nilton Freixinho

1972
1955

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano LXIII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 1955

N. 496

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

	Págs.
A arte de comandar — Conferência pronunciada na EAO — Ministro Tristão Araripe	3
Fortificações do Ceará — Coronel Annibal Barreto.....	29
Batalhões rôdo-ferroviários, celeiro de especialistas — Major Fernando Allah Moreira Barbosa.....	39
A formação do soldado das forças blindadas — Major Saul Guterres Dias.....	47
Uma travessia do canal do Panamá no N.E. Saldanha da Gama — Cap. Orlando Rafael Viégas Lauro.....	51

CULTURA GERAL

A população brasileira — Formação e evolução — Prof. Castro Barreto....	61
A recuperação econômica do Nordeste — Dr. Renato Mendonça.....	75
Estado-nação e poder nacional — Cel. Amyr Borges Fortes.....	85
O problema da borracha — Major Gerardo de Sales.....	87
Educação política — Cap. Rômulo Boccanera.....	101

DIVERSOS

Comemorações da semana da asa.....	105
General Canrobert Pereira da Costa.....	109
Atividades do 4º Batalhão de Engenharia.....	113
Bases científicas da equitação — Maurício Gudín.....	119
Petrópolis e sua história — Gen. José Faustino da Silva Filho.....	123

BRASILIANAS

O projeto de reforma cambial — A chapada do Araripe — Caçada de urânio em todo o mundo — Será instalada uma refinaria de petróleo próximo a Manaus — Agricultores aflitos com a falta de chuva — Minérios radioativos — Índices do custo da vida e poder aquisitivo do cruzeiro — Produção nacional de pneus — A rápida evolução demográfica e econômica do Estado de Goiás.....	133
--	-----

NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

Exposição de animais de puro sangue pela Diretoria de Remonta — Chegam mais dois navios para a Marinha — Plano geral de convocação para o ano de 1956 — A nova tabela de vencimentos para os militares.....	141
---	-----

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos publicados no mês de setembro do corrente ano....	151
---	-----

Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

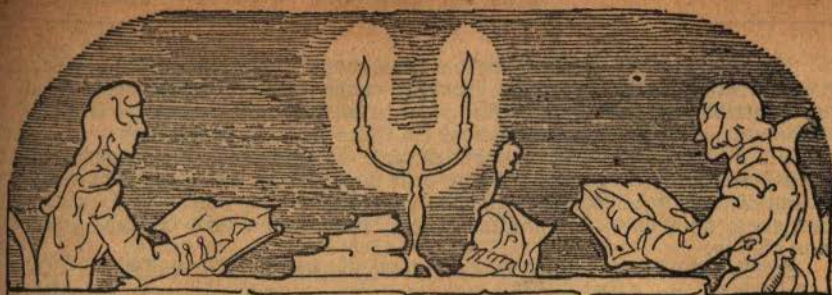
PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

Cr\$

Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



CULTURA PROFISSIONAL

A ARTE DE COMANDAR (1)

Conferência do Exmo. Sr. Gen. de Ex. TRISTAO DE ALENCAR ARARIPE, pronunciada na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

NOTA — Este trabalho faz parte de um livro do autor, há muito tempo em preparação.

"On a soigneusement étudié l'outil : le canon, le fusil, le cheval ; et le moins possible l'ouvrier, par qui seul pourtant vaudra l'outil".

(Marechal LYAUTEY)

"Of all the complicated machines, that mechanized war employs, the most complicated are the men who operated the other machines — the tanks, the planes, the guns. These other machines, however, do not start themselves, or aim themselves, it always take a man to do it.

What starts the man and aims him?"

(Psychology for the Armed Services)

APRESENTAÇÃO

NECESSIDADE DÊSTE ESTUDO

TODO MUNDO reconhece que da habilidade em tratar alguém com os seus semelhantes, superiores, iguais ou inferiores, depende o bom êxito das ações humanas.

NESTES ÚLTIMOS TEMPOS, digamos, a partir de 1917, tem crescido o interesse pelo estudo e aperfeiçoamento dessa habilidade. Há hoje uma Ciência ou Arte, como queiram, de *Chefia*, de *Liderança*, de *Comando* e projeta-se uma ciência de muito mais larga invergadura — a das *Relações Humanas*.

(1) Como escrevemos para o meio militar, preferimos o termo ARTE DE COMANDAR, aos de ARTE de CHEFIA, de LIDERANÇA, etc.

NO MEIO MILITAR, essa noção é fundamental. Por isso, todos aqueles que exercem funções de mando precisam conhecer os métodos e processos que contribuem substancialmente para orientar e melhorar o exercício do comando e o manuseio do pessoal em tôdas as Forças Armadas.

NA FALTA de idéias sistematizadas e de treinamento adequado, os jovens oficiais e sargentos tentam usar métodos e processos empíricos e formalísticos quando lidam com os indivíduos. Se, em algumas vezes, conseguem bom êxito, em muitas outras, fracassam e não chegam a ser bons chefes.

ESTE MODESTO ESTUDO de Psicologia Aplicada à ARTE DE COMANDAR ou de CHEFIA pretende ser uma contribuição para orientar os oficiais e sargentos nesse sentido.

FINALIDADE DÊSTE ESTUDO

VISAR-SE-Á preferencialmente :

a) PROPORCIONAR aos chefes os conhecimentos e a compreensão indispensável do comportamento humano, individual e coletivo, de maneira a auxiliá-los na apreciação dêsse comportamento, em tôdas as manifestações da atividade própria e dos outros indivíduos ;

b) FACULTAR aos chefes e subordinados normas de técnicas proveitosas na lida eficiente com os homens e especialmente o brasileiro, incluindo-se nesse rol os métodos de seleção e instrução, a prática no lidar com o pessoal, o domínio de si mesmo e dos subordinados em situações difíceis dos tempos de paz e de guerra, as relações com os indivíduos, o público e as organizações civis, etc.

APRECIAR-SE-ÃO subsidiariamente :

a) A PSICOLOGIA do homem brasileiro normal ;

b) ASPECTOS PARTICULARES do comportamento coletivo, tais como o pânico, o boato, manifestação política coletiva, rebelião, motim, opinião pública, guerra psicológica, etc.

I — INTRODUÇÃO

1.1 — CHEFIAR, SEGUIR, COMANDAR, OBEDECER, EDUCAR, ENSINAR, INSTRUIR, APRENDER, REALIZAR são várias ordens de atividades que se interpenetram mutuamente ; constituem os elos da mesma cadeia a que qualquer homem está acorrentado por força da própria atividade e de suas relações com os seus semelhantes.

CONSCIENTE ou inconscientemente, qualquer ser humano tem a sua parcela nessas atividades, imperceptível às vezes, bem ostensiva em muitas outras ocasiões. Mesmo os párias têm o seu momento de servir de guia, de exemplo, de mestre de outrem, como também seguirão outros, receberão ensinos, aprenderão e realizarão muita coisa.

1.2 — MAS, na realização de qualquer obra ou na concepção de uma idéia, melhores serão os resultados se se tiver aprendido e aprendido bem.

APRENDIDO A CHEFIAR
APRENDIDO A SEGUIR
APRENDIDO A COMANDAR
APRENDIDO A OBEDECER
APRENDIDO A EDUCAR
APRENDIDO A ENSINAR
APRENDIDO A INSTRUIR
APRENDIDO A APRENDER
APRENDIDO A REALIZAR

- 1.3 — NÃO HÁ, na preparação dos homens para a vida, diferença na orientação da Aprendizagem, quer se destinem êles a chefes e mestres, quer a subordinados, aprendizes e meros executantes. A diferença se pronuncia, entretanto, quando se encaram a intensidade, a dosagem e a natureza daquilo que deve ser aprendido. Isso porque a Aprendizagem visa a formação, o aperfeiçoamento e a seleção por meio da especialização dos homens para diferentes mistérios, o que leva a procurarem-se para os chefes, mestres e simples executantes, qualidades, aptidões e resultados impostos pela natureza das tarefas que irão exercer.
- 1.4 — A CHEFIA é, assim, essencialmente uma habilidade adquirida ou desenvolvida pela Aprendizagem.
- CERTAMENTE, há objeções a êsse respeito. Há quem pergunte: "Valerá a pena estudar-se o problema de Chefia?" "Não será a chefia apenas produto de bom senso e intuição? Poderão ser adquiridas ou aperfeiçoadas as qualidades de chefia?..."
- "FIXEMOS o ponto de vista de que, inatas ou não, as qualidades de chefia são susceptíveis de educação e desenvolvimento. "HÁ, por exemplo, quem sustente que a capacidade de direção é diretamente herdada dos ancestrais. Limitemo-nos a lembrar, com os autores militares, que se assim fôsse, os irmãos de Napoleão que tiveram excelentes oportunidades, teriam sido grandes chefes e não simplesmente os mediocres dirigentes que se revelaram. Ademais, para não alongar os exemplos, lembramos também que a família Washington apresenta um Washington, a de Lincoln somente êle, sendo igualmente Lorde Kitchner o único elemento de destaque na família" (2) — Caxias e Osório foram únicos.
- "AS PROBABILIDADES de que um técnico militar acerte ingenuamente com a solução psicológica cientificamente correta de qualquer problema de "condução" humana são as mesmas que as que tem de acertar o alvo um atirador improvisado. Não há dúvida que a maioria dos grandes chefes militares foi de "psicólogos natos", mas, precisamente por faltar-lhes o auxílio técnico sistemático da Psicologia Militar Científica, conheceram, um dia, a amargura da derrota". (3)
- 1.5 — NESSA APRENDIZAGEM é indispensável que o futuro chefe ou o chefe já consagrado, — porque qualquer que seja a sua situação o homem está sempre aprendendo:
- tenha o maior interesse por sua iniciação e seu aperfeiçoamento como chefe e pelos problemas de direção dos superiores e subordinados;
 - procure adquirir "conhecimentos práticos e compreensão indispensável do comportamento humano, de maneira a aplicá-los na justa apreciação dêsse comportamento em tôdas as manifestações da atividade própria e dos outros indivíduos;
 - esforce-se por aplicar "normas de técnicas proveitosas na lida eficiente com os homens e especialmente o brasileiro, incluindo-se nesse rol os métodos de seleção e instrução, a prática no lidar com o pessoal, o domínio de si mesmo e dos subordinados em situações difíceis dos tempos de paz e de guerra, as relações com os indivíduos, o público e as organizações civis, etc.";
 - observe e analise continuamente os aspectos do comportamento e das relações dos homens, bem como a atuação dos chefes,

(2) Wagner Estelita Campos — Chefia e Liderança — 1948.

(3) Emilio Mira y Lopez — Psicologia Militar — 1949.

nas diferentes situações da vida, de maneira a adquirir maior experiência na Arte de Comandar.

- 1.6 — A APRENDIZAGEM é, pois, fruto da *experiência*, ou seja, do próprio exercício do comando e do *ensino intencional*.
DESDE os primórdios da História Militar, os chefes, pela observação, pelo bom senso e pelos ensaios, acumularam conhecimentos simples e empíricos da natureza humana e adquiriram habilidade na direção dos homens.
O ENSINO INTENCIONAL aproveita essa experiência dos chefes de todos os tempos e os conhecimentos sistematizados pela *Psicologia aplicada à Arte de Comandar e de Chefia*. Esse ensino orientará a aquisição de experiência dos jovens chefes.

1.7 — CONCEITO DA ARTE DE COMANDAR :

- 1.71 — A ARTE DE COMANDAR é um *meio*, e não um *fim*. O que se deseja é que o chefe, utilizando os melhores métodos e processos de comando, alcance o melhor êxito na direção de um grupo de homens para os objetivos colimados.
A ARTE DE COMANDAR é, em última análise, a arte de *influenciar* o comportamento dos subordinados. Ela consiste na habilidade de fazer com que os *subordinados sejam, por vontade própria, eficientes*.

"LEADERSHIP ist the art of influencing behavior".

"LEADERSHIP ist the ability to make men voluntarily and effectively productive". (4)

ESSA ARTE domina todos os campos de atribuições do comando, encaradas em seus aspectos gerais e básicos :

- previsão, isto é, *investigação prévia*, a culminar no *planejamento* ;
- *organização*, isto é, *constituição material e humana do organismo e distribuição de tarefas* ;
- *comando*, isto é, *fazer atuar o pessoal, por meio de ordens e instruções* ;
- *coordenação*, isto é, *orientar para objetivo comum e harmonizar os atos e esforços* ;
- *verificação e fiscalização da execução dos planos, ordens e diretrizes no interesse dos resultados colimados* ;
- *formação, aperfeiçoamento e aproveitamento do moral do grupo ou unidade e de suas habilidades técnicas* ;
- *cooperação com todos os elementos e órgãos interessados nos objetivos colimados*.

- 1.72 — EXISTEM várias espécies de *Chefia* — científica, industrial, judiciária, militar, etc, cada uma podendo operar em diferentes níveis.

HÁ TAMBÉM entre nós vários termos para exprimir a ação de *Chefia* : *direção, chefia, comando, supervisão, gerência, presidência, superintendência*, etc. e, por último, o *barbarismo liderança*.

Como já dissemos, damos preferência ao termo ARTE DE COMANDAR, aplicada ao nível de comando de unidades constituídas e onde melhor se faz sentir a ação pessoal dos respectivos chefes, isto é, as frações elementares e pequenas unidades.

(4) Syllabus for Psychology of Military Leadership — West Point Military Academy — 1947.

MAS qualquer que seja a esfera ou nível de ação de *Chefia*, a sua essência reside :

- no *conhecimento da natureza humana* ;
- na *competência e determinação* para exercer sobre essa natureza conveniente *contrôle* ;
- bem como na *firme vontade* de realizar obra útil e de assumir tôdas as responsabilidades do encargo.

1.73 — CONCEITO *racional e humano* de Arte de Comandar :

ACEITA-SE que o Chefe pode assumir para com os subordinados e todos aqueles com quem tem relações, duas atitudes distintas :

- a *chefia autocrática* ;
- a *chefia democrática*.

ESSAS duas atitudes podem ser apreciadas através dos diversos aspectos do problema de *chefia* ou de comando. "O CHEFE AUTOCRATA entende a exposição de ordens como simples imposição de vontade pessoal, enquanto o Democrata a conceitua e aplica como definição de tarefa comum e que deve ser coordenada.

"ACENTUA-SE a diferença na "Concepção diversa da disciplina, por parte de um e outro tipo de chefe", bem como na *maior freqüência da realização, de sugestão, do elogio, da habilidade educativa, da cordialidade e respeito pela personalidade humana, no sentido da cooperação por parte do chefe democrata* ; ao passo que o chefe autocrata é mais *personalista, mais centralizador, menos ligado ao subordinado e utiliza com mais freqüência a coação*.

"O CHEFE AUTOCRATA adota a chamada "filosofia da força", assim denominada por Dutton e segundo a qual se coloca o subordinado ante a alternativa de executar a tarefa, de obedecer e de observar determinadas normas ou então de sofrer as sanções. O CHEFE DEMOCRATA, de maneira diferente, *prefere convencer o subordinado de que o cumprimento do dever satisfaz, em última análise, aos próprios interesses dos seus executores*.

"O CHEFE AUTOCRATA faz da disciplina seu instrumento predominante de direção e sobre a mesma é que procura, — quando procura, — alicerçar a moral do grupo ; o CHEFE DEMOCRATA vale-se do moral do grupo como instrumento predominante de ação e sobre essa moral é que procura fazer repousar a *indispensável disciplina, que é, assim, mais sólida e conseqüente*.

"O CHEFE AUTOCRATA considera seus subordinados como simples peça de um mecanismo, manejáveis a seu talante ; o CHEFE DEMOCRATA considera-os como portadores de energias que devem ser despertadas e orientadas para um objetivo digno, "seres humanos que pensam e sentem".

É por isso mesmo que o CHEFE AUTOCRATA procura colocar seus subordinados em situação meramente *passiva* e exerce um *poder sobre os mesmos*, enquanto que o DEMOCRATA, buscando a *cooperação ativa* dos que dirige, exerce um *poder com os mesmos*.

"O CHEFE AUTOCRATA confia mais na sua capacidade em compelir à obediência ; o CHEFE DEMOCRATA, ao revés, procura fazer repousar sua ação na capaci-

dade em aliciar a cooperação voluntária e a simpatia. O primeiro tem a sua atividade caracterizada por um mero nexo de comando e obediência; o segundo por uma solidariedade de propósitos e uma profundidade de entendimentos. Aquele personifica, geralmente, um *ideal próprio*; este um *ideal comum*, que tanto é seu como dos subordinados e da organização a que serve.

"ENQUANTO O AUTOCRATA, preocupando-se em impor a vontade, manipulando, manobrando e simplesmente "mandando", limita a ação dos subordinados, através de regras rígidas e minuciosas e preocupa-se em "ser necessário", o DEMOCRATA, preocupando-se em orientar, dirigir, educar, estimular, adota um conceito racional e humano de disciplina do grupo e focaliza a pessoa dos subordinados, ajudando-os a desenvolver, ao máximo sua capacidade.

"PODER-SE-Á objetar que a chefia que denominamos democrática é incompatível com a disciplina militar. Melhor resposta não encontraríamos que nas seguintes palavras escritas pelo ilustre comandante desta Escola (Escola de Estado-Maior do Exército) em carta que nos distinguiu a propósito de nosso livro. Tal afirmação — a imputar-se às Classes Armadas o uso do domínio e do comando de caráter radicalmente autocrático, traduz apenas, diz o *General Alencar Araripe*, o preconceito dos que não conhecem a estruturação das forças armadas. Elas só admitem a liderança racional e humana, uma disciplina compreensiva e uma obediência consentida. "NÃO poderíamos encontrar, também, melhor síntese da tese que defendemos. O conceito de "liderança racional e humana" contém em si os elementos básicos que constituem o objeto da atuação do líder: razão e sentimento dos subordinados, desde que esses, como já se viu, são "seres humanos que pensam e sentem". "Disciplina compreensiva" é precisamente a que se contrapõe ao conceito da disciplina autocrática, em seu velho sentido prussiano, porque controlando o procedimento individual e social, não ignora o ambiente humano em que elas se desenvolvem. Finalmente "obediência consentida" traduz a concepção fundamental dos subordinados como *cooperadores* da atividade do líder e não simplesmente seus *instrumentos passivos*". (5)

- 1.74 — PODEMOS ainda apresentar a opinião do Brigadeiro do Ar Luiz Leal Netto dos Reis, então Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica: "Há quem pense que um Comando, para ser eficiente, basta apoiar-se na força de sua autoridade. Mas as relações entre os comandantes e comandados não são tão simples, sobretudo numa época de revolução social. Passou a era do chefe autoritário, com o advento do chefe democrático condutor de seres humanos, com suas paixões, ambições, que podem ser estimuladas, nervos que podem ser abalados, orgulho que pode ser recalçado e esperanças que podem ser realizadas. Nos dias que correm, o chefe deve ser líder, cuja eficiência repousa na disciplina, mas também na lei moral, na compreensão e na motivação". (6)

(5) Wagner Estelita Campos — Chefia e Liderança, já citado.

(6) Brigadeiro do AR L. L. Netto dos Reis — Discurso na ECEM Ar — 1948.

- 1.75 — NÃO DEVEMOS terminar esta esplanção sôbre o conceito de CHEFIA sem reproduzir duas advertências do já citado *Estelita Campos*, ambas de grande importância para o chefe militar :

A PRIMEIRA é a que ninguém será cem por cento chefe democrático ou cem por cento chefe autocrático. O que existe é a predominância de características num e noutro sentido.

A SEGUNDA advertência — “e esta talvez a mais importante — diz com a necessidade do chefe colocar-se no exato meio termo entre os dois extremos, pois a preocupação excessiva com a moral do grupo pode gerar o *sentimentalismo*, da mesma forma que o exagêro da disciplina rígida (êste adjetivo é nosso) pode conduzir ao *automatismo*”. (7)

DAI a sabedoria daquelas palavras que situam a atuação do chefe na simultânea consideração do que

- é racional e do que
- é humano.

“NEM EXCESSO de *sentimentalismo*; nem *familiaridade*. Não sejamos sentimentais com os homens. Evitemos a tendência ao *sentimentalismo*, elogiando os homens sem propósito, mimando-os, poupando-os demasiadamente. Isso é contraproducente e mesmo os aborrecerá, pelo menos, quando se tratar de bons soldados e de uma unidade que se preza”. (8)

- 1.76 — CAUTELA NA APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DA ARTE DE COMANDAR OU DE CHEFIA :

JÁ INSISTIMOS sôbre as *vantagens* dos conhecimentos psicológicos da ARTE DE COMANDAR OU DE CHEFIA.

Êstes auxiliam o chefe :

- a prever e antecipar as possíveis reações dos comandados ;
- a influenciar êstes no encarar objetivamente as situações ;
- a conseguir o *ajustamento* dos mesmos às diversas situações ;
- a conhecer a própria personalidade e procurar melhorá-la.

POR OUTRO LADO, o emprêgo dêsses conhecimentos sofre as seguintes *limitações* :

- como já se disse, constituem um *meio* e não um *fim* ; completam e melhoram a *experiência* ; são um *instrumento* para auxiliar a ação do comando ;
- nada vale saber aplicar os conhecimentos ; o que vale é o resultado conseguido ;
- ainda há certo empirismo no conhecimento da natureza humana ; não são conhecidas e explicadas muitas das reações em determinadas situações ;
- as regras indicadas têm variadas aplicações, conforme os casos ; isso faz da ARTE DE COMANDAR uma verdadeira “Arte” e delicada “terapêutica” ;

(7) Wagner Estelita de Campos — já citado.

(8) Marechal do Ar Sir John Slessor — A Arte de Comandar, resumida em *Limitary Review* — Setembro de 1950.

- é perigoso aplicar processos psicológicos, como *panacéia*, sem conhecimento seguro de seu efeito; os seres humanos não podem servir de cobaias; só as regras comprovadas pela experiência são aconselháveis;
- a Psicologia Militar ainda está em fase de início e de sistematização.

II — A PSICOLOGIA E A ARTE DE COMANDAR

2.1 — GENERALIDADES :

- 2.11 — A LINGUAGEM psicológica ainda se ressent de imprecisão e de certa controvérsia de definições. Porém, do meandro das diversas escolas existentes, destacam-se algumas *noções fundamentais* que devem ficar bem assentadas para a perfeita compreensão dos assuntos esplanados, evitando-se, contudo, atribuir às mesmas um valor demasiadamente rígido. O que impera são os resultados concretos a serem alcançados. (9)

2.2 — DEFINIÇÃO DA PSICOLOGIA : (10)

- 2.21 — DE ACÓRDO com a etimologia do vocábulo, PSICOLOGIA significa *ciência* ou *estudo da alma* e foi assim que se entendeu no passado. Mas nem todos possuem da *alma* a mesma concepção. "Para os espiritualistas, por exemplo, a alma é uma entidade incorpórea e espiritual, capaz de existir de modo independente, embora se encontre intimamente ligada ao organismo. Para os materialistas, ao contrário, a alma representa apenas uma função do cérebro e constitui parte integrante do corpo, sem o qual jamais poderá subsistir". (11)

A PSICOLOGIA propriamente dita não cuida, porém, de tal problema. Nem espiritualista, nem materialista, ela não trata da *essência da alma*. Deixa êsse aspecto à *Metafísica*; que, como se sabe, se preocupa com as causas primárias e últimas de tôdas as coisas. (12) Limita-se ao estudo dos fenômenos passíveis de serem por nós percebidos.

POR ISSO MESMO, a *Psicologia* não recebe de todos a mesma definição.

(9) "As divergências que se observam entre as diversas escolas psicológicas são apenas de natureza metodológica ou filosófica. Essas discrepâncias não tocam aos métodos de pesquisa e às posições especulativas das várias correntes não têm prejudicado a parte propriamente realizadora e construtiva da Psicologia. Daí a unidade expressiva que apresentam os resultados concretos obtidos pelos psicólogos das diferentes escolas. E tanto é assim que o auxílio da Psicologia Experimental é invocado, a todo o momento, pela educação, pela medicina, pela justiça, pelo trabalho, pelo comércio, pela indústria, etc. (Theobaldo de Miranda Santos — *Noções de Psicologia Experimental*).

(10) "A palavra *Psicologia* foi usada pela primeira vez por Goclenius (Rudolf Goeckel), de Marburgo (1590). Foi vulgarizada pelo filósofo alemão Christien Wolf (1679-1754), com a "*Psicologia empirica*" e a "*Psicologia racional*". — ABC de Psicologia — Armand Cuvillier.

(11) "Para os materialistas, sendo a alma apenas uma função do sistema nervoso, a Psicologia é um dos ramos das *ciências naturais*. Para os espiritualistas, a Psicologia faz parte das *ciências do espírito*, uma vez que os fenômenos psíquicos, por sua natureza inestênça e imaterial, se distinguem, irredutivelmente, de todos os outros fenômenos do universo". (Theobaldo de Miranda Santos — já citado).

(12) Loys Müller — *Psicologia*, tradução espanhola.

PARA UNS, é a *ciência dos fatos da consciência*. Para outros, é a *ciência do comportamento*. Mas, em verdade, para ter-se uma definição completa, torna-se preciso fundir as duas numa só, porque a *vida psíquica* se manifesta :

- por fenômenos internos, *fatos de consciência* ou conjunto de processos psíquicos implícitos, com as sensações, as imagens, os sentimentos, as idéias, a inteligência, a vontade, etc. ;
- e por comportamentos ou conjunto de reações verbais e motrizes explícitas, isto é, fatos do procedimento externo do indivíduo, de suas reações objetivas, embora essas manifestações possam ser ou não conscientes. (13)

- 2.22 — A *PSICOLOGIA* é encarada, então, como a *ciência que estuda os fatos psíquicos ou psicológicos, considerados quer como fatos de consciência quer como fenômenos do comportamento*. (14)

Não haverá nenhum mal se adotássemos, como forma mais precisa, a definição de ser a *Psicologia* a *ciência do comportamento humano*, desde que admitamos ser este a atividade global das reações do organismo humano tomadas no seu conjunto. (14)

- 2.23 — A *PSICOLOGIA* pode ser estudada como *ciência pura* e como *ciência aplicada*.

A *Psicologia pura* visa, com fim meramente especulativo, descrever, explicar e compreender os fatos psíquicos, sem encarar qualquer aplicação prática.

A *Psicologia aplicada*, predominantemente prática, procura estudar os fatos psíquicos, com o fim de melhorar os vários aspectos da vida humana.

2.3 — DEFINIÇÃO DA PSICOLOGIA MILITAR :

- 2.31 — *Psicologia Militar* é "o ramo ou parte da *Psicologia Aplicada* que intenta utilizar todos os recursos atuais da técnica psicológica para conseguir o melhor rendimento possível em todos os escalões ou graus da atividade militar, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra. (15)

2.32 — OBJETIVOS DA PSICOLOGIA MILITAR

Podemos seriar os variados *objetivos da Psicologia Militar* da seguinte forma :

A — A *organização racional das Forças Armadas*, compreendendo, principalmente :

- a *apreciação do valor técnico do pessoal humano* ;
- a *seleção e orientação profissional do pessoal* ;
- a *estrutura dos órgãos de comando e de execução do organismo militar*, de acordo com a *organização científica do trabalho* ; (16)

(13) Theobaldo de Miranda Santos — já citada a obra.

(14) Henri Pieron — *La Psychologie come science du comportement*, citada por Lourenço Filho, em *Introdução ao estudo da Escola Nova*.

(15) Emilio Mira y Lopez — *Psicologia Militar*.

(16) Emilio Mira y Lopez — *Psicologia Militar*.

- B — A aprendizagem militar em seu sentido amplo ;
- C — O comportamento militar, isto é :
 - as bases da arte de comandar ;
 - as bases do comportamento individual e coletivo, na paz e na guerra ;
 - a moral militar ;
 - os problemas específicos de ajustamento militar ;
- D — Conhecimento e tratamento do adversário ;
- E — A guerra psicológica ;
- F — Relações com a população civil amiga e inimiga e o aproveitamento das mesmas.

2.4 — A PSICOLOGIA MILITAR E A ARTE DE COMANDAR :

2.41 — **TODOS ESSES PROBLEMAS** e as soluções que dêles decorrem interferem na Arte de Comandar. A Psicologia Militar daí extrai grande soma de ensinamentos. POR ENQUANTO, limitaremos o nosso esforço a um certo número de conceitos que devem ser aplicados :

- aos homens que são comandados ou dirigidos ;
- às qualidades indispensáveis aos chefes ou líderes. Isso porque, para comandar ou dirigir homens, é necessário saber :
- por que os indivíduos procedem de certa forma, quer quando entregues a si mesmos, quer quando influenciados por outrem, quer ainda quando em grupo ;
- quais os processos que devem ser empregados para induzir os indivíduos a procederem de acôrdo com a maneira desejada ;
- como ajustar o comportamento do próprio chefe ao daqueles a quem deve dirigir, comandar, ou com quem deve conviver, de modo a ser bom chefe ou pessoa eficiente.

2.42 — **DAÍ, os aspectos dos diversos problemas :**

- *Psicologia Militar do indivíduo* que se comanda ou com quem se convive ;
- *Psicologia Militar do grupo* que se comanda ou com o qual se convive ;
- *Psicologia Militar do comandante, chefe ou líder.*

QUADRO-RESUMO DE APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA

Nestes últimos vinte anos, tem-se procurado aplicar os conhecimentos da Psicologia em tôdas as atividades humanas e, por isso, essa aplicação busca uma designação genérica. A que mais nos atrai é a de **CIÊNCIA DAS RELAÇÕES HUMANAS**, englobando conhecimentos, normas e técnicas de pedagogia, de didática, de direção e aproveitamento do esforço humano e de solucionamento dos problemas sociais, políticos e marciais no âmbito nacional e internacional.

Damos a seguir um quadro com algumas dessas aplicações. (17)

EDUCAÇÃO	Estudo do educando	Estática	seleção dos alunos
	Organização escolar		organização das classes
	Estudo do educador	Dinâmica	programas horários
TRABALHO	Seleção profissional		métodos e processos de ensino
	Orientação profissional		medida da aprendizagem
COMÉRCIO	Organização racional do trabalho		orientação educacional
	Direito trabalhista		disciplina
	Relações entre patrões e empregados		
MEDICINA	Assistência e higiene psicológica do operário		
	Seleção profissional		
JUSTIÇA	Orientação profissional		
	Direção do empreendimento		
	Técnica de vendas		
FÓRÇAS ARMADAS	Publicidade		
	Relações entre patrões e empregados		
	Assistência aos empregados		
	Diagnóstico mental		
	Psicoterapia		
	Higiene mental		
	Ortofonia		
	Teoria do testemunho e da confissão		
	Psicotécnica policial		
	Diagnóstico e terapêutica do crime		
	Valor psicológico dos sistemas penais e penitenciários		
	Organização racional das Forças Armadas		
	Seleção do pessoal		
	Formação dos chefes		
	Arte de comandar		
	Métodos e processos de instrução		
	Processos técnicos especiais		
	A moral na guerra e o problema do ajustamento		
	Guerra psicológica		
	Relações com as populações civis, etc.		

(17). Theobaldo de Miranda Santos — Noções de Psicologia Experimental (adaptação).

III — IDÉIAS ESSENCIAIS DE PSICOLOGIA APLICADA

3 — FATOS PSIQUICOS OU PSICOLÓGICOS :

- 3.1 — OS FATOS PSICOLÓGICOS são os fenômenos que se realizam em nossa vida psíquica e que são apreciados direta ou indiretamente. Podemos classificá-los em três grupos :
Conscientes — percebidos claramente em nosso espírito, tais como as *sensações*, os *sentimentos*, os *conhecimentos*, os *atos*, etc., dos quais temos intuição imediata ;
Subconscientes — à margem do campo iluminado da consciência, os quais não percebemos claramente, mas que exercem influência sobre os fatos da consciência ;
Inconscientes — absolutamente imperceptíveis à consciência, mas que exercem profunda influência sobre a vida psíquica, tais como fatos do passado pessoal, impressões de origem externa (clima, condições atmosféricas, etc.), impressões de origem interna (constituição geral, impulsos hereditários, tendências primitivas, hábitos profundamente enraizados).

3.2 — UNS E OUTROS se caracterizam :

- pela complexidade de um conjunto de elementos ;
- por uma síntese ou estrutura integral e não mera associação de elementos ;
- por comportarem condições orgânicas e psíquicas ;
- por originarem-se de uma ou mais tendências ;
- por pertencerem a um "eu", com o qual se encontram relacionados ;
- por terem possibilidade de se tornar conscientes, isto é, de serem conhecidos imediata e diretamente ;
- por serem conhecidos somente pelo indivíduo no qual se processam ;
- por se realizarem somente no espaço e não no tempo ;
- por não serem diretamente mensuráveis. (18)

3.3 — OS FENÔMENOS PSIQUICOS OU PSICOLÓGICOS podem ser apresentados em três grandes grupos, que representam as grandes formas da vida psicológica, denominados *faculdades* :

Atividade	Independentes da experiência	Atos reflexos, os mais simples, congênitos ou adquiridos (estes dependentes da experiência) e que se manifestam como resposta do organismo a determinadas excitações do meio. Atos instintivos, também hereditários e que possuem maior complexidade que os atos reflexos.
	Dependentes da experiência	Atos habituais, muito semelhantes aos precedentes, pela invariabilidade com que se verificam ; dêles, entretanto, se destacam por não serem hereditários e por serem aprendidos durante a vida, quer a custa da experiência própria, quer orientados pela experiência alheia. Atos voluntários, os mais complexos de todos, realizados à luz da consciência, e cuja principal característica reside em serem atos novos, executados pela primeira vez, diante de situações imprevisíveis.

(18) Theobaldo de Miranda Santos — Noções de Psicologia Experimental.

Afetividade
ou
sensibilidade

Prazer e desprazer, que são estados agradáveis ou desagradáveis que experimentamos.

Sentimentos, processos afetivos persistentes e pouco intensos.

Emoções, processos afetivos rápidos e muito intensos.

Paixões, processos afetivos persistentes, muito intensos.

Tendências, disposições do indivíduo para, diante de determinadas circunstâncias, proceder de forma determinada.

Inteligência

Processo de aquisição: percepção, através de que colhemos conhecimentos do mundo exterior, por meio dos órgãos sensoriais.

Processo de conservação, representados pela *memória*, pelos quais os conhecimentos adquiridos são conservados e convenientemente utilizados.

Processos de elaboração, representados pela *associação de idéias*, *imaginação*, *abstração*, *generalização*, *juízo*, *raciocínio* e *atenção*, pelos quais os conhecimentos adquiridos são transformados e elaborados, espontânea ou voluntariamente, em conhecimentos novos.

Processos de expressão, representados pela *linguagem*, segundo os quais os conhecimentos, assim como os demais fatos psicológicos, são exprimidos por meio de sinais. (19)

3.4 — UNIDADE DA VIDA PSICOLÓGICA :

- 3.41 — “TODO FATO consciente é o conhecimento de um acontecimento exterior ou interior ao nosso espírito. Tem tonalidade afetiva agradável ou desagradável. Encerra elementos motores. Se o qualificamos de intelectual, afetivo ou motor é pela preponderância desses aspectos e não pela sua existência exclusiva, — de um deles. É preciso reconhecer, pois, que *todo fato psíquico é, ao mesmo tempo, intelectual, afetivo e motor*”. “A vida psicológica é una. É verdade que, para a comodidade da linguagem, dizemos: a inteligência pesquisa a verdade, a sensibilidade nos impele a amar, a vontade realiza tal ação. Mas é o ser inteiro, é a alma em sua totalidade que age em cada uma dessas operações”. (20)

3.42 — PERSONALIDADE :

A síntese de todos os fatos psicológicos constitui a *personalidade* que se desdobra nas seguintes estruturas :

- *constituição* ou estrutura físico-morfológica ;
- *temperamento* ou estrutura fisiológico-humoral ;
- *caráter* ou estrutura psicológica ;
- “*eu*” ou estrutura espiritual. (20)

(19) Theobaldo de Miranda Santos — *Noções de Psicologia Experimental*.

Iago Pimentel — *Noções de Psicologia Aplicada à Educação*.

José de Almeida — *Noções de Psicologia Aplicada à Educação*.

(20) Theobaldo de Miranda Santos — *Noções de Psicologia Experimental e Noções de Psicologia da Educação*.

- 3.43 — SE OS FATOS psicológicos formam, através dessas estruturas, sínteses adaptadas à realidade, temos a *personalidade normal*. No caso contrário, isto é, quando os processos psíquicos, por diversas causas, se dissociam, se desagregam, desprendendo-se da realidade, temos a *personalidade anormal*. (20)
- A personalidade resulta de tôdas as influências do ambiente sôbre o indivíduo e a sua conseqüente resposta. Ela inclui não sômente os elementos físicos, psíquicos e biológicos da individualidade, como as múltiplas influências sócio-culturais.

3.5 — ATIVIDADE :

- 3.51 — REFLEXOS CONGÊNITOS OU CONDICIONADOS, como sabemos, são processos especiais de *reação* ou *resposta* do organismo a determinadas *excitações* ou *estímulos*. Nêles toma parte a totalidade do organismo.

OS REFLEXOS são, geralmente considerados como fenômenos independentes da consciência e da vontade. Todavia, em certos casos, se tornam conscientes e podem ser anulados ou modificados pela ação da vontade.

A FUNÇÃO desempenhada pelos *reflexos* na vida orgânica e psíquica é da mais alta importância :

- são elementos essenciais nas funções da vida vegetativa : nutrição, circulação, respiração, etc. ;
- protegem o organismo contra as agressões do exterior e auxiliam a acomodação dos órgãos dos sentidos na colheita de impressões ;
- os reflexos inibidos e os condicionados contribuem para a educação do indivíduo.

MUITAS das escolas pedagógicas fundam a aprendizagem na noção do *reflexo condicionado*, do *interesse*, do *estímulo*, da *resposta*, e do *hábito adquirido*.

OUTRAS ESCOLAS, porém, não aceitam inteiramente essas idéias, que mecanizam a aprendizagem e não explicam certas formas de aprendizagem de nível superior, como a *ideação*, o *juízo*, o *raciocínio*, a *imaginação criadora*, etc. (21)

- 3.52 — OS INSTINTOS, como impulsos interiores, são instrumentos de adaptação dos seres vivos às exigências imperiosas da vida. São centros de energia, em torno dos quais gravitam e de onde irradia toda a atividade psíquica.

DENTRE todos os *instintos* humanos, cabe aqui destacar o que impele o homem, sem cessar, à *pesquisa do como e porque* das cousas e ainda o da *imitação* e do *jôgo* (no sentido pedagógico). Por êles, o indivíduo se adapta espontaneamente ao ambiente e adquire, à sua própria custa, inumerável soma de experiências e conhecimentos.

(21) Theobaldo de Miranda Santos — Noções de Psicologia Aplicada à Educação.

Iago Pimentel — Idem.

José de Almeida — Idem.

Lourenço Filho — Introdução ao estudo da escola nova.

CONTUDO, apesar da importância do papel que os *instintos* representam na conservação e no desenvolvimento da vida do indivíduo e da espécie, não se deve emprestar valor exagerado a esses processos de atividade. Convém estar prevenido contra as aberrações, as anomalias e a nocividade de certos desses instintos. (22)

- 3.53 — ATOS HABITUAIS constituem a maior parte das atividades por nós quotidianamente realizadas. São modos de ação adquiridos, em regra, à custa da memória.

A FORMAÇÃO do *hábito* não é processo inconsciente e mecânico; é *inteligente, intencional e auto-ativo*.

O HÁBITO domina todos os aspectos do comportamento humano, inclusive os fenômenos mentais. Influi em nossos sentimentos, nas manifestações da inteligência, da vontade, etc. É um grande *recurso de adaptação* e por isso, constitui inestimável mecanismo da educação do homem e à cuja sombra se opera a maior parte de nosso desenvolvimento físico e mental.

CONTUDO, o *hábito* é útil desde que não destrua o equilíbrio da personalidade humana, no espírito de iniciativa, nos sentimentos de auto-confiança, de veracidade e de responsabilidade.

- 3.54 — ATOS VOLUNTÁRIOS — A *vontade*, de elaboração consciente, comportando a *concepção*, a *deliberação*, a *decisão* ou *escolha* e a *execução*, exerce influência sobre toda a vida psicológica. Regula os movimentos, dirige as funções da vida de relação e, indiretamente, as da vida vegetativa.

Atua profunda e continuamente sobre a afetividade. É claro que a *vontade* não é capaz de suprimir ou anular as tendências, ou desejos, os sentimentos, as emoções e as paixões. Pode, entretanto, resistir ou aceder às solicitações dos estados afetivos; enfraquecer ou exaltar os impulsos e os desejos; combater ou entregar-se ao império dos sentimentos e das paixões.

A EDUCAÇÃO da *vontade* redonda na educação integral do homem, pois, envolve, quer pela realização, quer pela inibição, a educação das tendências, do *hábito*, dos atos afetivos e da inteligência.

3.6 — AFETIVIDADE OU SENSIBILIDADE :

- 3.61 — O PRAZER e o *desprazer*, os *sentimentos*, as *emoções*, as *paixões* e as *tendências* são, incontestavelmente, as principais alavancas reguladoras de qualquer espécie de comportamento. Até os atos de *inteligência*, são, sem exceção, mais ou menos alterados ou dirigidos pela maneira especial de sentir as impressões.

CERTOS psicólogos, e entre eles Freud, exageram e deformam a função do *prazer* e do *desprazer* na

(22) Iago Pimentel — já citada.

Theobaldo de Miranda Santos — já citada.

existência humana, menosprezando as influências externas e espirituais. (23)

3.62 — AS DECISÕES da *vontade* e a força motora das *idéias* variam de acôrdo com o colorido sentimental e emocional que as envolvem. Daí o motivo pelo qual Spencer afirmava que não são as idéias, como supunha Bacon, mas os sentimentos que conduzem o mundo. Donde a necessidade de cuidadoso exame dos fatores sentimentais e emocionais que, consciente ou inconscientemente, influem sobre a conduta do indivíduo. Impõe-se assumir atitude de compreensão e serenidade em face dos indivíduos a serem conduzidos. De nada valerão as medidas violentas e coercitivas, os castigos físicos e morais, os gestos de impaciência e irritação, a disciplina autoritária e exterior. O que importa é a educação dos sentimentos, a conquista da simpatia, da confiança, o emprêgo da persuasão e da inteligência, do exemplo e da ação, o apêlo ao interesse, ao amor próprio, ao senso de responsabilidade.

3.63 — AS PAIXÕES, bem dirigidas, podem tornar-se preciosos auxiliares para o progresso intelectual e moral, pois, multiplicam os recursos da inteligência e conferem à vontade energias inquebrantáveis.

3.64 — TODOS os seres vivos *tendem* a realizar atos necessários à afirmação e desenvolvimento de sua natureza. As *tendências* traduzem-se por predileções, aspirações, interesses e atitudes peculiares a cada criatura humana. A ação das *tendências* é direta e profunda sobre a afetividade. As impressões agradáveis que se encontram na base dos estados afetivos resultam de *tendências* satisfeitas ou contrariadas. Em regra, desde que a inclinação é satisfeita, torna-se consciente; é acompanhada de um sentimento de atração para o objeto que favoreceu o seu desenvolvimento e de repulsão para o objeto contrário.

A INFLUÊNCIA da *efetividade nas ações humanas* faz com que se imponha o máximo interesse pelo estudo das causas que repercutem sobre ela.

3.7 — INTELIGÊNCIA :

3.71 — O ESTUDO dos fatos da *inteligência* constitui vasto material na educação e conduta do homem. A êsse respeito variam as escolas psicológicas. Procuraremos resumir as idéias principais e mais aceitas.

3.72 — A SENSACÃO e a percepção são as manifestações básicas da inteligência. Nada existe na inteligência que antes não tenha passado pelos sentidos. Por meio das sensações são recolhidos do meio exterior os elementos que, trabalhados, vão constituir vasto cabedal de conhecimentos.

(23) Iago Pimentel — já citado.

Theobaldo de Miranda Santos — Idem.

Armand Curvillier — A B C da Psicologia.

José de Almeida — já citado.

ALÉM DISSO, a *percepção*, por intermédio das *sensações*, desempenha o papel de instrumento de adaptação do nosso psiquismo ao meio. É assim que as *sensações* orgânicas mantêm o equilíbrio vital necessário ao funcionamento normal dos nossos órgãos e as dos sentidos realizam o ajustamento harmonioso do ser humano ao meio ambiente. Por fim, é através da *percepção* que o espírito humano consegue ajustar-se às situações e aspectos cambiantes da realidade.

Na teoria moderna, não há *sensações* e *estímulos* isolados a serem associados, mas uma *percepção global* ou sejam estruturas complexas, do conjunto e não das partes ou dos pormenores.

ESSE conceito da *percepção global* influi nos métodos de aprendizagem. Ao invés de *marcha lógica, da parte, dos elementos, das abstrações para o todo, prefere-se ir do todo para os elementos*. Em vez de ir do simples ao composto, do fácil ao difícil, a didática renovada, — por crer que para os espíritos imaturos o simples é o conjunto, o concreto e não o abstrato, o isolado, — parte do ensino do conjunto para os elementos. (24)

- 3.73 — A MEMÓRIA tem papel destacado na atividade intelectual. Representa o grande reservatório de experiências que se acumulam e ficam à disposição. Mas, se a *inteligência* deve apoiar-se na *memória*, esta não é, por si só a *inteligência*. Não haverá grande *inteligência* sem grande *memória*, porém, pode haver grande *memória* sem que haja grande *inteligência*. Os principais processos de *memorização global* são: a *conexão* ou *associação*, a *repetição* com intervalos ótimos, a *atenção* ou *concentração*, a *renovação* e o *ritmo*. Esses processos têm fundamentos psicológicos já bem acertados.

- 3.74 — DO MESMO MODO, o emprêgo da *associação de idéias*, regida pelo *interesse*, da *imaginação*, da *abstração*, da *generalização*, do *juízo* e do *raciocínio*, decorre de indicações psicológicas, que interferem na educação e na condução dos indivíduos. É preciso não esquecer que todos esses fatos relativos à *inteligência* ressaltam o papel desta como *capacidade de resolver pelo pensamento*, muitas vezes *influenciada pelo sentimento*, problemas novos da vida. (25)

- 3.75 — POR FIM, há que lembrar o papel da *linguagem*. Profunda é a influência desta como instrumento de educação, de condução, de orientação e de aperfeiçoamento da vida humana.

AS PALAVRAS são instrumentos de análise e de síntese. Emprestam nitidez e segurança às idéias. Exteriorizam os estados de consciência, possibilitando a comunicação dos pensamentos.

A LINGUAGEM não cria, entretanto, o pensamento. Mas dá forma ao mesmo. Em compensação, o *pensamento* transborda da *linguagem* e exerce profunda influência sobre a mesma, modelando-lhe o caráter.

Assim, passamos rapidamente em revista noções essenciais de Psicologia que comportam, cada uma delas,

vasto desenvolvimento. Pensamos que com isso, poderemos abordar o estudo do comportamento e do ajustamento do militar, da moral e de vários outros problemas que interferem com a Arte de Comando e de Subordinação, porque, é preciso que se diga, há também uma Arte de Subordinação.

IV — COMPORTAMENTO DO MILITAR

4 — COMPORTAMENTO INDIVIDUAL :

4.1 — DAMOS aqui ao *comportamento* a acepção moderna e eclética, conforme já acentuamos na definição de *Psicologia*. Nessa acepção, considera-se a *atividade global do indivíduo, as reações totais no seu conjunto*. É a manifestação externa e interna da vida psicológica como um todo. Já englobamos, como já dissemos, os fatos da consciência. (26)

4.2 — ELEMENTOS QUE INFLUEM NO COMPORTAMENTO INDIVIDUAL :

Ao tratarmos pormenorizadamente dos *fatos psicológicos*, fizemos referências repetidas a elementos que atuam sobre o organismo e interferem nesses fatos.

VAMOS REVER alguns dêies e principalmente aqueles que são tratados, por vezes, em manuais e compêndios de Psicologia.

4.21 — O MEIO AMBIENTE — A HEREDITARIEDADE — A EDUCAÇÃO — O TREINAMENTO — A EXPERIÊNCIA :

NA HERANÇA dos ancestrais, o homem recebe um organismo particular, com uma forma e uma estrutura que o tornam singular entre os outros seres. Além dessa forma e dessa estrutura, êsse organismo possui faculdades inatas de reagir de modos diversos, mas muito característicos, ante a infinidade de impressões que lhe chegam do *meio ambiente*.

NO DOMÍNIO PSICOLÓGICO, a hereditariedade representa uma força latente, em potencial. É preciso, contudo, considerá-la nos devidos termos. O indivíduo poderá ter um potencial de primeira ordem, porém o aproveitamento desse potencial dependerá dos *estímulos do meio ambiente*, e da *educação*, pela *experiência* e pelo *treinamento*.

O MEIO AMBIENTE é o conjunto de todos os fatores que concorrem para a manutenção do equilíbrio vital ou para a sua perturbação. Esses fatores são múltiplos, complexos e interdependentes. Não é apenas o meio físico, mas são tôdas as coisas, as instituições, com as suas idéias, sentimentos, normas, preceitos e preconceitos. (27)

A CONSIDERAÇÃO do *meio ambiente* adquiriu, nos últimos tempos, grande importância no meio militar, em face dos problemas de *ajustamento*, de *recalques* e da desintegração das forças inatas dos indivíduos retirados do meio civil para situações inusitadas e

(26) Henri Pieron — La Psychologie comme science du comportement.

(27) Onofre de Arruda Penteado — Fundamentos do Método.

desconfortáveis, que provocam reações desagradáveis. (28)

AS QUALIDADES HEREDITÁRIAS são lembradas, em primeira mão, nos problemas de recrutamento, de seleção, de vocação profissional, de escolha e educação de chefes, de especialização de funções, que hoje tem capital relêvo na organização e na instrução das forças armadas.

A EDUCAÇÃO, pelo *treinamento* e pela *experiência*, é a principal mola na vida das referidas forças. Aproveita-lhes tôdas as qualidades e todos os elementos do meio, desenvolve-os, coordena-os, visando a máxima eficiência espiritual, moral e material.

4.22 — TENDÊNCIAS — NECESSIDADES — IMPULSOS — ESTÍMULOS — ATITUDES — OBJETIVOS :

A SIMPLES DESIGNAÇÃO desses termos dá idéia de significado de cada um. *Tendência*, *necessidade*, *apetite*, *instinto*, *inclinação* e *desejo* tem significação equivalente, dentro de certa variedade específica.

A TENDÊNCIA E A NECESSIDADE representam a predisposição do indivíduo a reagir sob a ação de dado *estímulo* ou *situação* produzindo como objetivo um comportamento, que serve quer para conservar, quer para melhorar a própria posição relativa. Desde que a *necessidade* é estimulada, para determinado objetivo, a *resposta* é o *impulso*. Daí as fórmulas usuais em Psicologia, *estímulo-resposta*, *estímulo-impulso*, *situação-resposta*.

É CURIAL que as *necessidades*, *primárias* (orgânicas ou fisiológicas) e *secundárias* (ou adquiridas) tem grande repercussão no comportamento e na moral do indivíduo, principalmente nos problemas de ajustamento e da *frustração*. As primeiras, apesar de sua natureza biológica, são de alguma maneira, atenuadas, controladas e modificadas pela educação, pelo meio, pela sugestão e pelo hábito. Será possível, na maioria das vezes, criar *situações-estímulos* que provoquem modificações da necessidade com o fito de conseguir comportamento mais útil.

TOMEMOS para exemplo o *instinto de conservação*. Sabemos que êle pode ser dominado, graças à educação e a sugestão, por sentimentos altruísticos e substituído pelo *espírito de sacrifício*.

A EDUCAÇÃO, o meio e o hábito criam *necessidades não orgânicas* que se incorporam ao comportamento do indivíduo. A atitude marcial, os automatismos da ordem unida e da técnica do armamento, muitos outros exercícios, o espírito de corpo (derivado do espírito gregário) são *necessidades adquiridas* pelo hábito e pelo treinamento. Os soldados acabam por dedicar-se às próprias habilidades, ter apêgo às mesmas, por maiores que tenham sido as dificuldades e relutância para adquiri-las.

ALÉM DESSAS, alinhamos como *necessidades secundárias* a *agressividade*, a *auto-importância* ou *auto-afirmação*, a *camaradagem*, a *afeição*, a *preocupação de segurança*, a *adaptação ao meio*, o *res-*

peito próprio, a ambição, o orgulho, a imitação, a curiosidade, etc.

4.23 — FRUSTRAÇÃO — MECANISMOS PSICOLÓGICOS :

VÁRIAS CAUSAS podem contribuir para que seja contrariada a satisfação de uma necessidade. O grau da frustração dependerá da maior ou menor necessidade que o homem sentir de liberdade, de água, de comida, de amor, etc.

QUANDO êsse indivíduo não pode fugir à causa de sua frustração, torna-se um revoltado, um rixento, um deprimido, um inquieto, um ineficiente ou desvia-se para outra atividade.

HÁ VERDADEIROS artifícios mentais, chamados *mecanismos psicológicos*, por meio dos quais são evitadas as causas da frustração ou se vence esta, modificando-se a finalidade das ações e procurando-se outros meios pelos quais se possa combinar as necessidades com a nova finalidade.

DENTRE os variados mecanismos podemos citar a *identificação*, a *compensação*, a *projeção*, a *racionalização*, etc.

NAS FORÇAS ARMADAS, é comum o militar identificar-se com os chefes e com a própria unidade. Enche-se de *orgulho* quando um dos seus oficiais se destaca; fica triste e humilhado se um deles se rebaixa por um comportamento indigno. Muitas vezes, e quando tem razão para admirar o chefe, procura justificar mesmo a sua atuação infeliz. Semelhante *identificação* é de grande efeito na exaltação da moral do grupo. Constitui a razão de ser do *espírito de corpo*, tão indispensável à vida das corporações armadas. Ela cria grande responsabilidade para os oficiais, principalmente os dos primeiros postos, com quem os soldados, por estarem mais em contato, mais facilmente se identificam.

NA COMPENSAÇÃO o homem tenta suprir os defeitos de sua personalidade. Se não consegue satisfazer a necessidade, tenta substituí-la por outra; mas torna-se contrário à necessidade prejudicada. É o caso do que deseja ser forte e atleta, porém, como é fraco e desajeitado, procura organizar a sua vida interessando-se pela literatura, por exemplo, e tomando-se de desprezo pelos desportistas. Ou se é um frustrado sexual, revolta-se contra o sexo e se dedica a denunciar a licenciosidade moral dos outros.

A COMPENSAÇÃO consegue, muitas vezes, vencer a própria deficiência e voltar-se para obras úteis. É o exemplo de Franklin Roosevelt, na sua paralisia infantil. Ela pode também levar ao exagero e ao prejudicial. No afã de vencer a própria incapacidade, o indivíduo impulsivo ou insensato e fraco de espírito, pode cometer desatinos e tornar-se irreverente ou imoral. É o caso do militar, por exemplo, que arriscando a própria vida por vaidade injustificável, não chega a ser útil à Pátria. A bravura deve ser justificada pelos seus fins.

NA PROJEÇÃO, o indivíduo projeta sobre os outros os próprios desejos reprimidos. O covarde, por exemplo, vê covardes por toda a parte.

NA RACIONALIZAÇÃO, já o indivíduo procura explicar as próprias ações com motivos que lhe parecem plausíveis, quando as ações não tem relação com as causas reais ou com as necessidades correntes. ÊSSES MECANISMOS PSICOLÓGICOS, também chamados de *motivação*, guardam íntima conexão com o ajustamento pessoal do soldado à vida militar, na paz, na guerra e especialmente no combate. São indispensáveis à compreensão e orientação do comportamento individual e coletivo e da moral militar. (29)

5 — COMPORTAMENTO COLETIVO :

5.1 — NÃO HÁ grande diferença entre o *comportamento individual* e o *coletivo*. Eles se interpenetram. Isso porque os fatos psicológicos e os elementos que influem sobre o comportamento tem, na origem, um conceito individual ; porém é na esfera social que eles se manifestam e reagem. A sua maior parte deriva das imposições da vida em comum.

5.2 — ENTENDA-SE, desde logo, que o *comportamento coletivo* não se traduz pela simples justaposição dos comportamentos dos indivíduos do grupo considerado. É uma resultante de forças sociais com características próprias. Ele pode contribuir para estimular o comportamento de qualquer membro do grupo, quer nos moldes do comportamento habitual, quer em novos moldes. Pode mesmo criar inibições no comportamento desses membros.

5.3 — OBJETIVOS DO ESTUDO DO COMPORTAMENTO COLETIVO.

Há interesse em saber-se :

- porque os indivíduos em grupos se portam de certa forma ?
- porque os grupos ou multidões se comportam ou tendem a comportar-se de certa forma ?
- como os indivíduos se comportam em grupos ?
- como utilizar as tendências do comportamento coletivo no aperfeiçoamento da Arte de Comandar ?

5.31 — COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS NO GRUPO :

INFLUEM no *comportamento coletivo* os mesmos fatores do *comportamento individual* : *qualidades hereditárias, meio ambiente, educação pela experiência e pelo treinamento, as tendências ou necessidades, impulsos, estímulos, atitudes, etc.* Porém, aí adquirem muito maior ênfase a *educação* e o *meio ambiente*. O simples processo de viver e crescer em comunidade transmite ao indivíduo variados padrões de *comportamento coletivo*. Por meio desse processo, certas necessidades individuais, como a de agrupar-se, competir, conformar-se, etc., formam-se e desenvolvem-se ao influxo de tendências ou necessidades já existentes em outros elementos do grupo. Os impulsos, que resultam do estímulo dessas *necessidades* e são orientados por *atitudes* aceitas pela

coletividade, tornam-se a base do *comportamento individual*, já agora, com a aprovação da mesma coletividade.

NÃO HÁ DÚVIDA que os componentes do grupo procuram adotar as *atitudes*, os *padrões de comportamento* e os objetivos do grupo; cada um tende a adquirir *necessidades* que se manifestam nos outros. Por isso já dissemos que as necessidades adquiridas provêm da coexistência coletiva. NO GRUPO, há alguns componentes, poucos, que tendem a destacar-se, a distinguir-se, por qualidades pessoais, físicas, intelectuais, morais, profissionais e que, por isso, tem ascendência sobre o mesmo e podem ser chamados a liderá-lo.

5.32 — COMPORTAMENTO DO GRUPO E DA MULTIDÃO :

EM ESSÊNCIA, predomina no grupo, como se fôsse uma família, a atitude filial, que faz com que se aceitem, sem relutância, a orientação e as intervenções dos chefes e que se considerem todos os componentes como irmãos e camaradas. Por essa mesma característica, o grupo censura impiedosamente e repele os elementos que se opõem, discutem ou depreciam a orientação estabelecida pelo chefe.

EM HORAS amargas de perturbação, quando é presa de emoções violentas, quando lhe falta o chefe, etc., o grupo tende a descambar para *comportamentos primitivos*, descontrolados, tais como o pânico, a rebelião.

A EXISTÊNCIA do chefe à frente do grupo constitui, portanto, *necessidade imprescindível*. Aí o chefe, não é apenas uma figura ornamental; deve ser aceito e reconhecido como tal, por todos os componentes do grupo; deve ser bem conhecido e a sua presença deve ser permanentemente sentida.

5.33 — O GRUPO tende, como dissemos, para *comportamentos primitivos* e *elementares*. Suas reações são mais de ordem emocional do que racional. Predominam as emoções e os sentimentos; às vezes, a fé e a confiança e quase nunca a razão. Em certas condições, seus componentes atuam como se estivessem isolados. Haja visto o procedimento em certas manifestações ou rituais religiosos, nas greves, nos motins, nas rebeliões e no pânico.

O PROCEDIMENTO DO GRUPO, que muito se aproxima do das multidões, apresenta situações delicadas e de difícil compreensão. Há entretanto indícios que podem auxiliar aos que com ele lidam. Indicaremos alguns deles.

NAS SITUAÇÕES DE CRISE, que surgem de estímulos prolongados sem que tenha havido adequada resposta, basta, às vezes, um estímulo aparentemente brando e impróprio, para provocar a resposta esperada ou não. É o caso de um acontecimento fortuito, de um gracejo, de uma frase apropriada, de uma notícia, etc.

NÃO É FÁCIL criar uma nova forma de comportamento para o grupo, nem modificar a corrente e muito menos cessar esta. Influi então, de algum modo, a lei da inércia. Convém evitar que as situações sejam criadas e daí a importância que se deve emprestar a certos estímulos e aos indícios das crises; convém agir vigorosamente ainda na fase preparatória das situações e das crises em potencial, por meio de estímulos apropriados que substituam os maléficos. UMA VEZ CRIADA A SITUAÇÃO, é preciso compreender-se que as *necessidades do grupo* são uma realidade e têm de ser atendidas ou substituídas por outras.

5.34 — HÁ UMA TÉCNICA a ser aplicada na prevenção e na solução das *necessidades* ou *tendências do grupo*. Os fatores de ordem psicológica devem ser bem pesados. Valem aí mais os elementos de afetividade que os da razão. O emprego de estímulos apropriados à situação deve prevalecer sobre os meios violentos de inibição, de contenção ou de repressão.

5.35 — A MELHOR ARMA da chefia do grupo é a *sólida moral coletiva*, fundamentada na *educação pelo treinamento* e no *meio ambiente*, durante largo tirocinio. Essa *moral coletiva* representa o principal objetivo da Arte de Comandar, que é, por sua vez, a única razão de ser do nosso esforço. (30)

6 — O FATOR MORAL E ELEMENTOS QUE NÊLE INTERFEREM :

6.11 — AS DEFINIÇÕES DE MORAL, como as demais definições, não atendem a todos os aspectos do fenômeno. A concepção de conduta moral nas diferentes escolas psicológicas apresenta-se sob aspectos diversos. As escolas modernas admitem, porém, alguns postulados que caracterizam essa conduta :

- interferência de variados fatores na conduta moral ;
- proeminência das atitudes afetivas sobre o juízo lógico, embora este tenda a adquirir maior influência ;
- instabilidade das reações emocionais, que provocam resultados específicos e díspares : indivíduo valente em determinadas situações e covarde em outras ; inteligente para certos trabalhos e sem discernimento para outros ; impaciente para com determinadas pessoas e paciente para com outras ; variando, assim, as características e defeitos morais com os estímulos ;
- não existência de critérios morais padronizados que permitam uma avaliação ética constante dos diferentes tipos possíveis de conduta moral em face de situações concretas ;
- variabilidade de critérios julgadores entre diferentes pessoas e da mesma pessoa, frente a diversos tipos de ações tidas como imorais ;
- a simples observação dos atos exteriores do indivíduo não basta para poder-se avaliar o grau de moral de sua reação pessoal em dado momento.

EM SUA CONCEITUAÇÃO, o *comportamento moral* apresenta três aspectos evolutivos :

- a *moral por inibição*, que consiste em não fazer nada que seja proibido ou tido como tal ;
- a *moral utilitária*, em que o indivíduo faz somente o que lhe convém, isto é, executa o que é bom para ele ;
- a *moral verdadeira* ou *moral humana*, em que o indivíduo realiza o que crê seja melhor, para o mundo psíquico.

VÊ-SE, assim, que o *comportamento moral*, em estágio superior, não se define, apenas, pelos resultados transitórios ou definitivos, mas pelo propósito do indivíduo. Isso leva a admitir-se a *boa moral como propósito de realizar-se o bem material e psíquico*, sem antever o interesse que dêle possa derivar. (31)

(30) Committee of The National Research Council — Obra citada.

(31) Emilio Mira y Lopez — Problemas atuais de Psicologia.

6.12 — ALGUNS AUTORES E MANUAIS definem a *moral militar* como "o querer fazer aquilo que se tem por obrigação fazer". Não é esta uma definição de alcance limitado. Quem quer fazer tem prazer, tem disposição, não só para as missões recebidas do escalão superior, como para novas experiências e atividades, para iniciativas e reações contra fatores que possam perturbar o próprio comportamento.

HÁ AINDA os que encaram a *boa moral* sob os aspectos intelectual, emocional e social. A moral, no aspecto intelectual, é a convicção de que o que se faz contribui para auxiliar a obtenção do que se deseja. No ponto de vista emocional, a moral é a disposição, que, com saúde e a competência, torna o indivíduo capaz de realizar efetivamente a missão que lhe é imposta. No ponto de vista social, a moral é o sentimento fundamental de perfeita conformidade com os superiores e com todos aqueles com quem coopera, sentimento que não se opõe aos interesses da organização.. (32)

6.13 — AÇÃO DO PENSAMENTO NA CONDUTA MORAL — A interferência do pensamento, embora não seja dominante, torna possível ao ser imbuir-se de ideais, padrões de comportamento moral, que se transformam também em atitudes emocionais. (33)

6.14 — A CONDUTA MORAL, AS NECESSIDADES E A FRUSTRAÇÃO — A influência das *necessidades* e da frustração é muito acentuada no *comportamento moral*. A *sede*, a *fome*, o *sono*, a *fadiga*, a *higiene*, as *informações*, os *divertimentos*, a *função adequada*, a *camaradagem*, a *solidariedade*, a *auto importância*, o *espírito de corpo*, as *convicções ideológicas*, o *conforto espiritual* e a *ação do comando* são fatores essenciais de *boa moral*.

Tenho afirmado, em documentos oficiais e em conferências, que as características do *Exército dos tempos novos* reside principalmente em *boa cama*, *boa roupa*, *boa mesa*, *conforto e higiene*, *bom espírito*. (34)

O soldado bem tratado e bem cuidado não é propriamente um soldado mimado, mas sim um soldado valorizado e revigorado física e moralmente. O bom trato não lhe prejudicará a combatividade, o espírito de sacrifício e a dedicação nas tarefas árduas. Já se foi a época em que o "soldado era superior ao tempo".

É FUNDAMENTAL que o militar esteja convencido da importância que a Nação empresta ao seu papel, através principalmente do amparo moral e material que lhe dedica. O ESPÍRITO DE CORPO, A CAMARADAGEM E A SOLIDARIEDADE formam elos de uma mesma cadeia. Mau grado a prevenção contra o *espírito de casta*, não pode haver forças armadas sem uma mística, sedimentada principalmente na tradição e na missão de preservadora da nacionalidade. Mística que se particulariza no *renome das unidades*, para o amor e o orgulho dos respectivos componentes. As tradições, as características regionais, as afinidades com os grandes vultos, com outras tropas de passado glorioso, os

(32) Comitee of The National Council — Obra já citada.

(33) Emilio Mira y Lopes — Já citado.

(34) T.A. Araripe — Sugestões ao Ministro da Guerra, Gen. Góes Monteiro — 1945.

estandartes, uniformes, distintivos especiais, apelido ou designação honorífica ("dois de ouro", "doze treme terra", "boi de botas", "Andrade Neves", "Sampaio", "a cobra fumou") são incentivos valiosos, maxime em forças democráticas como as nossas.

TAMBÉM não nos devemos esquecer as influências das concepções ideológicas e o sentimento religioso.

- 6.15 — **AÇÃO DE COMANDO** — Dos elementos que interferem no comportamento moral, deixei por último a AÇÃO DE COMANDO. O comando exerce, é curial, grande influência sobre a moral de sua tropa. Vem isso da autoridade e da responsabilidade que lhe cabem. Sua atuação é permanente na adequação do meio ambiente, na educação pelo treinamento e pela experiência e no enfrentar e solucionar os problemas morais, na complexidade das situações concretas onde borbulham fatores externos e internos. O COMANDO, em sua expressão ampla, — e não um comandante ou um chefe —, porque embora, às vezes, o resultado ocasional dependa da ação do chefe do momento, a situação moral é sempre o somatório de inúmeros fatores e da atuação do comando de tôdas as esferas.

- 6.16 — **CHEGAMOS ASSIM**, ao término desta explanação e depois de têmos passado em revista os fundamentos científico-práticos válidos para direção dos homens, ao ponto em que devemos ressaltar a ação dos chefes no manuseio desses instrumentos. São fundamentais, que nos dias de hoje, devem ser considerados para profunda revisão dos regulamentos disciplinares, do Código Penal e da Lei do Serviço Militar.

DESTA ANÁLISE, muito sumária, pode-se afirmar e concluir que essa AÇÃO DE COMANDO, no emprêgo dos meios existentes ou criados e dos instrumentos que são esses conhecimentos científico-práticos é, de fato, uma verdadeira

ARTE DE COMANDAR

— misto de culto, de arte e de ciência.

Culto que exige um sacerdócio de devoção e fé;

Arte que deve ser sentimento artístico, espírito criador e técnica;

Ciência na investigação, na sistematização e no anseio de maiores aperfeiçoamentos para o bem da comunidade militar.

O EMBLEMA DO SEGURO DO BRASIL



A MÁXIMA GARANTIA EM SEGUROS

Cr\$ 904.150.965,60

De indenizações até 1954

INCÊNDIO, TRANSPORTE, ACIDENTES DO TRABALHO, ACIDENTES PESSOAIS, HOSPITALAR OPERATÓRIO, AUTOMÓVEIS, FIDELIDADE, RESPONSABILIDADE CIVIL E LUCROS CESSANTES

FORTIFICAÇÕES DO CEARÁ

Coronel ANNIBAL BARRETO

Resumo histórico das fortificações construídas no Ceará na época do Brasil-Colônia

"Devemos obstar por todos os meios que o território pátrio seja maculado pelo inimigo".

"O mais eficiente dêles é, segundo Varnhagem: Preparar-nos para receber à porta e não dentro dela, depois de nã-la haver saqueado".

Pela localização das defesas fixas construídas, no Ceará, no tempo do Brasil-Colônia, pelos lusitanos, certificar-se-á da situação dessas fortificações, que constituíam uma linha defensiva nos pontos nevrálgicos daquela região, e que, naquela época, impediriam ou obstaríam qualquer penetração de conquistadores no interior dessa parte do Brasil.

* *

Quando D. João III, em 1534, dividiu a costa do Brasil em Capitânias hereditárias, o território do Ceará ficou compreendido entre três doações distintas:

- a) dos limites com o Rio Grande do Norte até o rio Jaguaribe, fazia parte da doação que coube a João de Barros (100 léguas a partir da Baía da Traição (Paraíba) até o Jaguaribe);
- b) do rio Jaguaribe ao rio Mundaú, nas 40 doadas a Antônio Cardoso de Barros;
- c) e do rio Mundaú aos limites com o Piauí, nas 75 concedidas a Fernão Álvares de Andrade.

Esses donatários, por motivos diversos, não puderam dar início a colonização de suas Capitânias.

Em 1586 firmaram-se os portugueses na Paraíba; e em 1597 já atingiam o Rio Grande do Norte.

Em meado de 1603 Pedro ou Pero Coelho de Souza, português abastado e proprietário na Paraíba, que fôra nomeado Capitão-Mor, partiu da Paraíba para o rio Jaguaribe, acompanhado de Soares Moreno, Simão Nunes e Manoel de Miranda, por terra, com 86 homens brancos e 200 índios, com o fim de tentar colonizar o Maranhão e expulsar os franceses de lá e do Ceará, onde iam se estabelecendo, com o apoio dos índios, que com os quais comerciavam.

Na foz do Jaguaribe construiu os primeiros elementos de um Fortim, conforme veremos adiante.

Do Jaguaribe, com um grande contingente de índios, partiu para Camocim ou Rio da Cruz e daí alcançou o rio Paraíba (Piauí), de onde retornou ao Ceará, vindo ter à barra do rio Ceará, construindo um Fortim na sua foz e na sua margem direita, denominando-o São Tiago.

Posteriormente, regressou à Paraíba em busca de recursos. Retornou ao Ceará, mas à mingua de auxílios, é obrigado a retirar-se para o Rio Grande do Norte, onde faleceu.

Foi, pois, Pero Coelho, o primeiro português a tentar a colonização do Ceará, e o primeiro a lançar os fundamentos de fortificações na sua costa.

* *

Vejamos, agora num resumo histórico, cronológico, como foram dis-

seminados pelo litoral e interior essas fortificações.

1º) FORTIM DE S. LOURENÇO (Foz do Jaguaribe)

Construção, Armamento, Guarda etc.

A construção desse Fortim foi iniciada em 10 de agosto de 1603, pelo Cap. Pedro ou Pero Coelho de Souza, na margem esquerda do rio Jaguaribe, próximo à sua foz, e entre os rios Paripuera e São Lourenço, no local conhecido por Passagem das Pedras.

Nessa época, Pero Coelho com uma expedição, partindo em junho da Paraíba, destinava-se ao Maranhão, com a finalidade de expulsar daí os franceses, chefiados por Jacques Rifault.

Até 1640, nos mapas, ainda figurava esse Fortim, ora com a denominação de Presídio, Fortim, ora de Fortaleza.

A missão de Pero Coelho, conforme estabelecia o Regimento expedido pela Corte de Madrid, "era descobrir por terra o pórtio do Jaguaribe, tolher o comércio dos estrangeiros, descobrir minas e oferecer paz aos gentios"; "fundar povoações e Fortes nos lugares ou portos que melhores lhe pareçam".

Alcançando o Jaguaribe com sua expedição, composta de 65 soldados e 200 índios, tratou de se proteger contra qualquer ataque dos índios hostis, construindo, pois, o Fortim que denominou de São Lourenço.

Daí a construção do Forte, como um meio de defesa contra os selvagens e uma base para vigilância do litoral nessa região.

Sua duração foi efêmera e hoje nada mais resta.

2º) FORTIM DE, SÃO TIAGO (Foz do rio Ceará)

a) *Construção, Comandantes, Armamento, Guarda, etc.*

Vitoriosa, em 1604, a expedição de Pero Coelho contra os franceses de Mambile e os índios tabajaras

da Ibiapaba, avançou o mesmo até o rio Paraíba, atingindo o lugar então chamado Punaré, de onde regressou para as margens do rio Ceará ou Itarema, situados a 18 km a oeste de Fortaleza.

Aí na sua foz e na margem direita construiu um Fortim de taipa, que denominou São Tiago da Nova Lisboa ou simplesmente São Tiago.

A povoação que fundou chamou-se Nova Lisboa e essa região passou a chamar-se Nova Lusitânia.

b) *Comandantes :*

Pero Coelho — 1604 ;

Cap. Simão Nunes Correia — 1604-1605 ; e, novamente, Pero Coelho — 1605.

c) *Armamento :* Mosquetes.

d) *Guarnição :* 45 homens.

e) *Sua história :*

Durante a ausência de Pero Coelho, que foi à Paraíba em busca de recursos, ficou no comando do Fortim o Cap. Nunes Correia. Pelo espaço de 18 meses permaneceu essa guarnição quase sem recursos e sem comunicação com a Paraíba. Assim, ao regressar ao Forte em 1605, não teve Pero Coelho outro alvitre senão retirar-se com a guarnição para o Rio Grande do Norte (Fortes dos Três Reis Magos), pois os ataques dos índios eram constantes e sem poder ser repelidos.

Ficando o Fortim evacuado e abandonado, com pouco tempo entrou em ruínas e desapareceu.

3º) FORTIM OU FORTE DE SÃO SEBASTIÃO

(Foz do rio Ceará)

a) *Construção, Armamento, Guarda, Comandantes, etc.*

A 20 de janeiro de 1612, o Capitão-Mor Martins Soares Moreno, que fora tenente do Forte dos Três Reis Magos (Rio G. do Norte), aporta, com 6 soldados e um padre, à barra do rio Ceará. Aí inicia a construção de um Fortim no mesmo local onde existiu o Fortim de São Tiago, denominando-o Forte de São Sebastião, em homenagem

ao santo do dia de seu desembarque nessa região. Também nessa ocasião construiu uma Capela com invocação de N. S. do Amparo.

O Forte era um quadrado de estacas de pau a pique e terra, flanqueado por dois baluartes pequenos, também quadrados, localizados em dois ângulos diametralmente opostos.

No seu interior foram construídos alojamento para a guarnição e depósito para gêneros.

b) *Armamento e guarnição:*

De início, foi armado com duas peças de ferro e guarnecido com 20 homens, armados de mosquetes.

Posteriormente, sua guarnição foi aumentada para 33 homens. E seu armamento pesado passou a ser o seguinte:

4 peças de ferro de 4 libras e 1 de 2 libras.

c) *Comandantes:*

Soares Moreno (1612)

Estêvão de Campos

Manoel Brito Pereira

Sargento Almeida Bartolomeu de Brito

Domingos Lopes Lobo (1617)

Soares Moreno, novamente (em 1621)

Domingos da Veiga, sobrinho de Soares Moreno (1631)

Tenente Van Han — holandês (1637)

Tenente Gedian Morris — holandês (1637).

d) *Reconstrução:*

Em setembro de 1621, Soares Moreno, reconstruiu o Forte, que se achava em ruínas. Suas muralhas foram reconstruídas com pedras soltas, numa altura de 3m 30.

Os holandeses reforçaram-no com uma palissada em 1637.

e) *Sua história:*

Esse Forte prestou relevantes serviços na defesa do litoral, repellido em 1614 piratas franceses (Dur Prat) e, em 1624 a 1625, naus flamengas.

A 25 de outubro de 1637, depois de heróica resistência, caiu em poder dos holandeses, comandados por George Gasrtsman.

Daí, são expulsos pelos selvagens rebelados em janeiro de 1644.

Voltaram a ocupá-lo em 1649, e em 1654 deixaram-no finalmente.

Depois que os holandeses foram daí expulsos em 1644 pelos índios revoltados, o Forte ficou em completa ruína. Os canhões foram transportados para o Forte do Schoonemberch, bem como o material de construção: telhas etc.

Hoje nada mais resta.

4º) FORTIM DE N. S. DO ROSÁRIO

(Ponta de Jericoaquara (Buraco das tartarugas) próximo a Camocim)

a) *Construção, Armamento, Guarnição, Comandantes etc.*

Jerônimo de Albuquerque, em 1613, construiu em Jericoaquara (enseada e ponta situadas entre Acaraú e Camocim) um Fortim, sob a invocação de N. S. do Rosário.

Como obra de defesa era muito rudimentar, pois não passava de uma estacada de pau a pique.

Em 1637 também os holandeses aí fizeram pequenas obras de fortificação, dirigidas por Jacob Evers. Esse, alistando índios, seguiu para o Maranhão e lá morreu em luta com os portugueses.

Em 1655 André de Vidal de Negreiros mandou construir na ponta Jericoaquara uma fortificação permanente, a fim de facilitar as comunicações, por terra, entre o Ceará e Maranhão, servindo esse reduto de proteção aos portugueses, que se destinavam a São Luiz.

Parece que as peças para aí transportadas não foram montadas e ficaram encobertas pela areia e outras foram roubadas.

O armamento era mosquete e a guarnição era composta de 40 homens.

Hoje, não há mais vestígios.

b) *Comandantes:*

Jerônimo de Albuquerque (1613)

Jerônimo de Albuquerque Sobrinho — sobrinho de Jerônimo de Albuquerque (1613-1614)

Manoel de Souza Eça (1614).

c) *Sua história:*

Esse Fortim servia de ponto de apoio para a vigilância do litoral infestado de piratas franceses e selvagens, e uma base de proteção para a expulsão dos franceses do Maranhão.

Os piratas franceses atacaram o Fortim em 1614, mas foram repelidos. Ainda em 1614, seus defensores repeliram um forte ataque de 300 índios.

Em 1637, quando os holandeses ocuparam o Fortim de São Sebastião, na barra do rio Ceará, ocuparam também esse Fortim. Mais tarde, com a expulsão dos holandeses, foi guarnecido pelos portugueses.

Nas lutas titânicas contra os franceses e contra os selvagens não podem ser esquecidos os nomes de: Jerônimo de Albuquerque, Manoel de Souza Eça, Alferes Cristóvão Sellares, Sargento Baltazar Fernandes Barreiros e cabos Simão Fernandes Botelho, Manoel Dias Guoterres e Francisco de Araújo Moura que, herôicamente, derramaram seu sangue em defesa da terra invadida.

Esse Fortim foi destruído no dia 12 de outubro de 1614, por ordem de seu comandante, quando daí se retirou para Peria, deixando a costa cearense.

Hoje, não há mais vestígios.

5º) FORTE SCHOONEMBERCH (holandês) ou FORTE DE N. S. DA ASSUNÇÃO (português)

Construção, Reconstrução, Armamento, Guarnição etc.

A 3 de abril de 1649 Matias Beck (holandês) aporta à enseada de Mucuripe, com 3 iates e dois barcos transportando 298 homens.

Dáí passou a explorar a costa do Ceará até a barra do rio Ceará, com o fim de escolher um local para construir um Forte. A colina situada à margem esquerda do Pajeú (Marajaih-Ipajuca-Telha e depois Pajeú), e denominada pelos indígenas de Marujaitiba, foi o local escolhido.

A 9 de abril 40 soldados iniciaram a limpeza do terreno, a fim

de ser feito o traçado do Forte pelo engenheiro Ricardo Caar.

No dia 22 estava quase concluída a obra.

O Forte recebeu a denominação de Forte Schoonemberch, em homenagem ao governador holandês de Pernambuco.

Era pequeno e construído de madeira: estacas de carnaúba e terra. Tinha a forma pentagonal, cercado de parapeito e palissada.

Posteriormente, Matias Beck ampliou e reforçou as obras de defesa, de acordo com a planta feita pelo Engenheiro Caar. Essa ampliação foi iniciada em 19 de agosto de 1649.

De início, foi armado com 11 peças de ferro e guarnecido com 40 soldados.

Em 1654, tendo fim o domínio holandês no Brasil, Álvaro de Azevedo Barreto, que substituiu o comandante holandês Matias Beck, mudou logo o nome do Forte Schoonemberck para Forte de N. S. da Assunção.

Nessa época Álvaro de Azevedo Barreto fez reparos no Forte e deu início à construção de uma Capela.

Em 1655 Álvaro de Azevedo Barreto foi substituído no comando do Forte por Domingo de Sá Barbosa.

Por Carta Régia de 27 de julho de 1656, foi autorizado a André Vidal de Negreiros, então governador do Maranhão, ao qual estava subordinado o Ceará, a construir um Forte de pedra e cal ou mesmo de madeira de lei.

No momento não foi executada a construção, continuando o antigo Forte na mesma situação de ruínas.

De 1654 a 1812 esse Forte foi, ora por outra, reparado. Entretanto, não sendo conservado, nesse ano de 1812, desmoronou-se.

Durante o século XVII os melhoramentos do Forte foram executados nos Comandos de:

Manoel Carvalho Fialho (1662);
João Tavares de Almeida (1666);
Bento Correia de Figueiredo;
João de Barros Braga;
Sebastião Sá (1684).

Em 1708, a planta apresentada pelo engenheiro Diogo da Silveira Veloso para reedificar o Forte de pedra e cal não foi aprovada.

Em 1729, uma comissão de engenheiros, inclusive o Sargento-Mor Diogo da Silveira Veloso, foi contrária à construção de uma Fortaleza de pedra e cal, opinando por reparos a serem feitos, substituindo as carnaubeiras por madeira mais forte.

Em 1749 seu armamento era o seguinte:

a) Peças de bronze:

- 2 — calibre — 2"
- 2 — calibre — 5"
- 1 — calibre — 8"
- 5

b) Peças de ferro:

- 5 — calibre — 10"
- 2 — calibre — 3"
- 7

NOTA — Vencimentos mensais:

- a) Cap-Mor da Capitania (que era também o Cmt da Fortaleza): 33\$333.
- b) Condestável — 1\$920 e mais 4 litros de farinha. (Chefe dos artilheiros).

Guarnição — duas companhias: 2 capitães, 2 alferes, 2 artilheiros e 240 soldados.

Em 1756, no governo de Montauri foi iniciada a construção de um Reduto de madeira e terra batida, que, mais tarde, foi artilhada com 12 peças.

Ainda em 1782 não tinham sido reconstruídas as defesas do Forte. Em 1790 permanecia a mesma situação.

Em 1799 — 29 de outubro — Bernardo Manoel de Vasconcelos, governador da Capitania do Ceará, reclama contra o estado de ruínas do Forte, bem como comunica ser o seu efetivo muito pequeno:

Cmt (êle próprio)

- 1 tenente
- 1 sargento
- 1 furriel
- 1 cabo
- 1 tambor
- 21 soldados

NOTA — Ganhava um soldado 8\$060 por ano.

Nesse ano de 1799 o Forte dispunha do seguinte armamento:

7 peças, sendo uma de bronze, de calibre 7" e 6 de ferro de diferentes calibres:

- 1 de calibre — 9"
- 1 de calibre — 8"
- 3 de calibre — 6"
- 1 de calibre — 5"

Tôdas em mau estado.

Em 1802 foi construído um quartel.

Em 1812, quando era governador Manoel Inácio Sampaio, o Forte estava reduzido a um Reduto de terra batida e revestido de madeira, em quase ruínas.

Assim, desapareceu o ex-Forte Schoonemberch, construído em 1649 pelos holandeses, e que, em 1654, foi denominado pelos portugueses de Forte ou de Fortaleza de N. S. da Assunção.

Nesse mesmo local foi, em 12 de outubro de 1812 iniciada a construção da Fortaleza de N. S. da Assunção, conforme veremos adiante.

6º) FORTE DE CAMOCIM

(Foz do Coreaú ou rio da Cruz)

a) Construção, Armamento, Guarnição etc.

Em 1613 Jerônimo de Albuquerque já havia aportado às praias de Camocim, com a intenção de aí construir uma fortificação provisória, que servisse de base para a expulsão dos franceses do Maranhão.

Entretanto, achou mais conveniente construir na ponta de Jericoaquara, mais a leste, por oferecer melhores vantagens de ordem militar.

Em 1604, por aí já havia passado Pero Coelho.

Não se precisa a data em que os holandeses construíram em Camocim um pequeno Fortim, entretanto, possivelmente, pode ter sido em 1641, quando o governador holandês do Ceará, Gedeon Morris, viajou pelo norte da Capitania, a título de exploração e à cata de riquezas.

Em 28 de fevereiro de 1644 esse Fortim foi atacado e tomado pelos índios, que trucidaram a guarnição batava.

Chefiava os selvagens, o índio Ticuna que, em 1659, recebeu da Rainha Regente muitas mercês pelos serviços prestados à causa lusitana.

Antônio Teixeira de Melo, que havia combatido os holandeses no Maranhão, mandou ocupar esse Fortim em nome do Rei de Portugal.

Em 1656 André Vital de Negreiros mandou guarnecê-lo com quatro peças de 6 libras e 25 soldados.

Como o Fortim de Jericoaquara, esse ponto da costa, ocupado e fortificado, facilitava as comunicações do Ceará com o Maranhão, permitindo o comércio dos portugueses e proteção contra os ataques dos selvícolas.

Em 1687 já tinha esse Fortim desaparecido, e hoje não há mais vestígios do mesmo.

7º) FORTE REAL DE SÃO FRANCISCO XAVIER

(Baixo Jaguaribe)

Construção, Armamento, Guarnição etc.

Por ordem do governador de Pernambuco, Caetano de Melo Castro, a 25 de março de 1695 o Cap. Pedro Lelou partiu da Fortaleza de N. S. da Assunção, com um Contingente de 50 homens, a fim de construir um Presídio no baixo Jaguaribe, com a finalidade de terem aí os lusitanos um apoio para pacificar os índios e proteção adequada, em caso de ataque.

Assim, desembarcaram nesse local, pólvora, 4 arcabuzes e 2 armas de pedra, e deram início a construção de um Presídio ou Reduto. O Reduto foi construído a 73 km acima da foz do Jaguaribe e denominado Forte Real de São Francisco Xavier da Ribeira do Jaguaribe, sendo guarnecido por 20 soldados.

Seu comando foi dado ao ajudante João da Mota, por carta Régia de 9 de setembro de 1696.

Em 1697 sua guarnição foi aumentada com mais 30 soldados.

Mais tarde, em 1699, João da Mota foi substituído no comando por Belchior Pinto.

Em 1700 o Fortim foi reconstruído por ordem do Ten-Cel João de Barros Braga.

Em 1701 Belchior Pinto foi substituído no comando por Plácido de Azevedo Falcão, que aí permaneceu até 1703.

Esse Fortim foi duas vezes tomado pelos índios rebeldes; e em 1705 foi incendiado.

Em 20 de dezembro de 1705, o governador de Pernambuco, Francisco de Castro Morais, propôs à Metrópole a sua extinção, considerando terem os índios deixado livre o litoral, e assim o Fortim perdia sua finalidade precípua, que era a defesa dos moradores.

Em 1706 comandava o Fortim o cabo Manoel Dias Pinheiro.

Por Carta Régia de 12 de março de 1707, foi o governador de Pernambuco autorizado a mandar abandonar o Fortim, determinando que o cabo Manoel Dias Pinheiro, seu comandante, fôsse transferido para o Forte de Pau Amarelo, então em construção, nessa época.

8º) FORTIFICAÇÕES SUMÁRIAS DO BAIXO JAGUARIBE

Fortificações sumárias também foram construídas em épocas posteriores à construção do Fortim Real de São Francisco Xavier, já descrito, no baixo Jaguaribe e no litoral, pois, em 1706, já havia sido alvitrado a construção de fortificações nessa região.

Assim, vejamos:

1) *Fortim de Aracati* — construído a 5 km da foz do Jaguaribe e armado com 6 peças.

Não há mais vestígios.

2) *Reduto de Canoa Quebrada* — compunha-se de uma bateria (sòmente peças), situada a 2 km e 800m, a leste do farol da barra do Jaguaribe.

Não há mais vestígios.

3) *Reduto da Barra do Aracati* — construído na ponta oeste da foz do rio Jaguaribe e guarnecido com canhões de grosso calibre.

Não há mais vestígios, salvo algumas pedras como indício do Fortim que lá existiu. Alguns canhões servem de ornamento à Praça do Mercado, da cidade do Aracati.

4) *Bateria do Retiro Grande* — situada a 37 km a SO da cidade de Aracati, junto a uma enseada e pôrto local.

Teve duração efêmera.

Nota — Nas praias do litoral da cidade de Aracati, por muito tempo ainda eram vistos velhos canhões nas dunas.

OBSERVAÇÃO — Além dessas pequenas fortificações do litoral e do baixo Jaguaribe, na região leste da Capitania, disseminados pela costa haviam cinco Presídios ou Postos de Vigilância — situados na barra do Jaguaribe até a barra do Mossoró, a saber:

- 1º no Morro de Massaió
- 2º na Coroa Quebrada
- 3º na Ponta Grossa
- 4º no Morro do Tibau
- 5º na Barra do Mossoró.

9º) FORTIFICAÇÕES DO MUCURIPE (Ponta de São Bartolomeu) FORTIM DE SÃO LUIZ etc.

Já no começo do século XVII, Soares Moreno preconizava a construção de fortificações para a defesa da enseada de Mucuripe (chamada pelos franceses de Mocoripá), que deveria ser artilhada com 4 peças.

Em 1696 o Capitão-Mor do Ceará, Fernão Carvalho, também sugeriu a construção de fortificações para defesa do ancoradouro de Mucuripe.

Em 1745 foi apresentado à Metrópole um projeto para a construção de um Forte em Mucuripe.

Em 1799, afinal, foi construída a primeira defesa da enseada — um Fortim, constando de uma "estacada de pau a pique", em forma de octógono, medindo cada lado 45 metros de comprimento. Em cada ângulo, voltado para o mar, havia uma canhoneira.

Seu armamento era o seguinte:

Três peças de calibre — 3", duas de bronze e uma de ferro.

Esse Fortim recebeu a denominação de Fortim de São Luiz.

Em 1800 o governador Bernardo Manoel de Vasconcelos alvitrou o aumento de peças da guarnição do Forte de 18 a 26.

Em 1801, reforçando o Forte, o governador manda levantar três bateias de pedra e cal. Uma delas foi construída bem próximo ao ancoradouro.

Foi encarregado dessa construção o Ten artilheiro Francisco Xavier Torres que, com seus soldados, em três meses executou as obras planejadas.

A falta de canhões, em número suficiente para guarnecer as Baterias construídas, o governador Bernardo Manoel de Vasconcelos fez guarnecê-las com uma peça de ferro cada Bateria e outras de pau pintado de preto, iludindo o inimigo.

As despesas com essas obras foram de 526\$930.

No meado de 1802 mais uma Bateria foi levantada para reforçar as defesas do Mucuripe, recebendo o nome de São Pedro Príncipe.

Das Baterias que defendiam a ponta de Mucuripe, três foram denominadas: São Pedro Príncipe, da Princesa Carlota e São João Príncipe; o Fortim chamado São Bernardo do Governador, e por ficar próximo ao pôrto de São Luiz do Mucuripe, passou a ser conhecido também por "Fortim de São Luiz".

NOTA — Nessa mesma época existia na Prainha (Fortaleza) um Fortim denominado Reduto da Prainha, guarnecido com duas peças de pequeno calibre.

Em 1826 as defesas do Mucuripe foram reconstruídas.

Em 1843 o estado dessas defesas era precário e quase em ruína.

Junto às canhoneiras achavam-se 11 peças enterradas na areia. Sua guarnição estava reduzida a um Tenente reformado, Cmt, 1 sargento e 4 soldados.

Hoje não há mais vestígio.

Há um Farol ergido na Ponta do Mucuripe.

10º) REDUTOS DIVERSOS, FORTIM, BATERIAS E PRESIDÍOS

Em 1749 existia em Jacarecanga (Fortaleza): um Reduto denominado Jarecamara armado com duas peças. E noutras partes da costa:

- a) O Reduto Novo — armado com 3 peças;
- b) O Reduto da Faxina — armado com 3 peças;
- c) O Reduto do Pôrto — armado com 2 peças;
- d) O Fortim da Bandeira (Mucuripe) — armado com 1 peça (tinha uma Bandeira amarela, servindo de sinal para os navios);
- e) Em Parazinho, situado a 68 km oeste da Barra do Ceará, existiu uma Bateria passageira até 1829, guarnecida por 2 peças.

Hoje, nada mais existe.

Presídios

Como Postos de Vigilância para impedirem o contrabando, foram instalados, na época colonial, na costa norte e nordeste da capitania do Ceará, os seguintes Presídios:

- de Pernambuquinho;
- de Pontal do Acaraú;
- e de Mundaú.

O Presídio de Pernambuquinho, em 1808, era comandado por Joaquim Ferreira de Araújo, e guarnecido por praças da companhia sediada em Sobral.

Hoje não há mais vestígios desses Presídios.

11º) FORTALEZA DE N. S. DA ASSUNÇÃO

(A última construída no Ceará)

Construção, Armamento, Guarnição, Comandantes, Reconstrução etc.

Como uma homenagem à data do aniversário do "Sereníssimo Senhor Príncipe da Beira, o senhor D. Pedro de Alcântara, em 12 de outubro de 1812, o governador da Capitania do Ceará-Grande, Manoel Inácio de Sampaio, lançou a pedra fundamental da Fortaleza de N. S.

da Assunção, no mesmo local onde fôra construído o antigo Forte holandês denominado Schoonemberch, em 1649, e agora reduzida a uma Bateria em ruínas.

A sua planta foi organizada pelo Ten-Cel de Engenharia Antônio José da Silva Paulet, tendo o mesmo dirigido sua construção.

A Fortaleza seria edificada num quadrado com 90 metros de cada lado, constando de 4 baluartes, três com as seguintes denominações:

O do nordeste com a invocação de N. S. da Assunção, o do sueste com a invocação de São José, o do noroeste — denominado Senhor Dom Pedro, Príncipe Regente da Beira, o Senhor Dom Pedro de Alcântara.

A construção da Fortaleza custou ao governo a importância de 20:362\$390, afora 16:103\$264, de donativos de particulares.

Em 1817 foi colocada na parte externa da muralha do norte uma lápide com a seguinte inscrição (em latim):

Ano de 1817

"As naus escarneciam de mim, quando eu era um monte informe: agora, que sou uma grande fortaleza, de longe tomam-se de respeito.

Aqui, reinando D. João VI, Sampaio me fundou bela, o engenho de Paulet resplandece. Os donativos dos cidadãos me tornam forte pelas muralhas, e os dispêndios reais me fazem forte pelas armas".

NOTA — Essa lápide acha-se no Museu do Estado do Ceará.

De início, foi a Fortaleza guarnecida com 5 canhões.

Em 20 de fevereiro de 1821 pela Metrópole foi determinado ao governador Francisco Alberto Robim que prosseguisse nos trabalhos da Fortaleza.

A 17 de agosto de 1822 estavam concluídas as suas obras.

Conforme já vimos, era um quadrado com quatro baluartes e foi guarnecida com 27 peças, que cruzam seus fogos em condições de baterem o ancoradouro e Pôrto.

No final da construção os quatro baluartes receberam as seguintes denominações :

- o do Norte — N. S. da Assunção
- o do Sudeste — São José
- o do Nordeste — D. João
- o do Sudoeste — Príncipe da Beira.

Em 1829 foram acrescentadas mais quatro peças, fazendo um total de 31.

Em 1847 foi a Fortaleza reconstruída devido ao seu mau estado; e em 1856 foram feitos alguns reparos.

Em 11 de fevereiro de 1857 a Fortaleza passou à categoria das fortificações de 2ª classe e assim continuou até 1880.

Nessa época estava artilhada com 26 peças de alma lisa e 6 canhões de bronze, raíados, calibre 12", sistema La Hite.

Os calibres das peças de alma lisa eram os seguintes :

- 4 — calibre — 25"
- 2 — calibre — 18"
- 9 — calibre — 12"
- 5 — calibre — 6"
- 6 — calibre — 3"

26

Com os reparos e melhoramentos executados de 1856 a 1886 (em 30 anos), a Fortaleza sofreu muitas modificações.

Em 1858 foi estimado seu valor em então 125:000\$000.

Em 1906, se bem que conservada, exigia alguns reparos urgentes.

Em 1910 a Fortaleza foi desarmada.

Em 1917, na primeira grande guerra do século, foi a Fortaleza guarnecida pela 1ª Bia Independente — do 3º Distrito de Artilharia de Costa, sob o comando do Capitão Bernardino Chaves.

Em fins de 1918 essa Bia foi extinta.

O quartel contíguo à Fortaleza, que aquartelava tropa de Infantaria que guarnecia essa Fortificação, foi ocupada pelo 46º BI, depois 23º BC. E hoje serve de sede ao Quartel-General da 10ª RM e seus serviços.

Suas muralhas ainda estão de pé e bem conservadas, com alguns canhões servindo de ornamento.

OBSERVAÇÃO — Do nome da Fortaleza de N. S. da Assunção veio o nome de cidade Fortaleza — Capital do Estado.

A princípio: "Vila da Fortaleza de N. S. da Assunção". Depois: "Cidade de Fortaleza de Nova Bragança", "Cidade de Fortaleza do Ceará", "Cidade de Fortaleza" e finalmente "Fortaleza".

BIBLIOGRAFIA

- a) "Corografia da Província do Ceará", por José Pompeu de A. Cavalcante — 1887;
- b) "Homens e Fatos", por João Brígido — 1919;
- c) Boletim do Museu Histórico do Estado do Ceará — Ano 2º, n. 3 — 1936;
- d) "O Ceará", Raimundo Girão e Martins Filho — 1939;
- e) "Anuário do Ceará", Waldery Uchôa — 1954.

Magazine LEREX Ltda.

ARTIGOS FINOS PARA HOMENS — ALFAIATARIA

Desconto de 10 % para os sócios do Clube Militar

AVENIDA RIO BRANCO, 251-A-RIO

FONES 22-8551 E 42-3837 — END. TELEG.: "LEREXMAGAZIN"

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



BATALHÕES RÔDO-FERROVIÁRIOS, CELEIRO DE ESPECIALISTAS

Major de Engenharia FERNANDO ALLAH
MOREIRA BARBOSA

Não são novas, entre nós, as tentativas de solução do problema da instrução militar nas unidades de construção. O assunto é, realmente, bastante complexo, de vez que as soluções, para serem aceitáveis, devem harmonizar duas atividades, aparentemente, incompatíveis: a formação de reservas militares instruídas e os trabalhos de construção. Ambos esses setores de ação, como facilmente se compreende, são absorventes e, daí, as dificuldades de conciliação de interesses antagônicos surgidos. Quem quer que haja lidado com os assuntos da instrução militar sabe que, para apresentar bom rendimento, ela deve ser conduzida com assiduidade, persistência, continuidade e dosagem equilibrada. É compreensível, portanto, que um recruta não possa ser instruído, convenientemente, através das horas vagas que lhe sobrem dos encargos de construção. Esses, por sua vez, não devem sofrer interrupções constantes, para que o recruta compareça às sessões de instrução, sob pena de encarecer, enormemente, a administração da obra e diminuir, verticalmente, o rendimento técnico do trabalho. Dessa forma, como conciliar tais fatores, em essência, tão dispares?

Ao que temos ciência, a primeira tentativa feita foi processada logo depois da reestruturação por que passou a Arma de Engenharia, em 1934. De acordo com o decreto que regulou essa reorganização, a Engenharia foi estruturada, em unidades homogêneas, pela reunião das companhias de sapadores em batalhões de sapadores, das companhias de co-

municações em batalhões de comunicações e das companhias de pontoneiros em batalhões dessa especialidade. Na vigência dessa organização, coube aos batalhões de sapadores o prosseguimento das missões de construção entregues ao Exército, embora tais unidades recebessem, paralelamente, a missão da incorporação e instrução de contingentes de conscritos. A solução então tentada foi a alternância de atividades: três dias na semana, os conscritos recebiam instrução intensiva; nos outros três dias trabalhavam na construção a cargo da unidade.

O sistema revelou-se satisfatório enquanto as missões técnicas atribuídas aos batalhões foram de pequena envergadura e enquanto os trabalhos de construção empregaram métodos de trabalhos preponderantemente manuais, de modo que o soldado podia ser aproveitado na construção sem grande preparo técnico. Tudo se resumia, praticamente, no manejo da pá e da picareta. A instrução militar, por sua vez, foi simplificada pela eliminação de certos ramos de maior complexidade, de forma a poder ser ministrada por sargentos-monitores, nos próprios locais de trabalho. Como sempre acontece em casos semelhantes, os elementos melhor dotados e mais interessados se destacaram, a despeito das evidentes falhas do regime. Uma parcela bastante ponderável dos atuais 1^{os} sargentos, subtenentes e oficiais do Q.A.O. de Engenharia tiveram sua instrução básica, nessas unidades e por esse processo, sem que isso hou-

vesse prejudicado sua formação profissional, tão perfeita quanto a de seus pares das demais armas. É que se tratava de elementos de escol, mais tarde aperfeiçoados nos CRASES, cuja formação se completava pelo auto-didatismo interessado e nas lides cotidianas do trabalho na caserna. Para o "homem médio", entretanto, o processo não era eficiente e suas falhas foram se tornando evidentes, à medida que os batalhões recebiam missões de construção de maior envergadura e a mecanização desses trabalhos se desenvolvia. Agora, já o recruta bisonho dificilmente podia ser aproveitado na construção, pois, o de que se tinha necessidade era de tratoristas, motoristas de caminhões basculantes e operadores de compressores de ar, de "bulldozers", de escavadeiras mecânicas ou de "turnapulls". A essa altura, o "homem da pá e da picareta" estava sendo paulatinamente eliminado dos trabalhos de construção e, evidentemente, a formação dos especialistas necessários era tão demorada e complexa como a instrução das qualificações militares constantes dos quadros de efetivos. A situação ainda mais se agravou pelo fato de as unidades serem obrigadas a distenderem-se em extensões consideráveis, criando o problema correlato do deslocamento dos recrutas até os locais onde era ministrada a instrução. Além disso, a exigüidade dos quadros da Arma de Engenharia não permita que os batalhões de sapadores contassem com o número de oficiais subalternos que seria mister, a fim de atender às necessidades da instrução.

A ineficiência do sistema foi reconhecida, oficialmente, quando os batalhões de sapadores foram transformados, em 1938, em Batalhões Rodoviários, ao passo que se restauravam alguns dos batalhões de Engenharia. Assim, os novos Batalhões Rodoviários passavam a ser meros órgãos de construção, sem nenhum encargo de instrução, enquanto os batalhões de pontoneiros, de engenharia e de comunicações assumiam o papel de formadores de reservas e de verdadeiros baluartes da Arma de Engenharia.

De acordo com as diretrizes de então, os Batalhões Rodoviários não incorporavam recrutas; recebiam, todos os anos, um pequeno contingente de praças mobilizáveis, muitas delas formadas em unidades de infantaria, cavalaria ou artilharia. Normalmente, esses contingentes, pelo fraco valor numérico pela falta de habilitações técnicas e pelas decorrências próprias do serviço de construção, eram absorvidos em funções de polícia, servindo, sobretudo, à manutenção da ordem dentro da zona de trabalho dos batalhões, onde a instrução militar descera, praticamente, a nada. Quando muito, organizava-se um grupamento de instrução de praças mobilizáveis, funcionava um curso de formação de graduados, para o aproveitamento dos elementos mais promissores recebidos pela unidade e faziam-se algumas palestras técnicas ou cívicas, a título de instrução de oficiais. No mais, cuidava-se, tão somente, dos trabalhos de construção.

Os especialistas indispensáveis à unidade, como de resto a imensa maioria do pessoal de construção, eram civis, alguns dos quais formados dentro da própria unidade, onde começavam como aprendizes. Essa formação, porém, era empírica, demorada e dispendiosa, além de nem sempre apresentar resultados práticos compensadores.

Parecia, então, que as unidades Rôdo-ferroviárias estavam, definitivamente, fadadas a essa situação de órgão técnico, travestido de unidade militar, enquanto as reservas da Arma eram formadas pelas demais unidades.

A eclosão da II Guerra Mundial e as espetaculares operações iniciais da Engenharia de Combate Alemã vieram dar ainda maior ênfase a essa preponderância dos B.E. Comb. sobre as unidades de construção.

Houve mesmo um momento, por volta de 1941, em que se pensou, seriamente, em suprimir as unidades Rôdo-ferroviárias no Exército brasileiro, sob a alegação de sua incapacidade para o adestramento profissional dos jovens em idade militar. Nessa ocasião, a idéia era transformá-los em Comissões Militares de Construção, pois, segundo

se afirmava, tais unidades, além de não ministrarem instrução, criavam ambiente pouco propício ao natural desenvolvimento do espírito militar dos oficiais jovens e, por outro lado, se viam embaraçadas, no cumprimento de missões técnicas, pela extrema rigidez da legislação militar a que estavam sujeitas, como unidades de tropa que eram.

Infelizmente, não poucos oficiais de Engenharia, alguns mesmo dos mais altos postos hierárquicos, aceitaram, passivamente, a tese simplista da impraticabilidade da instrução militar nas unidades de construção, embora um pequeno grupo de dedicados camaradas jamais houvesse esmorecido em seus esforços na procura de uma solução para harmonizar os interesses da instrução com os do serviço de construção.

Na decorrência dessa mentalidade, largamente disseminada entre os mais altos escalões dirigentes do Exército, foram suprimidos os 1º e 4º Batalhões Rodoviários, sem se levar em conta o avultado acervo de trabalhos já executados por tais unidades, nem tão pouco o patrimônio de conhecimentos técnicos que elas haviam acumulado, em vários anos de atividades.

Nessa época, era voz corrente, nos meios militares, que as demais unidades seriam igualmente extintas, tão logo terminassem as missões de que estavam encarregadas. Além disso, difundiram-se conceitos pejorativos relacionados com a eficiência técnica dessas unidades, cujos trabalhos passaram a receber dotações orçamentárias insignificantes, com evidente prejuízo de seus rendimentos.

Quando se discutia o assunto, nenhuma importância se conferia ao trabalho que tais unidades vinham realizando, no domínio da integração social dos núcleos demográficos de colonização estrangeira, em que várias delas se salientaram, notadamente o 2º Batalhão Rodoviário e o 2º Batalhão Ferroviário.

Tal situação perdurou, com pequenas alterações, durante toda a década de 1940-1950, época em que o crédito público dessas unidades atingiu seu nível mais baixo.

Em princípios de 1950, regulamentando a nova Lei do Serviço Militar, o Estado-Maior do Exército baixou diretrizes de instrução em padrões inteiramente novos. Segundo essas diretrizes, as unidades de tropa deveriam organizar-se, para fins de instrução militar, em mol-des binários, de modo que seus elementos integrantes incorporassem, alternadamente, os diversos contingentes de recrutas. Além disso, o tempo de serviço militar de cada contingente coincidia, parcialmente, com o do precedente, de forma que, em certo período do ano de instrução, a unidade dispunha de efetivos completos, para a realização de manobras e exercícios de cooperação de armas.

Por outro lado, a Lei do Serviço Militar introduzia vários conceitos novos, que não podiam ser postos à margem, como o da convocação total de cada classe, a obrigatoriedade da incorporação dos conscritos residentes nos municípios onde houvessem unidades do Exército ativo e a extinção dos Tiros de Guerra nesses municípios.

Também, na mesma ocasião, começou-se a pensar em Programas-Padrão de Instrução, com o fim de unificar, metodizar, orientar e regular a instrução nos corpos de tropa.

As unidades Rôdo-ferroviárias vieram-se, então, quase que de um momento para outro, ante a necessidade de ministrar instrução a vultosos contingentes de recrutas, da ordem de 300 conscritos cada um, sem prejuízo dos encargos normais de construção que, em algumas unidades, eram apresentados pela construção de trechos rôdo e ferroviários de relevante significação nacional.

Dadas as condições reinantes e o imprevisto das novas diretrizes, nada fôra preparado para enfrentar essa eventualidade: as unidades não dispunham de alojamento, de refeitórios, de locais de instrução e, em alguns casos, nem mesmo de depósitos para receber uniforme, equipamento e armamento para os novos conscritos.

Felizmente, porém, êsses Batalhões eram integrados por vários

daqueles que nunca haviam descrito de encontrar uma solução para a conciliação da instrução com os trabalhos de construção. O fato de todas estarem sediadas em zonas de pinheirais, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde existia madeira disponível em quantidade e qualidade suficientes, foi outro fator favorável. O entusiasmo, a iniciativa e a dedicação dos quadros fizeram o resto. As instalações foram ampliadas com a construção de pavilhões de alojamento de madeira, projetados e construídos pelas próprias unidades; das oficinas regimentais surgiram camas, armários individuais, mesas de refeitórios, cabides para armamento e equipamento e armários para fardamento; as cozinhas foram ampliadas; em certos casos, até mesmo colchões e travesseiros foram confeccionados nas unidades. Também surgiram, como que brotados do chão, estádios, pistas de aplicações militares, "estandes" de tiro e campos de lançamento de granadas. Não havia Programa-Padrão para as unidades Rôdo-ferroviárias. Os oficiais de operações dos diversos batalhões se reuniram e organizaram um, sendo obtida permissão para sua adoção a título provisório.

O fato é que, ao chegarem os recrutas, encontram condições de conforto bastante aceitáveis.

Entretanto, vários outros problemas exigiam solução imediata, sob pena de a instrução se limitar a um simulacro. Dêsses, um dos mais sérios era, exatamente, o da distribuição dos encargos da instrução pelas subunidades. Desde logo, verificou-se a impossibilidade de as companhias de construção participarem da instrução de formação dos conscritos. Para tanto, seria mister multiplicar, por tantas quantas fossem essas companhias, os alojamentos, as instalações de rancho, os locais de instrução e os depósitos de equipamento e armamento. Por outro lado, não poderia admitir-se que subunidades distantes de 100 km ou mais se utilizassem das instalações dos batalhões, mesmo porque, além da distância, havia ainda o fato de o percurso ter de ser feito, na maioria dos casos, em

estradas de serviço, de péssimas condições técnicas e pequeno rendimento de tráfego, sem levar em conta que os batalhões dispunham de limitadas quantidades de meios de transporte motorizados, inteiramente empenhados nos trabalhos de construção.

Mesmo para tal problema, aparentemente tão complexo e de facetas tão contraditórias, o entusiasmo e o espírito militar dos comandantes encontraram solução justa e razoável: adotou-se o alvitre da centralização da instrução básica militar, que passou a ser ministrada unicamente pelas Companhias de Comando e Serviços dos Batalhões, reforçadas em monitores e subalternos pelas demais, dentro das possibilidades de cada uma. Segundo a norma adotada, que é ainda a vigente, com pequenas alterações de minúcias, as Companhias de Comando e Serviço dos Batalhões passaram a incorporar todo o contingente de conscritos da unidade, ministrando-lhe a totalidade da instrução referente às fases de Adaptação e Instrução Básica Militar do Período de Formação. Já na fase de qualificação, as companhias especializadas foram chamadas a cooperar, embora de forma limitada e dentro das possibilidades dos meios materiais de que dispunham. Nos Batalhões Ferroviários, as Companhias de Avançamento e Exploração da via permanente recebiam o encargo da qualificação do pessoal de tração e de oficinas de máquinas a vapor, enquanto que, em todos os Batalhões, os tratoristas e operadores de equipamento mecânico passaram a ser qualificados nas companhias de equipamento mecânico. Os resultados obtidos com o primeiro contingente incorporado ultrapassaram, em muito, as expectativas mais otimistas, vindo refletir-se, favoravelmente, no moral dos quadros e da própria tropa. O espírito de emulação foi despertado entre as unidades, que passaram a ser consideradas, pelos comandos de nível mais elevado, na mesma base de eficiência profissional de suas congêneres de outras Armas.

A experiência da aplicação do Programa-Padrão, elaborado nos Ba-

talhões, revelou deficiências e lacunas que foram saneadas pelo escalão superior, à luz dos ensinamentos colhidos e respeitadas as condições peculiares do meio ambiente, possibilitando melhores facilidades para a instrução nas incorporações subseqüentes. Acima de todo o êxito material, porém, se situou, a nosso ver, o êxito moral e espiritual da derrubada do velho tabu de que as unidades de construção não podiam ministrar instrução: diante do sucesso obtido, mesmo os mais céticos tiveram que dobrar a cerviz e reconhecer a improcedência dos preconceitos em voga.

Resolvida a parte referente à instrução de formação, restava ainda o problema não menos complexo do período de aplicação. Também, para esse período foi organizado, pelos oficiais de operações dos batalhões interessados, um anteprojeto de Programa-Padrão, cuja aplicação foi autorizada, até o definitivo pronunciamento dos órgãos responsáveis do Exército. Nesse período, adotou-se solução diferente da anterior, isto é, apelou-se para o concurso de todas as subunidades dos batalhões, em perfeita igualdade de encargos e responsabilidades. É que no período de aplicação o homem vai, na realidade, praticar a função para a qual foi formado e, desse modo, seu concurso nas companhias de construção tornava-se não só proveitoso como também desejável, pois podia prestar relevantes serviços nos trabalhos de construção, tanto mais que os quadros de efetivos dessas unidades eram constituídos, quase exclusivamente, de especialistas pouco numerosos no mercado de mão-de-obra civil, sobretudo em localidades do interior.

Dessa maneira, chegou-se ao tão desejado equilíbrio entre os encargos da instrução militar e as necessidades dos trabalhos de construção, de modo que, tanto uns como os outros, podiam desenvolver-se, paralela e harmonicamente, com reais benefícios, tanto para o Exército como para os trabalhos de construção. Ganhava o Exército uma valiosa e numerosa reserva de especialistas, tanto mais inestimável quanto pensamos na dificuldade que se

teve para recrutar os quatro ou cinco tratoristas que integravam o batalhão da Força Expedicionária Brasileira, durante a II Guerra Mundial e ganhavam as próprias unidades um rico manancial de operários civis especializados, saídos de suas próprias fileiras e já conhecedores das particularidades do serviço onde seriam empregados. Não é caso raro um cabo ou soldado, terminado o tempo de serviço militar, despir a farda e continuar, como civil, nas mesmas funções que vinha desempenhando como militar.

Mas, nem só o Exército se beneficia, diretamente, desse contingente de mão-de-obra especializada. As próprias organizações civis, o DNER, o DNEF, os DER estaduais e seus empreiteiros contratam, na ocasião do licenciamento, uma parcela ponderável dos ex-soldados dos Batalhões Rôdo-ferroviários, sobretudo aqueles cujas especialidades escasseiam no mercado civil de mão-de-obra, pois, assim, se aliviam do pesado encargo representado pela formação desses homens, o que significa economia de tempo, de equipamento e de numerário.

Entretanto, ainda que bastante significativas para justificarem a manutenção do regime de instrução nos Batalhões Rôdo-ferroviários, não param aí as influências que essa instrução exerce no meio social onde atuam essas unidades. Também organizações particulares, inteiramente alheias aos trabalhos rôdo-ferroviários, se vêm beneficiando do celeiro de mão-de-obra especializada constituído pelos Batalhões de Construção. Não é difícil encontrarmos antigos soldados desses Batalhões em oficinas mecânicas em funções de mecânicos, torneiros, ajustadores, soldadores, etc.; como motoristas de ônibus interestaduais ou de caminhões de carga ou mesmo estabelecidos por conta própria, no ramo da respectiva especialidade.

Como comentário final, no entanto, desejamos ressaltar que a instrução desses batalhões não forma, apenas, elementos habilitados no uso e na manutenção de equipamento mecânico ou motorizado, como um leitor menos avisado poderia ser levado a crer, em virtude

das constantes referências que temos feito a tais elementos, no decorrer destas despretenciosas linhas.

Devemos levar em conta, outrossim, que tais unidades constituem organismos bastante complexos, exigindo o concurso de numerosos outros especialistas, cuja formação se torna imperiosa para o bom rendimento do serviço e que, após o licenciamento do serviço militar ativo, vão integrar as reservas do Exército e prestar seu concurso às atividades civis da região.

Entre tais especialistas, para cujas funções se exigem qualidades intelectuais tão aprimoradas como para os obreiros do serviço mecânico, se não talvez mais ainda, estão os topógrafos, muitos dos quais, ao deixar o Exército ativo, passam a exercer a profissão de agrimensor; os burocratas de toda espécie, desde os simples escreventes até os despachantes, armazenistas, encarregados de fichários e agentes de estação ferroviária; os desenhistas, os operadores cinematográficos, os fotógrafos, os mestres-de-obras, etc.

Um contingente quase que integralmente absorvido pelas atividades civis é o do pessoal de oficinas, cujas especialidades têm larga procura no meio civil, como sejam os carpinteiros, ferreiros, serralheiros, pintores e eletricitistas.

Outro fator de grande repercussão nas relações dessas unidades com o meio civil onde atuam é que, em virtude da legislação atual, é bastante diminuto o número de conscritos que permanece no Exército, findo o tempo do serviço militar, de modo que os estabelecimentos comerciais e industriais da região podem contar, todos os anos, com um manancial de elementos úteis e capacitados para o exercício das mais variadas funções.

Não é esporádico que certos elementos, sobretudo os que demonstram maiores aptidões, recebam propostas de emprego tentadoras para quando deixarem a caserna. É que esses jovens apresentem, do ponto de vista do empregador civil, mais um mérito: já estão quites com o serviço militar, fato bastante importante, em virtude de certos

dispositivos de nossa legislação trabalhista.

Após as considerações acima, o leitor há de supor que tais resultados terão causa, certamente, na seleção prioritária dos melhores conscritos da região. Nada disso, entretanto, tem lugar: os Batalhões Rôdo-ferrviários concorrem, em absoluto pé de igualdade, com as unidades das demais Armas e serviços, à repartição dos conscritos de cada classe.

A nosso ver, os resultados alcançados decorrem, não de causas externas mas de fatores internos. O ambiente de trabalho técnico em que se vive nessas unidades atua entre os recrutas como poderoso incentivo ao aperfeiçoamento individual, sendo comum que o próprio recruta solicite, como privilégio, a oportunidade de frequentar os cursos de formação de tratoristas, motoristas, mecânicos, etc., já com a finalidade de virem a exercer a profissão adquirida na caserna, depois do licenciamento.

Outro poderoso incentivo ao esforço individual, que convém não esquecer, são os empregos bem remunerados conseguidos pelos companheiros das turmas precedentes.

O próprio autor destas notas, quando comandante da Companhia de Comando e Serviços de um desses batalhões, foi procurado, certa ocasião, por um recruta, rapaz simplório e de limitados recursos intelectuais, que lhe disse:

— “Sabe, capitão, o camarada que dormia na minha cama, no ano passado, deu baixa como tratorista e agora está trabalhando no DNER, com o ordenado de Cr\$ 80,00 por dia; eu queria que o senhor também me botasse para aprender o “ofício” de tratorista.”

Por outro lado, esses camaradas de turmas anteriores atuam como verdadeiros informantes dos empregadores civis, pondo-os ao corrente das habilitações da turma em formação.

Como vemos, portanto, os batalhões de construção, além de estarem realizando a meritória tarefa de criarem uma reserva especializada e numerosa para o Exército, vêm constituindo, igualmente, ver-

dadeiro celeiro de mão-de-obra especializada para as organizações civis, nas regiões onde exercem suas atividades técnicas, não menos importantes para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

No entanto, não é apenas no campo da formação de especialistas militares que elas atuam, pois igualmente intenso é o trabalho de formação de artífices civis. Estes, geralmente, começam a trabalhar nas unidades como aprendizes, particularmente nas oficinas regimentais, como balconistas dos armazéns reembolsáveis, como auxiliares do serviço de correio, ou outras atividades congêneres. Para esses, é verdade, não se organizam cursos especiais de formação e seu aprendizado decorre do exercício direto da profissão, sob as vistas e a orientação de operários mais antigos. Entretanto, nem por isso esse aprendizado é menos eficiente.

Aliás, outra faceta bastante interessante do trabalho da instrução nessas unidades, particularmente durante as primeiras aplicações do atual regime, foi a de que as unidades não dispunham de monitores militares para todas as qualificações a serem formadas. Teve-se, então, que apelar para monitores civis que, devidamente orientados pelos oficiais, apresentaram rendimento inteiramente satisfatório. Hoje, na verdade, esse recurso já foi pôsto à margem, visto que, nesses cinco anos de aplicação do regime de instrução, os batalhões já dispõem de monitores para todas

as especialidades. Entretanto, não poucos dos atuais monitores receberam instrução de velhos servidores civis, dedicados obreiros aos quais sobrava, em dedicação e boa vontade, o que minguava em qualidades militares.

É, portanto, inteiramente justificado o conceito que essas unidades souberam granjear nas localidades onde estão hoje sediadas, tanto do ponto de vista da eficiência técnica, de que têm dado as provas mais irretorquíveis, como do ponto de vista da formação de especialistas, dos quais o Brasil, na era de industrialização acelerada que vive, tem cada vez maior avidez.

Não há, assim, qualquer exagero na legenda de "celeiro de Especialistas", com a qual cognominamos os Batalhões Rôdo-ferroviários, cujas atividades repercutem, simultânea e poderosamente, em dois setores de ação, dos mais importantes para o desenvolvimento e a segurança da Pátria, pelo menos no atual estado da conjuntura nacional: o da construção de boas e numerosas vias de transporte e o da formação de mão-de-obra especializada para a reserva do Exército e para a indústria nacional.

Saudemos, pois, com orgulho, os denodados companheiros rôdo-ferroviários, cujo trabalho anônimo, proficiente e constante há de constituir, certamente, fator de relêvo na construção de um Brasil mais rico, mais feliz e mais seguro de seus destinos.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone: 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência: 43-1112 — Diretoria: 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

Companhia

ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

RIO DE JANEIRO

A PRIMEIRA FABRICANTE DE CLORO E DERIVADOS
NO BRASIL

ALGUNS PRODUTOS DE SUA FABRICAÇÃO :

SODA CAUSTICA — CLORO LÍQUIDO — CLORETO
DE CAL (CLOROGENO) — ÁCIDO CLORÍDRICO CO-
MERCIAL (ÁCIDO MURIÁTICO) — ÁCIDO CLORÍ-
DRICO ISENTO DE FERRO — ÁCIDO CLORÍDRICO
QUÍMICAMENTE PURO (PARA ANÁLISE P. E. 1,19) —
HIPOCLORITO DE SÓDIO — HEXACLORETO DE BEN-
ZENO EM: PÓS CONCENTRADOS, PÓ MOLHÁVEL,
ÓLEO MISCÍVEL



PEÇAM AMOSTRAS, PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES A :

COMPANHIA ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

RIO DE JANEIRO :

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

TELS. : 23-1582 E 23-1599

A formação do soldado das Fôrças Blindadas

Major SAUL GUTERRES DIAS

I — INTRODUÇÃO

"Fôrças Blindadas" é a denominação geral dada às Unidades ou a seus elementos que *combatem em suas viaturas*. Caracterizam-se pela mobilidade, potência de fogo e choque e, sobretudo, pela *blindagem* de suas viaturas.

Este trabalho pretende fornecer subsídios para solucionar o problema da formação dos soldados destas Fôrças que, aqui, estão vinculadas às Armas de Infantaria e Cavalaria por não existir ainda no Brasil a Arma Blindada como em outros países.

Com esta finalidade analisemos, inicialmente, os diferentes tipos de Unidades blindadas existentes entre nós, e suas características.

II — TIPOS DE UNIDADES E SUAS CARACTERÍSTICAS

São os seguintes os tipos de Unidades blindadas, existentes em nossa organização:

A — Na Divisão Blindada = (DB)

1 — Batalhão de Carro de Combate Médio (BCC)

É uma unidade essencialmente de combate, capaz de grandes deslocamentos a velocidades médias, mesmo através campo, e que possui excelente potência de fogo mercê de seus canhões e metralhadoras. Seus carros possuem uma blindagem que põe suas guarnições a salvo dos projetis das armas automáticas, estilhaços de granadas e, em condições favoráveis de distância e ângulo de incidência, dos

tiros de armas — anticarro. Entretanto, é de manutenção delicada e, não obstante o rolamento sobre lagartas e a ampla dotação de aparelhos rádio, é sensível ao terreno adverso e aos obstáculos, particularmente às minas — A C, e tem dificuldade nas ligações visuais, quando os carros operam com as escotilhas fechadas.

Sua atuação no combate é exercida no âmbito do Grupamento Tático (G.T.); utiliza-se da combinação do fogo e da manobra para aproximar-se do inimigo e batê-lo. É o elemento básico da DB e sua organização comporta três companhias de carros Médios (Cias. CCM), uma Companhia de Carros de Combate Leve (Cia. CCL) e uma Companhia de Comando e Serviços (Cia. Cmd. e Serv.). As Cias. CCM são subdivididas em pelotões e estes em Seções a 2 carros. A Cia. Cmd. e Serv. reúne os elementos de manutenção, suprimento, comando e reconhecimento, além dos de comando do batalhão.

Obtém os melhores resultados quando reforça ou é reforçado pela Infantaria Blindada.

2 — Batalhão de Infantaria Blindado (BIB)

É um batalhão de infantaria equipado com viaturas blindadas que lhe possibilitem deslocar-se rapidamente, inclusive através campo, e progredir com apreciável velocidade sob o fogo das armas automáticas e dos estilhaços de granadas inimigas. Pode acionar suas armas embarcado ou a pé. A razão de ser de sua existência é apoiar o BCC com o qual consti-

tui, em dosagem variada, a estrutura dos G.T. Blindado ou do Batalhão Reforçado. Como o BCC, sofre restrições impostas pelo terreno, obstáculos, manutenção e ligações. É organizado em 3 Companhias de Infantaria blindadas, a 3 Pelotões e 1 Sec de Metralhadoras, e, uma Companhia de Comando e Serviços que reúne os meios de comando, reconhecimento, apoio de fogos (morteiros), manutenção e suprimento.

B — Na Divisão Blindada e na Divisão de Cavalaria (DC)

1 — Regimento de Reconhecimento Mecanizado (R Rcn Mec)

É uma unidade tipicamente de reconhecimento, possuindo meios blindados em quantidade mínima para apoiar o reconhecimento que é feito para as G.U. É dotado, na maior parte, de viaturas leves e sem blindagem (jeep). Das características citadas acima, vale-se mais da velocidade. É organizado em 3 Esq de Rcn e um Esq de Cmd e Serviços. Os Esq de Rcn são subdivididos em Pelotões constituídos de CC e Jeeps. Quer no âmbito do Esq, quer no do Regimento, os CC podem ser reunidos com finalidade específica, o que dá grande flexibilidade à organização e possibilita a criação de um elemento forte para fazer face a situações particulares de Reconhecimento ou Contra Reconhecimento.

C — Na Divisão de Infantaria (DI)

1 — Esq de Reconhecimento Mecanizado (Esq Rec Mec)

Idêntico ao Esquadrão orgânico do R Rec Mec, acrescido dos órgãos indispensáveis à administração. Realiza para a DI trabalho semelhante ao que os R Rec Mec executam para a DB ou DC.

D — Na Reserva Geral

1 — Batalhão de Carros de Combate Leves (BCCL)

Destina-se a reforçar as G.U. Sua organização e procedimento

em combate é, em tudo, semelhante ao do BCCM. Apenas difere deste porque suas Companhias são equipadas com carros leves.

III — INSTRUÇÃO

Vimos que há unidades destinadas às operações normais ofensivas e defensivas e unidades cuja finalidade é o Reconhecimento. Aparentemente, deveriam agir como unidades de Infantaria e Cavalaria, diferindo destas apenas pelo uso de material mais veloz, mais potente e mais protegido.

Apreciados em largos traços, os tipos de unidades, suas características e o papel que devem desempenhar no combate, passemos às conseqüentes conclusões, quanto aos conhecimentos que devem possuir seus constituintes à luz dos que são ministrados atualmente aos conscritos destinados às Armas citadas.

Os homens destinados aos BCC (M ou L) e ao BIB deverão ser preparados:

— Para o ataque utilizando a plenitude de seus meios e fazendo largo uso da cooperação Inf-Carros, desde os escalões mais modestos e em proporções variáveis com a situação e o terreno.

— Para a defesa, que no BCC se reflete ainda em ataque (contra-ataque), e para o BIB em combate a pé, nos moldes da Infantaria Convencional.

— Para operações especiais onde as peculiaridades de seus materiais avultam.

Já os conscritos incorporados ao R Rec Mec e ao Esq Rec Mec deverão, no seu preparo, receber ensinamentos que os habilitem à execução do Reconhecimento e do Contra-Reconhecimento, para o que terão, também, de atacar, defender e ainda retardar.

Do exposto conclui-se que:

A — para o BCC (L ou M) todo o esforço deve ser feito no treinamento do combate ofensivo com a obtenção da máxima eficiência de seu material (armamento e viaturas). Para o combate, o BCC utili-

za processos bastante diferentes dos das unidades de Infantaria e de Cavalaria e seu armamento e viaturas, particularizado o Carro de Combate, exigem técnicas e conhecimentos próprios que demandam grande dispêndio de tempo. A Educação Moral é tão imprescindível quanto para as outras armas. A Educação Física, a Fortificação de Campanha, as Marchas a Pé e a Ordem Unida podem ser aliviadas. O Armamento e Tiro, a Manutenção, as Marchas Motorizadas e a Instrução do Motorista devem merecer cuidados especiais.

Por outro lado a guarnição do carro de combate deve viver e combater em íntima ligação, sendo necessário que as funções de um de seus membros possam ser desempenhadas por outros nas eventualidades. Entretanto, esta mutabilidade de funções dentro da guarnição deve ser encarada com relatividade, pois as diferentes funções exigem tal soma de conhecimentos e práticas especializadas, decorrentes do material, que, formar todos os homens para todas as funções, tornar-se-ia oneroso e contrário à regra do aproveitamento do homem de acordo com suas aptidões. Um rádio-aperador ou um motorista de Carro de Combate, para exemplificar, só serão eficientes se tiverem aptidão e muito treinamento.

Uma solução justa seria especializar os homens em suas funções e fornecer aos demais ou parte deles, a par da sua própria instrução, conhecimentos indispensáveis para exercer as outras funções em situações excepcionais.

B — para o BIB, a questão já apresenta apreciáveis pontos de contato com o problema da instrução na Infantaria, pois utiliza os processos de combate dessa Arma. Apenas ter-se-á que considerar mais o combate quando embarcado, a utilização de transporte blindado e os meios em comunicações.

C — Para os R Rcn Mec e Esq Rcn Mec, o Reconhecimento e o Contra-Reconhecimento se reves-

tem de condições completamente distintas daquelas em que são realizados os da Cavalaria Hipo. A amplitude dos lanços é maior, graças à velocidade das viaturas, o raio de ação e os meios de comunicações. Um pelotão mecanizado pode reconhecer uma frente para a qual seria necessário um efetivo muito maior de elementos hipo. Entretanto, sua sensibilidade ao terreno desfavorável restringe sua capacidade que bons motoristas poderão ampliar. O combate a pé reduz consideravelmente a potência de fogo, pois a maior parte do armamento é fixa às viaturas e a que pode ser desembarcada passa a exigir guarnição maior.

Tudo isso tem reflexos na instrução do soldado, que não poderá ser instruído à base dos programas da Cavalaria, a não ser na parte relativa à Educação Moral, bem como nas de Educação Física, Ordem Unida e as Marchas a Pé, com as reduções recomendadas. Nos outros ramos há grande semelhança com o que foi dito para o BCC, havendo necessidade de ser desenvolvida a instrução de Serviço em Campanha.

D — Com modificações ligeiras, devidas aos meios, a instrução do pessoal de comunicações, provisionamento, operações, informações e observação, morteiros, sapadores, remuniçadores e burocratas, pode ser considerada praticamente comum aos infantés, cavaleiros e blindados.

E — Outros fatores ainda influem no problema em apêço:

1 — Comuns a todas as Unidades do Exército:

a) A limitação do tempo de serviço dos conscritos e a imposição de torná-los mobilizáveis em curto prazo.

b) A Segurança interna, que exige a disponibilidade, quase imediata, do maior número possível de homens para atuar, no mínimo, no âmbito das pequenas Unidades, com a finalidade de manutenção da ordem.

c) Os serviços de guarda, plantões, faxinas e as formaturas próprias da Unidade ou impostas pela guarnição.

d) A necessidade de as Unidades manterem granjas com pocilgas, hortas etc.

2 — *Inerentes aos Blindados :*

a) A formação dos motoristas, que exige tempo e terreno adequado.

b) A manutenção das viaturas, especialmente dos carros de combate e viaturas da infantaria blindada, que deve ser feita por mecânicos experimentados, não só nas oficinas próprias, como em campanha.

c) O suprimento de peças, combustíveis e lubrificantes, que é especializado.

d) A realização do tiro, de bordo das viaturas, paradas ou em movimento, e com as escotilhas fechadas. Executado mais à base do projétil traçante do que com a utilização de aparelhos de pontaria, exige cuidados e terreno especiais.

e) As comunicações à base do rádio, que exigem a formação de elevado número de técnicos.

f) A necessidade de criar uma mentalidade mecanizada tendente a desenvolver o interesse do homem pelo material do qual depende.



AB BOFORS

Bofors, Suécia

Armamentos - Explosivos militares e civis - Aços e peças forjadas

Representantes exclusivos no Brasil :

CIA. T. JANÉR, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO — PORTO ALEGRE — CURITIBA
BELO HORIZONTE — RECIFE — BELÉM — NITERÓI — SANTOS

UMA TRAVESSIA DO CANAL DE PANAMÁ NO N. E. SALDANHA DA GAMA

Cap. de Art. ORLANDO RAPHAEL VIEGAS
LAURO, do C.I.D.A.Aé.

Em outubro de 1954, fui, com um grupo de oficiais brasileiros, realizar um estágio de instrução na Escola do Exército dos Estados Unidos nas Caraíbas (Usarcarib School), sediada em Fort Gulick, Canal Zone, próximo a Colon, na costa do Atlântico, estágio esse, referente ao conhecimento que iríamos obter do novo material de artilharia anti-aérea que iríamos receber em breve, parte do qual já se encontrava em território brasileiro.

Encontrávamo-nos já, há alguns dias naquela região, sentindo, passado o entusiasmo da viagem, os primeiros apertos de saudade da Terra pátria quando, em uma tarde cinzenta, como quase todas as daquela região nessa época do ano, recebemos a notícia de que se encontrava atracado na cidade de Panamá, capital da República, na costa do Pacífico, o Navio-Escola de nossa Armada, Almirante Saldanha da Gama. Imediatamente apoderou-se de todos nós o entusiasmo e o desejo de abraçar aqueles irmãos que há longos meses haviam deixado o Brasil em viagem de instrução e que, agora, regressavam cheios de novos conhecimentos e de vontade de com eles contribuir para o engrandecimento cada vez maior, de nossa Marinha de Guerra.

Rapidamente foram tomadas medidas por intermédio de nosso she-riff Tenente-Coronel Floriano Moura Brasil Mendes, no sentido de conseguir com as autoridades americanas, uma condução que nos transportasse àquela cidade vizinha, bem como permissão para que a dita con-

dução nos aguardasse durante a visita, a fim de nos trazer de volta ao Forte.

Após o jantar no Forte, partimos às 19,30 horas em um ônibus, gentilmente colocado à nossa disposição pelo Comandante do Forte Diretor da Escola, Coronel Davis.

Parte da estrada de rodagem, eu já havia percorrido no dia de minha chegada, mas, no entusiasmo desse dia, pouco havia observado. Como já anoitecera e a estrada não dispõe de iluminação, pouco pude ver e apreciar do panorama das redondezas, o qual em outras ocasiões verifiquei ser verdadeiramente maravilhoso.

Durante esta viagem, recebemos, como de hábito, uma das cargas d'água tropicais que, naquela região, além de diárias, duram às vezes vinte e quatro horas ininterruptas.

Ao chegarmos à cidade de Panamá, dirigimo-nos à sede da Embaixada brasileira, pois lá nos dariam a direção onde encontraríamos o Comandante da belonave. Ali chegados, soubemos que, estando ausente do País o Embaixador, deveríamos procurar o Secretário dos Negócios o que, após muita dificuldade e com auxílio até da Rádio Patrulha local, foi conseguido.

Ao chegarmos à sua residência, encontramos com o Comandante Aarão e alguns de seus oficiais que aí haviam jantado. Os abraços e pedidos de notícias da terra, a satisfação de todos por encontrar patri-cios em terra estranha, etc., ocupou a primeira meia hora do encontro,

após o que, encetamos animada palestra com nossos companheiros.

Como os oficiais de marinha se preparassem para sair, pois ainda tinham compromissos a saldar, nosso sheriff aceitou o convite que nessa ocasião foi feito pelo Capitão de Mar e Guerra Levy Penna Aarão Reis, Comandante da nau, no sentido de que voltássemos a Colon em sua companhia, a bordo de seu navio.

Em vista disso, pernôitamos na cidade e, às 7,00 horas do dia seguinte, pisávamos a escada de acesso ao Saldanha e colocávamos os pés sobre território nacional.

O navio já era por mim conhecido mas só quem já esteve fora de sua Pátria, pode avaliar o sentimento emotivo que de nós se apoderou, ao pisarmos solo natal, no estrangeiro.

Às 8,00 horas, após o hasteamento da bandeira verde e amarela no mastro, preparamo-nos para largar, o que foi feito às 8,30 horas de uma manhã encoberta e pressagiadora de mau tempo.

Todo este preâmbulo foi por mim julgado necessário, a fim de permitir, aos que me lêem, avaliar o entusiasmo de que nos achávamos possuídos e o valor da chance que tivemos, ao encontrar o Saldanha da Gama no Canal do Panamá. Havia oficiais americanos há mais de um ano naquela região, querendo fazer a travessia do Canal, e sem ter como a realizar, e a nós, há pouco chegados e sem esperanças de fazê-la, era-nos oferecido aquele presente duplo: a travessia, em um navio brasileiro.

Não vou fazer história sobre o Canal do Panamá, mas há necessidade de nos determos um momento, em considerações a respeito da mesma.

Das obras saídas da mão do homem e por mim conhecidas, trata-se da de maior envergadura e grandiosidade. Tive oportunidade de conhecer também, a primeira tentativa de construção do canal, realizada por franceses, mais tarde abandonada por falta de recursos financeiros e pela exaustão dos recursos humanos, vencidos pelo cli-

ma insalubre e pelas doenças tropicais. Trata-se de uma construção que chegou a ter os seus mil metros de comprimento, e lá ficou como testemunho mudo do esforço e da luta contra a intempérie por parte de seus executantes, hoje sem nenhuma utilidade prática.

Ao que me conste, até hoje é discutida a diferença de nível entre os dois oceanos, o Pacífico e o Atlântico, razão portanto de não ser aberto um canal ligando diretamente os dois Oceanos.

Na fig. 1, tirada de bordo do Saldanha da Gama, vê-se um de seus mastros, guardado por sua briosa maruja, ao aproximar-se das Comportas de Miraflores.

Cerca de 8,45 horas, entramos em águas do Canal propriamente dito, e às 9,15 horas atingimos a primeira comporta, Miraflores.

Na fig. 2, o Saldanha da Gama aproxima-se da Comporta de Miraflores, vendo-se as duas vias da mesma, o navio mercante à frente, que conosco realizou a travessia dessas comportas e, confundindo-se com o horizonte, à esquerda da comporta, parte da ponte referida em linhas adiante deste artigo.

O processo utilizado nas seis comportas existentes no Canal, é sempre o mesmo, razão pela qual, descreverei apenas a passagem através a primeira, a fim de não maçar aos leitores com a repetição de fatos conhecidos.

As comportas de Miraflores, como as demais, são em dupla via, isto é, uma parede, água, parede central, água e parede, tôdas de concreto. Sobre a parte superior desses muros de cimento armado, encontramos, além dos trilhos com cremalheiras por onde correm as "mulas", as casas de força e escritórios, bem como estações de controle e postos de comando das comportas.

Quando a prôa do navio atinge a entrada da comporta, recebe dois cabos de aço, um de cada lado, ligados às "mulas" e, posteriormente, mais dois cabos na pópa. Essas "mulas" são locomotivas elétricas de cremalheira, semelhantes às locomotivas a vapor que nossa Estrada de

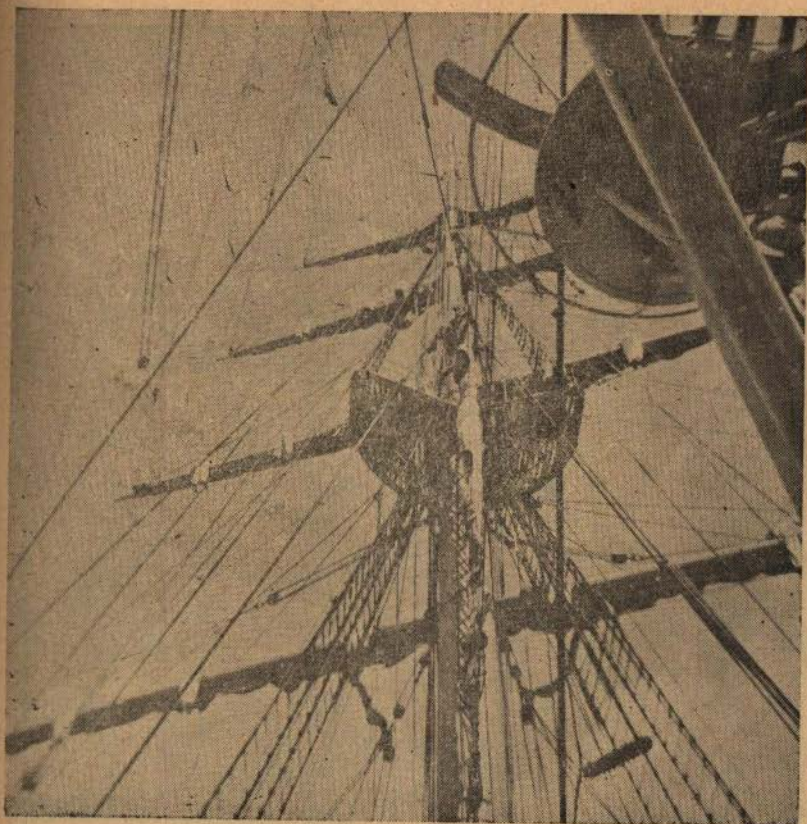


Fig. 1

Ferro Leopoldina utiliza nas subidas de serras como Petrópolis.

Como curiosidade, cito um ditado que corre na região e diz: "trabalha como uma mula", pois êsses engenhos trabalham diariamente dezesseis horas (das 6 às 22), com grande eficiência e um mínimo de desgaste e despesa.

Na fig. 3, tirada no interior da primeira comporta de Miraflores, nota-se, a parte esquerda da ponte, sobre a segunda via da eclusa, por onde não havia trânsito na ocasião; vê-se ainda duas "mulas" e, ao fundo, dois lances de rampa que serão galgados pelas máquinas. A máquina da direita está com um cabo de aço ligado à proa do Saldanha da Gama.

Essas locomotivas galgam rampas de 45° de inclinação, aproximadamente, e arrastam o navio no interior da comporta; ao atingirem o limite da mesma, liberam o navio e voltam por outro trilho trazendo os navios que vêm em sentido oposto.

A comporta é isolada do canal e suas duas vias se comunicam inferiormente por meio de orifícios que dispõem de válvulas de vedação e bombas para impulsionar as águas para um outro lado. As portas que trancam a eclusa giram em torno de eixos verticais colocados em sua parte externa e têm uma espessura aproximada de quarenta centímetros, a fim de resistir às altas pressões da água do interior e são em

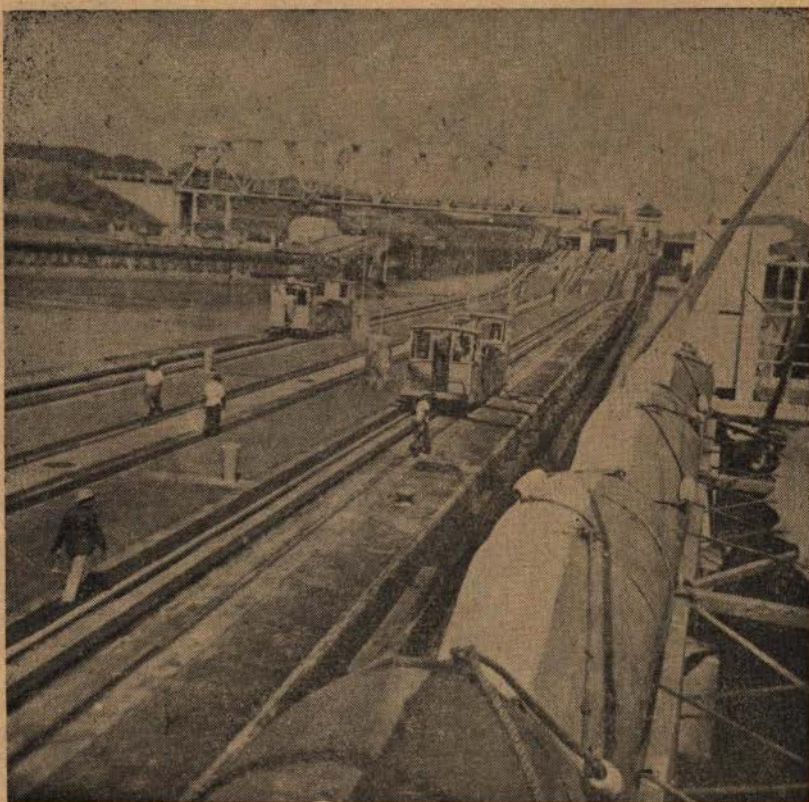


Fig. 2

número de duas em cada extremidade.

Nosso navio entrou na primeira comporta puxado pelas "mulas", estando as portas dianteiras fechadas; já à nossa frente havia um navio mercante que conosco viajou nas três primeiras.

Quando os dois navios ficaram no interior da eclusa, iniciou-se o trancamento das portas, posteriormente e, ao mesmo tempo, levantava-se uma grossa corrente de ferro, cerca de dois metros aquém das portas, cuja finalidade é impedir que os navios, por uma causa qualquer, possam chocar-se contra as mesmas e danificá-las.

Logo que as portas foram trancadas, iniciaram o bombeamento de

água para o interior da comporta em que nos encontrávamos, líquido que vem da segunda via, dessa maneira facilitando a operação pois, enquanto o navio que vai para o Atlântico necessita de subir de nível nesse local, o que de lá vem, necessita descer, o que significa que, o que vai para o Atlântico recebe em sua comporta a água retirada da que contém o navio que de lá vem.

Após subirmos cerca de quatro metros, cessou o bombeamento e abriram-se as portas dianteiras da comporta. Defrontamo-nos, então, com o seu prolongamento, que nada mais é do que uma segunda comporta em prolongamento à primeira e, após nela entrar, pelo mesmo processo já descrito, subimos mais

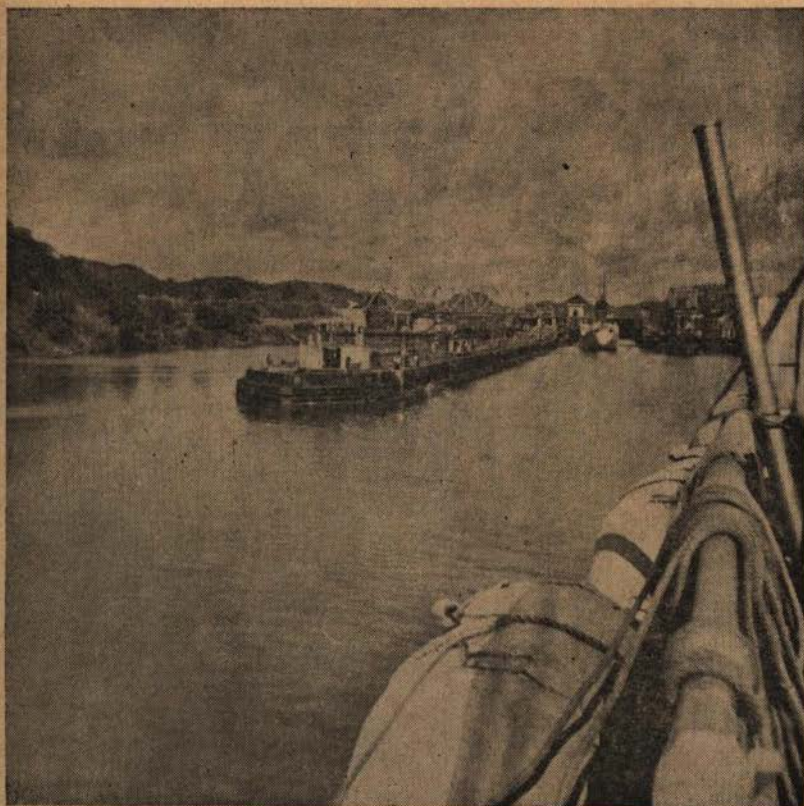


Fig. 3

dois metros e meio. Ao sairmos dessa segunda comporta, entramos novamente no Canal e dirigimo-nos à terceira, denominada Comporta Pedro Miguel.

Nas comportas de Miraflores, existe uma ponte móvel, em curva, outra obra audaciosa da engenharia moderna, a qual, sobre o canal, tem dois lances (um em cada via), que giram lateralmente em torno de um eixo vertical fixo às marges, deslocando-se para a esquerda, a parte da ponte que vem da direita, e para a direita a parte que vem da esquerda, conforme ilustra o esquema 4, para melhor compreensão.

Na fig. 5, tem-se uma vista da Ponte de Miraflores, notando-se per-

feitamente sua forma curva em primeiro plano e um trecho da estrada de ferro que liga a cidade de Panamá (Pacífico) a Colon (Atlântico), outra grande obra de engenharia.

Devido ao intenso tráfego do Canal, por vezes os veículos permanecem uma hora e mais, detidos sobre a ponte, enquanto os navios se deslocam nas comportas, de um Oceano a outro.

Uma nota interessante é a de que o navio fica sob a inteira responsabilidade dos práticos do Canal, desde sua entrada, até sua saída do mesmo, percebendo esses práticos uma média de mil dólares mensais, o que é um ordenado considerado

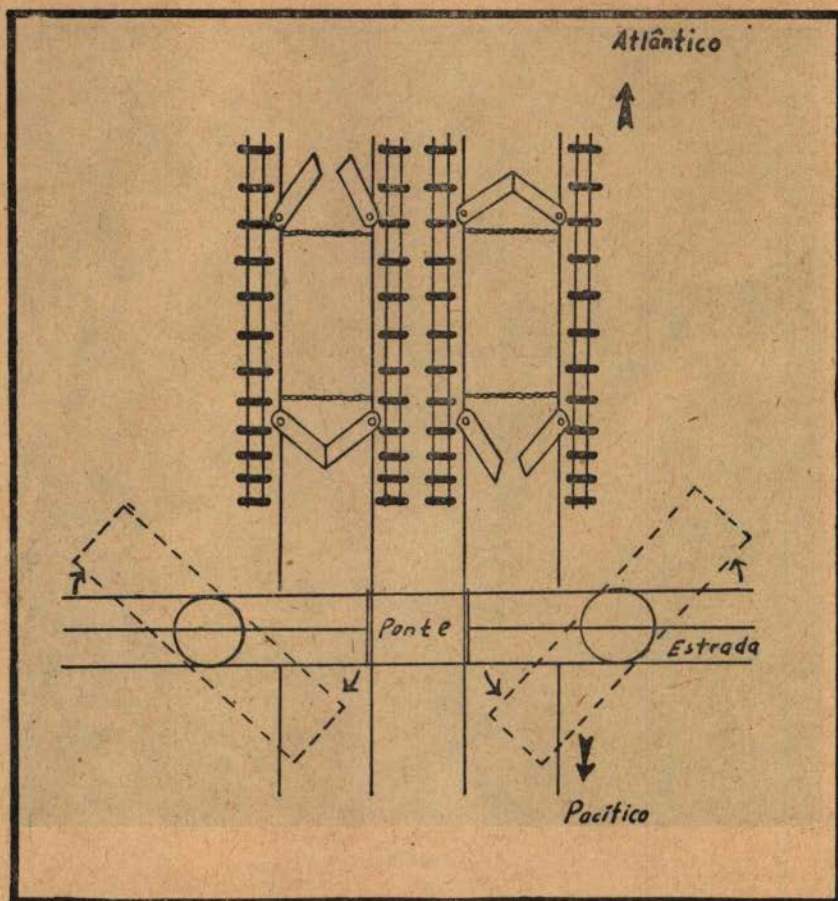


Fig. 4

alto, atendendo-se a que um capitão do exército americano vence, nessa região, cerca de quinhentos dólares mensais.

Após atravessarmos a comporta de Pedro Miguel, pelo mesmo sistema, entramos no Lago Gatun, o maior lago artificial do mundo, construído para facilitar a obra do Canal, já quando os nossos relógios marcavam 10,30 horas.

Uma das curiosidades da região é a inexistência do problema de baixa do nível d'água do lago, uma vez que as fortes chuvas tropicais

que por cerca de nove meses anuais caem sobre a região, assegurando com larga margem de segurança, as necessidades para os três meses ditos de seca. Para se conceber a quantidade de água que cai sobre a região, imaginemos uma dessas trombas d'água que, quando caem sobre a cidade do Rio de Janeiro, em poucos minutos a transformam em uma filial de Veneza e façamos essa água desabar sobre o Panamá uma, duas ou três vezes por dia, às vezes vinte e quatro horas seguidas, num espaço de duzentos e setenta dias. É, como dizem os

nossos nordestinos, "um mundão de água".

Após viajarmos algum tempo no interior do lago, soubemos que encontrariamos o cruzador americano "Pittsburg" e que o Comandante Levy determinar a formatura da tripulação durante a passagem. Foi uma interessante solenidade, parte da maruja guarnecendo os mastros, o restante, os guarda-marinha, a oficialidade e nossa turma de oficiais do exército, em forma no convés, a marcial banda de música do navio iniciando os acordes do "Deus

nas proximidades. Em todo o trajeto, árvores sobressaem do lago, com seus ramos secos e nus erguidos para o céu, num protesto mudo contra a invasão das águas em suas raízes.

De vez em quando, pequenos grupos de ilhotas, passavam por nós, mas não consegui avistar um único animal selvagem nessas terras. Aves, raríssimas e pequenas. Répteis, creio haver em profusão mas a distância não nos permitia distingui-los. Quando as margens se aproximavam, procurava distinguir por

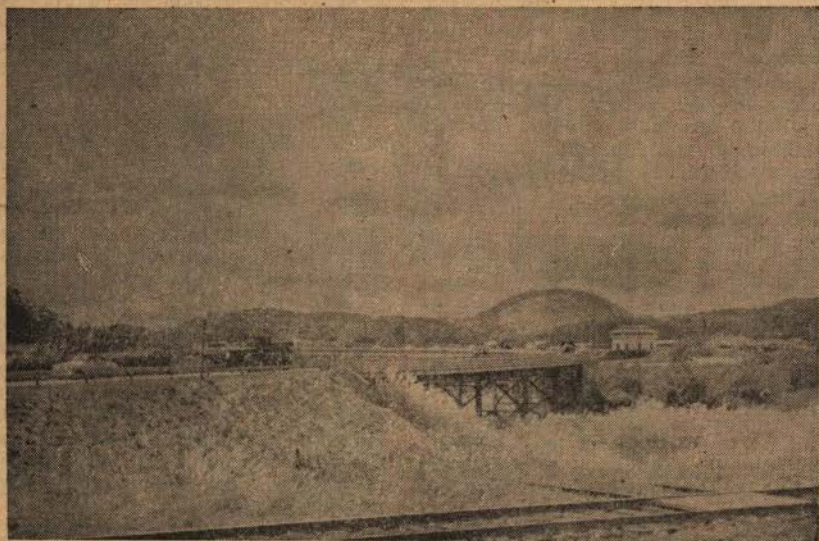


Fig. 5

Salve a América" ao se aproximar do "Pittsburg" e seus acordes ressoando através o Canal, enquanto as duas belonaves se afastavam. Da parte do cruzador da nação amiga, solenidades semelhantes foram executadas, com exceção da parte referente à banda de música.

Continuamos a nossa viagem através as águas do Lago Gatun que, ora se alargava, ora se transformava em um verdadeiro canal, ora com margens de floresta impenetrável, ora com suaves rampas, algumas até gramadas, o que revelava a existência de alguma unidade americana

entre as folhagens, mas a expressão "selva impenetrável", aqui tem o seu emprêgo freqüente e verdadeiro.

Cruzamos com inúmeros navios pois o tráfego é intenso, do que advém uma grande renda para os Estados Unidos da América do Norte, que exploram o Canal, e para a República do Panamá, em cujo território ele se encontra.

Passamos pelo Passo do Diabo, local onde os engenheiros lutam contra a natureza, procurando impedir que uma grande massa de terra de uma elevação próxima, corra sobre o canal, havendo o perigo

de obstrução da navegação se tal suceder.

Ao fim de um certo tempo, tendo a paisagem se tornado monótona devido à constância, oferecendo pouca variedade e atração, entrou em ação o conhecido cavalheirismo de nossos companheiros da marinha, os quais nos proporcionaram o já saudosos cafésinho e uma visita a todas as dependências do navio.

Cerca de 12,00 horas, uma das já citadas cargas d'água nos obrigou a buscar refúgio no casino dos oficiais, só nos permitindo de lá sair, horas mais tarde, e nos obrigando a tentar furar com os olhos o bloqueio ao panorama provocado pela chuva, a fim de continuar apreciando o desenvolvimento das margens do lago.

Após um lauto almoço, que nos matou as saudades da "comida de casa", e uma audição de discos nacionais na belíssima radiola de bordo, chegamos, às 15,00 horas, às comportas de Gatum, onde tivemos de esperar cerca de três horas, até que nos tocasse a vez de entrar na eclusa, o que ocorreu somente às 18,10 horas.

Havia cerca de dezesseis navios aguardando a vez de atravessar a comporta e, quando o fizemos, já a noite descera; isto porém não afetava o serviço pois a feérica iluminação existente no local, expulsava para longe a escuridão da noite tropical.

O processo aqui, é o inverso do das outras três comportas: temos três eclusas em prolongamento uma à outra, as quais recebem os navios com seus níveis de água elevados, e bombeiam esse líquido para as segundas vias, dessa forma baixando seu nível e, conseqüentemente, baixando o navio até que este atinja o nível do mar.

Atravessada a terceira comporta de Gatum, entramos novamente no Canal e desembocamos no Oceano Atlântico, junto ao estuário do Rio Chagres, o maior e mais importante rio do País, cuja existência guarda histórias dos piratas antigos como Morgam e outros, constituindo uma história à parte nesta nossa conversa; dirigimo-nos ao Cais de Co-

lon, onde atracamos cerca de 19,15 horas.

Nesta comporta, também existe uma ponte ligando as duas margens mas a cerca de um metro acima do nível d'água e situada entre a segunda e a terceira comportas, o que permite que o tráfego se escôe durante a passagem de água de uma para outra via da eclusa, só se interrompendo quando o navio atravessa esse intervalo.

Esta ponte é muito estreita, em uma só via, e seu parapeito é de cerca de cinquenta centímetros de altura, o que obriga, por medida de segurança, a uma velocidade máxima de deslocamento, de dez milhas horárias, durante a passagem na mesma.

Após um jantar de despedida e de uma série de lembranças a nós ofertadas pela gentil oficialidade da belonvae, tais como medalha comemorativa da viagem, fôlha de alterações, albuns, etc., despedimos-nos do Comandante Levy e seus subordinados e regressamos ao Forte Gulick, a fim de reencetarmos nossa vida de estudos, finalidade de nossa viagem àquela região, com a alma transbordante de entusiasmo e alegria por aquelas doze horas passadas em terra brasileira e com a satisfação de ver o Pavilhão Brasileiro tremulando em plagas distantes, tornando assim conhecido o nome do Brasil.

Antes de encerrar esta nossa palestra, cumpre-me ressaltar o perfeito desempenho do papel de embaixadores do Brasil, cumprido por parte do Comandante e demais oficiais do Saldanha da Gama, não só pelos conhecimentos sobre nossa terra transmitidos, como também, distribuindo aos visitantes nos portos estrangeiros belíssimos albuns, finamente elaborados, em três idiomas, com panoramas os mais empolgantes, com dados gerais sobre a nossa terra, bem assim como dados numéricos e estatísticos sobre agricultura, indústria e comércio, além de brindes outros, os quais, aliados à diplomacia característica de nossos oficiais de marinha, melhor contribuem para a difusão do

nome do Brasil em todos os rincões onde toca.

Finalmente, cumpre-me agradecer ao Capitão de Mar e Guerra Levy Penna Aarão Reis, Comandante da nau, aos Capitão de Fragata Intendente da Marinha Nelson Leite Soares de Azevedo, Capitão de Corveta Roberto Coutinho Coimbra, 1º Tenente do Corpo de Dentistas Zimis de Magalhães e todos os demais

membros da tripulação do Saldanha da Gama, a lhaneza de trato, o cavalheirismo e a finura com que se houveram para conosco, recebendo-nos o mais fidalgamente possível a bordo de sua belonave e, permitindo dessa maneira, que eu pudesse, agora, transmitir aos que me lêem, o que foi para nós "Uma travessia do Canal do Panamá no Navio-Escola Saldanha da Gama".

**ALVARENGA
&
"RANCHINHO"**
"OS MILIONÁRIOS DO RISO"

*Todas as Terças Feiras
às 21,05 hs.*

AO MICROFONE FAMOSO DA
RÁDIO TUPI

MOVIMENTADAS AUDIÇÕES
SOB O PATROCÍNIO DE :

Pêssegos em Calda
Red Indian
AZEITONAS **LAREIRA**
PRODUTOS GARANTIDOS PELA
Red Indian S.A.





PARA QUALQUER
DIREÇÃO QUE O
SR. PRETENDA
Viajar...

...A
"CRUZEIRO DO SUL"
e levará



SERVÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL

Av. RIO BRANCO, 128. - TEL. 42-6060

Av. NILO PECANHA, 26 A. TEL. 32-7000



A POPULAÇÃO BRASILEIRA

FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO

CASTRO BARRETTO

Em nenhum momento da história da civilização foi dado maior aprêço ao homem, maior significação ao valor humano, do que no presente. Por isso o estudo dos valores humanos de um país se impõe na avaliação da sua evolução potencial, da sua riqueza, da sua contribuição para o bem-estar da espécie, na colaboração universal para a civilização.

A antropologia vem tomando desde as últimas décadas do século passado aspectos novos, vem deixando de ser aquela "contribuição da anatomia e da zoologia geral ou sistêmica" de que nos fala Linton. Passou a estudar o homem nos seus aspectos bio-sociais de animal evidentemente gregário; passou a ocupar-se menos das raças e mais das culturas, sem desdenhar o estudo somático que foi superado pela antropologia cultural, pela antropo-sociologia. O estudo do indivíduo cedeu proeminência ao estudo do grupo e das formas de relação.

Foi assim que o estudo dos grupos humanos das populações adqui-

riu uma importância extraordinária nas suas expressões numéricas, quantitativas e especialmente qualitativas. Na análise dos caracteres biológicos, da sua dinâmica, como dos seus aspectos sociais, tomam parte várias ciências que vão desde a biologia humana até a sociologia, passando pela antropologia somática e cultural, pela demografia e pela geografia humana que, em interrelações, vêm dando ao estudo das populações — a demologia — um conhecimento realmente mais profundo.

Acontece que na vida das populações civilizadas, no conceito da civilização ocidental (que se universaliza rápida, quase vertiginosamente), estes estudos de população tornam-se fundamentais sob vários aspectos, desde a sua expressão numérica, até o seu valor qualitativo que se expressa no domínio das técnicas modernas de relações humanas, de produção, de comunicações, de transportes, que afinal, são as descobertas científicas aplicadas ao bem-estar humano.

O conhecimento da população brasileira, uma simples notícia, uma rápida síntese é o que tentamos traçar no momento.

* *

Ao ser descoberto pelos navegadores portugueses, em 1500, o território que viria a ser o Brasil, era habitado por uma população escassa, pertencente ao estoque mongolóide, isolada do resto do mundo. No sentido cultural, vivia essa população autóctone, o período neolítico: conhecia o fogo mas não utilizava os metais; de osso e de pedra eram os seus instrumentos principais e embora algumas tribos possuísem técnicas mais avançadas do que outras, eram de um modo geral, pescadores, caçadores e colhedores.

O Brasil não teve durante o primeiro século qualquer limitação geográfica e Pedro Álvares Cabral ao descobri-lo calculava a sua costa em 20 léguas. Era impossível conhecer os números da sua população. A *terra incógnita* era coberta de florestas e dominada pelos índios, assim chamados por Colombo, que, a princípio, considerava os habitantes da América, como da Índia.

Primeiro foi a vastidão de um mundo, no estado genesiaco e depois foram as lutas entre as grandes nações marítimas e as suas consequências sobre a imensa colônia americana; a seguir, a adaptação, a aclimação do europeu e sobretudo a ocupação, a expansão demográfica, em terra selvagem onde se chocariam, naturalmente, advenas e autóctones, europeus e indígenas, em tão afastados estágios culturais. Uma alimentação diversa; organização social, familiar e jurídica, econômica e ética absolutamente diferente, teriam que colidir por suas enormes disparidades, de modo que não só as lutas contra a natureza virgem e selvática, onde os agressores da saúde e da vida são múltiplos, mas a própria aculturação só se processaria lentamente.

A princípio os da cultura europeia foram tragados pelo meio indígena até que pelo crescimento, a população branca, largamente acolhi-

tada pelos negros africanos, entrou a sobrepor-se e a expandir-se. Assim correu o primeiro século ao fim do qual alguns milhares de brancos existiam na imensa colônia: soldados, exploradores de pau de tinta, aventureiros e igualmente alguns donatários e até suas famílias. O regime das capitanias instituído em 1530 de acordo com o plano de Diogo de Gouveia, contribuiu para a vinda de um bom número de europeus e de gente capaz para a administração. Os pontos povoados de brancos, na costa, eram a ilha de S. Luiz, no Maranhão; Olinda ou Mari e Itamaracá, em Pernambuco; S. Salvador e Porto Seguro, na Bahia; Rio de Janeiro e afinal, S. Vicente, em São Paulo. De São Paulo até o Prata permaneceria a imensa e difícil região despovoada de brancos, com exceção da Colônia do Sacramento, no grande estuário.

Até os fins do século XVII, os pequenos núcleos da vastíssima costa marítima eram intercalados pelo domínio de inúmeras tribos selvagens.

Deve ter sido grande sua população autóctone, tanto assim que "com espaço de 40 anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios e mais de quinhentas povoações, como grandes cidades", diz-nos o Padre Vieira em uma das suas Cartas. Ainda assim era impressionante a raléza demográfica, porque imensa a terra; o estágio cultural de caçadores e colhedores impunha igualmente essa densidade ínfima.

Uma vez no largo meio selvático, os europeus viram-se na dura contingência de serem assimilados muitas vezes, pela cultura indígena e assim desde a toponímia até os alimentos e as técnicas de pesca e caça, de navegação, de guerra... eram indo-americanos. Até hoje sentimos a aculturação indígena em ritos religiosos populares mas especialmente na língua brasileira onde as palavras de origem tupi-guarani são numerosíssimas e predominam nas designações geográficas bem como na fauna marítima ou terrestre; na culinária, nos instrumentos domésticos e na dieta, assi-

nala-se o papel da mulher índia tomada ao gentilico, pelo branco.

Embora o índio não se houvesse facilmente adaptado às lavouras dos brancos, que passariam a ser operadas pelos negros, prestaram relevantes serviços, a princípio na extração de pau brasil e depois no fornecimento de alimentos, mas sobretudo nos transportes fluviais e terrestres e nas guerras, como aliados, defendendo, ora contra outras tribos hostis, ora contra o próprio flibusteiro ou invasor estrangeiro, como aconteceu no Nordeste, no Norte e no Rio de Janeiro.

As pequenas "ilhas demográficas" que os portugueses iam estabelecendo com as suas capitânias, com os seus fortins, só tiveram sucesso em Pernambuco, na Bahia e em S. Vicente, de modo que o seu poder demográfico foi pequeno, dependendo não só da capacidade e do senso dos donatários, como do relevo geográfico e até dos próprios índios, como aconteceu em S. Vicente onde os rios Tieté e Paraíba "corriam para dentro" e os mesmos índios (guaianazes) dominavam o país identificados e até uma grande profundidade, liderados por João Ramalho e por Francisco Chaves, o bacharel de Cananea. Apesar do esforço da Metrópole portuguesa, lutando inclusive com intrusos franceses e outros, por volta de 1640 quando a coroa de Portugal libertou-se de Espanha, havia no Brasil mais de 100.000 europeus. Cumpre notar que o domínio espanhol sobre Portugal, que durou 80 anos (1560-1640) concorreu para a vinda de inúmeros portugueses insatisfeitos ao mesmo passo que propiciou um período sem lutas entre as duas potências marítimas, que foi habilmente aproveitado pelos portugueses para a sua expansão geográfica e, concomitantemente, demográfica. E foi assim que, já em 1617, Jorge de Lemos Betencourt obteve uma carta régia "a fim de conquistar e povoar o Rio Pará com duzentos casais somando todos mil pelos quais hão de repartir-se terra". Em 1620 o Conselho das Índias enviava para o Brasil os primeiros casais de ilhéos e em 1621 criava o Estado do Maranhão, abrangendo os atuais

do Ceará, Piauí, Pará e Amazonas. Era a política do genial brasileiro Alexandre de Gusmão que enviando numerosos casais para os pontos mais convenientes, antecipava-se ao famoso tratado de Madrid, de 1750.

Desde as primeiras décadas do século XVI, ao iniciar as tentativas da agricultura da cana de açúcar (que trouxeram das ilhas em 1526), verificaram os portugueses a impossibilidade de utilizar o gentio nômade, caçador e pescador, nos trabalhos penosos e sistemáticos da agricultura.

Era o primeiro choque cultural: o índio estava ainda muito longe do sedentarismo agrícola e, indômito, reagia ao cativeiro e à brusca transição que lhe pretendiam impor os brancos. Estes, antigos conhecedores da África desde o século XIII, apelaram para o largo campo do continente negro onde a servidão era institucional e constituía a maior fonte de renda de sobas e reis.

O continente africano não somente era um largo reservatório humano, mas as analogias geográficas e climáticas e o nível cultural de muitas tribos e reinos que, em contacto com os povos Mediterrâneos e os do Oriente, através o Mar Vermelho, praticavam a agricultura, a criação e até a mineração, representavam uma inestimável contribuição demográfica e econômica e a Metrópole empreendeu desde então uma enorme migração negra, forçada, para o Brasil, visto que já em 1516 chegavam à colônia 400 "peças". O negro fazia trabalho de quatro índios, dizia o Chanceler Sauvage.

Mas a população negra do Continente Africano estava muito longe de ser uniforme, quer do ponto de vista antropológico, quer do cultural, de modo que os vários milhões de negros que vieram ter ao Brasil entre os séculos XVI e XIX variaram com as regiões de procedência, desde os belos Haussás do Vale do Niger; os Minas, notáveis pelos traços fisionômicos delicados das mulheres; os Orubas, por suas habilidades como artesãos, até as tribos do Centro e do Sul, mais rudes e mais passivas, como os Gêges, para

os duros trabalhos da agricultura e da mineração.

Além da contribuição de trabalho material, trouxeram os negros as suas culturas, de nível muito variável. Essas culturas iam desde os primários habitantes das imensas florestas, caçadores exclusivos, como os Negritos, até as tribos do Congo e de Angola que mineravam e forjavam principalmente o ferro e ainda outros metais. A influência da agricultura e da alimentação dos negros foi enorme nos primeiros tempos, não só por suas técnicas próprias e experiência dos fenômenos meteorológicos de um meio idêntico, mas ainda pelo aporte de inúmeras espécies vegetais comestíveis que viriam se acrescentar à dieta limitadíssima do indígena, cujos elementos culturais dominavam, principalmente nos dois primeiros séculos e preponderavam pelo número e pelo melhor conhecimento do país.

Outros aspectos em que as culturas negras tiveram grande importância foram o linguístico e o mágico-religioso. Embora menor do que a dos índios, a contribuição linguística dos vários povos africanos foi muitíssimo larga para o enriquecimento do idioma brasileiro. No domínio mágico-religioso foi tal a influência dos cultos africanos, que se operou com a religião dos dominadores um sincretismo do maior interesse culturoológico: os deuses, os orixás, os exus, incarnavam-se no Menino Jesus, em S. Jorge e em outras figuras do catolicismo. Um dos fenômenos mais interessantes do ponto de vista antropológico, foi esse sincretismo religioso que não se limitou ao culto dos brancos, mas se processou entre os ritos e cultos dos múltiplos povos negros no Brasil, livres do fechamento tribal. O mesmo aconteceu na miscigenação negra que concorreu, dispersando negros de várias nações africanas, para reduzir as características de cada uma delas, homogeneizando, até certo ponto, a população negra do Brasil.

O mais importante fenômeno demográfico se operou, entretanto, desde os primeiros tempos, com a intensa miscigenação entre as três

raças. Essa miscigenação, essa ausência de prejuízos raciais tão forte entre os anglo-saxões, resultou de três fatos sociais: 1º, o português e ainda o francês, o italiano e mesmo o holandês que nas suas aventuras marítimas não traziam mulheres. Os portugueses em virtude dos seus largos contactos anteriores com povos "de côr", não tinham nenhum preconceito contra estes; 2º, a escassez absoluta de mulheres brancas que perdurou na Colônia em todos os tempos, lançava o homem branco perdido no isolamento continental, nos braços da mulher índia ou negra, acessível, quando não escrava; 3º, o desejo das mulheres servís de elevar o *status* social, fazia com que o branco fôsse tentado ao largo concubinato, mesmo quando chefe de família branca. Essa liberdade, a ausência de princípios morais frenadores da licença, levavam os colonos à poligamia e por vezes ao serralho. As proles eram imensas "o que não pode surpreender, dizia o Abade Correia da Serra, em 1776, porque as instituições e talvez mesmo os costumes, favorecem singularmente a população do Brasil".

Dêse *inbreeding*, do qual participavam os três estoques, originou-se uma crescente população cuja gama cromática é a mais extensa possível; o mulato em tôdas as suas gradações, do quase branco ao quase negro, resultante do branco com a mulher negra e raramente do negro com a mulher branca; o caboclo ou mameluco, nas mesmas condições, da mestiçagem do branco com a índia; o cafuso, filho do cruzamento entre negros e índios. Naturalmente predominava no mulato a cultura branca, porque este desejava sempre *subir* na escala da côr, queria ser sempre mais branco do que negro; o mameluco em geral não se preocupava de ser branco, e muitos dos caboclos não somente faziam praça da sua origem índia, como se inclinavam quase sempre para a liberdade dos sertões, para as zonas da criação mais compatíveis com as suas tendências; o próprio nomadismo glorioso dos bandeirantes, que eram em geral originários de brancos e índios, traduz

essa inclinação, como o nascente nativismo fazia mesmo muitos brancos, trocaram os nomes e sobrenomes europeus por Iracema, Jacy, Paraguassú, Camaragibe, etc.

Foi assim crescendo a população brasileira ilimitadamente, como convivinha à Metrópole, por sua política de "povoar para defender", preconizada desde os primeiros anos por Diogo de Gouvêa; com a tolerância e muitas vezes com a anuência da Igreja, com o agrado de homens que em geral trocavam a vida calma das cidades e aldeias natais pela aventura e a licença no Brasil.

Centros de maior população eram Salvador e Recife visto que em S. Vicente os paulistas sempre foram mais rurais e inquietos, com o movimento das bandeiras que durou século e meio, instável, nômade, tendo a preta dos índios como principal objetivo.

Duzentos anos depois do descobrimento, em 1700, a vila de S. Paulo já na categoria de cidade, "era tão pequena que o edifício da cadeia, junto ao convento de S. Francisco, está fora das ruas do Conselho". Enquanto isto, o domínio holandês em Pernambuco lançava uma cidade magnífica, de pontes e palácios, de grande e rico empório de exportação de açúcar e de uma cultura cujas obras documentam uma época. A Bahia ao fim do século XVI contava 16 freguesias, 62 igrejas, segundo Gabriel Soares. Concorriam para o engrandecimento desses dois poderosos centros demogênicos a maior proximidade da Metrópole, o tráfego marítimo em larga escala e a agricultura de base — a cana de açúcar, de que foram os maiores produtores, no mundo, atingindo Pernambuco a 2 milhões de arrobas anuais, no período de Nassau. Os curraleiros da Bahia e de Pernambuco penetrando fundamente os sertões, foram povoando até o Maranhão e o Piauí, ao mesmo passo que os pernambucanos marchando pela costa foram expulsando os franceses, os piratas e invasores de várias bandeiras, até as Guianas, para depois se haverem com um conquistador mais forte que se instalara em Recife e aí ficou até 1649 — o holandês. A expulsão dos holandeses

tem uma grande expressão na formação da gente brasileira, visto que ficou sendo o marco da colaboração ilimitada de brancos, negros e índios, devotados à nação brasileira que surgia nos montes Guararapes, onde comandava esses bravos regimentos de negros, brancos e índios, um general reinol.

Evidentemente não existem nem podem existir senão dados numéricos aproximativos sobre a escassa população do país até virar o século XVIII, mas ainda assim, o abade Corrêa Serra, em 1776, avaliava os seus habitantes em 1.900.000.

Pelos meados do século XVIII sentiu a Metrópole a imperiosa necessidade de povoar a magnífica região do sul, especialmente as lindes e o território de Missiones que, pelo tratado de 1750, passava ao domínio português.

Foi nesse século que o Brasil começou a ser povoado com maior intensidade pelos portugueses. Ilhéus, "casais" de Ilhéus da Madeira, de S. Vicente, que em número menor já haviam aportado do Rio de Janeiro até o Pará, começaram a ser dirigidos para o sul até o Rio dos Patos (Santa Catarina) e a Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, seguindo os caminhos abertos pelos paulistas: Caminho de Sorocaba e a Estrada da Laguna. Os paulistas marchando para o sul fundaram as vilas de Laguna, S. Francisco e outras, enquanto El-Rei enviava "casais, contando que não fossem homens de mais de 40 anos e mulheres de mais de 30".

A chegada constante de inúmeros navios negreiros a S. Luiz, ao Recife, a Salvador, ao Rio de Janeiro e a S. Vicente; outros trazendo casais de Ilhéus, de portugueses do continente, de europeus de várias nacionalidades; a descoberta dos filões auríferos no oeste em Minas, Mato Grosso e Goiás, imobilizando as bandeiras e provocando a corrida para as minas, transformando-se numa torrente povoadora dos sertões desconhecidos e ainda deslocando a maioria das populações agrícolas sedentárias, foram povoando irregularmente o imenso país.

Não falamos até o presente em imigrantes, porque só se considera

como tais os europeus vindos para o país após a chegada da Corte ao Brasil e a abertura dos portos em 1808. A enorme trasladação de negros foi uma migração forçada que foge inteiramente ao conceito de imigração. O mesmo acontece a funcionários, soldados, marinheiros, mercenários, mercadores, aventureiros que aportavam ao Brasil colônia.

* *

Desde 1812 começaram a chegar imigrantes europeus para as colônias de Santo Agostinho e Santa Leopoldina, no Espírito Santo e Bahia.

O ano de 1819 marcou entretanto o verdadeiro início da vinda de imigrantes para o nosso país. Desembarcaram em Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro, 2.003 colonos suíços que vinham fundar na imensa fazenda do Morro Queimado a colônia de Nova Friburgo. Não tiveram sucesso, por incúria e ausência de recursos do Governo que não os instalou nem os orientou. Outras levadas de alemães e outros, vieram a seguir, em 1824. Muitas outras vilas do Estado do Rio e algumas de Minas Gerais receberam imigrantes no primeiro quartel do século XIX, principalmente alemães e suíços. Petrópolis nasceu assim, da colônia do mesmo nome, em 1845.

Desde 1824 o Rio Grande do Sul recebia colonos alemães e italianos e Santa Catarina começou a recebê-los em 1816, e o Paraná fruía, desde 1829, imigração de alemães, vindos de Santa Catarina.

A imigração nunca foi realmente organizada, dependendo o fluxo de europeus da iniciativa particular, da imigração espontânea. Entre 1812 e 1833 quase nada se fez oficialmente, embora entrassem estrangeiros sem que se fizessem estatísticas, sem qualquer ajuda ou policiamento. O Governo decretou em 1834 a descentralização, atribuindo à iniciativa dos Estados todas as questões relacionadas com o assunto. Estes, na sua maioria, não deram a devida importância à imigração, tanto assim que o Espírito Santo e Bahia que tiveram as primeiras colônias (1812), não prosseguiram no

empenho. O próprio Estado do Rio, que deve tantas cidades aos colonos europeus, não continuou incentivando o surto imigratório. O mesmo não aconteceu com o Rio Grande do Sul, S. Paulo, Santa Catarina e Paraná, que, estimulando e protegendo através da legislação e da distribuição de terras e favores a vinda do europeu, puderam tirar grande proveito do seu ingresso em maior número. A contribuição cultural e mesmo demográfica de alemães e italianos para o enriquecimento destes Estados, é incalculável e muito maior teria sido para eles próprios e para os demais, se uma política populacional bem orientada houvesse ampliado e racionalizado a imigração durante o período sem limitações políticas que findou em 1914.

Ficou entregue o país a uma imigração espontânea e sem qualquer limitação, por um período de mais de um século, pois só em 1938 criou o Governo o Conselho de Imigração e Colonização cuja atividade logo extremamente reduzida pela segunda grande guerra, continuou revelando-se ineficiente depois dela, quando novamente um período áureo para emigração européia se iniciou, em 1945.

Não é possível obter com precisão, dada a absoluta escassez de dados estatísticos, o número de imigrantes entrados no país desde 1812, data em que vieram os primeiros colonos com as características de imigrantes — “todo estrangeiro que chegue a um país em busca de trabalho com indicada e presumível intenção de estabelecer-se definitivamente”, conforme a Conferência de Roma, em 1924.

Entre os imigrantes chegados a um país há sempre um certo percentual maior ou menor que volta ao país de origem por causas várias, sociais, econômicas, sentimentais. É possível admitir que cinco milhões de imigrantes transoceânicos chegaram ao país desde 1812 até 1950, dos quais 4.800.000 entre 1840 e 1940, período melhor estudado por Mortara, havendo uma emigração de 1.500.000. O saldo de 3.300.000 durante um século é admitido. Nesse período (1840-

1940), porém, a população brasileira cresceu de 35,3 milhões ou sejam 32 de crescimento natural e 3,3 milhões devidos aos imigrantes. Mas os imigrantes não concorrem só diretamente para o aumento da população, como os seus descendentes representam um notável contingente no crescimento demográfico. Segundo o autor dos "Estudos Brasileiros de Demografia", 81 % do crescimento total da população durante o século foram devidos ao crescimento natural independente da imigração; 9,63 % devidos ao crescimento natural dependente do contingente imigratório; 9,35 % aos imigrantes propriamente ditos, isto é, apenas 19 % do aumento da população brasileira foi determinado direta ou indiretamente pela imigração.

Conquanto tenham entrado imigrantes em todos os Estados do Brasil, a canalização dos mesmos para os Estados do Sul, predominou absolutamente, concorrendo para tanto, fatores políticos e administrativos, geo-econômicos e climáticos, de modo que somente pelo Pôrto de Santos entraram 57 % dos imigrantes chegados a este país, até 1930, e, enquanto para S. Paulo, Paraná e Santa Catarina e Rio Grande do Sul cresceu notavelmente a torrente imigratória, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, não somente ela foi sustada, como diminuiu neste último, de modo impressionante, o número de estrangeiros, de acordo com os últimos censos.

Entraram neste país, procedentes de quase todo o mundo, homens e mulheres procurando aqui se estabelecerem; foram portugueses, italianos, alemães e espanhóis, os mais numerosos, vindo a seguir centro e norte europeus como poloneses, húngaros, baltas e ultimamente filhos do Oriente Médio e do Extremo Oriente, isto é, balcânicos, sírios, libaneses e ucranianos, e japoneses.

Sem desprezarmos o fator demográfico da imigração, consideramos a sua influência cultural na evolução da população brasileira, da máxima importância para este país onde o crescimento natural bate todos os recordes, como acaba de

acontecer na década de 1940 a 1950, com uma taxa para todo o território, de 27,67 % e taxas regionais como a do Paraná ou Goiás de 73,87 % e 49,11 %, respectivamente!

A influência cultural da imigração no país, as suas expressões na evolução econômica, na criação de riqueza, na elevação do padrão de vida é tal que está concorrendo para o tremendo desequilíbrio sócio-econômico entre as várias regiões do Brasil, principalmente entre aquelas que recebem novas contribuições culturais e as que não desfrutam essas vantagens.

Diga-se de passagem que a questão da qualidade do imigrante é fundamental, já porque não podemos importar "milhões de imigrantes" (como querem pessoas mesmo altamente colocadas socialmente), o que custaria fabulosa fortuna e exigiria enorme aparelhamento, já porque o que nos teve interessar é o imigrante útil e capaz, principalmente os elementos-piloto: mestres, especialistas e obreiros especializados nas múltiplas técnicas que a produção atual impõe. "Povoar é enriquecer quando se povoa com gente capaz, na indústria, e habituada ao trabalho", já dizia Alberdi, em 1870. As raças interessam muito pouco, talvez só do ponto de vista estético; o que interessa é a cultura de que o indivíduo é portador, isto é, os valores materiais e espirituais que compõem a pessoa humana: tradições, hábitos e costumes, crenças, conhecimentos e técnicas, para u'a maior elevação da vida em todos os sentidos.

A fusão de tipos antropológicos que o Brasil vem realizando não somente é a base da paz social, mas do conceito integral da democracia. "Essa virtude brasileira (a ausência de preconceitos raciais), disse recentemente Toynbee, tem um especial valor por ser infelizmente um tanto rara no conjunto do mundo ocidental". O juízo do escritor norte-americano Roy Nash, lançado há um quarto de século, é ainda mais expressivo: "o destino erigiu no Brasil um vasto laboratório social que há de um dia revelar ao mundo o verdadeiro sentido da palavra *raça* e confirmar ou desmentir de

vez a superstição de que a fusão de correntes humanas afastadas por grandes diferenças étnicas implica em degenerescência da espécie". A vertiginosa evolução do Brasil é a resposta a esta questão. O atraso sócio-econômico, a sub-alimentação, e o parasitismo, o sub-desenvolvimento do homem brasileiro salpicado em longínquas regiões selvagens ou inhóspitas, sem qualquer assistência e sem comunicações, não pode mais servir de argumento para os seus frívolos maldizentes, que muitas vezes vivem dessa miséria. À sua subsistência, à sua tenacidade em ocupar e em vencer o meio, nos ergs e areões do Centro Oeste ou no imenso dédalo amazônico, devemos muito, mesmo porque nessa batalha da civilização que penetra o imenso território, o mais duro, o pior, é feito pelos "caboclos", pelos negros e pelos brancos brasileiros, aclimados, sóbrios e resistentes: canoieiros, machadeiros, boiadeiros, cassacos, maquinistas e fogueiras, tudo, tudo que é trabalho pesado e pioneiro, é com eles. E nas horas supremas, é ainda com eles que temos contado. Tudo isto sem diminuir em nada a extraordinária colaboração do imigrante, melhor organizado, melhor assistido e dirigido, melhor alimentado e senhor de melhores técnicas.

* *

Para o crescimento dessa população no tremendo *melting-pot* brasileiro, contamos com uma taxa de natalidade das mais elevadas do mundo, que ainda vai a 43 por mil, com uma mortalidade em franco declínio, de 19 por mil, em virtude dos progressos da ciência médica, da saúde pública, e da assistência médico-social que se alarga dia a dia nas regiões mais ricas do país. Sem dúvida concorre poderosamente para esse declínio da mortalidade, o rápido desenvolvimento sócio-econômico de certas regiões. No Distrito Federal, nos últimos 25 anos, ela baixou de 20 por mil em 1925, a 12,8 por mil em 1950, sofrendo portanto uma redução de 30 %. No que respeita à mortalidade infantil, basta lembrar que na Capital da República, entre 1941 (182 por mil e 1951 109 por mil),

a redução foi de 40 % ! Dispensa comentário a importância desses dados da realidade demográfica, para um país carente de população.

Infelizmente não se estende, como é de prever, a todo o país, essa proporção no declínio da letalidade, mas é evidente que a meritória campanha contra a letalidade infantil começa a dar frutos, com o declínio geral da hecatombe. A proteção à gestante e à criança constituem uma idéia em marcha, em todo o Brasil.

A população brasileira, que no início do século XIX não ia além de 4 milhões, com uma fertilidade das mais elevadas, em 1840 já era de 6.184.000 habitantes; em 1870, de 9.762.000; em 1890, de 14.246.000; em 1920, de 27.572.000; em 1940, 41.040.000 e em 1950, de 52.645.479. Devemos ter neste momento (julho de 1952) mais de 54 milhões !

É entretanto desigual o crescimento demográfico nas várias regiões: o Leste, 36,4 % da população total; o Sul, 32,6 %; o Nordeste, 24 %; e o Norte e o Centro Oeste com 7 %, embora representem 63,5 % da área total do país. Dentro das regiões mais habitadas verificam-se grandes diferenças de densidade e imensas áreas com população muito escassa.

Do ponto de vista demográfico, da estrutura da população, apresenta o Brasil um grande equilíbrio entre os sexos, o que não acontecia no período de intensa imigração espontânea, na qual havia uma notável predominância de indivíduos do sexo masculino. Enquanto o Reino Unido da Grã-Bretanha e a U.R.S.S. contam 521 mulheres para 477 homens em cada mil habitantes, o Brasil apresenta a relação 500 para 500.

A religião dominante é a católica, com mais de 95 %, ficando 4 e uma fração para os demais cultos. O número de estrangeiros em todo o país é relativamente muito pequeno: pelo censo de 1940, eram 1.283.833 e mais 133.000 naturalizados, representando, ao todo, 3,41 % da população. No censo de 1950 esse percentual deve ter baixado, em virtude do intenso crescimento e da quase ausência da imigração.

A generalidade da língua portuguesa é um caráter cultural da maior importância e dos que mais concorreram para a unidade do nosso imenso território, que apresenta as mais dificuldades de transportes, de comunicações, de raieira demográfica.

As pequenas ilhas culturais alemãs e japonesas estão quase literalmente assimiladas e o idioma nacional dominante, desde as providências tomadas durante a II Grande Guerra.

A distribuição funcional da população revela, ainda, 63,82 % dela na vida rural, nas atividades rurais é apenas 31,82 % nas urbanas (1950), isto é, menos que a China (85 %) no nível da Rússia (67 %) e muitíssimo maior que as da Argentina (23 %) ou dos Estados Unidos (10 %). O êxodo rural que se agravou nestes últimos anos não atingiu profundamente a estrutura da nossa população; ainda temos muita gente nos campos. Se a produção agrícola é escassa, não é tanto por "falta de braços" mas por falta de braços armados das técnicas e dos instrumentos da moderna produção, que, reduzindo o sacrifício dos pesados trabalhos rurais, multiplica

essa produção e a torna compensadora.

Conquanto seja extremamente difícil determinar a composição de uma população como a nossa, com origem étnica nos três grandes estoques humanos, num intenso *inbreeding*, podemos asseverar a crescente ascensão do número dos brancos e do branqueamento dos mestiços, já pela forte imigração de europeus, há muito mais de um século, já pela parada na trasladação dos negros africanos.

O predomínio econômico e social dos brancos e a servidão dos mestiços e negros, concorreram sempre para um nível de vida muito mais baixo destes e conseqüentemente para uma letalidade muito mais elevada entre eles. Entre os "de côr" cumpre notar o alto percentual de negros e seus mestiços, na Bahia, no Maranhão, em Pernambuco, no Estado do Rio de Janeiro e na Capital Federal, e mesmo em São Paulo, em Minas Gerais, ao passo que predomina o índio e seus mestiços em toda a bacia amazônica, em Goiás, em Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Quanto à côr, em 1940, existiam :

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EM 100 HAB., FORAM DECLARADOS	
	Brancos	Pretos ou Pardos
1 — Santa Catarina	94,44	5,54
2 — Rio Grande do Sul	88,66	11,27
3 — Paraná	86,56	12,28
4 — São Paulo	84,92	12,01
5 — Goiás	72,11	27,75
6 — Distrito Federal	71,10	28,62
7 — Espírito Santo	61,54	38,42
8 — Minas Gerais	61,25	38,63
9 — Rio de Janeiro	59,85	39,93
10 — Alagoas	56,71	43,14
11 — Pernambuco	54,45	45,37
12 — Acre	54,29	45,22
13 — Paraíba	53,76	46,11
14 — Ceará	52,65	47,15
15 — Mato Grosso	50,83	48,39
16 — Maranhão	46,81	53,05
17 — Sergipe	46,69	53,08
18 — Piauí	45,23	54,58
19 — Pará	44,56	55,11
20 — Rio Grande do Norte	43,48	56,47
21 — Amazonas	30,96	68,53
22 — Bahia	28,74	71,20

A composição etária da população tem uma importância especial para o crescimento. Entre 1850 e 1950 a população da França abaixo de 60 anos cresceu apenas de 10 %, enquanto a que vai acima dessa idade quase dobrou. A nossa população abaixo de 20 anos é de 54 %.

Em resumo, o crescimento da população do Brasil a partir de 1840 até o presente é o seguinte :

1 de setembro — 1840 —	6.184.000
1 de setembro — 1870 —	9.762.000
1 de setembro — 1890 —	14.246.000
1 de setembro — 1920 —	27.572.000
1 de setembro — 1940 —	41.040.000
1 de setembro — 1950 —	52.645.479

Na última década a ordem de grandeza desse crescimento foi 27,67 %, que fará provavelmente dobrar a nossa população em uns 25 anos.

Mas o que é mais notável é que o crescimento se estendeu em todas as regiões, indo desde 15,3 % no Espírito Santo até 72,3 % no Paraná, dando ao todo a média do crescimento de 27,7 % e a taxa média geométrica de 2,1 %, que é das mais elevadas do mundo.

A esta altura devemos examinar a população do país em função da sua área, da sua superfície. Essa densidade demográfica extremamente variável neste país continental, vai de 1950 de 0,15 habitantes por km², no território do Guaporé, a 2.046,34 no Distrito Federal, cabendo ao Norte 0,43 hab. por km²; ao Nordeste, 12,96; ao Leste, 15,10; ao Sul, 21,09; ao Centro Oeste, 0,93 e à totalidade do território brasileiro, a densidade absoluta de 6,18 hab. por km². Não é possível atribuir a todos os oito milhões e meio de km² condições de habitabilidade, de modo que a superfície utilizável do país, afora lagos, rios, cumes, terras submersas, áridas, estepes, não podem ir além de 6.700.000 km² sob o critério da geografia humana. Apesar da ausência de regiões propriamente desérticas, a abundância do sistema hidrográfico, de vastíssimas áreas submersas e lacustres ou inundáveis, reduzem de 21 % a superfície, de modo que a *densidade relativa*, embora baixa de 7,78, encontra-se bem

acima da densidade fisiológica de Ferenczi. Não somos, conseqüentemente, um país tão despovoado como se costuma assoalhar, embora disponhamos de uma densidade baixa e compatível e conveniente ao nosso rápido crescimento demográfico interno de um milhão e duzentos mil habitantes por ano. Somos um povo receptivo para a imigração. A distribuição da população é que é muito desigual: há pequenos municípios agrícolas no Nordeste com 150 hab. por km², enquanto em todo o magnífico Estado de Goiás não chega a 2 habitantes por km² e no de Mato Grosso a densidade não atinge a meio habitante, isto para não falar dos Estados da Bacia Amazônica com seus territórios, onde nenhum atinge a densidade de 1 habitante por km².

Sem dúvida precisamos aumentar muito a nossa população, o que estamos fazendo quase vertiginosamente com um crescimento interno progressivo e precisamos receber muitos e bons imigrantes, pelas razões expostas, não tantos, porém, quanto nos propõe o empirismo dos que atacam problemas tão complexos como os de população, de acordo com os seus interesses ou as suas tendências emotivas.

O ótimo de população para um país ou mesmo para uma região, se é tão difícil de definir, ainda o é mais de medir, diz Sauvy. Esse ótimo pode ser biológico, vital, mas deve atender aos principais objetivos almejados: o econômico e o cultural. A capacidade de uma área para comportar um determinado número de habitantes depende antes de tudo da ecologia, da maior ou menor fertilidade dos solos, mas depende ainda do nível de vida conveniente e especialmente do nível cultural, das possibilidades técnicas para a utilização das riquezas naturais, de modo que a imigração com uma finalidade econômica exclusiva ou mesmo principal, além de poder apresentar inconvenientes políticos, por exemplo, pode, em certas condições, tornar-se anti-econômica. Lembraremos apenas o custo elevadíssimo de imigrante atual, não só o custo imediato, mas o mediato, que inclui desde o trans-

porte, a hospedagem, a instalação, a sua manutenção inicial, mas, ainda, os ônus das atuais leis securatórias, etc. Precisamos mandar gente para onde falta gente, mas os que nos chegam, em geral, só desejam ficar onde existe gente demais.

Ora, não é tão grande a falta de braços no país, tanto assim que enormes deslocções de população se operam num jorro constante de migrantes internos, especialmente de nordestinos em busca de trabalho, sob condições miseráveis e contristadoras.

Recebemos de braços abertos todos os que de boa vontade venham ajudar-nos, sem intolâncias e sem preconceitos. Tudo neste país concorre para a mais completa assimilação de todos os que desejam fazer do Brasil a sua segunda pátria. Só não têm sido assimilados os que, com convicções paranóicas, se consideram superiores àqueles que os recebem, os hospedam e lhes estendem a mão amiga para o prosseguimento de um esforço conjunto. E assim tem sido, justiça se faça, com

italianos, espanhóis, sírios e mesmo alemães, e outros, para não falar dos nossos avós, os portugueses que, em verdade, são "de casa".

A tendência à urbanização é hoje universal, concorrendo para tanto vários fatores, entre os quais predomina a economia industrial, que oferece melhores salários, a era da mecanização que reduzindo o sacrifício e multiplicando a produção reduz, ao mesmo tempo, o número de braços nos pesados trabalhos da vida rural e oferece melhor remuneração. A própria agricultura, nos seus progressos atuais, tende a industrializar-se.

Embora a população rural deste país só em restritas áreas e só agora comece a melhorar as condições de trabalho, os fatores acima apontados já começam a exercer sobre ela uma grande atração urbanófila. O crescimento das populações das 14 cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes foi realmente notável: representavam em 1940, 11,95 % da população do país; em 1950, 13,87 %.

POPULAÇÃO DAS 14 CIDADES DO BRASIL EM 1940 E EM 1950

CIDADE	População presente 1-IX-940	População registrada 1-VII-950
Rio de Janeiro	1.710.000	2.335.931
São Paulo	1.258.482	2.041.716
Recife	323.177	522.466
Salvador	290.443	395.993
Porto Alegre	259.246	381.964
Belo Horizonte	177.004	346.207
Belém	164.673	230.181
Fortaleza	140.901	213.604
Santos	155.894	201.739
Niterói	124.507	174.535
Curitiba	99.440	141.349
Manáus	66.854	110.678
Maceió	80.045	102.301
Campinas	77.779	101.746

O país, com o rápido aumento da sua população nas últimas décadas, se por um lado eleva a sua capacidade de utilização de suas riquezas

naturais e de defesa, por outro lado começa a ver-se a braços com certas dificuldades da sua economia: pela progressão na taxa de crescimento

dos seus centros populosos e pelo próprio aumento do percentual dos que elevam o padrão de vida. Sobre o poder aquisitivo de uma crescente percentual da população e aumenta a capacidade de consumo *per capita* de alimentos e de todas as utilidades, sem que coincida a produção da sua agricultura e da sua pecuária, como se pode deduzir, por exemplo, do rendimento médio por hectare, nos últimos anos: esse rendimento médio vem caindo para os alimentos básicos, enquanto a taxa de crescimento vegetativo da população durante o decênio de 1940-50 foi, como já vimos, de 27,67 %, ultrapassando a previsão mais otimista, a taxa média de aumento da produção agrícola durante o mesmo período foi apenas 12 %. Nesse desequilíbrio tremendo entre o crescimento demográfico e o da produção, ainda é mais grave o fato de ser tal desnível muito mais acentuado nos gêneros de primeira necessidade do que nos de exportação. Sem atendermos devidamente ao consumo interno, continuamos a exportar a insuficiente produção de arroz, carnes e outros alimentos essenciais, cujos preços sobem desabaladamente, tornando-os dia a dia menos acessíveis à grande maioria da população. Esse é o mais grave fenômeno sócio-econômico que enfrentamos.

Nada disso entretanto impede um rápido crescimento demográfico e um impressionante desenvolvimento material do Brasil que se industrializa num admirável crescendo, já passando o valor da produção industrial de 100 bilhões de cruzeiros anualmente, enquanto a produção agrícola que é afinal, a fonte de divisas, fica pela metade. Se por um lado devemos felicitar-nos por esse formidável surto industrial do sul do país, por outro lado salta à vista do observador o desequilíbrio entre as duas fontes da produção de riqueza, ocorrendo que a produção industrial é quase exclusivamente para consumo interno, de modo que quase todo intercâmbio com o estrangeiro, todas as importações, dependem da produção agro-pastoril que se apouca, cri-

ando as maiores dificuldades à nação.

"A verdade é que o volume das nossas exportações não tem correspondido ao progresso brasileiro, com as suas exigências de maiores importações", disse recentemente o Ministro Horácio Lafer.

O contingente da produção agrícola para a exportação é de mais 80 % em valor e de mais de 60 % em quantidade (1952).

Outro grave desequilíbrio é o que se acentua dia a dia entre o desenvolvimento econômico das populações do Norte e do Sul do país, compelindo as primeiras a uma dolorosa e lamentável migração contínua no sentido Nor-Nordeste-Sul, cujas conseqüências são imprevisíveis. O desnível entre as populações de certas áreas do nosso país não somente é enorme como é da maior gravidade para a paz social e para a unidade nacional.

* *

A população brasileira, apesar da complexidade das suas origens formativas, apresenta uma extraordinária unidade cultural que os números de cada censo vêm revelando; apresenta por sua estrutura social, pela ausência de castas e prejuízos étnicos e religiosos, por seu profundo sentido democrático, um incomparável poder de assimilação e, como conseqüência das contribuições humanas, culturais, de tantos povos, de tantas culturas, um formidável metabolismo social. Os fenotipos brasileiros, que quatro séculos de adaptação ecológica vem definindo, embora sob a ação variante, nas regiões de forte imigração, continuam representando a base biológica do *inbreeding* que forma o homem brasileiro, o portador de uma nova cultura. Contingências cósmicas, climáticas, históricas e políticas criaram enormes óbices ao desenvolvimento da gente luso-brasileira, na sua luta ciclópica contra a natureza trópico-equatorial de um país imenso onde estamos realizando uma das mais belas obras da geografia humana: domando o deserto, a floresta equatorial e os rios gigantescos, vingando enormes

distâncias, enfim, construindo a maior e a mais brilhante civilização jamais vista nessas latitudes.

Entretanto grande parte da população do Brasil vive um padrão de vida muito baixo, absolutamente fora da nossa era industrial, desinteressada ou mesmo ausente dos problemas nacionais, do sentido da vida dos nossos dias. Não é absolutamente satisfatória a situação demográfica, apesar da magnífica fertilidade; perdemos ainda em impressionantes coeficientes, a incomparável riqueza que é a infância; a extensão média da existência é baixa, como consequência da subnutrição, dos máus hábitos alimentares, da falta de educação e de assistência, numa palavra, do nível sócio-econômico. Entretanto nenhum problema supera em importância o da elevação do homem — valor fundamental. É o pensamento de Ruskin: "There is no wealth but life".

Por tudo isto, o que os brasileiros estão realizando é admirável. O brasileiro não teve escolas, nem assistência, nem educação técnica, nem financiamento das suas empresas. Precisamos elevar o homem biológico mas ainda precisamos mais elevá-lo no sentido cultural, armá-lo para a vida do seu tempo: produzir muito mais, não apenas para viver, mas ainda para

enriquecer; e essa produção "de sobra", só é possível quando o homem encontra-se armado da educação, das técnicas, dos instrumentos indispensáveis.

Estamos fazendo um grande esforço para melhorar as condições de vida dum altíssimo percentual do povo brasileiro, assistindo à infância e melhorando a saúde pública; criando escolas e melhorando a sua qualidade; desenvolvendo o ensino técnico; recebendo elementos de aperfeiçoamento pelo intercâmbio cultural e pela importação do *armamentorum* para a mecanização do trabalho; instituindo e melhorando o financiamento e criando o "senso econômico", indispensável ao progresso de qualquer grupo; iniciando a seguridade. Mas precisamos urgentemente elevar o sentido ético da existência que os cataclismos das grandes guerras fizeram baixar em todo o mundo, dando em resultado o materialismo imediato, a fascinação da riqueza e do luxo, do supérfluo, quando não do inútil e do nocivo. Precisamos elevar o sentido ético nacional, que seleciona os melhores; o respeito pela riqueza nacional e por tudo que é coletivo, para que não venhamos, em terras de tantas possibilidades, a cair na anarquia que flagela tantos povos, neste terrível momento mundial.

J.D. MAGALHÃES S/A

Arame farpado — Metais não ferrosos — Macacos para todos os fins e de todas as capacidades — Limas, Ferramentas suécas — Soda-cáustica em tambores e em caixas — Barriha breu — Enxofre — Superfosfato — Cloreto de Potássio — Sulfato de cobre — Adubos químicos granulados — Brometo de mitila — Bicabornato — Parafina — Bacalhau

Estoque e para importação

Chegaram Arados 524

J.D. Magalhães S.A. Representações, Exportação e Importação —
Avenida Presidente Vargas, 509, 17º andar — Fone: 23-0334 —
Depósito: Rua General Caldwell, 71-B

O HERÓI NEGRO DO REGIMENTO TIRADENTES

Citação de Combate :

“5º Exército (Norte Americano) — Teatro de Operações da Itália —
Fôrça Expedicionária Brasileira.

SOLDADO SERGIO PEREIRA

(11º R.I.)

Várias tentativas se fizeram para reconduzir às nossas linhas o Capitão JOÃO TARCISIO BUENO, Comandante da 1ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria, gravemente ferido. Em local tão perigoso batido facilmente pelo inimigo, essas tentativas frustraram e as patrulhas organizadas regressaram sem o ferido. Na madrugada do dia seguinte ao do combate, silenciosamente, sozinho, parte o SOLDADO SERGIO PEREIRA à procura de seu Comandante de Companhia, ordenança que era, do Capitão BUENO, havia apenas poucos dias. Parte e volta transportando o Oficial ferido até um ponto onde pudesse êle ter assistência. Mais que a dedicação pessoal, vejo nêsse gesto nobre do SOLDADO SERGIO, a dedicação de subordinado pelo seu superior, qualidade primacial na tropa, para que o seu esforço atinja o objetivo máximo. É um magnifico exemplo de dedicação ao Chefe, que tenho a mais grata satisfação de apontar à FEB — (Em 14 Dez 44) — Gen. Mascarenhas de Moraes, Comandante em Chefe.”

E quando o Tenente-General L.K. TRUSCOTT, do 5º Exército, entregou-lhe pessoalmente a ESTRELA DE BRONZE, dos Estados Unidos da América do Norte, assinalou : “por conduta heróica em ação e cheia de desprendimento, através de um fogo extremamente forte, o SOLDADO SERGIO constitui um exemplo das altas tradições das forças aliadas”.

Onze anos são passados, mas todos aqueles companheiros de tantas jornadas jamais foram esquecidos. Eis porque a Casa Neno hoje dirigida também por um ex-combatente, faz questão de servir realmente a todos os que, da ativa ou da reserva, a honrarem com a sua visita.

Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a “CASA NENO” num dos seguintes endereços, de acôrdo com a sua conveniência :

RUA SETE DE SETEMBRO, 145 — Tel. 32-4282 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — “Esquina da Casa Neno” — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira : Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói : Rua da Conceição, 47 — Tel. 2-1746

Na Penha : Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DO NORDESTE

RENATO DE MENDONÇA

Conferência de encerramento do Ciclo de Estudos "O Desenvolvimento Econômico do Brasil e a Assistência Técnica", realizada no Palácio Itamarati em novembro de 1954.

Quando vislumbramos o quadro econômico do Nordeste, dois marcos saltam à vista do observador, com a nitidez dos obeliscos que, nas florestas, demarcam as nossas fronteiras: a região debate-se na ânsia de sair da *era da lenha* e de passar da etapa do carro de boi para o trator.

De fato, a era da lenha avassala e prejudica o Brasil inteiro, pois 80% da energia consumida entre nós provém daquele combustível, arrancado impiedosamente, e sem replantio, das reservas florestais. O nordestino, como o brasileiro em geral, considera as matas elásticas como tiras de borracha e inesgotáveis como as águas do oceano.

Para combater esse espírito retrógrado de aproveitamento dos recursos naturais, não há como desenvolver a indústria de eletricidade. Não podemos, é claro, adotar no Brasil a política de energia elétrica dos países superindustrializados, detentores de inmensuráveis jazidas de combustíveis fósseis. Teremos portanto, de voltar os olhos para a maior riqueza em recursos energéticos atualmente conhecida no país e representada, pelo potencial utilizável das quedas d'água, graças a Deus abundantes no território nacional.

São as reservas de energia hidráulica que devem constituir o elemento básico de um programa brasileiro de eletrificação.

Não devemos perder de vista que, como há tempos assinalou o ilustre General Carlos Berenhauser Jú-

nior, Diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a nossa situação é muito precária e "dentro de poucos anos, os recursos produzidos pelos atuais produtos exportáveis, não serão suficientes para importar o petróleo bruto, mesmo que aqui refinado".

Realmente, a média anual de eletricidade por habitante ainda é demasiadamente baixa no Brasil, quando comparada com a de outros países. Em 1952, e de lá para cá a situação pouco ou nada se modificou, a média não passava de 170 kwh por habitante — ano, ao lado de cifras muito superiores em outros países: México, 196; Argentina, 262; Espanha, 297; Chile, 320; Itália, 643 e França, 905. Isso para não referir dados esmagadores como os índices apresentados pela Bélgica, 1.074; Reino Unido, 1.237; Austrália, 1.355; Estados Unidos, 2.544; Suécia, 2.875; Canadá, 4.270; Noruega, 5.410...

Bem longe estamos assim da meta a atingir...

E o Nordeste, que posição ocupa em meio a um balanço energético do país? Em realidade, oferece uma situação muito especial. Ao contrário do resto do Brasil, 75% de sua energia são de origem térmica primária (o carvão de pedra é quase desconhecido do Nordeste e o do Sul do país lá não chega), e os restantes 25% é que são de origem hidráulica. O anseio, pois, das populações nordestinas pelo aproveitamento de Paulo Afonso e outras cachoeiras menos importan-

tes tomava aspectos de verdadeira reivindicação social.

É justo recordar que, farto do "porque me ufano" que tantos males causou e causa a esta terra, a iniciativa de Delmiro Gouveia promoveu o primeiro aproveitamento daquela dádiva de Deus, riqueza fluida que os homens deixavam escapar qual precioso mercúrio entre os dedos da mão. Não bastou Castro Alves em versos alevantados bradar aos céus pelo abandono, em que se largava aquela maravilha hoje por fim redimida de tanto descanso...

Iniciada a luta pela recuperação vertical do Nordeste em 1945, com a constituição da Hidrelétrica do S. Francisco, a esta se reservou um capital inicial de 400 milhões de cruzeiros além de uma concessão de 50 anos para explorar a energia hidráulica do rio, merecedor mais uma vez do batismo histórico de "grande caminho da civilização brasileira".

Efetivamente, a área compreendida na concessão da Companhia abrange uma circunferência de 450 quilômetros de raio, centrada em Paulo Afonso. Para que se tenha uma idéia gráfica de sua vastidão, é suficiente indicar que a área da concessão equivale a 517 mil quilômetros quadrados, ou seja mais que a superfície da Espanha, da Itália e da Suécia, próxima enfim da área da França. No setor da Companhia se espalham 347 municípios, situados em oito Estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Assim 90% da concessão se encerram no chamado "Polígono das Secas". Zona paupérrima, sujeita à devastação de rebanhos e lavou-ras, sua renda real *per capita* apresenta-se extremamente insuficiente. Com efeito, a receita anual arrecadada pelos Estados e Municípios não excede 150 cruzeiros por habitante, insignificante mesmo para um programa de camponário, em matéria de obras públicas.

Será que, por isso, devemos adotar a tese por mim ouvida de um homem esclarecido (*soi-disant*) da

região sul do Brasil, que pregava o êxodo das populações nordestinas e entregar ao deserto as ásperas plagas sertanejas?

O absurdo da idéia não passou apenas pela cabeça de um sulista. As massas vêm migrando consideravelmente para a zona austral do país. Na recente viagem de estudos que fiz, como Diretor da Comissão Nacional de Assistência Técnica e na agradável companhia do distinto Representante das Nações Unidas no Brasil, Dr. Henri Laurentie, apresentou-se-me o ensejo de observar *de visu* o descalabro do panorama econômico e social da região empobrecida de Alagoas e do sertão da Bahia e de Pernambuco. Não que a intimidade com os paus de arara fôsse novidade para um freqüentador das rodovias de Petrópolis e São Paulo, tão habituais são êsses tristes espetáculos de irmãos nossos que percorrem milhares de quilômetros, em condições de muito menos conforto que os felizes ocupantes das coudelarias do prado da Gávea, sempre transportados com o maior carinho em resguardados reboques, alcochoados à prova de contusões no tráfego...

Nada disso. O êxodo, escuteio eu, da própria boca de velhas tias, antigas senhoras de engenho bangüê, que sintetizavam o abandono das lavouras de cana com estas frases: "Este ano, não vamos moer, vamos soltar o gado nos canaviais desbastados. Não há gente para trabalhar. Foi tudo embora para o Rio e São Paulo". Assim depunha, com simplicidade e sem a eloquência das estatísticas, a minha velha tia Olímpia, mãe do usineiro Serzedelo Corrêa, da Usina "Recanto".

E não era caso único. Só em 1952, emigraram do Nordeste para o Sul, nada menos que Rio-Bahia, cerca de 130 mil pessoas, segundo dados registrados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, em seu Posto de Areal, dados êsses aliás divulgados na Câmara dos Deputados pelo então Ministro da Agricultura, Senhor João Cleofas, em sessão de 7 de maio de 1953.

A fuga para as Terras da Promissão não cessou nos anos subsequen-

tes. Cogitou-se mesmo da fixação dos imigrantes nordestinos em núcleos coloniais ao longo da Rio-Bahia.

Apesar de, em 1950, o censo nacional indicar para o Nordeste uma população de 10.966.052 habitantes, ou seja 20,8% do total brasileiro então recenseado, a área ali cultivada alcançava 2.622.502 hectares, ou 14,8% dos hectares cultivados em todo o país, não estando em melhores condições o valor da produção agrícola, limitada a 6.956.283.000 cruzeiros, numa escassa percentagem de 13,6% sobre a produção nacional.

Escusado dizer que o rendimento da produção nordestina se colocava bem abaixo do restante do país.

Se passarmos à produção industrial, onde predominam as indústrias de açúcar e a de tecidos, o retrospecto não é menos reconfortante. Para aquilatar dos índices baixíssimos da produção industrial *per capita*, é suficiente mencionar que, em 1951, o valor de produção industrial de um brasileiro andava pela média de Cr\$ 2.217,00 enquanto o do nordestino ficava apenas em Cr\$ 771,00 isto é, 187,5% inferior ao nível comum do país!

Sem ferir melindres nem sufragar bairrismos inadmissíveis na matéria, é bom lembrar que, na mesma época, o valor industrial médio de um paulista beirava seus 6 mil cruzeiros...

(Exatamente Cr\$ 5.910,00).

Para não incorrer na zona periclitante, — compreendida entre um amontoado de estatísticas e o tédio que se insinua, — quero valer-me aqui de um estudo organizado pelo eminente investigador e conterrâneo, Sr. Humberto Bastos, membro do ilustre Conselho Nacional de Economia.

Realizou o erudito autor de "A Posição Econômica do Brasil" e outros ensaios deveras originais, um confronto entre índices econômico-financeiros relativos a três grupos de unidades federadas.

Em seca apresentação numérica, há três Brasis:

I — O primeiro (Grupo A) caracteriza-se pelos fortes índices de capitalismo agro-industrial em crise de crescimento. Compõe-se de: Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

II — O segundo (Grupo B) representa uma área tipicamente subdesenvolvida e semicapitalista. Está formada pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo.

III — O terceiro (Grupo C) é uma área semicolonial, semifeudal em etapa agropecuária, com restrito progresso tecnológico. Constitui-se de Guaporé, Acre, Amazonas, Rio Branco, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás.

PLANEJAMENTO e SOLUÇÃO DE ALGUNS PROBLEMAS CENTRAIS

Mas nem tudo tem sido abandonado: o Governo da União já por duas vezes no passado veio em auxílio dos desfavorecidos do Nordeste.

Desde o movimento literário de Rodolfo Teófilo e Antônio Sales, passando por Raquel de Queiroz e José Américo de Almeida, os homens de Estado não ficaram infensos a essas vozes da comunidade, simbolizada na pena dos verdadeiros homens de letras.

Foi assim que Epiácio Pessoa, entre 1920-1923, despendeu no Polígono das Secas a soma de 378 milhões de cruzeiros, cerca de 7% da despesa geral da União. Novamente, entre 1932 e 1933, o Presidente Vargas acudiu aos reclamos das angustiadas massas do Nordeste, que então tinham no antigo romancista paraibano um patrono de primeira, alçado que foi ao cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas. Gastaram-se mais 234 milhões de cruzeiros, 4,5% da despesa geral do país.

Muita coisa se fez e construiu, é verdade. Nada menos de 486 açudes, perfuração de 3.633 poços d'água com capacidade de perto de

10 milhões de litros de água. Além disso, a construção de 7.215km de estradas de rodagem, ligando os pontos mais afastados do sertão.

A calamidade, entretanto, do último verão, que despertou até a simpática campanha do "Ajuda teu irmão", demonstrou à saciedade como fôra insuficiente o esforço despendido.

Tivemos, novamente, ante os olhos quadros surrealistas de esqueletos de boi peregrinando pelas catingas, espectros de homens e crianças perdidos na paisagem de pó e desalento...

Que é preciso, pois, para reintegrar o Nordeste no ritmo ascendente do Grupo A, acima mencionado? Transformá-lo por própria conveniência e sadia correlação no padrão econômico médio do país? Dar-lhe em suma a assistência técnica das áreas mais desenvolvidas do Sul, tal como se organiza no plano internacional a ajuda das nações mais adiantadas às regiões subdesenvolvidas.

Em grande parte, fica assim o problema equacionado para uma oportuna, e não de todo remota, decifração da incógnita.

Devemos trazer agora à colocação os resultados colhidos por um técnico estrangeiro que no Nordeste permaneceu meses seguidos, possuído do desejo de acertar, e com a honestidade de quem se vale do material nacional já encontrado e sobre ele trabalha sem ares de grande inovador ou *magister dixit*, que assumem certas missões estrangeiras, muito onerosas, que mandamos vir ao Brasil para afinal aconselhar a melhoria e o incremento da produção ou o barateamento dos meios de transporte...

O baixo desenvolvimento do Nordeste brasileiro, comparado com a média do Brasil como um todo, provém dos seguintes fatores, de acordo com as observações do economista Hans Singer:

1) A menor proporção da população nordestina ativamente empregada. Esse fato, de causa demográfica direta, conta por uma diferença de 5% entre o Nordeste e

o resto do Brasil no rendimento *per capita*.

2) A menor área cultivada por pessoa ativamente empregada na agricultura. Esse fato, conseqüente da escassez de terras no setor agrícola, representa uma diferença de 14% entre o Nordeste e o resto do país.

3) O rendimento mais baixo por hectare no setor agrícola, ocasionando uma deficiência de 15% do Nordeste para o conjunto do Brasil.

4) Menor produtividade por pessoa fora da agricultura, isto é, na indústria, no comércio e outras atividades, colocando a zona nordestina em uma deficiência avaliada em 21% em relação ao rendimento médio *per capita* do brasileiro.

5) Finalmente, uma proporção maior da população no setor agrícola de rendimento baixo, e a correspondente proporção menor no setor não agrícola de maior rendimento.

Isso responde por uma diferença de 14%.

Dos fatores mencionados acima, justamente o quarto — menor produtividade fora da agricultura, — é o mais importante isoladamente.

De fato, esse desequilíbrio econômico do Nordeste provém da circunstância de que a região não acompanhou o desenvolvimento econômico do país. Permaneceu estagnada entre 1939 e 1951, enquanto o conjunto do Brasil avançou com firmeza.

José Augusto, em sua magnífica biografia do sertão rio-grandense do Norte (*Seridó*, vol. I, pág. 72), ora publicada, divulga que, para mais de 476 mil estabelecimentos rurais, só existem 177 tratores naquela zona. O Seridó é, no entanto, das zonas melhores do Nordeste, livre da verminose e do impudismo, além de região rica em tantalita, berilo, cheelita e cassiterita.

Por falar em desenvolvimento econômico nunca será demais precisar o conceito. O campo das ciências econômicas, — como o das relações internacionais em que a precisão de um vocábulo pode muita vez decidir da sorte das nações —, requer

delimitações de conteúdo e segura aproximação da realidade. Já que nos referimos anteriormente seguidas vezes aos valores médios, é bom recordar que desenvolvimento econômico não é questão de médias nacionais, que entram na órbita dos conceitos abstratos.

O desenvolvimento econômico é, pelo contrário, caracterizado pelas realidades muito objetivas, que são o *standard* de vida e o conforto de vida do povo de uma nação. Terá, assim, de corresponder a um duplo teste: 1º) o teste dos valores médios nacionais; 2º) o teste do grau em que os melhoramentos se difundiram entre o povo de uma nação.

O Brasil, enquadrando-se certamente no primeiro caso dado o seu rápido e quase contínuo desenvolvimento nos recentes anos, deixa miuto a desejar no segundo aspecto, já que o progresso econômico se concentrou em uma só parte da nação.

Circunstância mais grave, as populações nordestinas evoluídas dos benefícios do desenvolvimento econômico se acham longe de formar uma parcela diminuta da nação, pois como já assinalamos representam 21% do total dos brasileiros!

Tendo em vista que o incremento natural da população do Nordeste só faz crescer o número de brasileiros marginais ao desenvolvimento econômico, impõe-se um investimento, de largas dimensões e continuidade, que possa ter um amplo e direto impacto sobre o pauperismo dominante entre as populações do Nordeste.

O Senhor Francisco Vera, industrial pernambucano e membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, reuniu em volume trabalhos seus sobre a situação econômica do país.

Verificam-se ali os seguintes coeficientes *per capita*, tomando por base dados estatísticos de 1953:

Depósitos bancários à vista:

	Cr\$
Norte	520,10
Nordeste	354,10
D. Federal	21.894,60

Leste (sem D. Federal)	372,20
Sul	2.597,10
Centro — Oeste	466,80

Empréstimos e descontos bancários:

	Cr\$
Norte	516,68
Nordeste	590,11
D. Federal	18.864,01
Leste (sem D. Federal)	1.121,26
Sul	952,66
Centro — Oeste	952,66

Os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil (30 de junho de 53) registraram a seguinte distribuição *per capita*:

	Cr\$
Norte	174,60
Nordeste	370,60
D. Federal	5.457,60
Leste	1.355,30
Sul	1.085,30
Centro — Oeste	596,60

Para remover portanto a descapitalização havida nesses 11 anos, que medeiam entre 1939 e 1950, o citado economista das Nações Unidas — que foi trazido ao Brasil o ano passado graças à cooperação do Itamarati, através da Comissão Nacional de Assistência Técnica e mediante solicitação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — elaborou alguns cálculos do maior interesse.

Entre outros meios, indicou que para a recuperação econômica do Nordeste se fariam imprescindíveis investimentos adicionais, durante o prazo de 20 anos, no valor de 700 milhões a 1 bilhão de cruzeiros anuais, estimados na base dos preços de 1950, o que representaria uma majoração de fato de 40% a mais no valor em cruzeiros — moeda.

Sugere ainda que o fracasso do Nordeste em acompanhar o Sul do Brasil “não é devido — ou ao menos não é inteiramente devido — a razões inerentes à dotação em recursos naturais e à produtividade de novos investimentos”.

Salienta, com a secura da linguagem técnica, que se verificou um

processo de transferência da região para outras partes do Brasil. Especificamente colaboraram nesse processo: a) os termos desfavoráveis do mercado interno; b) as transferências fiscais; c) a drenagem de recursos humanos da região; d) a transferência de capital através da imigração.

Não desejando cansar o auditório com demasiado detalhe, peço licença para só referir dados por nós colhidos em outra fonte, bem ilustrativos da afirmativa inicial do economista da ONU, cujo trabalho venho agora aproveitando e cuja íntegra deverá ainda ser traduzida pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico visando à sua maior divulgação, conforme aliás, sugestão da Assistência Técnica do Itamarati ao encaminhar-lhe essa utilíssima pesquisa.

Em 1950, os cinco Estados, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, enviavam principalmente para o Sul mercadorias no valor de 6.839 milhões de cruzeiros e compravam outras no valor aproximado de 8.003 milhões de cruzeiros. Houve assim um *deficit* desfavorável ao Nordeste de 1.164 milhões de cruzeiros...

No comércio internacional *aparentemente* as coisas correram melhor. O Nordeste exportou 2.785.383 mil cruzeiros e importou apenas 1.441.375 mil cruzeiros, oferecendo um saldo positivo em divisas de 1.344.008 mil cruzeiros, conforme dados do censo de 1950.

Os produtos naturais da região, principalmente o algodão e o açúcar, ao lado do cacau, do babaçu, do agave, do caroá e dos minérios, salvaram a situação deficitária do comércio interno.

Mas... voltamos ao advérbio *impertinente*: *aparentemente*. É que as divisas obtidas no comércio exterior não retornaram ao Nordeste, ficaram por outras regiões do Brasil, servindo a outros afortunados.

UM ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO: PERNAMBUCO

Nada menos indicado que criticar sem remediar. Pior ainda divagar sem concretizar. Busquemos,

pois, o caso de Pernambuco para objetivar a tese do que deve ser um planejamento para uma unidade do Nordeste, sujeito a readaptações e até a um esquema completamente diverso para outro Estado.

Na verdade, a região "Nordeste" é uma abstração. A variedade das diferentes zonas que se encontram na região e a natureza diversa das interrelações econômicas entre diferentes zonas dentro de Estados nordestinos. Por isso, é preciso fazer estudos das relações econômicas dentro de regiões mais pequenas, e mesmo parte apenas dos Estados. Tal estudo conduzirá a pôr em evidência os fatores-chave para o melhoramento econômico dessas regiões mais delimitadas.

Entrando-se pela terra pernambucana, é escala obrigatória o excelente porto de Recife, terminal de uma das linhas principais de transmissão da Hidrelétrica do São Francisco. Perto, em Olinda, quando se procurava calcário para a produção de cimento, foram descobertos acidentalmente depósitos de fosfatos de cal de grande valor econômico.

Seguindo-se ao Recife vem a *zona da mata*, onde se concentra a produção de açúcar. Mais para diante vem o *agreste*, densamente povoado e com abundante produção de colheitas alimentares. A continuação se depara à vista do sulista maravilhado o espetáculo, realmente extraordinário ecológicamente falando, que é o *sertão*, palavra cuja etimologia continua a desafiar a argúcia dos filósofos e escritores...

Ao contrário da crença geral, não é o *sertão* uma área improdutiva, pois ali brota um algodão especial e também algumas colheitas de curto ciclo vegetativo. E como fundo de todo esse panorama, o rio São Francisco...

A potência de Paulo Afonso seria empregada então na produção de fertilizantes no Recife, usando o nitrogênio e os fosfatos. Dessa maneira, parte desses fertilizantes se exportaria para outros Estados, o restante poderia ser usado no *agreste* e no *sertão*, parecendo óbvio que

a zona do açúcar formaria um dos mercados primários para o produto.

A COOPERAÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

As organizações internacionais vêm prestando uma assistência técnica eficiente ao Brasil. Dentre elas destaca-se a situação da FAO, como bem demonstram os dados colhidos no Boletim que publica.

Mediante solicitação dos diversos órgãos do Governo, a FAO vem enviando ao Brasil os técnicos necessários, e grande parte deles desenvolve ou já desenvolveu no Nordeste parte de suas atividades.

Pelo menos em dez campos de atividades, os especialistas da FAO já trabalharam, cobrindo, assim, as necessidades mais imperiosas, a critério dos órgãos governamentais.

INDÚSTRIA DO PAPEL

A industrialização do bagaço de cana e outras matérias-primas para a fabricação do papel foi sobejamente estudada pelo Dr. H. Baars, técnico da FAO especializado no assunto, o qual se fazia acompanhar, em seus estudos, por técnicos nacionais recrutados no Ministério da Agricultura, no Instituto do Pinho e no Instituto do Açúcar e do Alcool. Os resultados a que chegou constam do Relatório que enviou aos órgãos técnicos competentes, convindo notar que sua opinião foi otimista no tocante ao problema do aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar como matéria-prima para a fabricação do papel, desde que fossem removidas certas dificuldades de ordem principalmente técnica no trato do problema.

TÉCNICO EM ECONOMIA AGRÍCOLA

Já havia estado no Brasil, há dois anos passados, o Prof. Henrique de Barros, renomado economista agrícola português, o qual teve a missão de estudar a economia tritícola no sul do país. Novamente solicitado, veio ao Brasil, agora, para realizar estudos sobre a economia da cana-de-açúcar, havendo trabalhado principalmente em Pernambuco, Paraí-

ba, Estado do Rio (Campos) e São Paulo.

Em Pernambuco, aproveitando o tempo que lhe sobrava das fainas diárias, realizou um curso de cinco palestras para os técnicos do "Instituto Joaquim Nabuco", do "I.A.A.", agrônomos regionais e industriais do Recife. Essas palestras versaram sobre "Custo de Produção Agrícola", com especiais referências à economia açucareira, além da apresentação de um plano para o estudo econômico do problema da cana-de-açúcar.

O NÚCLEO COLONIAL AGRÍCOLA-INDUSTRIAL SÃO FRANCISCO

Embora necessitando ainda de alguns especialistas em determinadas matérias encontra-se atualmente no Nordeste uma equipe de três técnicos da FAO, acompanhada de elementos nacionais, e que desenvolvem atividades de Colonização Rural, em proveito da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura.

A equipe que é composta dos Doutores Joseph E. Hammon, engenheiro especializado em irrigação; J.M. Brantjes, técnico em Colonização; e Luís A. Foulon, especialista em Administração e Economia de Unidades Agrícolas, e tendo como Chefe este último, encontra-se na região do São Francisco, em Petrolândia, onde o Núcleo Colonial Modelo já foi fundado e está em plena fase de desenvolvimento.

Durante o primeiro ano, as atividades desses especialistas deverão cobrir, além de outras, as seguintes, já em andamento: obras de irrigação, drenagem, terraplenagem, aberturas de estradas, construções, conservação, etc., tudo visando ao estabelecimento de um real Núcleo de Colonização, com todas as características essenciais a uma permanente fixação do homem à terra.

Convém notar que tal empreendimento tem, entre outras finalidades, a de fixar imigrantes nordestinos que demandam às grandes capitais, obrigados, principalmente por dificuldades decorrentes de secas ou outros flagelos.

ÁREAS-PILOTO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA

De há muito se reconhece a necessidade dos trabalhos de Extensão Agrícola a fim de instruir devidamente as coletividades rurais em processos e métodos que as capacitem a melhorar, aproveitar e apreciar os inumeráveis recursos de que possam dispor.

Foi pedido à FAO, pelo Governo brasileiro, por isso, um técnico em Extensão Agrícola, e em 1951 foi enviado ao Brasil o Dr. W.J. Timmer, recrutado nos quadros técnicos da FAO. Estêve êsse especialista, durante dois anos, trabalhando inclusive na Amazônia. Mediante a renovação do Acôrdio Suplementar que o trouxe ao Brasil, encontra-se entre nós, embora o segundo período de validade do acôrdio já se tenha prescrito.

Realizando um trabalho de verdadeiro pioneirismo, a FAO, por intermédio dêsse técnico e com a devida colaboração do Estado da Paraíba, vem desenvolvendo ampla atividade no campo da Extensão Agrícola, organizando cursos sôbre o assunto, para agrônomos, e fundando, determinados êsses, cinco "áreas-piloto", que são verdadeiros núcleos para "um método de treinamento de extensão agrícola, concentrada em áreas-piloto".

Essas "áreas" já se encontram em funcionamento, com a supervisão, cada uma delas, de um engenheiro agrônomo devidamente treinado.

O PROBLEMA DA REFORMA AGRÁRIA

Chegado ao Brasil por ocasião do Seminário Latino-Americano sôbre Problemas da Terra, permaneceu entre nós, por algum tempo, realizando inclusive um levantamento cadastral de propriedades agrícolas, o professor italiano Manilio Rossidória, que percorreu diversas regiões do país. Estêve também no Nordeste, onde teve oportunidade de verificar a complexidade do problema da propriedade da terra e suas relações com a economia nordestina. No seu relatório, sob o título "Os problemas de Terra no Bra-

sil", fixa o problema da população flutuante e os efeitos sôbre o sistema de propriedade da terra, além de outros pontos de interesse para o estudo a que se propôs.

A PESCA DO NORDESTE

Um dos primeiros técnicos da FAO que vieram ao Brasil foi o Dr. C.J. Bottemane, de nacionalidade holandesa, membro da Divisão de Pesca da FAO. Chegou ao nosso país em setembro de 1951, permanecendo entre nós até fevereiro de 1952.

A vinda dêsse especialista decorreu de um pedido da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, para o estudo da modernização e sistematização da pesca, e dos métodos a ela ligados.

Verificou, no Nordeste, as condições precárias em que é realizada a pescaria e preconizou entre outras coisas, o reaparelhamento dos barcos pesqueiros, a par de medidas tendentes a controlar aquela atividade, mediante estudos de biologia dos peixes de maior significação econômica, garantindo-se-lhes a sobrevivência da espécie.

O "Programa para o Desenvolvimento da Pesca no Brasil" foi comentado em seus detalhes, e valiosa contribuição foi dada àquele programa, mormente sob o ponto de vista de solicitação de assistência técnica e à organização dessa assistência, visando à pesca e à indústria pesqueira.

Além das tarefas atrás referidas, ilustrativas de quanto pode render a assistência técnica internacional, outros projetos e planos se delineiam. Para não cansar o auditório com enumerações exaustivas, basta referir alguns, como por exemplo:

"Eletrificação Rural — A fim de prestar sua colaboração à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, especialmente sob o ponto de Eletrificação Rural, o Governo brasileiro solicitou a assistência da FAO, e já indicou um técnico nacional para realizar um curso de aperfeiçoamento de Eletrificação Rural do Tennessee ou Califórnia. Essa bolsa

de estudos está sendo submetida ao Programa Ampliado de Assistência Técnica da Organização.

"Especialistas em solos, irrigação e agricultura em Zonas Áridas" — De acordo com o Pedido de Assistência Técnica para 1954, foi reclamada a cooperação de um especialista em Solos para acompanhar o trabalho da equipe de técnicos da FAO que se encontra no Vale do São Francisco, em trabalhos de colonização rural.

"Já se encontra entre nós, trabalhando atualmente no Estado do Rio, no levantamento da carta de solos do Brasil, o Dr. Luiz Bramão, cuja permanência no Brasil está sendo reclamada por mais um período. Viria também juntar-se à equipe um engenheiro francês especialista em irrigação, M. Albert Robaux, que já esteve no Nordeste, recentemente, estudando aquele problema, a pedido do Governo do Brasil.

Além dos técnicos já mencionados, foi solicitada a presença de um técnico em "lavoura-sêca", isto é, em culturas de vegetais de curto ciclo vegetativo e resistentes à sêca, quer fisiológica, quer física.

"Solos e sistema de posse de terra" — Dando cumprimento ao acordo sobre o Seminário Americano de Problemas da Terra, realizado em Campinas, o Brasil indicou dois de seus técnicos para a Bôlsa de Estudos prevista.

Uma delas foi solicitada para um dos assistentes da Escola de Agronomia do Ceará, que deverá estudar a parte de Solos numa Universidade dos Estados Unidos.

"Problemas Econômicos e Técnicos da Indústria de Óleos e Gorduras" — Foi solicitado um técnico para o estudo, em escala nacional, dos problemas ligados à economia de óleos e gorduras, além de dois outros especialistas em assuntos ligados à indústria oleícola (principalmente sob o aspecto vegetal). Prestarão, portanto, sua colaboração ao Nordeste, quando estudarem o babaçu e o chamado côco da Bahia, além de outras palmáceas, ou ainda outros vegetais aproveitáveis, como

a oiticica, caju (castanha), amendoim, etc."

CONCLUSÃO

A enumeração de tais medidas e realizações, embora demasiado longa, parece-nos entretanto indispensável como documentário da atividade profícua das Nações Unidas em nossa terra, comprovando o muito proveito que ainda nos poderá proporcionar.

O Nordeste vem pois recebendo os benefícios das primeiras demarques. Precisam, no entanto, os Governos dos Estados nordestinos despertar e corresponder também. Oxalá não suceda outra vez o ocorrido com o geólogo Aubert de la Rue que, trazido pela Comissão Nacional de Assistência Técnica das plagas longínquas de Marrocos, ficou o ano passado preso em certo Estado nordestino, impossibilitado de examinar uma jazida de minérios supostos de valor inestimável por alguns mesmos considerados como depósitos prováveis de urânio — porque o referido especialista francês fracassou em todos os esforços feitos "in loco" para conseguir um jeep...

Ainda recentemente, não conseguiu a Comissão Nacional de Assistência Técnica encaminhar, em tempo útil, bolsistas provindos de alguns Estados do Nordeste e do Centro ao curso sobre pastagens organizado pelo Instituto Internacional de Ciências Agrícolas, filiado à Organização dos Estados Americanos e ministrado no Uruguai e Rio Grande do Sul. Embora o fator distância possa ter influído grandemente, devemos ponderar que o bolsista de um Estado vizinho ao Distrito Federal até hoje não apareceu...

Perderam-se assim, apesar de todos os esforços feitos pela CNAT, em tempo mais que oportuno, nada menos de 50% das bolsas conseguidas para o Brasil com muita luta e canseiras. Somente aproveitaram os candidatos do Sul.

Alguns Estados, no entretanto, como o de Alagoas, cujo Governo dirigiu à Comissão Nacional de Assistência Técnica um pedido con-

substanciado em minucioso plano de Assistência Técnica, já se têm dado conta das oportunidades e recursos, que podem advir da cooperação internacional.

A recuperação econômica do Nordeste deve, pois, processar-se utilizando não somente os recursos de fora, quer os das zonas mais desenvolvidas do sul, quer os proporcionados pela cooperação internacional — mas principalmente criando nos Governos estaduais uma nova mentalidade mais entrosada dentro dos métodos atuais de planejamento econômico.

No fundo, o homem do Nordeste oferece condição intrínsecas excepcionais — haja vista a plêiade de pesquisadores, cientistas e escritores que daquela privilegiada região têm saído.

O que faz falta, talvez, será além de maior colaboração das administrações estaduais, intensificar a assistência do Governo federal e das entidades internacionais, de modo a permitir ao Nordeste ajudar o compasso dentro do ritmo vertiginoso em que marcha o mundo moderno.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA

Laminados — Trefilados — Tubos galvanizados

USINAS: SABARÁ E JOÃO MONLEVADE

Escritório central de vendas :

AV. NILO PEÇANHA, 26 — 4º AND. — TEL. 22-1970

RIO DE JANEIRO

ESTADO-NAÇÃO E PODER NACIONAL

Cel AMYR BORGES FORTES

Os agrupamentos humanos constituem-se, através de laços de religião, língua e cultura, tendo em vista promover o bem comum que pode ser sintetizado na aspiração de sobrevivência com bem-estar na área mais adequada a êsse fim.

Esse propósito precípua, plasma uma consciência de grupo, atributo indispensável para que se constitua a nação. Assim, o fundamento da nação é a consciência nacional, que se sobrepõe mesmo à diversidade de língua, de origem, de costumes e tradições, resistindo, ainda, à inexistência de território, como no caso dos israelitas que somente há pouco, realizaram a aspiração de dispor de um território próprio.

Uma nação impõe sua presença entre as demais através de seu aspecto jurídico-político que é o Estado, o qual representa o instrumento que concretiza a nação na ordem internacional, do mesmo passo que realiza ação coercitiva na ordem interna.

O Estado caracteriza, assim, o aspecto soberano da nação.

O Estado-Nacional ou Estado-Nação é a figura política para a qual evoluiu o primitivo conceito de Estado, particularmente tendo em vista a importância que a componente humano adquiriu em sua constituição.

O Estado-Nação é a nação dotada de soberania, dispondo de território e constituindo a unidade na ordem internacional.

Harold Laski diz que há, no Estado, um aspecto de tradição histórica que é o de uma multidão que guarda fidelidade e respeito a um número de homens relativamente pequeno — a elite dirigente.

É evidente que isso se dá porque o grupo nacional, a multidão, sabe que o Estado é autoridade jurídica e autoridade política; porque sabe que o Estado tem autoridade interna e tem vida internacional, e porque sabe, ainda, que é através desses atributos que o Estado, liderado por aquela elite, se transforma no instrumento capaz de assegurar a realização das condições existenciais do grupo, que se cristalizaram em aspirações nacionais.

• •

Diferentes que são, em seus elementos constitutivos — território, grupo populacional, recursos naturais, etc., os Estados também diferem quanto à posição que ocupam uns em relação a outros.

É pelo valor de sua consciência nacional, pelo vulto de sua população, pela natureza e volume dos recursos de sua base física e por sua capacidade para aproveitá-los; por sua posição, enfim, em relação a outras nações, que um determinado Estado se integra entre as nações fortes ou fracas. A integração desses diversos elementos é que constitui o que se denomina Poder Nacional, que nada mais é, pois, do que a integração dos meios de que dispõe o Estado para assegurar, na ordem internacional, o preenchimento de seus fins.

A noção de Poder Nacional é eminentemente relativa e está intimamente ligada às relações exteriores de um Estado, definindo, em cada momento, o valor econômico, psico-social, político, militar, etc., de uma nação em relação a outras.

É o grau de Poder Nacional que dá a uma nação a segurança de atingir as condições existenciais que integram suas aspirações e de, uma vez atingidas, salvaguardá-las.

Decorre daí a noção de Segurança Nacional, que nada mais é do que a capacidade do Poder Nacional capaz para assegurar o bem-estar e a autodeterminação de um povo.

Não dispondo de apreciável população, nem de recursos naturais; sem consciência nacional valorosa, uma nação não terá poder. Poderíamos, pois, sintetizar os três elementos do poder em: povo, recursos e posição.

Esses três elementos, em suas inúmeras interações dão origem aos fundamentos do Poder Nacional, que podem ser de natureza geográfica, política, econômica, psico-social, militar.

Esses diferentes fundamentos podem ser expressos, quando avaliados em relação a fundamentos semelhantes de outros Estados, por poderes: poder político, poder eco-

nômico, poder militar, poder psico-social.

Para chegarmos ao valor dos diferentes poderes, necessário se torna apreciar aqueles elementos sob os diversos aspectos em que se podem desdobrar. Assim, o povo deve ser apreciado em seu número, distribuição, valor hígido, valor cultural, valor moral, valor tecnológico, etc. Os recursos comportam uma análise quanto à sua natureza, distribuição, capacidade de aproveitamento, industrialização, acessibilidade. A posição implica em ser apreciada quanto ao seu aspecto geográfico, situação relativa aos centros de poder, industriais, comerciais, etc.

Para que um Estado possa, a qualquer momento, bem definir sua linha de ação na política exterior, necessita ter perfeita consciência de seu Poder Nacional, avaliando-o devidamente e não esquecendo, em nenhum instante, sob pena de cometer grave erro, a relatividade a que deve obedecer essa avaliação.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

O PROBLEMA DA BORRACHA

Maj. JOSÉ GERARDO DE SALES

1 — *Generalidades* : Sem que se peque pelo excesso, pode-se afirmar que a civilização atual está talhada em ferro, modelada em cimento e borracha.

Para animar o quadro, bastaria acrescentar a este esboço os combustíveis : petróleo, hulha — e num futuro que já se insinua à vista — a energia atômica.

Ter-se-ia, então, um flagrante da vida moderna, uma visão objetiva das cidades — estradas percorridas por veículos — campos retalhados por tratores — oceanos perlustrados na superfície, devassados nas próprias entranhas — aeronaves dando nova dimensão à atividade humana — todo o progresso atual, em sua feição absorvente e dominadora, polarizando as energias e dirigindo as iniciativas.

Por toda parte — sempre — isolados ou em conjunto, armando o braço e a inteligência criadora : o ferro, o cimento, a borracha, os combustíveis.

Dai o conteúdo extraordinário, a fundamental importância do tema em pauta, que, — para nós brasileiros — tem ainda uma significação particular :

- por ser produto genuinamente nacional, do qual já mantivemos o monopólio de produção ;
- pelas circunstâncias especiais em que perdemos este monopólio.

A borracha, todavia, nem sempre foi artigo de grande importância. Era inicialmente explorada pelos nativos, esporadicamente, sem maiores possibilidades econômicas, para impermeabilização de panos e vasilhame. Os exemplos que se conhecem, até o início do século XIX,

como aplicações industriais, soam quase como exotismos :

- uma roupa de borracha, enviada em 1759 a D. José, rei de Portugal, e que mereceu dos críticos a classificação de “espantosamente cômoda e prática”, fazendo-se ainda notar pela impermeabilização ;
- sapatos de borracha, exportados para Boston desde 1820 — quando seguiu o primeiro exemplar — e que ali, em partidas ulteriormente realizadas, alcançaram a cotação de cinco dólares o par.

O mais, era exportação da borracha crua para a América do Norte, iniciada com o século XVIII, num processo comercial rudimentar e precário.

Ao lado de suas aplicações, já comprovadas em fatos experimentais, a borracha apresentava, porém, restrições definitivas em suas possibilidades industriais : era grandemente sensível à umidade e ao frio.

Foi Good Year quem removeu este inconveniente, através de um processo novo e revolucionário de tratamento pelo enxofre, que chamou *vulcanização*.

O fato — como era natural — teve graves repercussões econômicas :

- abriu ao produto novos horizontes de aplicação ;
- provocou a falência de nossa indústria doméstica, montada sobre bases de improvisação e empirismo ;
- estimulou ao máximo o comércio da borracha crua, que chegou a contribuir com 28,2 % de nossas exportações, constituindo-se, depois do café, no

principal sustentáculo de nossa economia.

2 — *Ecologia Vegetal*: sendo a borracha um produto vegetal, faz-se necessário apreciar, do ponto de vista ecológico:

- 1 — as espécies produtoras;
- 2 — o meio físico onde se desenvolvem;
- 3 — o conteúdo econômico que representam e as relações sociais que propiciam:

1 — Sob o primeiro aspecto, sabe-se que a borracha é o produto da coagulação do látex da seringueira, conhecida — a espécie de maior importância — como *Hévea Brasiliensis*; e ainda do caucho, da maniçoba, mangabeira e maçaranduba.

Desta diversidade de origem resultam, é claro, diferenças de qualidade para o produto, além de condições de trabalho e regime econômico peculiares.

Por isso é preciso apreciar, de início e de maneira sucinta embora, cada planta isoladamente, em suas feições mais características.

O *caucho* é, de todas elas, a mais vulnerável. Explorado na região norte desde 1876, é árvore de 12 metros de altura, tronco cilíndrico, folhas caducas. A coleta do látex se realiza na estação seca, e o produto é apresentado ao comércio sob a forma de paralelepípedos de um metro por cinquenta centímetros. Tem uma particularidade que merece destaque: comunicação imperfeita entre os vasos lactíferos. Por isso a árvore é previamente abatida, para ser integralmente explorada. Isto traz conseqüências:

- ecológicas: a espécie está condenada ao desaparecimento, caso paralelamente à exploração — não se promova o replantio sistemático;
- econômicas: menor remuneração para o trabalho, devido a condições mais desfavoráveis de exploração e pior qualidade do produto;
- sociais: nomadismo do caucheiro, sempre em busca de novos parques florestais onde possa desenvolver suas atividades;

— geográficas: permanente reconhecimento e exploração de novas áreas.

No mercado, a borracha de caucho é apresentada nos seguintes tipos:

- *bruto*, que é o produto tal como chega das matas, sob o aspecto de prancha — contendo terras e outras impurezas — ou de sernambi, mais puro, porque resultante da coagulação do látex das partes da árvore que não tem contacto com o solo;
- *crepe*: é o caucho bruto beneficiado para exportação, tal como é entregue aos centros industriais de consumo.

A *mangabeira* é árvore de pequeno porte, não ultrapassando os quatro metros, e apresentando-se sob três variedades: branca, rósea e escura. Como o caucho, é explorada até a exaustão, embora não seja abatida, por desnecessário. São suas peculiaridades:

- o látex da mangabeira é o que oferece maior resistência à coagulação espontânea, o que permite o transporte para regiões distantes do local da colheita, onde a operação pode ser feita com maiores cuidados, dando como conseqüência um produto mais puro;
- além do látex, a mangabeira oferece uma fruta apreciada como compota, a mangaba.

A borracha de mangabeira se apresenta sob as formas:

- de lâminas espessas, com mais de 60 % de humidade: é considerada bruta;
- de lâminas desidratadas, que recebem a denominação de folhas laminadas;
- das variedades anteriores beneficiadas para fins industriais e de exportação: é a borracha denominada crepe.

A *maniçoba* também se apresenta sob três variedades distintas. De todas a mais importante é a "choro" — *manihot glaziovii* — conhecida, outrossim, como maniçoba do Ceará.

Foi considerada muito tempo como a única árvore produtora de borracha manicoba, e é incontestavelmente a que ocupa maior área produtora. Atinge, quando em completo desenvolvimento, de 8 a 12 metros de altura, e apresenta copa espessa e arredondada.

As variedades "tigelinha" — manihot piauiensis —, e Jequié — manihot dichotoma — são muito semelhantes. A primeira é encontrada no Piauí, a outra nos sertões baianos de Jequié, Uruburanas e Conquista. Não vão além de 4 metros de altura. Com respeito ao produto vegetal, observa-se:

- que a borracha "tigelinha" é sempre muito suja e muito húmida;
- que a "choro" é mais uma mistura de gôtas de borracha com cascas de árvore; que a jequié possui látex branco e fluído enquanto as demais são branco, cremoso e amarelado respectivamente.

A *maçaranduba* é árvore de grande porte, chegando a atingir 30 metros. É encontrada com mais frequência no vale amazônico, havendo, porém, ocorrências em outros estados. Produz a balata, substância de grande valor, sucedânea da guta-percha.

A seringueira é a mais importante das espécies produtoras de látex e a de maior valor econômico. Deve seu nome as "seringas", fabricadas pelos indígenas, desde antes do descobrimento. Tem tronco robusto e liso, despido de folhas, alcançando 30 metros. Quando silvestre, produz a partir dos dez anos; se cultivada desde os cinco. Conhecem-se dezesseis variedades diferentes de *Hévea* — como também é chamada — sendo a mais fértil a *Hévea Brasiliensis*.

A borracha produzida apresenta-se no mercado sob a forma de:

- fina: resultante do látex puro e fresco, tratado pela defumação indígena;
- entrefina: resultante do látex fermentado e mal defumado;
- grossa: preparada com produtos de origem diversas;

— sernambi: que não foi defumada, produto das sobras recolhidas das incisões e dos instrumentos utilizados.

Num plano secundário, sem maior valor econômico, poder-se-ia ainda acrescentar as variedades abaixo:

- do Brasil: as murupitas, com aplicações apenas em indústrias de artefatos; a sôrva, a Ucuquirana, a balateira: produtoras de gomas sucedâneas da guta-percha;
- no México: o arbusto chamado Guayule — *Parthenium Argentatum* — com habitat nas regiões secas e que já contribuiu com 1% da produção mundial.

Extração e preparação: usa-se, na exploração vegetal do látex uma técnica especial denominada sangria, posta em execução através de instrumental quase primitivo, por meio do qual são feitas, nas árvores produtoras, incisões mais ou menos profundas, que devem necessariamente atingir os vasos lactíferos. De acordo com os processos adotados, que variam de região a região, podem ser:

- corte em espiral: consiste em um só corte, em forma de espiral, que enlaça toda a árvore;
- corte em bandeira: originário da Amazônia, consiste em um canal central, coletor, para o qual convergem — de um a outro lado — incisões oblíquas; (fig. 1)
- corte oriental ou da Malásia: incisão profunda e oblíqua, da esquerda para a direita — colhendo maior número de vasos lactíferos.

O estudo comparado dos diferentes processos demonstra que, nos dois primeiros, há maior rendimento, com maiores prejuízos para o vegetal, motivo porque mais se recomenda o último.

Instrumentos usados:

- faca: "jebong", regionalmente chamada "legra" — importada dos Estados Unidos; fa-



cas ou "legas"; — tijelinhos coletoras, aplicadas às incisões para recolhimento do látex — figs. 1 e 2; — raspadores e calhas; — machadinhas, hoje grandemente substituídas pelas "legras".

Técnica de preparação: o látex recolhido é coagulado:

- o da seringueira: pelo processo de defumação;
- o da mangabeira: pela ação do sal de cozinha e pedra ume, em bacias e recipientes, a quente;
- o das maniçobas: em fôrmas rasas, espontaneamente — ou com o emprêgo de ácidos.

Meio Físico: Entre as espécies produtoras, a seringueira é, incontestavelmente, a mais importante pelo seu conteúdo econômico. É hoje encontrada:

Em estado nativo: em toda a extensão da Bacia Amazônica — no Brasil, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia — e em pequena região da África tropical, nas florestas do Congo;

Cultivada: em Fordlândia e Belterra, através de iniciativas levadas a efeito pelas organizações Ford e continuadas pelo Instituto Agrônomo do Norte, com um ativo de mais de 2.400.000 exemplares; em Mato Grosso, na região dos rios Arinos e Teles Pires, sob a responsabi-

lidade da empresa Rio Novo Ltda. — "Erion" — dos irmãos Spinelli, isto a partir de 1951, apesar da legislação com que o Estado pretendeu incrementar o plantio — Lei n. 487, de 7 de outubro — datar de 1907; no Panamá e Costa Rica — por iniciativa da Good Year Rubber Co., em terras antes destinadas à cultura da banana; na bacia do Atrato — em território Colombiano; na Libéria — a mando da companhia Firestone; e, sobretudo, no Oriente — Ceilão, Índia, Tailândia, Indochina, Malásia, Sumatra, Java e Bornéu — onde ingleses, holandeses e franceses — principalmente — plantaram mais de um bilhão de plantas, distribuídas por três e meio milhões de hectares, com um potencial superior a três milhões de toneladas anuais.

Uma simples inspeção numa carta geográfica revela, de imediato, o cenário no qual se desenvolvem as maiores atividades e têm curso os maiores empreendimentos — o ambiente físico da floresta equatorial, onde:

- o clima quente e úmido — com variações mais pronunciadas entre horas do dia e da noite, e não ao correr do ano — é consequência da situação de planície, da uniformidade de relevo e da distribuição equilibrada ao longo do equador, com variação relativamente pequena entre as latitudes extremas;
- a superabundância de água, lavada que é a região pelas maiores caudais do mundo, provoca reflexos — no clima, notável pela pluviosidade —; na flora, rica em espécies, pobre cada espécie em exemplares, e densa, exuberante, impenetrável e hermética —; na fauna, destituída de animais de grande porte, que não encontram ambiente propício ao seu desenvolvimento, e rica de insetos, batráquios, répteis, pássaros e peixes.

Região, por conseguinte, desfavorável à ocupação pelo homem — alagada e pouco salubre, de comunicações difíceis — a requerer de

Governos, autoridades e capitais, medidas de exceção e de estímulo. No Brasil, país onde a iniciativa particular capitula face a carência de recursos, a legislação atual — através da própria Constituição — destina ao aproveitamento e recuperação da Amazônia 3 % das rendas nacionais, durante pelo menos vinte anos, acrescidos ainda estes recursos de 3 % da renda dos Estados, Territórios e Municípios, num montante superior a 12 bilhões de cruzeiros, para o tempo estipulado.

Relações sociais e econômicas: Hoje — como ontem — a dinâmica social se processa, na Amazônia, através de laços predominantemente econômicos, cujo substrato é o comércio do látex. Desenvolvendo-se numa imensa cadeia de inter-relações, que — da Ourela Atlântica — derrama-se para o interior, invadindo a selva pelo caminho natural dos rios. Neste cenário grandioso e imenso, que encontra sua característica mais expressiva na exorbitância de suas manifestações, é preciso destacar:

- a significação especial da floresta como fator de segregação e isolamento;
- o papel histórico dos rios como via de reconhecimento e penetração;
- a organização econômica decorrente, ganglionar e precária, sem substância social.

Os tipos humanos que se fundem ao calor das injunções locais, encontram sua maior expressão:

- no *seringueiro*; trabalhador contratado por safra, que se dedica desde à madrugada e na primeira metade do dia, a extração do látex; à tarde, entrega-se à caça, pesca e pequena lavoura, para consumo;
- nos *batedores do sertão e coladores*; responsáveis os primeiros pelos conhecimentos iniciais, que orientam a atividade dos últimos, empenhados na descoberta e abertura das primeiras picadas, chamadas "estradas das seringueiras", geralmente em forma de oito, com o barracão do seringueiro ao centro;

- *nos tropeiros*, encarregados dos transportes iniciais, feitos em lombo de burro ou boi de cangalha;
- *nos fiscais*, atividade de cunho mais recente, desempenhada por indivíduos que percorrem as “estradas das seringueiras” para ensinar e corrigir os cortes, e multar os seringueiros reincidentes em faltas já apon-tadas;
- *no seringalista*, que superen-tende a cadeia e financia a produção.

Neste esboço, incompleto e uni-lateral, de vez que as demais ati-vidades que compõem o conjunto foram negligenciadas, cumpre dis-tinguir:

- do ponto de vista social: o habitante da cidade do habi-tante do interior;
- do ponto de vista econômico: o seringalista dos demais agen-tes da produção, assim como quem separa o Capital do Tra-balho.

Entende-se melhor — no estágio seguinte — as correlações que se formam:

- nas cidades, que conheceram o fausto e o luxo, na época de esplendor do produto e onde, ainda hoje, se desfruta um ní-vel de vida razoável, a que não são de todo estranhos o con-fôrto e o progresso, — vivem portugueses, espanhóis, italia-nos e sírios, os quais açambar-cam as atividades de comércio, bancárias e industriais;
- no interior, apenas o braço na-tivo reforçado por nordestinos, entregues às tarefas extrati-vas; mais recentemente, ja-poneses que, por meio de uma agricultura ainda incipiente, introduziram em Maués, Pa-rintins, Tomé Açu, e Monte Alegre, a cultura da juta.

Osório Nunes descreve, em têr-mos pretéritos, uma trama sócio-econômica que, infelizmente, não perdeu ainda seu significado de atuante realidade: “O seringueiro

era contratado pelo seringalista, de quem todavia não era empregado; apanhava a borracha e entregava ao seringalista que, em troca, lhe fa-cultava crédito em objetos de tód-a natureza, correspondente ao valor orçado do produto; por sua vez, por conta da borracha, o sering-a-lista obtinha dos “aviadores”, em Belém, e Manáus, os objetos, co-mestíveis e utilidades que fornecia ao seringueiro. Nas duas capitais, os “aviadores” também por sua vez, levantavam compras a crédito dos importadores e atacadistas”. Estes importadores e atacadistas eram exatamente os sírios, portugueses, espanhóis e italianos, os quais par-ticipavam da longa cadeia de pro-dução apenas pelo lado do lucro. “Quando — é ainda Osório Nunes que ensina — a produção asiática inundou o mercado e Deus deixou de ser amazônico, o seringalista, cuja prosperidade era medida pela sua capacidade de dever milhares de contos de réis, ficou reduzido a extrema miséria”. Com êle — to-dos os demais.

Sob o aspecto em que a questão está sendo encarada, é de justiça que se ponha em relêvo a reper-cussão que a indústria extrativa do látex provocou:

- no povoamento e ocupação efetiva da região;
- na configuração política do continente.

Sob o primeiro aspecto vale a pena inicialmente recordar: que “a economia destrutiva foi a base exclusiva da vida comercial amazô-nica. A tarefa extrativa de cada seringueiro tinha de se consumir dentro do traçado das estradas de seringueiras, que lhe eram exclusi-vamente destinadas; e êsses traça-dos não se deviam tanger, a fim de perdurarem delimitadas e indepen-dentes as áreas de árvores a serem sangradas por dado ocupante. As estradas de cada qual não deviam nem ao menos tangenciar às do vi-zinho. Formavam sistema à parte. A obra sistemática de destruição operava-se pela sangria das héveas e era incrementada, estimulada pela tendência dos homens à dispersão.

Esgotada uma estrada, atacava-se outra. (1)

Para depois concluir: que, "quanto ao povoamento, a fase dos seringais trouxe êsse fato paradoxal: numa região em que a natureza se encontra para resistir, o homem se dispersou para agredi-la. Lá, onde cem lenhadores, trabalhando com afinco, não seriam bastante para dar cabo da selva compreendida nos limites de uma única estrada de seringal, passou a viver um indivíduo isolado. No tocante às condições de salubridade, as conseqüências foram calamitosas. (2)

Do ponto de vista político, nunca é demais repetir a façanha dos seringueiros consubstanciada na conquista do Acre, a que o gênio de Rio Branco emprestou um remate pacífico e feliz. Em troca de uma estrada de ferro e de dois milhões de libras esterlinas, além de retalhos de terra na região do Madeira, a borracha presenteou indiretamente o Brasil — através do tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903 — com um território de 148 mil quilômetros quadrados de superfície.

3 — *Análise Econômica*: A flutuação observada no mercado da borracha constitui matéria de fácil análise. Distribui-se por períodos bem caracterizados, tendo como marco divisório a descoberta por Good-Year, em 1839, do processo de vulcanização:

- antes produto de fraca aceitação, a qual se traduzia nos baixos índices da demanda internacional, com suas possibilidades industriais comprometidas pela sua sensibilidade ao calor e ao frio, e usado quase que exclusivamente como impermeabilizante, e para apagar traços de grafite;
- depois, — como o desenvolvimento paralelo do automobilismo e a divulgação de suas qualidades de impermeabilizante pelo escocês Carlos Macintosh e por La Condamine, uma completa revolução de

métodos e processos subverte as condições de mercado com os índices crescentes de procura, dadas suas vastas e multiformes aplicações.

As vistas do mundo voltam-se, então, para a Amazônia, que detém, praticamente, o monopólio da produção. Esta, lamentavelmente porém, se processa à revelia de técnica e de controle — desordenadamente — sob a imperativa obsessão do lucro imediato.

Do lado dos patrões — do Capital, portanto — o que se verifica é a especulação desenfreada de quem pretende enriquecer da noite para o dia, como se o mundo estivesse para acabar.

Do ponto de vista Trabalho — não há uma organização racional; não há, sequer, uma organização. A mão-de-obra deficiente, integrada quase com exclusividade por cearenses que — corridos das secas ou atraídos pela miragem da prosperidade fácil — atiraram-se às cegas à aventura da floresta equatorial, trancada no determinismo hostil de suas constantes ecológicas. E tudo concorre para dificultar a exploração e encarecer o produto:

- selva impenetrável e inóspita — com as limitações conseqüentes às comunicações e ao transporte;
- clima quente, úmido, insalubre, lavado por chuvas torrenciais e freqüentes — que concorria para diminuir o rendimento do trabalho através do tempo disponível, diariamente reduzido pelas chuvas — e das baixas periódicas, às vezes definitivas, do pessoal reduzido pelas febres;
- seringueiras — como produtos genuínos da floresta equatorial — relativamente raras e bastante espaçadas entre si, obrigando ao tempo morto dos deslocamentos improdutivos e agravando ainda a situação dos transportes;

(1) Aradjo Lima, citado por Moacir M.F. Silva.

(2) Viana Moog, citado pelo mesmo autor.

- prática irracional e estúpida que sacrificava a árvore explorada a fim de exauri-la em sua capacidade lactífera, na ânsia insensata de aumentar a produção, e as consequências decorrentes — rarefação da espécie — afastamento cada vez maior dos parques de trabalho — rendimento menor — transporte mais caro;
- por fim, a atribuição federal, estadual e municipal elevando de um terço o preço da produção.

A Inglaterra, na ocasião interessada no desenvolvimento de sua indústria, lembra-se, ao impacto sugestivo dos altos preços, que também possui florestas equatoriais. E começa um capítulo novo na história econômica da Borracha. Henry Wickham, por designação do governo inglês, consegue contrabandear, em 1876, setenta mil sementes para as plantações do Oriente, das quais apenas 2.625 sobrevivem. Mas, em 1905, já a Malásia exporta suas primeiras 170 toneladas de borracha, vendidas 1,50 dólar por libra pêso, e proporcionando grande lucro. Em 1910, sai o segundo carregamento, vendido agora a 3,0 dólares a libra, o que decreta, pelas providências que assanha, a falência do mundo especulativo da Amazônia. Grandes investimentos são aplicados nas plantações de Ceilão e Malásia; uma técnica especial, altamente qualificada é desenvolvida; há facilidades de exploração nos parques artificiais, racionalmente plantados; há mão-de-obra abundante e barata nos formigueiros humanos do Oriente; há, para o transporte, estradas de ferro e de rodagem adrede preparadas; portos bem equipados, debruçados sobre rotas comerciais de grande importância; e, esperando tudo, o prestígio político, econômico e até militar do Império Britânico. Como consequência, a borracha do Oriente — depois de percorrer dez mil milhas a mais — é colocada nos Estados Unidos a preços menores e propiciando lucros mais compensadores. A realidade fulmina a economia da Amazônia, que concorre

com 99 % da produção mundial em 1906 e se reduz a índices miseráveis em 1913.

Do episódio merece destaque:

- a intervenção eficaz do Governo Inglês na produção e no mercado, em contraposição à atitude do Governo Brasileiro, presente, apenas, através de uma legislação inteiramente inoperante — que visava colir a exportação de sementes e mudas de seringueiras — e para onerar o produto pela tributação excessiva.

Assim a conquista do monopólio da borracha pela Inglaterra se fundamenta:

- em fatores geográficos favoráveis;
- numa política econômica e industrial adequada.

Conquistado que foi, no entanto, o mercado, perde a Inglaterra a cabeça. É sob a imposição do chamado Esquema Stevenson, que procura a valorização exagerada e descabida do produto, que:

- a França e a Holanda descobrem, por sua vez, a mais rendosa aplicação para suas florestas equatoriais e promovem o desenvolvimento intensivo de plantações em suas colônias da Ásia — Indochina e Java;
- a Alemanha, sem florestas e sem colônias, mas dispondo de técnica altamente qualificada, lança-se na produção da borracha sintética — a "buna".

Reparando parcialmente o erro e coordenando os diferentes interesses, é organizado em 1934, sob inspiração inglesa, o Internacional Rubber Regulation, com jurisdição nas áreas asiáticas e que passou a controlar 98,7 % do comércio mundial do látex. Sua função precípua era a estabilização dos preços em níveis satisfatórios à saúde econômica de produtores e capitalistas, através do controle da produção. Entre outras medidas vedava terminantemente, em caráter preventivo, a saída de mudas e sementes

para áreas estranhas ao domínio da organização.

Em 1944, porém, a política mundial impõe novos rumos aos acontecimentos :

- por um lado, a dinâmica do imperialismo japonês, libertado de suas peias naturais pela segunda guerra mundial, apodera-se das áreas de produção do Oriente ;
- por outro, o extraordinário surto industrial americano, a serviço da guerra, encaminha-se para o aproveitamento sistemático da borracha da Amazônia e o desenvolvimento da borracha sintética.

Assim o Brasil reaparece nos mercados, agora Ocidentais, apenas, e não mundiais. A Amazônia ressurge. No plano político, são assinados contratos internacionais.

- pelos "Acôrdos de Washington" compromete-se o Brasil a vender à Rubber Reserve Co. — agência oficial do Governo Norte-Americano — toda a borracha excedente às suas necessidades internas, ao preço básico de 39, modificado depois para 45, centavos a libra peso da de melhor qualidade ;
- compromete-se a Rubber Reserve Co, a pagar um prêmio de 2,5 a 5 centavos, sobre a produção excedente a, respectivamente, cinco mil e dez mil toneladas.

Estes prêmios seriam aplicados, juntamente com um fundo de 5 milhões de dólares, no fomento da produção — em quantidade e qualidade — e na elevação do nível de vida do seringueiro. O "Acôrdo" representava, sem dúvida, um negócio da china para a Rubber Reserve Co, pois obriga o Brasil a negociar uma produção, facilmente colocável na época, quando o custo de vida é dez vezes mais caro, pela metade da cotação alcançada em 1910-12 — uma libra ouro por quilo.

No plano interno, foram criados ou desenvolvidos organismos esta-

tais, com a finalidade de estimular ao máximo a produção :

- o *Instituto Agrônomo do Norte* : destinado a amparar tecnicamente as iniciativas, através de enxertos e outras práticas que proporcionassem melhores espécimes de seringueiras ;
- *Banco de Crédito da Borracha* : destinado a amparar a produção pelo lado dos financiamentos ;
- a *Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico* : com o objetivo de coordenar as medidas relacionadas com o abastecimento de gêneros alimentícios e artigos de primeira necessidade ;
- o *Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores* : destinado ao recrutamento, distribuição e localização da mão-de-obra ;
- o *Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará* : destinado a dar cobertura aos transportes ;
- o *Serviço Especial de Saúde Pública* : com a finalidade de propiciar assistência médico-sanitária aos seringueiros e demais participantes do que se convencionou chamar a "batalha da borracha".

De toda esta mobilização de recursos resulta apenas :

- do ponto de vista de rendimento de trabalho : a produção anual máxima, de 32,930 toneladas de borracha bruta — em 1947 ;
- do ponto de vista de organização do trabalho : Nada. Continuaram os mesmos processos de extração, o mesmo sistema de comércio, a mesma cadeia de produção, a mesma e "irracional" exploração da selva e dos homens.

No quadro internacional, é indispensável ainda registrar o extraordinário progresso que alcançou a borracha sintética dos Estados Unidos. Basta considerar que esta in-

dústria começou na Alemanha, por ocasião da primeira guerra mundial. Não obstante, em 1940, a produção se mantinha em nível inferior a 8 % do total mundial, quase toda originária da Alemanha e Rússia. Em 1941, a produção norte-americana era de oito mil toneladas; ao fim da guerra, de um milhão. Os investimentos do Governo subiram a setecentos milhões de dólares, de tal forma que — em 1945 — a indústria da borracha sintética alimentava 75 % do consumo interno do país. Montaram-se fábricas :

- na região Nordeste : 11 fábricas, com a capacidade de 30 % ;
- no Texas e Luisiânia : 9 fábricas, com a capacidade de 60 % ;
- constituiu-se no maior centro de produção : a cidade de Akron-Ohio.

A indústria também se desenvolveu no Canadá e na Europa.

Com o fim da guerra, novamente a situação se modificou :

- foi restabelecida a produção do Oriente ;
- a produção da Amazônia entrou em novo colapso ;
- a produção de borracha sintética reduzida : algumas fábricas continuaram em atividade ; outras são mantidas em reserva, em condições de serviço ; as demais fechadas. Todas restituídas à indústria privada.

Numa síntese final, o assunto sugere o apanhado abaixo :

- até 1830 : usada para apagar traços de grafite e como impermeabilizante, especialmente depois da divulgação que deu ao produto o escocês Carlos Macintosh, em 1823 ;
- de 1830 a 1913-14 : esplendor da indústria extrativa na Amazônia — monopólio da produção por parte do Brasil ;
- de 1912 a 1939 : desenvolvimento da produção do Oriente — falência da Amazônia — primeira guerra mundial e advento da borracha sintética ;

- de 1939 a 1945 : segunda guerra mundial — perda dos parques produtores dominados pelo Japão — ressurgimento da exploração amazônica e consolidação da indústria de borracha sintética, especialmente nos Estados Unidos ;
- de 1945 aos nossos dias : restabelecimento da produção do Oriente — controle da produção de borracha sintética — esforço do Brasil para manter e estimular a produção da Amazônia, com base principalmente no mercado interno, representado pelo desenvolvimento da indústria de pneumáticos e utilidades.

4 — *Aplicações Industriais* : Edmundo Macedo Soares foi dos primeiros a distinguir — no quadro geral das indústrias — aquelas destinadas a assegurar alimentação, abrigo, vestimenta, educação e defesa. São as indústrias que chamou fundamentais, condicionantes necessárias ao desenvolvimento de todas as demais atividades, e que mereceram, para classificá-las, uma expressão especial, hoje definitivamente consagrada : — indústrias de base.

Na enumeração proposta pelo construtor de Volta Redonda, lá figura — em sétimo lugar — a indústria da borracha.

Difícil é, na verdade, suprimir a borracha das concepções atuais da vida.

Encontrámo-la a todos os momentos, sob os mais variados aspectos, prestando os serviços mais diversos. Dêste ângulo — o de suas numerosas aplicações — é preciso considerá-la :

- a) do lado das aplicações civis ;
- b) do lado das necessidades militares.

Num caso e noutro, produto de primeira necessidade, que alimenta — segundo classificação adotada pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha — uma indústria que se distribui em dois grandes grupos :

- o da indústria pesada : compreendendo principalmente sobressalentes indispensáveis a

viaturas automóveis — pneus, câmaras de ar, sapatas para carros de combate e demais realizações no gênero;

- o da indústria leve: englobando mais de trezentos artigos diferentes, entre os quais se salientam — calçados (solas, saltos, galochas), tubos e mangueiras, correias e cadeias de transmissão, material de vulcanização, isolantes elétricos, artefatos médico-cirúrgicos e de laboratório, artigos para esporte e brinquedos, material de uso doméstico e artigos de vestuário (capas, chapéus, polainas), equipamento enfim para os mais desconhecidos mistérios.

Do lado das aplicações pacíficas — de cunho comercial, agrícola, de simples turismo ou de uso doméstico — o assunto é perfeitamente compreendido, face aos testemunhos de todos os momentos, que ilustram nossa experiência, robustecem e fundamentam nossas convicções.

Do ângulo da Defesa Nacional, constitui medida de prudência passar a palavra a um técnico na matéria — o General Lobato Filho — que encara o assunto, é claro, em sua feição especificamente brasileira, mas cujos argumentos — mutatis, mutandis — são aplicáveis a qualquer nação do mundo, no estágio atual de nossa civilização.

São suas palavras textuais :

“O que tem importância capital para a organização da defesa militar do nosso país, de extensões infindáveis a serem percorridas nos deslocamentos de nossa tropa em operações, é possuímos abundância de bons pneus e de boas câmaras de ar e isto independente de qualquer importação. O nosso ponto de vista quanto à borracha é o mesmo relativamente ao petróleo e ao carvão e ao aço.

“É preciso notar, porém, que as nossas necessidades tendem a crescer muito, pois a rodovia brasileira só agora está começando a se desenvolver. No Exército a motori-

zação está se generalizando, notadamente, para comboios e artilharia pesada, já comprada, tanto que já temos em funcionamento um centro de instrução de motorização. Por outro lado, a tendência de hoje é a rodovia incumbir-se dos serviços transversais dos troncos ferroviários.”

“Deve-se também contar com a generalização do uso de artefatos de borracha em várias utilidades, dependendo isso de propaganda e leis especiais. Uma visita a um moderno “destroyer” norte-americano, que esteve ultimamente em Belém, revelou a vasta aplicação que é possível dar, com enormes vantagens, a artefatos de borracha. E quem sabe o carioca, que luta contra os ruídos ensurdecedores, não acabará pavimentando de borracha as ruas do Rio.”

“Num Congresso Econômico Internacional, há cerca de 4 anos, uma grande potência lançou sobre a mesa a seguinte tese: “um país industrial deve ter o direito de ir buscar a matéria-prima onde ela se encontrar sem aplicação. Pouco depois apareceu a doutrina do Espaço Vital.”

Note-se :

- que o General Lobato Filho prestou estas declarações em 1940, ao ensejo da Conferência dos Interventores, promovido pelo então Chefe do Governo do Pará, e que elas ainda permanecem palpitantes de atualidade e realismo;
- que o Chefe Militar — a par de conceitos nitidamente profissionais — sugeriu para a borracha uma aplicação que ainda não encontrou eco na realidade — o de servir de base à pavimentação de nossas ruas;
- que não se referiu, nem por alto, à Aeronáutica, a qual, na ocasião, ainda não tinha existência autônoma, mas que, sem dúvida, é a maior beneficiária do produto.

E quais são as possibilidades do Brasil no ramo ?

Quem responde é outro militar — o Cel. João Punaro Bley — citando o recenseamento de 1950 :

“Parque Industrial Brasileiro :

Ainda de acôrdo com aquele Censo, a indústria de artefatos de borracha compreendia 141 fábricas e usinas, com a seguinte classificação :

Indústria Pesada	6
Indústria Leve	135

Vejamos, agora, alguns aspectos particulares dêstes 2 grupos :

1 — *Indústria Pesada :*

a) Fábricas em funcionamento...	6
Fábricas em organização.....	1
b) Localização :	
São Paulo	6 (1 em organização)
Distrito Federal	1
c) Mão-de-obra :	
Homens	6.709
Mulheres	1.420
Total	8.129
d) Consumo de matéria-prima :	
	Quilos
Borracha e plásticos.....	18.622.000
Produtos químicos	11.495.000
Outras matérias-primas	14.843.000
Total	44.953.000
g) Produção :	
Pneumáticos :	
	Unidades
Caminhões e ônibus	703.761
Camionetas	44.170
Carros de passeio	825.088
Motocicletas	5.046
Tratores agrícolas	6.939
Máquinas agrícolas	2.878
Máquinas de terraplenagem...	4.531
Veículos industriais	13.469
Aviões	2.397
Bicicletas	81.658
Total	1.716.937

Câmaras de ar :

Veículos à motor	983.256
Bicicletas	89.043
Total	1.072.299

2 — Indústria Leve :

a) Fábricas em funcionamento... 135

b) Localização :

São Paulo	76
Distrito Federal	27
Rio Grande do Sul	14
Amazonas	5
Pará	5
Rio de Janeiro	3
Minas Gerais	3
Alagoas	1
Sta. Catarina	1

c) Mão-de-obra :

Homens	6.580
Mulheres	3.024
Total	9.604

d) Consumo de matéria-prima :

	Quilos
Borracha e plásticos	6.177.000
Produtos químicos	9.055.000
Outras matérias-primas	4.751.000
Total	19.943.000

g) Produção : variada.

Nota : Os produtos químicos que figuram entre a matéria-prima empregada são em grande parte artigos de importação.

O "Diário de Notícias" de 28 de agosto do corrente ano fornece, da realidade, um instantâneo mais atualizado, no que respeita à produção de pneumáticos e câmaras de ar : A produção total discriminada do primeiro quadrimestre do ano para veículos a motor (por peça) foi a seguinte :

Caminhões e ônibus	307.347
Camionetas	38.403
Carros de passeio	406.035
Motocicletas	7.500
Tratores agrícolas	12.269
Máquinas agrícolas	1.532
Máquinas de terraplenagem	2.430
Veículos industriais	4.112
Aviões	912
Total	780.540

5 — *Conclusão* : Como remate necessário, poder-se-ia investigar ainda — de modo perfunctório embora — as perspectivas industriais do país, que se fixam principalmente :

- no valor atual da produção : oscilante em torno das trinta mil toneladas ;
- nas necessidades prováveis — em toneladas : para 1956 — 50.000 ; para 1957 — 55.000 ; para 1958 — 60.000 ; ou seja, um acréscimo anual de 10 % como estimativa para atender às solicitações da indústria.

Para compensar as deficiências, três são as medidas indicadas :

- importação de borracha do Oriente ;
- estímulo à produção de borracha sintética ;
- intensificação do plantio de parques artificiais, atendendo a condições econômicas de exploração.

Os temperamentos mais comedidos optam por uma política econômica de equilíbrio :

- refutam a hipótese do estabelecimento, em larga escala, da indústria de borracha sintética — por inoportuna — dada a carência de produtos químicos considerados indispensáveis, e que teriam que ser importados ;
- admitem, de imediato, a importação de borracha do Oriente, à título de atender uma situação de emergência e prevenir embaraços a uma indús-

tria tida hoje como florescente ;

- recomendam, com insistência, o desenvolvimento dos parques artificiais, usando no que fôr possível a experiência alienígena, o que poderia servir ainda de suporte econômico à campanha de conquista efetiva e recuperação da Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

De Paranhos Antunes : Passado e Presente da Economia Brasileira.

Edmundo de Macedo Soares : Industrialização Brasileira e Auto-suficiência.

Felisberto Cardoso de Camargo : A Nossa Crise de Borracha.

Gen. Lobato Filho : O Problema da Borracha.

João Punaro Bley, Cel. : Alguns Aspectos da Indústria Brasileira.

Jones & Darkenwald : Economic Geography.

Mário Barroso Ramos : Borracha.

Ministério das Relações Exteriores : Brasil, 1943-1944.

Moacir M.F. Silva : Geografia dos Transportes no Brasil.

Nels A. Bengtson & W. van Royen : Fundamentals of Economic Geography.

Osório Nunes : Introdução ao Estudo da Amazônia.

Veiga Cabral : Corografia do Brasil.

Marília Gosling Veloso : A Exploração da Borracha na Região dos Formadores dos Rios Arinos e Teles Pires (Norte de Mato Grosso).

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

EDUCAÇÃO POLÍTICA

Cap RÔMULO BOCCANERA

A política, síntese concreta expositiva da sociologia não é ciência que arbitrariamente se possa deduzir de idéias especulativas, mas induzir de fatos. Tem uma base biológica, que assenta no estudo da individualidade, no conhecimento dos vários tipos da personalidade humana.

O Brasil carece antes de tudo de institutos psicotécnicos, de institutos de pesquisas sociais, de institutos de orientação e seleção. Isto implica cultura organizada, sem o que seremos parasitas eternos do espírito alienígena e sempre sujeitos às determinações dos sentimentos, nas suas formas estáticas ou conservadoras e dinâmicas ou obedientes às influências de fatores cósmicos, físicos ou sociais. Vivemos na indisciplina dos sentidos.

Em institutos assim é que poderemos pensar, estudar e resolver os problemas nacionais com objetividade científica, conhecimento de causa e efeito. Eles serão a forja da consciência nacional, e sobretudo da consciência política da nacionalidade.

Cuidamos de conhecer o pensamento de civilizações adiantadas, e muitas delas decadentes, cujas fórmulas de estudos não quadram à nossa mentalidade incipiente. Adquirimos cultura teórica. Da parte prática e aplicada, não cogitamos. E com meras deduções sintéticas e teóricas, superiores às nossas possibilidades atuais, não feitas para o nosso ambiente, não teremos nunca a objetivação prática do nosso meio e das nossas necessidades. Precisamos antes adquirir a capacidade de rever, com isenção de espírito, as idéias alheias. "Resistir à tentação das doutrinas perfei-

tas e acabadas, opor um dique intransponível aos modelos e às fórmulas consagradas da sociologia, da história, da política e da filosofia alienígenas" (E. Canabrava).

Nunca teremos uma cultura útil e aplicável à solução dos nossos problemas, enquanto a política pedagógica obedecer à metodologia das abstrações inaplicáveis.

Alberto Torres morreu sonhando com a sua *Universidade Brasileira*, de onde deveria emanar a consciência política da nossa república. Não acreditou, a este propósito, que o seu dignificante e justo *humanismo*, jamais, seria o *humanismo* brasileiro, num organismo técnico-político e social incipiente, qual a nosso.

A sua universidade seria uma energia criadora da raça; ela nos daria o Estado novo que ele sonhara, desenvolvendo os órgãos culturais políticos, econômicos, sociais, daria nacionalidade ao povo. Mas, com que elementos instituir a supra universidade? Onde os humanistas brasileiros capazes de vencerem a bastardia espiritual da cultura das nossas elites políticas?

Temos até aqui cuidado da erudição grupal, condições de núcleos, a que chamam de elites. Elites teóricas, sem valor próprio, que necessitam firmar-se em nomes estrangeiros, valer-se da documentação alienígena para acreditar a suas afirmativas. Inteligentes desautorizadas. Contemplamos a cultura intelectual como meio de conhecer e não de praticar. E por isto, quando aplicamos os conhecimentos à realidade, o fazemos por ouvir dizer, e não baseados na experiência, por indagação real dos fenômenos que se objetiva.

Cultura ideológica e não pragmática, numa época realista e naturalista. Nadamos à superfície da cultura alienígena. Ciência de retóricos. Ciência sem objetivação prática. Colhemos sínteses dos pensamentos alheios, por isso que nos falta capacidade de análise, capacidade amadurecida na experiência à razão dos próprios fatos.

Estamos longe de possuir mestres e educadores pragmáticos, no sentido de preparar a inteligência da mocidade para ver com os próprios olhos, sentir com os próprios sentimentos, pensar com o próprio cérebro, atuar com a própria vontade, com o querer das inteligências esclarecidas e disciplinadas; das inteligências padronizadas por si mesmas.

Não é outra a razão do nosso conformismo vital e das nossas vo-lições inoperantes, automáticas, repetidoras maquinais.

Insistamos. Reproduzimos e supomos que trabalhamos e produzimos por determinação própria. Queremos fazer? não o sabemos, recorremos aos livros estrangeiros. E reproduzimos. Mas por que lá o fizeram? Que razões existem para o fácil mudar estrangeiro? Não nos interessa saber. O velho mundo é o primeiro a se admirar da nossa formidável erudição; do tempo que consumimos com digerir conhecimentos gerais, em leituras superficialíssimas, em estudos ainda mais superficialíssimos que os programas escolares estatuem. Admiram-se da incapacidade dos poderes públicos para consentir que se exija dos escolares a soma de conhecimentos enciclopédicos dos programas de ensino primário, secundário e superior, sem o menor zelo do cérebro, da organização nervosa dos estudantes. Não compreende esse atentado ao natural desenvolvimentoda mentalidade escolar. Admiram-se e riem-se da ignorância que ressalta da sociedade, como produto de inteligências confusas e mediocrizadas pelo acervo de conhecimentos impingidos, sem método, sem objetivação prática, norteio psicológico ou psicotécnico.

O ensino no nosso país, baseia-se no velho sistema de que a instrução forma a individualidade e a personalidade. Princípio falso, sem base científica, porque contrário a toda estrutura da biologia humana. É "um ideal de cultura todo abstrato e impessoal, com um poder absolutamente autônomo de expressão; a cultura como um símbolo transcendente e não como uma fórmula do real... cultura que nos impingem nas escolas desde pequenos, e que se baseia no conhecimento teórico das coisas, conhecimento de ordem especulativa, que nos deixa com a noção da coisa, mas sem a sensação ou a imagem da coisa; é um conhecimento que resulta no fim de uma absorção da memória, muito mais do que de uma apreensão da inteligência. Nutre-se de conceitos e não de fatos" (Oliveira Monteiro).

O nosso problema é de educação integral: o da educação, como instrumento de formação do valor humano, na totalidade da consciência dos seus valores; do homem habilitado para viver a vida em sociedade, armado das energias físicas, intelectuais e morais indispensáveis a uma organização sadia e valiosa. A nossa educação não se acha em função da vida. Antes, é um atentado à vida física e social. À física, pela depressão orgânica que requer, com o consumo de energia nervosa e mental para satisfazer os programas escolares. À sociedade, porque prepara para ela homens teóricos, confusos, inaptos, descerebrados, vítimas indefesas dos astutos, que não perderam tempo com tais estravagâncias intelectivas, e cedo cuidaram de desenvolver a inteligência para a vida prática.

A educação desintegral, unilateral e vazia que temos, interrompe a evolução espontânea da mentalidade no indivíduo. É um recalque da personalidade, obrigada a silenciar-se, a ser o não-ser, a querer o não-querer.

O indivíduo, desde a infância, é transplantado a uma esfera de ação vital inconsciente e incompreensível às suas atividades somáticas e

psíquicas, intelectivas e sensoriais. Não tem, de cedo, a noção substancial do seu ser, a significação inteligente do seu condicionismo vital, de suas finalidades terrenas, e muito menos a noção da aplicabilidade prática do que lhe é impingido à guiza de instrução.

Do academicismo enciclopédico ao tecnicismo desorientado, tudo é exótico, tudo é modelo alienígena, tudo é revelação do desprovido da nossa cultura, da incapacidade dos nossos professores de comprovarem o aproveitamento da ciência que acumulam, sem assimilação, e que transfundem, qual a receberam, isto é, da ciência sem unidade prática, sem realidade objetiva.

O objetivo do ensino, não é o de formar personalidades reais para a vida, mas, bonecos mecânicos, entupidos de saberes, e sem saber como aplicá-los, ou qual a sua utilidade. O objetivo é decorativo. Assim como se mobília e decora uma casa, assim se ornamenta o cérebro da nossa mocidade.

Saber é, antes que tudo, conhecer a si próprio; ter a inteligência do próprio eu para poder avaliá-lo. Com isto, conhece o homem o seu semelhante, ou se acha possuído de elementos para julgá-lo na vida comum.

Que nos vale toda a cultura superior ao espírito, o conhecimento da geografia, da história, da matemática, das ciências físicas e naturais; que nos vale a grande cultura artística ou literária; o grande tino comercial ou tino político, se não temos habilitação para vivermos a vida essencial da sociedade humana? Se não somos capazes de atinar com as razões morais, biofísicas ou psicológicas da nossa existência, da existência individual ou coletiva no gravitar a órbita da pátria ou no cósmo universal?

A ciência não vale pelo que expõe, mas pelo que sugere em proveito da vida. A ciência só pode existir em função da vida que o homem deve viver. A ciência é o esforço do homem para sobressair a sua inteligência sobre os instintos. É a dignificação de uma consciência superior.

Saber é criar homens e não individualidades imbuídas de noções que se não sabe como aplicar. O saber eficiente não está representado pela cultura superior das academias. Vem nos primeiros rudimentos disciplinados na escola primária, no lar e no âmbito social. Vem com a educação. Educar é obra de espertar a consciência intelectual, moral e social. Não é apenas instruir, mas adestrar a inteligência para as suas funções vitais e sociais.

Dentro da Educação Política é penosa a nossa situação humana. Infelizmente, a mentira a envolver os métodos e processos políticos, dela só emana fórmulas vãs de estrutura sociológica, com que os povos se beneficiem.

Ressalvando uma menor parte, o político, entidade misteriosa e de atividades mistificadoras, não é possível ninguém saber o que é que ele sabe, o que pensa, o que pretende e o que sente.

Os políticos, escrevera Oliveira Viana, "não falam ao povo, não se dirigem diretamente à Nação; não se empenham de esclarecê-la, de instruí-la, de guiá-la; doutrina para o diretório de sua facção; não se fazem *leaders* nacionais, à maneira americana ou à maneira britânica; agem em silêncio, secretamente, no recolhimento dos ministérios ou das comissões legislativas; e, nesta ação de legisladores, discreta e surda, dir-se-iam conspiradores em temor de infidências".

Dos que se acham arredios das atividades parlamentares, e que, por sua experiência, pela sua sabedoria e respeitabilidade no conceito público, o silêncio e o tédio é tudo quanto deles o povo pode acolher. Tristemente a maior parte dos varões republicanos quando falam, não falam com a voz da razão, a voz do guia, do doutrinador, do educador. O que deles se ouve é a voz eloquente do despeito, da invidía política, o desabafo de máguas.

Assim, é o panorama do político de hoje.

Mas a quem cabe a culpa? Não somente a eles políticos, mas a sua

formação deficiente de uma sólida Educação Política de forma estrutural, desde os mais elementares processos de formação política.

A maior parte não possui a consciência exata do papel relevante que desempenha na formação da nacionalidade, pela falha de estrutura na sua juventude.

O indivíduo penetra a esfera social consciente de que se acha feito para vencê-la e triunfar, bastando, por isto, possuir noções vagas de coisas gerais aprendidas, sem o preciso entendimento, ou compenetrado de um saber infuso, que somente do ponto de vista profissional poderá ser aplicado.

Ainda, que um técnico, um especialista notável, é um ignorante em tudo o mais que se faz necessário à inteligência dos fenômenos vitais e sociais, de cujo o conhecimento *ninguém tem o direito de se privar*, tanto esses fenômenos dependem do entendimento que a coletividade dos indivíduos deles tenham.

"Os resultados estão aí, patentes, aos olhos de todos. Diz o professor Peregrino Júnior num recente artigo: Os resultados são os médicos, os advogados e os engenheiros enchendo as mesas do funcionalismo público, depois de haverem malbaratados tempo e dinheiro ingloriamente; os resultados estão aí, visíveis, na política, onde há de tudo, menos estadistas, cidadãos conscientes dos seus deveres, homens, numa só palavra. Esse nosso hábito inveterado da imprevisão, tanto no mundo das idéias como no dos negócios, essa nossa incapacidade dolorosa para a ação persistente, continuada, e eficaz, essa nossa falta de visão das coisas mais mezinhas, que interessam ao desenvolvimento do Brasil, ainda são o triste fruto dos nossos sistemas de educação."

Em outros tempos a imprensa era a tribuna de notáveis estudos dos problemas políticos nacionais. Hoje, não é assim.

A imprensa deve divulgar com consciência uma moral política, com a prosperidade econômica, social e com a soberania nacional, orientando e educando. Deve ser

antes de mais nada o campo próprio aos debates elevados dos problemas culturais nobilitantes.

Não seria muito pedir, a imprensa publicasse, com muito mais frequência, uma página sobre cultura geral. Diziam uns: Pouca gente se dá ao trabalho de ler. Dizia a menor parte: Eles acabam lendo.

Seria como impingir uma cultura ao povo pelo melhor veículo, que é a imprensa.

Diz então Alberto Torres (A Organização Nacional): "Este trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação: enquanto não o fizermos, estaremos sacrificando, com a geração contemporânea, a geração de vinte anos depois, porque a sorte desta depende de que houver feito a que a precedeu."

Precisamos, num caráter de urgência, uma crítica construtiva, edificante, necessária e útil, condenando, por outro lado, a crítica inconstrutiva revestida de cunho personalístico.

A política se tem assim como arte abstrata, e não ciência compreensiva. Não estabelece as relações do indivíduo com a sociedade e desta com o indivíduo. Ao contrário. Em vez de socializar, congregando os indivíduos numa relativa harmonia dos interesses comuns em função coletiva do Estado, dissocia, insula, afasta do pensamento humano a idéia de que o Estado é a representação da sociedade humana, é a síntese de suas atividades, do seu rendimento material e moral, da sua continuidade psicológica e histórica, de sua integração, na solidariedade íntima das suas partes componentes.

Trabalhemos para educar um Brasil maior, para uma Pátria consciente de sua nacionalidade, para um Brasil de Rui Barbosa "a coesão orgânica das unidades pensantes, o oceano das consciências, a mole das vagas humanas, onde a Providência acumula reservas inesgotáveis de calor, de forças e de luz para renovação das nossas energias."



DIVERSOS

UNIDOS NOS MESMOS SENTIMENTOS EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA

DISCURSOS DO ALMIRANTE AMORIM DO VALE
E BRIGADEIRO EDUARDO GOMES

COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA ASA

SAUDAÇÃO DO SR. MINISTRO DA MARINHA

"Como em todos os anos, no decurso da semana festiva em que Aeronáutica e Brasil comemoram, com o mesmo entusiasmo, o mesmo fervor, a "Semana da Asa", acorrem Exército e Marinha, cheios de júbilo, a saudar a vitoriosa arma que viram nascer há tão poucos anos, fusão de elementos das duas aviações, a Aviação Naval e a Militar, para encetar uma carreira de glórias, e rapidamente grangear, dentro do país, uma tradição e um prestígio que, pela solidez e fulgor, dir-se-ia fruto de séculos.

Também na sua história e evoluções nacionais, Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes, a Aviação é vertiginosa. Seu progresso no Brasil é bem um sinal dos tempos. Deve-se, sem dúvida, a mentalidade

aeronáutica da mocidade, que as novas técnicas empolgam. Mas deve-se também a duas façanhas, a duas "batalhas", não sei das quais a mais gloriosa: a participação na 2ª Guerra Mundial — batismo de sangue da nova arma, e a epopéia do Correio Aéreo Nacional, símbolo de importância da Aviação para o progresso do Brasil.

Já nos longínquos campos de batalha da Europa, avançava o nosso glorioso Exército a sombra de vossas asas amigas, selando no fragor dos combates uma aliança que a paz só fez reforçar. Ao mesmo tempo, estava a FAB ao lado da Marinha nas penosas patrulhas costeiras, a patrulha amiga de nossos comboios, aquela que com nossos navios os defendia das ciladas traiçoeiras dos submarinos. Falávamos os três a linguagem comum de nos-

sos códigos, e cada um cumpria o seu dever na esfera tática que lhe competia.

Foram dias de sofrimento e de sacrifício, e entretanto, tão bela foi a camaradagem das três armas que dos sentimentos que nos dominam, na evocação daqueles gloriosos dias, sobreleva sem dúvida a saudade.

Recordo, também, a segunda empolgante "batalha" que sagrou a Aeronáutica entre o Exército e a Marinha, como uma das três columnas mestras do nosso edifício cívico: a epopéia do Correio Aéreo Nacional. Tarefa ingente de pioneiros, que se lançavam no espaço, em aparelhos precários, na ânsia de descobrir o Brasil para os brasileiros e que estabelecia, força de audácia e do sacrifício e primeiros caminhos para muitos rincões inatingíveis do território nacional.

Eram tão precários e tão modestos os elos daquela primeira cadeia, tão minúsculos, e face da vastidão brasileira, os pequeninos aviões do Correio, que somente os espíritos mais iluminados poderiam discernir, naqueles cruzeiros heróicos, o germe deste esplêndido sistema de comunicações pelo ar que hoje cobre o Brasil todo.

Tôda esta glória do dever cumprido, Sr. Brigadeiro, a glória única que empolga o coração militar, traz-nos aqui hoje, Exército e Marinha, irmanados num mesmo sentimento de profunda admiração, a apresentar à Aeronáutica os nossos mais fraternais cumprimentos pelo transcurso desta Semana, gratos pela oportunidade de desfrutar, nestes momentos festivos e bonancosos, no seio de dias tão perturbados, a sensação profunda de nossa unidade de vistas, de sentimento, de princípios, face a ameaça solerte de ideologias contrárias, que dissimulam-se em manobras excusas para vitimar a medula mesma de nossa filosofia cristã de existência. É esta invencível indissolubilidade dos laços afetivos e morais que nos unem, que oferecemos à Nação como garantia de sua sobrevivência, de sua prosperidade e de seu futuro."

AGRADECIMENTO DO SR. MINISTRO DA AERONÁUTICA

Após a oração do titular da Marinha, o Senhor Brigadeiro Eduardo Gomes pronunciou as seguintes palavras de agradecimento:

"Srs. Ministros, Meus Camaradas. Os conceitos que acabamos de ouvir e as saudações com que nos distingue o Sr. Ministro da Marinha, a cuja visita somos particularmente reconhecidos, dão motivo ao cordial agradecimento que me cabe exprimir nesta hora, em nome da Aviação Brasileira. Mais lhe agradeço entretanto, com o pensamento do Brasil, a solidariedade que tem unido com vínculos indestrutíveis, as classes armadas nos últimos anos, através das crises e vicissitudes da vida nacional, quando o sentimento das nossas responsabilidades comuns se tem avivado e fortalecido, acima das incompreensões e das injustiças com que se procura, às vezes, diminuir o sentido superior de nossa fidelidade à República.

Unidos em torno de princípios que são os mais nobres da nossa evolução política, jamais deixamos de velar pela dignidade da vida democrática, segundo os padrões que a tem engrandecido nos países onde a educação, fundada na liberdade, habilita as gerações e flui-lhe os benefícios, que só a ordem moral proporciona e favorece.

A unidade espiritual, nascida de gloriosos exemplos do Exército e da Marinha ao longo de nossa história, tem sido útil às instituições e ao seu gradual aperfeiçoamento.

Quando recentemente partiram dos Ministros militares apelos para a correção de vícios manifestos do processo eleitoral, estávamos servindo ao regime, que se baseia no alistamento isento de falhas e no voto livre e consciente, para que todo poder emane verdadeiramente do povo e em seu nome seja exercido, em obediência ao mandamento da Constituição.

Ao emprestarmos o nosso concurso, em cumprimento a dispositivo legal, para realização do pleito, não se ouviram vozes que destonassem do julgamento coletivo de

que procedemos com absoluta imparcialidade.

É que o destino das Forças Armadas se confunde com o da Nação, e os que pretendem enfraquecê-la nas suas tradições começam por atacar os instrumentos que resguardam a segurança e a tranquilidade do país.

Essa mesma evidência, ao invés de nos desencorajar em face das obrigações que nos incumbem, robustece o nosso ânimo para dar-lhes cabal desempenho, por força dos nossos deveres cívicos e das imposições da honra militar.

Considero feliz esta oportunidade, Srs. Ministros, para testemunhar aos valorosos camaradas da Marinha e do Exército, a consideração que lhes votam os aviadores brasileiros, irmanados com eles na Defesa dos supremos interesses da Pátria."

PALESTRA DO DEPUTADO AUGUSTO VIANA, ATRAVÉS DA "A VOZ DO BRASIL"

Associando-se às comemorações da "Semana da Asa", na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, o Sr. Augusto Viana, que também ocupa a Presidência da Confederação Nacional da Indústria, pronunciou através de "A Voz do Brasil", a seguinte palestra:

"Na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança Nacional, da Câmara dos Deputados, é que tenho a honra de participar das Comemorações da "Semana da Asa". E, como, por feliz coincidência, se junta a essa minha qualidade a de Presidente da Confederação Nacional da Indústria, é com redobrado prazer que manifesto meu regozio por esta celebração de cunho tão altamente patriótico.

Integrante de um dos poderes da República — o Poder Legislativo, expressão mais autorizada, nos estados democráticos, de manifestar as determinações da vontade geral — e membro das classes produtoras, sobre os quais repousa a economia nacional, penso que minha voz, neste instante, pode traduzir o

anseio da coletividade brasileira que aspira ver, na harmonia desses elementos, a garantia do progresso de nossa Pátria.

Nem homenagem maior, de que a contida nessa afirmação de progresso, poderia ser prestada aquele que foi o Pai da Aviação; realmente, quando Santos Dumont realizou o velho sonho da humanidade, de dominação do espaço, a genialidade de seu cérebro não podia admitir senão que a nova máquina passasse a constituir um novo elemento de integração social e nunca um fator de apreensões e de destruição.

Este, pois, é o sentido que damos a "Semana da Asa".

E nenhum outro país tem tantos motivos para comemorar o grande feito de Santos Dumont, como o nosso Brasil.

Em primeiro lugar, porque se trata de um filho seu; em segundo lugar, por ser Santos Dumont uma daquelas figuras de cientistas que mais contribuíram para o progresso da humanidade, libertando-a dos acanhados e vagarosos caminhos sobre a terra e o mar, para conduzi-la à conquista do espaço e das hoje quase vertiginosas rotas aéreas; em terceiro lugar, porque nenhum outro país, tanto como o Brasil, por sua imensa extensão territorial e sua precariedade de comunicações terrestres, marítimas e fluviais, nenhuma outra Nação precisa mais do grande invento de Santos Dumont.

Não há exagêro em dizer que o avião é, hoje, ao mesmo tempo, colonizador, bandeirante e libertador social e econômico do Brasil.

Colonizador, senão tanto, mas quase tanto como os nossos primitivos colonos lusitanos, hoje, o avião também leva semente da civilização àsquelas regiões longínquas e quase inabitadas do Brasil, onde nem mesmo o gênio pioneiro do português conseguiu chegar.

Bandeirante, porque cada rota aérea nova que se traça nos céus do Brasil, encurtando distâncias até então tidas como invencíveis, é uma nova bandeira, uma nova entrada, nova penetração das selvas e do sertão interior, é uma nova pos-

se do coração mesmo do Brasil, que nós, seus filhos, realizamos nas pessoas de seus incansáveis aviadores, comandantes e pilotos.

Fator de libertação social e econômica, o avião leva às mais distantes glebas do Brasil o anseio de progresso e de liberdade que dificilmente até elas chegariam, não fôsse o vôo rápido dos nossos pássaros metálicos, desde o pequenino "teco-teco", dos Clubes de Aviação Civil, aos gigantes "Catalinas", os "Constellations", os aviões a jato que rompem como flechas os horizontes de nossa Pátria.

Bem dizia um poeta folclorista nordestino numa das mais belas e poéticas imagens sobre as conquistas da aviação moderna: "O avião subiu e devorou a distância; o avião desceu e levou os caminhos".

O avião fez do Brasil, que tinha tantos milhares de léguas para os pés descalços e andarilhos de Nóbrega e Anchieta, um país pequenino, aos olhos dos que o contemplam por entre as nuvens, nos vôos velozes e altaneiros das grandes asas de seus pássaros de aço. São vôos colonizadores; são bandeiras penetradoras da imensidão de nossa terra; são asas libertadoras da nossa gente; colonizando, civilizando, libertando, o avião é hoje o instrumento mais poderoso na perpetuação desse esplêndido milagre da nossa unidade; encurtando distâncias, irmanando o litoral mais distante ao sertão mais longínquo, o avião estreita os laços do nosso patriotismo, sob o signo de uma terra só, uma gente só, um país só, unido e grande, progressista e feliz".

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

A NOVA EDIÇÃO DO MAPA DO BRASIL

Acaba de aparecer nova edição do Mapa do Brasil na escala de 1 : 5.000.000, elaborada pelo Conselho Nacional de Geografia e impresso nas oficinas do Serviço Gráfico do IBGE. Trata-se, na verdade, de uma série de três mapas, com as mais atualizadas informações sobre a fisionomia do país e representando, de maneira precisa, a distribuição da rede hidrográfica e das zonas hipsométricas por meio de curvas de nível. Com espaçamento de 200 metros, o traçado das ferrovias e rodovias nacionais e ainda a localização das principais cidades e vilas do Brasil.

Dos mapas agora editados sobressaem dois mais elucidativos, a saber: o de relevo com as zonas hipsométricas assinaladas por uma gama de cores distintas e o da divisão política.

Com base em dados mais recentes, o Conselho Nacional de Geografia atualizou igualmente os cartogramas da densidade de população, com resultados do Censo de 1950, dos tipos de clima, da vegetação original, o mapa geológico e o das principais linhas do relevo brasileiro.

Fazem parte dos novos mapas encartes com a divisão regional, a densidade demográfica, tipos de clima, vegetação original, mapa geológico e principais linhas do relevo, todos eles de grande interesse didático.

GENERAL CANROBERT PEREIRA DA COSTA



Perda sensível sofreram as Forças Armadas e a Nação com o falecimento do Exmo. Sr. Gen. Canrobert Pereira da Costa, ocorrido no dia 31 de outubro.

Acometido de pertinaz enfermidade, depois de se internar no Hospital Central do Exército, viajou

para os Estados Unidos, a fim de obter melhoras no seu estado de saúde. Mas foi em vão essa tentativa, regressando já desenganado em avião especial, três dias antes de falecer.

Tendo desempenhado várias comissões de importância, revelou no exercício de suas funções constante e iniludível espírito público, granjeando o aprêço e a admiração de seus camaradas e do mundo político brasileiro, ao qual emprestou, por mais de uma vez a sua colaboração desinteressada com notável senso e patriotismo.

No Clube Militar, de que era Presidente o General Canrobert, foi armada a câmara ardente a fim de receber o corpo do ex-Chefe do E.M. das Forças Armadas.

Investido das honras de Ministro de Estado, concedidas pelo Presidente da República, foi sepultado às 16 horas do dia 31 no Cemitério de S. Francisco Xavier, sendo o seu féretro acompanhado por altas autoridades civis e militares, muitos oficiais das Forças Armadas e grande massa popular.

Associando-se às grandes homenagens póstumas que lhe foram prestadas "A Defesa Nacional" tem a honra de dedicar-lhe esta página de gratidão e de saudade.

DADOS BIOGRÁFICOS DO EMINENTE MILITAR

Nasceu o General Canrobert Pereira da Costa a 18 de outubro de 1895, nesta Capital. Era filho do Sr. Francisco Pereira da Costa Filho e de D. Julia Almeida Coutinho da Costa. Fêz seus estudos secun-

dários no Colégio Militar, terminando-os em 1913. Ingressando na Escola Militar de Realengo, a 26 de março de 1914, concluiu o curso em 1918, quando foi declarado Aspirante da Arma de Artilharia.

Posteriormente, obteve as seguintes promoções :

2º Tenente em maio de 1918 ; 1º Tenente em junho de 1919 ; Capitão em novembro de 1921 ; Major em abril de 1932, Tenente-Coronel em setembro de 1935 ; Coronel em maio de 1938 e, finalmente, General em 24 de maio de 1942. Todas essas promoções na carreira foram por merecimento. Fez o curso de Aperfeiçoamento em 1922, e terminou o curso de Estado-Maior em 1926 e o curso de Alto Comando em 1939. Em 1943 fez o curso de Comando na Escola de Leavenworth, nos Estados Unidos. Desempenhou as seguintes comissões : Instrutor da Escola Militar, em 1921 ; Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de 1928 a 1929 ; Diretor de Estudos da Escola de Artilharia em 1935 ; Comissão de Compras na Europa de 1933 a 1934 ; Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra e Chefe do mesmo Gabinete de dezembro de 1936 a junho de 1938. Foi Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército de fevereiro de 1939 a maio de 1942.

Em 1950, foi promovido ao posto de General de Exército e em agosto de 1954 nomeado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Teve todas as suas promoções por merecimento, e serviu ao Exército desde março de 1914, em um total de 41 anos.

Exerceu os seguintes cargos : Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro ; Diretor de Ensino da Escola de Artilharia ; Membro da Comissão de Estudos da Indústria Militar Brasileira em Paris ; Comandante da Escola de Artilharia ; Comandante do Grupo Escolar ; Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra ; Comandante do 3º Regimento de Artilharia Montada ; Chefe do Gabinete da 3ª Divisão de Cavalaria ; Secretário Geral do Ministério da Guerra ; Ministro da Guerra no Governo do Sr. Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Os quatro primeiros anos de oficial passou-os como Tenente em

corpos de tropa e como Instrutor da Escola Militar.

Promovido a Capitão, continuou arregimentado até que fôsse chamado a cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, e em seguida, a Escola de Estado-Maior. Exerceu, também, no posto de Capitão, as funções de Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, e de Adjunto do Serviço de Estado-Maior.

Elevado a Major, comandou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro e foi Diretor de Ensino da Escola de Artilharia. Foi posteriormente, designado para a Comissão de Estudos da Indústria Militar Brasileira, cuja sede era em Paris. Estêve nas Usinas Bofors, na Suécia, em Abo ; Heilsingfors e Tanmmesfors, na Finlândia ; em Vernon e no Havre, na França e em Guernica, Biscaia, na Espanha. A sede da Comissão foi transferida para Bruxelas e dali o então Major Canrobert continuou seus trabalhos na Suécia e na Espanha, indo, também, às usinas Vickers-Armstrong, na Inglaterra.

A 19-X-934 foi desligado da Comissão, a pedido e regressou ao Brasil.

Promovido a Tenente-Coronel, serviu arregimentado na Escola de Artilharia, como Comandante, e a seguir, no Grupo-Escola também como Comandante. Designado Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, foi elevado, pouco depois, à Chefe desse Gabinete, onde permaneceu até sua promoção ao posto de Coronel.

Como Coronel comandou o 3º Regimento de Artilharia Montada, no Estado do Paraná, e dali foi chamado para o cargo de Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército.

Sua primeira comissão, como General de Brigada, consistiu no Comando da 3ª Divisão de Cavalaria, com sede em Bagé, no Rio Grande do Sul. Frequentou, ainda como

General de Brigada, o curso de Comando de Leavenworth, nos Estados Unidos da América, tendo também estagiado no Exército Americano. De regresso ao Brasil, foi designado Secretário Geral do Ministério da Guerra e nessa função respondeu por duas vezes, pelo cargo do Ministro da Guerra.

A 14 de outubro de 1946, já como General de Divisão, foi nomeado Ministro da Guerra

Exerceu, no posto de Capitão, as funções de Adjunto do Estado-Maior do "Destacamento Sul", em operações contra os revolucionários de 1924 e como Major prestou serviços no Quartel-General do "Exército de Leste", e no Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, em 1932.

No posto de Coronel, em 1941, chefiou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, para o estudo da organização da defesa do Nordeste brasileiro.

O Sr. General Canrobert Pereira da Costa possuía as seguintes *condecorações* :

Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar (Brasil).

Medalha de Ouro de 30 anos de serviços (Brasil).

Medalha de Prata Comemorativa do Cinquentenário da Proclamação da República (Brasil).

Medalha Comemorativa do Centenário do Nascimento do Barão do Rio Branco (Brasil).

Medalha de Guerra (Brasil).

Cavaleiro da Ordem da Rosa Branca (Finlândia).

Cavaleiro da Ordem da Espada (Suécia).

Oficial da Ordem de Trujillo (República Dominicana).

Medalha de Ouro San Martin (República Argentina).

Comendador da Legião de Honra (França).

Cavaleiro da Legião do Mérito (Estados Unidos da América).

Cruz Vermelha de Dedicação (Portugal).

Gran Cruz da Ordem "Al Mérito" (República do Chile).

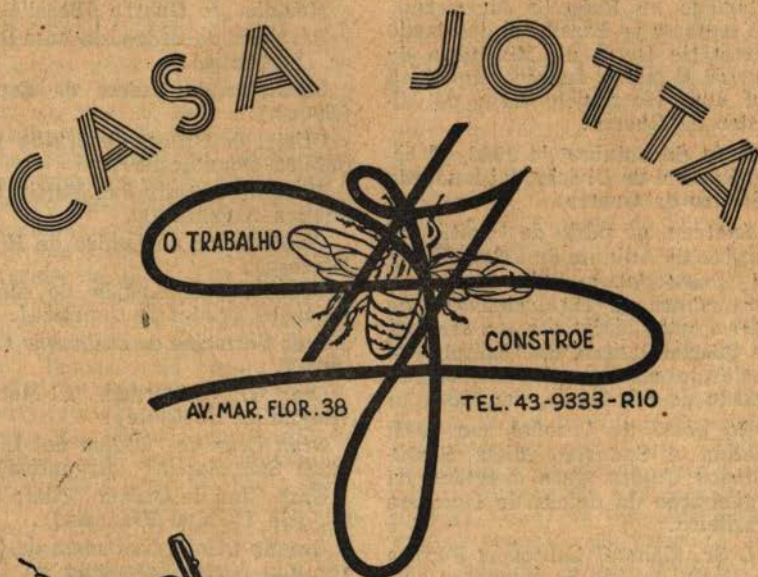
Gran Cruz da "Ordem del Libertador San Martin" (Argentina).

Gran Cruz da Ordem "Etoile Noire" (de L'Union Française).

Grande Oficial da Ordem do Condor dos Andes (Governo da Bolívia).

Medalha da Ordem de Juan Pablo Duarte (República Dominicana).

Era casado com D. Annandina Tumba Pereira da Costa, e deixa os seguintes filhos : D. Yêda Pereira da Costa Machado, casada com o Sr. Ailton Machado, e José Geraldo Pereira da Costa, casado, com dois filhos.



..... "CASA JOTTA" ONDE SUA ASSINATURA VALE DINHEIRO.

CONCEDEMOS CRÉDITO A TODOS MILITARES COM APENAS A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE.

TUDO EM 10, 15 E 20 PRESTAÇÕES :

Máquinas de costura, Fotográficas, Lavar roupa, Liquidificadores, Móveis, Toca-discos, Bicicletas, Ventiladores, Televisões, Geladeiras, Enceradeiras, Chuveiros, Bombas, Ferros elétricos, Panelas de pressão, Baterias de alumínio, Faqueiros wolff, Fogões, Canetas, Aspirador de pó, Tecidos de malhas, Maillots, Gravatas, Lingerie, Artigos de lã, Brinquedos, etc.

N.B. — Escreva ou telefone para a "CASA JOTTA", pedindo a presença de um vendedor.

Avenida Marechal Floriano, 38-B — Telefone 43-9333

ATIVIDADES DO 4º BATALHÃO DE ENGENHARIA

PONTE "SOLDADO LEOPOLDINO NETO"

O Exmo. Sr. Gen. Octacílio Terra Ururahy, Diretor de Engenharia do Exército, realizou recentemente uma viagem de inspeção às unidades e estabelecimentos sediados no território da 4ª Região Militar, com a finalidade de verificar a sua situação e necessidades no tocante aos suprimentos daquela Diretoria provedora e à aplicação e manutenção do vultoso equipamento da moderna engenharia de combate.

S. Excia. voltou agradavelmente impressionado não só com o cuidado dispensado ao material de engenharia nas unidades e estabelecimentos inspecionados, mas, especialmente com uma demonstração da eficiência do 4º Batalhão de Engenharia de Combate, e do alto espírito de compreensão do seu atual Comandante, o Ten.-Cel. Arilo Osório de Souza, que cooperando com a Prefeitura e entidades de Itajubá construiu uma ponte de madeira, de caráter semi-permanente, em proveito da população local.

É com satisfação que transcrevemos, para conhecimento dos nossos leitores, alguns dados sobre o magnífico trabalho do 4º BE numa demonstração do que pode o espírito de cooperação de uma unidade bem instruída, com um Comando capaz e eficiente, dispondo de um quadro de oficiais e sargentos dedicados e esforçados em condições de atender a qualquer emergência.

Na cidade de Itajubá (M.G.) na noite do dia 15 de julho do ano findo (1954), ruiu um vão da ponte metálica estadual que, sobre o rio Sapucaí, unia dois populosos bairros de perímetro urbano. O acidente repercutiu com emoção no seio da população, principalmente

porque os habitantes de ambas as margens, entre os quais numerosos operários e empregados de fábricas e estabelecimentos comerciais, ficaram, então, inesperadamente, privados dos indispensáveis serviços que, aos mesmos, vinha prestando aquela tão útil obra d'arte.

E, como sempre tem acontecido nos momentos difíceis da cidade, não faltaram, naquela mesma noite, insistentes apelos ao 4º Batalhão de Engenharia, para que fizesse algo em socorro dêsses inúmeros prejudicados. O Sr. Prefeito Municipal, pessoalmente, procurou o Comandante da Unidade, ao qual, com empenho, solicitou um auxílio urgente e provisório, de vez que a êle faltavam meios para resolver, em poucas horas, o problema.

Nestas condições, o 4º Batalhão de Engenharia, dado o caráter urgente e premente da solicitação e tendo em vista se tratar de uma providência em benefício da coletividade, pôde, com presteza e oportunidade, na mesma noite, ir ao encontro daqueles apelos, construindo uma ponte de equipagem com material M-2, a montante da obra acidentada, para passagem de pedestres; já na madrugada que se seguiu ao acidente, os primeiros operários iniciavam a utilização da ponte provisória lançada.

Essa providência repercutiu calorosamente no seio da população local, tendo o Comandante do Batalhão recebido agradecimentos da Câmara de Vereadores de Itajubá. O material de pontes utilizado no aludido trabalho foi, alguns dias depois substituído por uma passarela de tonéis, construída com material fornecido pela Prefeitura Municipal.

CONSTRUÇÃO DA PONTE

— A vista da precariedade da passarela de tonéis lançada sobre o rio e da grande demora prevista para a restauração da ponte permanente o Comandante do Batalhão foi procurado por uma comissão composta do vereador Augusto Almeida, do Dr. Sebastião Renó, de um Diretor da Companhia Industrial Sul Mineira (Fábrica Codorna) e de um representante dos moradores do Bairro Boa Vista, que apelou para o Batalhão construir uma ponte provisória nas imediações da obra acidentada, comprometendo-se a mesma comissão a fornecer todo o material necessário ao trabalho que pleiteava.

Tarefa muito útil para a instrução de pontes, difícil de ser realizada normalmente, por falta de verbas específicas, o Comandante da Unidade, levando em conta tratar-se de um serviço de utilidade pública, determinou que a mesma fosse realizada, o que foi feito nas seguintes condições:

a) Localização e encontros:

— A construção foi feita a cerca de seiscentos metros a jusante da ponte metálica parcialmente destruída. As margens, no ponto de travessia, são de altura inferior a que se deveria ter para evitar que as águas alcançassem o taboleiro da ponte; por ocasião das maiores cheias. A fim de remediar esse inconveniente foi feito um aterro de vinte centímetros para elevar as margens. E para evitar o seu escorregamento foi construída, a exemplo do encontro da margem esquerda, uma estacada trapezoidal, constituída por quinze estacas cravadas verticalmente, cinco na base menor do trapézio e cinco outras de cada lado.

b) Dados técnicos:

— É uma ponte de cavaletes de cinco estacas. O material usado, tanto para os suportes como para o vigamento, foi o eucalipto. O piso de uso foi feito com pranchões de ipê-tabaco, que pertenciam à obra darte acima mencionada, par-

cialmente destruída. Igualmente, no corrimão, foram utilizados balaustres da ponte metálica. Tem a ponte 60 metros de vão, com lanças de cinco metros e uma via de 3,60m de largura; a capacidade de carga é de 15 toneladas. A altura média do taboleiro acima d'água é de 2,80m.

c) Tempo de construção:

— O tempo total de construção, incluídos os dias de descanso, foi de quarenta e sete dias, tendo, no dia 18 de abril de 1954, pela primeira vez, cruzado uma viatura, o caminhão da Prefeitura que fazia o carregamento do saibro para o acabamento da rampa de acesso da margem direita. O tempo de construção, computados apenas os dias úteis em que houve trabalho efetivo, foi de 31 dias.

d) Pessoal executante:

— Foi empregado na construção um pelotão do 4º BE, formado basicamente por elementos da qualificação de carpinteiro de pontes, mais os operadores de compressor de ar e serra a gasolina e os operadores do guindaste "Quick-Way". Inicialmente, o comando coube ao 2º Tenente Benedito Ribeiro da Costa, que teve, até 25 de março, como auxiliar, o 2º Tenente Ronaldo Curvello de Mendonça. Este, a partir dessa data, assumiu a direção dos trabalhos, passando a ter como auxiliar o Aspirante a Oficial Alcestes Guanabarrino. Trabalharam como chefes dos diferentes destacamentos os seguintes sargentos:

2º Sgt. Anthero Vilela — Encarregado do material;

3º Sgt. Laurito Mendes — Chefe da turma de equipamentos;

3º Sgt. Waldomiro Vallin — Chefe da turma de pisos;

3º Sgt. Edson Batista dos Santos — Chefe da turma de cavaletes;

3º Sgt. Anibal Rodrigues Bertocchi — Encarregado da manutenção dos equipamentos e mais onze cabos e 55 soldados.

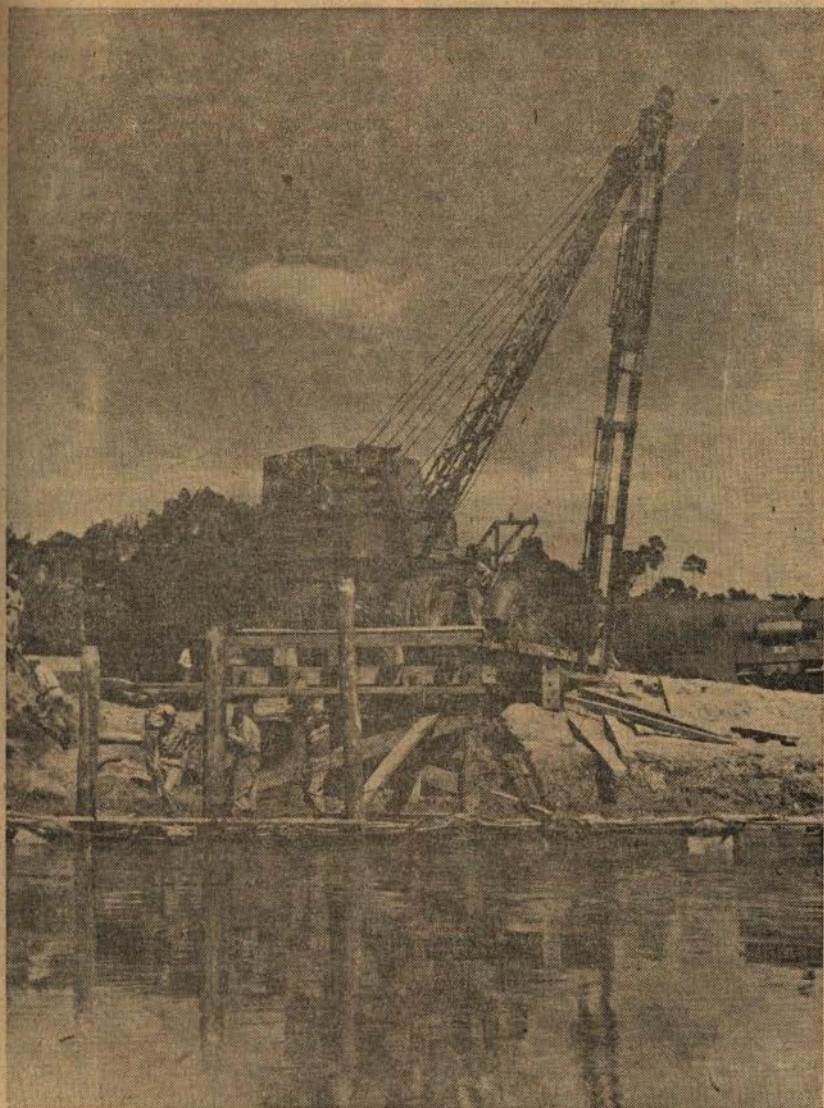
— O projeto da ponte foi executado pelo Capitão Elias Paladino, S/3 da unidade, que por ter sido

mandado cursar a EAO, não assistiu à construção.

e) Descrição sumária da obra darte:

— O trabalho teve início na margem esquerda do rio, onde foi feito

um encontro do tipo estacada, anteriormente descrito. Iniciado cada lance com a cravação das estacas, foi usado para iso o guindaste "Quinck-Way", que trabalhava sobre o lance anteriormente construído, sendo usada, como auxílio para



O "Quick-Way" nos trabalhos iniciais de cravação de estacas da ponte sobre o Rio Sapucaí (1955), na cidade de Itajubá (MG)

o trabalho no rio, uma passeadeira de tambores.

Uma vez cravadas as estacas do cavalete, em número de cinco, passava a ser feito o nivelamento das mesmas, com a finalidade de assentar o chapéu. Para isso, foi empregado o nível teodolito. Niveladas as estacas e sobre elas colocado o chapéu, era este fixado àquelas por meio de talas e cavilhas de uma polegada de diâmetro.

A seguir, passou-se à disposição do vigamento, constando este de cinco peças de eucaliptos com a esquadria de 0,20 x 0,30 x 5,00 metros. As vigas foram prêsas ao chapéu por meio de cavilhas de ferro de uma polegada de diâmetro por 0,53m.

Sobre o vigamento, foram colocados pranchões de ipê com a esquadria de 0,25 x 0,10 x 4,10m variando a maior dimensão da seção reta de 0,15 a 0,25m. Estes pranchões constituíram o piso suporte e foram fixados a vigotas, nas extremidades, por meio de cavilhas, e na parte central da ponte, por meio de pregos. Ainda como peça de fixação dos pranchões do piso de suporte, foram colocados rodapés os quais se fixam nas vigotas ainda por cavilhas.

O piso de uso foi feito com pranchões de ipê, que já serviam à ponte metálica desmoronada. O corrimão foi feito com balaustres de ferro fixados entre si por dois caibros de ipê de esquadria 4,00 x 0,04 x 0,07 m e arame de 3/16" como diagonais dos retângulos formados (balaustres e caibros).

O nível de taboleiro da ponte encontra-se a 1,18m do nível do solo primitivo o que obrigou a um aterro e execução de uma rampa de 20 metros de comprimento. A infraestrutura foi pintada com betúvia, como proteção à umidade.

INAUGURAÇÃO DA PONTE

— No dia 23 de abril de 1955, presentes autoridades civis, o Diretor da Fábrica de Itajubá e todo o 4º BE, a pedido da população, foi inaugurada solenemente a ponte em apêço. A respeito, "O Sul de

Minas" do dia 24, publicou a nota que reproduzimos a seguir:

"A ponte de madeira sobre o Rio Sapucaí — Em cerimônia simples e bastante expressiva, realizou-se ontem, às 10 horas, a inauguração da ponte de madeira construída pelo 4º Batalhão de Engenharia, sobre o rio Sapucaí, a jusante da ponte metálica da Rua Maria Carneiro, fragorosamente ruída na tarde de 15 de julho do ano passado. Essa estrutura que veio remediar a situação aflitiva que se achavam os laboriosos habitantes dos bairros de Vila Lúcia, Vila Poddís e Boa Vista, tornou-se uma realidade, em virtude da colaboração feliz, oportuna e eficiente dos que se prontificaram a fornecer o material necessário para que a valorosa Unidade do Exército Nacional, aqui sediada, se incumbisse da sua execução, em mais um dos rasgos de compreensão e generosidade com que já conquistou um lugar especial no coração do povo itajubense.

Dando início à cerimônia, o Senhor Dr. Luiz Goulart Azevedo, Prefeito Municipal, em formoso improviso, depois de referir-se à importância do empreendimento para minorar o sofrimento da população, tão rudemente atingida pela catástrofe da ponte metálica, fez questão de frizar que ali se achava, não propriamente para inaugurar aquele melhoramento, para cuja consecução, tinha sido, infelizmente, mínima, a contribuição da Prefeitura Municipal, mas para trazer, os agradecimentos efusivos do governo da cidade a todos os que, de qualquer modo, deram a sua ajuda, cooperação e boa vontade para a consecução de uma obra de tamanha utilidade que a população ordeira tinha o direito de exigir dos poderes competentes. Por isso, como Chefe do Governo do Município tinha a grata satisfação de passar às mãos do Sr. Comandante do 4º BE a tesoura com que o mesmo deveria cortar a fita simbólica, dando como inaugurada a nova ponte, o que foi feito sob prolongados aplausos dos presentes.

A seguir o Sr. Ten.-Cel. Arilo Osório de Souza, ilustre Comandante

do 4º BE, pronunciou o expressivo discurso que, com a devida vênia, passamos a transcrever, o qual foi, também, muito aplaudido:

"Às seis horas da manhã do dia 16 de julho do ano passado, como Comandante do 4º Batalhão de Engenharia, senti incontido orgulho da tropa que comando, cujos soldados, naquela ocasião jovens e bisonhos recrutas, com poucos dias de instrução, mal chegados ao Quartel, são filhos deste venturoso Sul de

que, às seis horas da manhã seguinte, sem solução de continuidade, os mais madrugadores puderam utilizar a passagem provisória lançada, de que todos vós tendes conhecimento.

Lembre-se e com orgulho, da satisfação de que ficaram possuídos os meus jovens comandados, convencidos de que haviam praticado uma ação de utilidade pública, como realmente o foi, principalmente porque aquele esforço veio poupar sa-



A ponte construída pelo 4º BE no dia da inauguração a 23 de abril de 1955.

Minas. Ruiu espetacularmente, na noite anterior, a velha ponte metálica que o Estado havia construído para, sobre este Sapucaí, na Rua D. Maria Carneiro, unir dois populosos bairros da cidade. E, sob minhas vistas, dirigidos por bravos tenentes e não menos destemidos sergentes, aqueles jovens rapazes, desprezando a escuridão, o frio e a impertinência da chuva, apegaram-se com entusiasmo a perigoso e pesado trabalho, completamente desconhecido para eles, de maneira

crifícios a inúmeros operários que necessitavam de rápido e fácil acesso aos seus empregos. E aquela enorme satisfação, que brotou no coração daqueles jovens, não podia ter deixado de existir porque, se a mentalidade do exército moderno reflete a alma do povo a que pertence, o nosso 4º Batalhão de Engenharia não poderia ter deixado de refletir os sentimentos de fraternidade que sobram no hospitaleiro, grandioso e trabalhador povo destas cercanias.

O que aconteceu, posteriormente, todos vós sois testemunhas: o 4º BE cooperou com a Prefeitura Municipal, assegurando uma passagem ao lado da velha obra de arte desmoronada. Depois, veio a construção desta ponte que hoje inauguramos. É uma obra modesta, muito simples, de circunstância provisória, que, talvez, não esteja à altura desta solenidade. Porém, ela traduz, acima de tudo, o eloquente espírito público, a grandiosa compreensão de um grupo de cidadãos filhos desta terra, os responsáveis por sua execução. Para o 4º Batalhão de Engenharia, que a construiu, ela representa o desempenho de uma tarefa, embora muito modesta, mas em benefício da coletividade pública, principalmente para os mais necessitados, onde reside toda a nobreza do objetivo.

Entretanto, permiti que vos diga, esta solenidade de inauguração foge aos nossos costumes de Quartel, às nossas intenções, quando se refere à atuação do 4º Batalhão de Engenharia. Ela é promovida pela gentileza que campeia no coração bondoso de todos vós. E como Comandante do Batalhão, com a simplicidade que julgo caracterizar os meus atos, com a franqueza que costume dar às minhas palavras, não desejo, não devo e não aceito os carinhosos e gentis elogios e agradecimentos que aqui me foram dirigidos pessoalmente, mesmo porque eu não seria deles merecedor. Aceito-os, porém, com muita honra, com muito orgulho, para a organização que comando, porque assim estou fazendo justiça aos meus camaradas, de vez que perfeitamente sabemos vencerem juntos o homem que comanda e os homens que são comandados, única resultante verdadeira dos diversos valores humanos em equação.

Mas, especialmente, um jovem deve ser lembrado nesta solenidade. O seu nome merece, com muita justiça, ser aqui repetido, numa homenagem especial: *O soldado José Leopoldino Neto*. Naquela chuvosa, escura e fria madrugada de 16 de

julho passado, vibrou de entusiasmo, empregou todo o seu esforço para que os operários da cidade fôssem surpreendidos e beneficiados com a construção da ponte provisória que se fez. Corajoso, jovial, foi dos que mais trabalharam. E como se sentiu feliz, satisfeito, quando viu a tarefa cumprida. A fatalidade, porém, não quis que ele levasse até o Quartel aquela alegria que contagiava os seus companheiros. Vítima de um acidente, quando retornava ao Batalhão com seu dever cumprido, aguarda hoje, no Hospital Central do Exército, a colocação de uma perna mecânica. Ficou para sempre marcado ao prestar, com a maior satisfação, um serviço para Itajubá.

Ao jovem e destemido companheiro, que nunca se arrependeu de seu entusiasmo, prestamos hoje esta homenagem, dando o seu nome — José Leopoldino Neto a esta ponte que acabamos de inaugurar. Temos certeza de que ele, como nós, sentir-se-á imensamente feliz se este modesto trabalho fôr realmente de utilidade pública."

Ao registrar o auspicioso acontecimento, o nosso jornal não pode deixar de congratular-se com todas as pessoas que direta ou indiretamente muito fizeram pela cidade, emprestando a sua patriótica colaboração para não ficarmos por mais tempo privados da travessia do Sapuca, naquele futuro bairro.

* *

As fotografias aqui inseridas dão uma justa impressão do vulto da obra de arte e de uma das aplicações da viatura guindaste dos BE de Combate, — o "Quick-Way" funcionando como bate-estaca.

"A Defesa Nacional" congratulando-se com essa realização do 4º BE, felicita o Comando, oficiais e praças dessa unidade de escol, pelo alto espírito de cooperação com o meio civil, mostrando objetivamente do que é capaz a moderna engenharia de combate, na paz, quanto o é na guerra.

BASES CIENTÍFICAS DA EQUITACÃO

Por MAURICIO GUDIN

Prof. de Clínica Cirúrgica da Faculdade Fluminense de Medicina — Chefe de Cirurgia Experimental do Instituto Oswaldo Cruz — Da Academia Nacional de Medicina — Da Academia de Cirurgia de Paris — Ten-Cel R.II.

Mil trezentos e sessenta anos antes de Cristo, já Kikulis, grande escudeiro do rei Supiluliamas, na Mesopotamia, gravara, em quadros de cerâmica, o seu manual de equitação.

Do tratado de Simão de Atenas, escrito mil anos depois, subsistiu um único capítulo.

Xenophonte, filósofo, general de cavalaria, comandante da inolvidável retirada dos Dez Mil, 400 anos A.C., ainda mais celebrizado ficou por ter escapado à destruição o original da sua "Arte Equestre".

De então para cá se disse e tudo se escreveu, certo ou errado, sobre equitação.

Impressiona a aguda capacidade de observação, o bom senso, a visão nítida desses autores da antiguidade, assim como a coragem, a destreza dos cavaleiros que, no desconhecimento das selas, dos estribos, da castração, combatiam montando garanhões em pêlo.

Esta equitação instintiva ressuscitou séculos depois, após a descoberta da América, entre os índios americanos.

Montando em pêlo, sem idéias preconcebidas, sem ensino de espécie alguma, eles, que nunca tinham visto cavalo, é que vieram finalmente ensinar aos europeus a montaria atual de jóquei e consequentemente a do salto de obstáculo.

É estranho o fato de índios selvagens terem ensinado a europeus civilizados u'a maneira de montar

inteligente, lógica e racional e *ipso facto* eficiente, assim como também ensinaram o tipo perfeito da natação de corrida — o cowl — originário dos índios paraguaios.

Montavam os europeus a todo o galope, enforquilhados perpendicularmente ao cavalo! Nadavam como os sapos!

Os índios fixavam-se pelos joelhos ao nível do centro de gravidade do cavalo em disparada, assim como fazem os macacos montando cães em corrida (jóqueis inexcedíveis quando têm rabo).

Na perseguição aos índios a cavalaria americana nunca conseguia alcançá-los.

Nadavam oferecendo o mínimo possível de resistência ao avanço. Não havia braçada ou *over arm* que os pudesse acompanhar.

* *

Por que razão, foram necessários muito mais de três mil anos, através de um empirismo confuso, de erros acumulados, de interpretações errôneas, para se chegar ao estado atual dos nossos conhecimentos sobre equitação?

Duas são as razões. Razões básicas, fundamentais, condições *sine qua non*, para o conhecimento e a interpretação dos fenômenos extremamente complexos da dinâmica animal.

A primeira é que a capacidade visual do homem não vai além de um décimo de segundo para objeto em movimento.

É fácil, pois, render-se à evidência. Tudo aquilo que nos movimentos do cavalo e do cavaleiro imperceptivelmente escapa à nossa apreciação, dá lugar a palpites de cada um que servem de base à imaginação para interpretações fantasiosas e para estabelecer a confusão. O conhecimento exato dos movimentos, única base científica possível, só nos pôde ser fornecido pelo cinema, em câmara lenta, isto é, por imagens tiradas à razão de pelo menos 160 por segundo e projetadas 16 delas por segundo, o que aumenta 10 vezes a nossa capacidade de apreciação do movimento e muito mais ainda, se preciso fôr.

Há perto de 50 anos Gustavo Lebon, homem de ciência, fisiologista, apaixonado de equitação, procurando compreender o porque do que fazia montado a cavalo, abriu caminho ao estudo científico da equitação, aplicando ao estudo desta, o então cinema embrionário, a cronofotografia, que permitira a Marey, o grande Mestre do Colégio de França, lançar as bases do estudo da dinâmica animal.

O enorme progresso realizado na cinematografia ultrarápida, projetada em câmara lenta, faz com que, graças aos esforços de muitos investigadores, tenhamos atualmente perfeito conhecimento dos movimentos do cavalo e cavaleiro, em qualquer circunstância, única base sólida que nos pode levar a uma interpretação científica a qual nos permitirá compreender, se soubermos dar também, sobre base científica, a devida interpretação.

Eis a segunda condição primordial.

Para tanto é preciso aplicar ao caso uma noção básica de mecânica racional — a do apoio momentâneo sobre a inércia da massa.

Coube a de Sévry, pseudônimo do capitão de Beauregard, da Escola de Saumur, perceber esta relação de causa e efeito.

O seu livro "Galop de course et saut d'obstacle", por estranho que pareça, é prefaciado, não por um grande cavaleiro, um mestre de equitação, mas pelo professor

Weiss, catedrático de física da Faculdade de Medicina de Paris, de renome mundial.

Neste prefácio cita êle a experiência básica que mostra e permite compreender o fenômeno da tomada de apoio momentâneo sobre a inércia da massa.

Fixemos uma bola, de certo peso, ao teto, por meio de um fio. Prêso por baixo à dita bola está um fio de resistência equivalente ao de cima. Se exercermos uma tração lenta sobre o fio de baixo, romper-se-á, é claro, o fio de cima. A bola cai.

Mas se, ao contrário, efetuarmos uma tração brusca sobre o fio de baixo, é este que se rompe. A bola continua em suspensão.

Aí temos a demonstração típica, perfeitamente compreensível sem maiores explicações, da tomada de apoio momentâneo sobre a inércia da massa, base fundamental da dinâmica animal.

O que se passa com u'a massa inicialmente imóvel acontece da mesma forma com ela em movimento, ou com massas em movimento ligadas por forças interiores, os músculos, no caso da dinâmica animal.

Esse fenômeno pode ser facilmente visualizado se colocarmos sobre uma balança um homem de 70 quilos, com um dos braços na horizontal. Se êle abaixar bruscamente o braço, o mostrador marcará no momento 7 quilos a menos.

O peso do braço desapareceu durante o movimento. Passa-se exatamente o contrário se fizer o gesto de reerguer bruscamente o braço até a horizontal.

Sete quilos a mais dos setenta registrará o mostrador.

Se da posição ereta, por meio de gesto rápido, abaixar o busto, a balança registrará 40 quilos a menos.

E assim por diante em inúmeros movimentos.

Aí temos a importância capital do valor do gesto (que no caso tem um significado próprio), subtraindo ou aumentando o peso momentaneamente durante o movi-

mento ou ainda permitindo movimentos quando partes do corpo em suspensão ou não tomam momentaneamente apoio umas sobre as outras.

Se, ao saltar, no momento da propulsão dos posteriores, o cavalo souber abaixar a cabeça e pescoço e o cavaleiro o busto, sincronizadamente, são 100 quilos a menos que terão que ser propulsionados naquele instante. Mais não é preciso dizer.

Gustavo Lebon ao observar os movimentos de oscilação do pescoço e da cabeça, sucessivamente, para a direita e para esquerda, no cavalo a passo, confessou, lealmente, como cientista que era, que não sabia dar explicação ao fato.

Na girafa êstes movimentos atingem o limite extremo.

Nada mais simples, entretanto, à luz dos conhecimentos atuais.

O proveito a tirar dêsses conhecimentos é imenso. Permite compreender o que se faz, uma vez que se sabe porque deve ser feito, *como e quando*.

O estudo do *gesto* contrariando ou auxiliando a *posição* exige estudo aprofundado.

Temos porém que nos limitar a estas simples indicações, no intuito apenas de chamar a atenção sobre o assunto daqueles que consideram a equitação um esporte inteligente e não uma simples exibição de snobismo e de riqueza.

Ao passo que notáveis cavaleiros manifestam a sua grande admiração pelos estudos de Sévy e pela inteligente interpretação que soube dar de fenômenos extremamente complexos, outros, da mesma escola de Saumur declaram não conseguir compreender de que se trata.

Contentes consigo mesmo possuem "o espírito de fácil satisfação". Nada mais têm que aprender, em assunto no qual, por mais que se faça, algo sempre há ainda a saber.

Capistrano de Abreu levou anos a estudar a língua dos índios Caxinauás. Quando o original da gramática estava para ser impressa, pegou fogo a Imprensa Nacional. Capistrano recomeçou. Tinha em casa dois índios Caxinauás.

Impresso o livro, levou-o a Rui Barbosa.

Impressionado pelo agigantado esforço, admirado dos profundos conhecimentos filológicos de Capistrano, observa todavia Rui: — mas Capistrano, você acredita encontrar muita gente que se interessasse por êsse assunto?

Nem há dúvida. Talvez mais de dez, retorquiui Capistrano — Você, o Rondon, o Roquete, o Barroso...

Os índios Caxinauás não compartilhavam, porém, da incondicional admiração de Rui Barbosa pela vasta erudição do grande homem.

— Capistrano muito burro, diziam êles, não aprende a falar.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

PETRÓPOLIS E SUA HISTÓRIA

General JOSE FAUSTINO DA SILVA FILHO

No dia 16 de março, completou a encantadora cidade de Petrópolis 112 anos de existência.

Nós nos dispusemos a escrever a história de sua fundação, pelo ineditismo que apresenta.

Nasceu ela do sorriso duma Imperatriz, ante os primores de sua exuberante e amena natureza. Foi imaginada, planejada e orientada, segundo um perfeito plano urbanístico, do qual teve a primazia no Brasil.

A FAZENDA DO CÓRREGO SECO

No primeiro quartel do Século XVIII, as terras do alto da Serra da Estrêla, foram doadas à diversas pessoas pelos Reis de Portugal. A sua ocupação só se tornou possível, após o feito do bandeirante Garcia Rodrigues Pais, filho do "Caçador de Esmeraldas", abrindo uma picada que, saindo da Paraíba do Sul, atingia o vale do Piabanha, dêle se afasta para cortar a serra, e ir novamente, percorrer o mesmo vale, em Pedro do Rio, para segui-lo até o encontro com o Itamarati, daí segue o Palatinato, que abandona para atravessar a garganta da serra da Estrêla, descendo por suas encostas para continuar pela baixada na direção dos cursos d'água, como: o Inhomirim ou Estrêla, o Pilar e o Igauçu.

O trecho da baixada, até a Fábrica da Estrêla, foi mandada alargar e calçar por D. João VI.

O Sargento-mor Bernardo Soares Proença, vai alargar e dar novo traçado à picada, que sempre se denominou de "caminho novo" e, em paga, foram-lhe doadas, por

carta régia de 11 de novembro de 1721, em sesmaria, as terras da atual zona urbana da cidade.

A larga picada, no inverno, tornava-se escorregadia e formava perigosos atoleiros. Viajantes e tropeiros que então tentavam a descida da garganta até a base — para alcançar a Vila da Estrêla, despencavam-se pelas grotas com mulas e cargas.

No alto da serra ficava a "Fazenda do Córrego Sêco", tendo ao lado uma venda e dois ranchos, nos quais, à guisa de hotel, pousavam os tropeiros e animais carregados, que procediam de Minas Gerais. Em 1730, tal Fazenda é adquirida por Manuel Vieira Afonso, descendente da família portuguesa dos Vieira, que desde cem anos antes se localizara em Suruí, na baixada fluminense.

D. Pedro I gostava de caçadas, sendo a Serra da Estrêla um dos sítios preferidos. Dali seguia, muitas vezes, em visita a seu amigo Padre Correia, na Fazenda conhecida como dos Correias, que ficava na localidade que hoje tomou o seu nome.

Em 1830, tendo os médicos aconselhado mudança de clima para sua filha Paula Mariana, então com 7 anos de idade, resolve levá-la para a Fazenda dos Correias. Empreende tal viagem, em companhia de sua segunda esposa, D. Amélia, indo pousar na "Fazenda do Córrego Sêco".

A Imperatriz fica encantada com a natureza daquele pouso, louvando, com sorriso franco, as delícias do clima e o deslumbramento da paisagem. O Imperador propõe a

compra da Fazenda, negócio que foi ajustado por 50.000 cruzados ou sejam 20 contos, cuja escritura foi passada em 6 de fevereiro de 1830. D. Pedro I, compra a abandonada fazenda para atender à sua segunda esposa, D. Amélia, informa o "O Comércio", órgão oficial da Prefeitura de Petrópolis.

O Imperador não teve o prazer de veranejar em sua Fazenda. Após sua morte, corre o inventário, em Portugal, desde 6 de outubro de 1834, e a partilha, que chegara a ser aprovada pelo Conselho de Família, foi impugnada pelo Marquês de Itanhaem, tutor de Pedro II e pelo próprio General Paulo Barbosa, na qualidade de Mordomo. Foi retificado, em 1842, pelo acôrdo assinado pelo referido Mordomo e por Samuel Philips e Cia, procurador da Duquesa de Bragança, que era a inventariante dos bens deixados por D. Pedro I.

Pela Lei n. 108, de 26 de maio de 1840, ficou o govêrno autorizando a despendar até a quantia de 14 contos, para remir a fazenda que fôra lançada aos credores; passou ela então a pertencer a D. Pedro II, sendo avaliada por Cr\$ 13.974,00.

MAJOR JULIO KOELER

Era natural de Mayence, na Alemanha, sendo Alferes da arma de Engenharia. Em 1828 foi contratado pelo Barão Schaeffer para servir no Exército, onde alcançou os postos de 1º Tenente até Major.

Naturalizou-se em 1831 e casou com brasileira, D. Maria José Rabelo Delamare.

Em 1835 foi encarregado pelo Presidente da Província do Rio de Janeiro do levantamento da planta topográfica da região, que se estendia do pôrto da Estrêla até Paraíba do Sul.

No desempenho desta missão, hospeda-se na Fazenda do Córrego Sêco.

Aquela naturueza exuberante, de topografia acentuadamente agreste, desperta em seu ânimo de competente engenheiro a convicção de

que aquelas paragens dariam para uma magnifica colônia, em tórno da Fazenda.

No dia 12 de novembro de 1837, acossado pela tempestade, entra na baía de Guanabara, o brigue inglês "Justine", trazendo a seu bordo diversas famílias de colonos alemães, num total de 180 pessoas, que procediam de Havre e se destinavam à Sidney. Eles se queixam, às autoridades da polícia, das atrocidades praticadas pelo capitão, que lhes dá alimentação insuficiente e deteriorada. E apresentam estado físico lastimável: — estão magros, esqueléticos, andrajosos, dolentes e alguns febris. Entre os alemães que lhe vão levar conforto, acha-se o Major Koeler, a pregar entusiástico sermão de doutrinação serrana. Descreve a Serra da Estrêla com tanto ardor, realçando-lhe tão amorosamente os encantos, que seus patrícios se deixam contagiados por sua lábia e aderem à sua proposta.

O governador do Estado do Rio entra em entendimento com o Mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Paulo Barbosa. Eis o Major Koeler, radiante, vaidoso, entregando ao administrador Sr. Meyer para que o conduzisse, o seu bizarro batalhão de 120 emigrantes armados de enxadas, pás, picaretas e... crianças.

Leva-os para a Fazenda do Córrego Sêco, conforme a autorização obtida e fa-los trabalhar na estrada para Minas Gerais.

Três meses depois, já era longa a caminhada a fazer, pois a estrada se distanciava a largos passos. Vai alojá-los, então, ao lado do rio Itamarati, numa espécie de caserna, onde cada família ocupa dois cômodos.

A alimentação ia se tornando deficiente, os ordenados se atrozavam e grande eram os esforços despendidos. Alguns adoecem e outros morrem. Koeler se desdobra, aconselha, promete, mas a administração não o ajuda. A legenda de Nova Friburgo corre alviçareira a despertar-lhes curiosidade, a atraí-los como uma simpática recorda-

ção da Suíça — alemã. Nova Friburgo era um nome patricio, espécie de ranz de gado.

Koeler vai sofrer uma grande decepção, quando ao regressar de uma de suas descidas ao Rio, em busca de recursos, encontra apenas o Senhor Meyer, o administrador e subcomandante daquela caserna abandonada.

O ARRENDAMENTO DA FAZENDA

Julio Koeler volta ao seu pouso na Fazenda e trabalha febrilmente, fazendo investidas, reconhecimento e locações para uma estrada que serpenteie a serra. Como ajudantes, dispõe do velho Meyer e dois tropeiros. Terminados os estudos, requer o arrendamento da Fazenda e apresenta seu projeto do traçado da estrada, juntando as respectivas plantas.

Entrega tudo ao governador da Província e vai à procura de amigos do Estado do Rio que se contagiam do seu entusiasmo e se interessam pelos seus projetos. São eles: o Conselheiro Paulo Barbosa, o Senador Aureliano de Souza Oliveira Coutinho e o governador João Caldas Viana.

O Conselheiro Paulo Barbosa, ao encaminhar o requerimento, formula um plano de cidade-colônia.

A escritura de arrendamento da Fazenda do Córrego Sêco foi lavrada na Mordomia da Casa Imperial, em 26 de julho de 1843.

É interessante assinalar, chamando para o caso a atenção do leitor, que as condições de aforamento anexas ao contrato de arrendamento, de 26 de julho, referem-se à Fazenda do "Córrego Sêco", enquanto que, as de 30 de outubro, vão cogitar das terras de Petrópolis, e as do arrendamento do Major Koeler.

O contrato de arrendamento foi de parte da fazenda, fazendo-se nêle a ressalva: de que se reserva para aforar a particulares e se edificar a Igreja e o Cemitério, todo o terreno colateral da estrada, com cem braças de cada lado, conforme estabelece o art. 4º.

Nas condições estabelecidas para aforamento das terras de Petró-

polis, vai-se fazer perfeita distinção entre estas e as da parte da Fazenda arrendada sem reservas.

Das terras de Petrópolis não se concederá mais que dois prazos fronteiriços a estrada, rua ou praça, conforme o art. 4º, enquanto que pelo art. 5º das Condições das Terras arrendadas consta: — "se a alguém convier possuir maiores fundos do que o de cem braças, mencionará isso no seu requerimento. Aqui nenhuma casa ficará mais próxima da estrada do que 50 palmos (n. 4 do art. 6º) e nas de Petrópolis: as casas serão contíguas à rua ou praça (§ 1º do artigo 6º).

Para os enfiteutas de Petrópolis se exigia calçar sua frente com alvenaria e conduzir as águas pluviais dos telhados por canos e tubos verticais encostados ou introduzidos nas paredes (§§ 3º e 4º do art. 6º).

Os foreiros do Córrego Sêco, prontamente dito, se obrigavam a fechar suas testadas com a estrada, com grades ou muros e portões elegantes (n. 2 do art. 6º).

CONSTRUÇÃO DA ESTRADA

Aprovado o traçado da estrada, é autorizada a sua construção.

Desta vez é o próprio Koeler quem comanda o batalhão constituído por portugueses, mulatos e negros forros, pois o Presidente da Província não queria o aproveitamento de escravos. Os trabalhadores vão ali afluir em massa. A abertura da estrada vai começar pelo centro, a partir do lugar chamado cortiço. O Embaixador da Bélgica, Conde Auguste Van der Straten-Ponthoz, em seu livro "Le Budget du Brésil", edição de 1854, diz que: — "a estrada unindo Petrópolis ao litoral, cujas rampas, pelo seu arrojô, deram-lhe o nome de *Simplon do Brasil*".

O Major Koeler em artigo de 31-I-1845 informa: — "o seu declive, de 1 por 16, assemelha-se ao da rua das Marrecas; que já se acha feita a terça parte desta obra grandiosa e magnífica, com trilho cômodo em toda a estrada, para passageiros, cavaleiros e li-

teiras, cujo percurso demanda duas horas.

AS PRIMEIRAS CONSTRUÇÕES

Em 1844 tem início a construção dum barracão na rua do Imperador, para acomodação dos empregados da povoação e da repartição de obras. Koeler dá início as obras do Palácio Imperial, conforme consta de publicações feitas no Diário Oficial da Província do Rio de Janeiro daquele ano. Em janeiro de 1845 chegam 40 pretos da fazenda de Santa Cruz, para serem empregados nas obras do Palácio, que é o mesmo onde hoje está o Museu. O Sr. Meyer levanta a sua casa e a do Major Koeler, que vai depois se transformar no Hotel Suíço. Constrói-se o Hospital dos Pobres sob a invocação de Santa Teresa, na rua Monte Caseros, onde esteve recolhido o Presidente Vargas quando quebrou a perna pelo rolamento duma pedra na estrada. A casa da Fazenda ficava na rua Marechal Deodoro, onde foi o Hotel Mac Dowel, depois Mills e até 1940 a Pensão Prista, que foi demolida. O cemitério foi localizado onde se acha a Igreja do Coração de Jesus.

Ao lado do Palácio, dando frente para a atual Avenida 15 de Novembro, ficou a casa dos Mordomos. A primitiva Igreja Matriz foi erguida na rua da Imperatriz, atual 7 de Setembro, pelo mestre de obras português Manuel de Almeida, orientado por Koeler. O relatório apresentado pelo Governador Caldas Viana à Assembléia Legislativa, em 1 de março de 1844, no capítulo: "Colonização", refere-se às instruções que dera sobre terrenos que pudessem servir para colonização, indagando de suas extensões, fertilidade e espécie de cultura mais prestáveis e riqueza em matas.

COLONIZAÇÃO

Com a queda do Partido Conservador, em 12-IV-844, abandona Caldas Viana a presidência da Província, sendo substituído pelo Desembargador Aureliano de Souza

Oliveira Coutinho, fidalgo da Casa Imperial que pertencia ao Partido Liberal. Como político, procurou desmerecer as ações administrativas de seus antecessores: o Marquês de Paraná e João Caldas Viana. Este, tinha firmado contrato em 26 de outubro de 1843, com o francês Louis Joseph Marie Bergasse, para a vinda de 600 colonos brancos. O Visconde de Sepetiba vai opor diversas objeções e o contratante prefere rescindir o contrato.

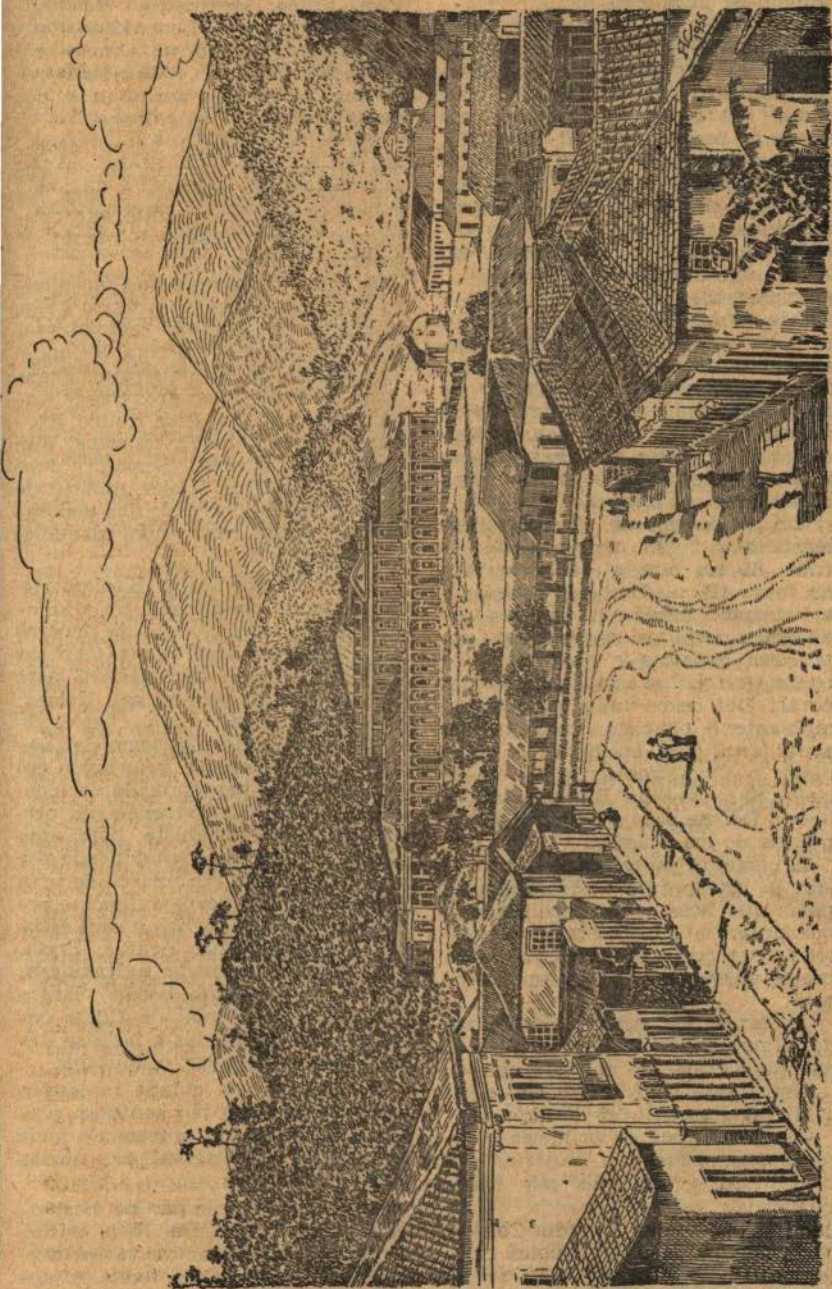
Em seu relatório de 1844, refere-se Caldas Viana à proposta da firma Charles Delrue, de Dunquerque, para a vinda de 100 ou 200 operários alemães habituados aos trabalhos de estradas, para serem empregados nos caminhos da Serra da Estrêla e outras vias de comunicações.

Tal contrato vai ser firmado por Aureliano Coutinho, dentro de crédito de 300 contos votado pela Assembléia. Na minuta constava que o Governo pagaria as passagens das mulheres e filhas dos trabalhadores. Ao serem feitas as cópias de contrato, em vez de mulheres e filhos, figurou o termo família, circunstância que não chamou a atenção do Presidente, cheio de afazeres, o qual assinou as cópias.

É possível que Delrue tenha agido de má-fé, pois devia saber existir grande coesão na família germânica, qualidade moral que não permite a separação de seus membros. Aqui chegaram, pois, tios e velhos avós. O Professor Handelman informa que a firma Delrue não agia com honestidade, procurando atrair os emigrantes com promessas irrealizáveis.

A 25 de junho de 1845, chega no brigue "Virginie" a primeira leva de 12 ou 14 famílias com 160 pessoas, que foram abrigadas num barracão próximo às obras da Matriz de Niterói.

A seguir, um segundo navio com 14 famílias representando 180 emigrantes. E Delrue não pára nos seus engajamentos. De 15 em 15 dias, aportam navios carregados de novos emigrantes. Não havia onde alojar tanta gente. É o Mordomo General Paulo Barbosa que



PALACIO IMPERIAL, ATUAL MUSEU DE PETRÓPOLIS

vai dar solução ao problema, enviando-os para Petrópolis.

Ante a decisão de se formar uma cidade, Koeler quer ve-la expandir-se e, demonstrando seu desprendimento e entusiasmo pela idéia, vai abrir mão do contrato que era por 9 anos. E, em 1847, para aumentar a cidade, faz doação, ao seu amigo Pedro II, das sesmarias de sua propriedade, em Quitandinha, por ato lavrado no tabelião José Pinto de Miranda, em 3 de julho daquele ano.

Procedente de Niterói, chega, a 29 de junho de 1845, a primeira leva de colonos. Com a sua reconhecida atividade e entusiasmo, vai Koeler providenciar sobre os transportes, víveres e acomodações. Sabendo que as mães tinham perdido o leite, com o mal passado das viagens, adquire 200 cabras para amamentar as crianças.

Em poucos meses, os emigrantes atingem a 2.111, tendo ainda ficado 25 no Rio e 75 morreram de febre tífica. Dos que chegaram a Petrópolis havia: lavradores, cozinheiros, alfaites, confeiteiros, sapateiros, músicos e dançarinos de corda, que não se adaptaram à vida rural. Daí descenderam à procura de ambiente e ocupação mais condizente com suas aptidões. À vista disso, o Vice-Presidente em exercício, Sr. Cândido Batista, dá ordem a Delrue para suspender as remessas de emigrantes.

A corrente emigratória nem assim se interrompe. Aconselhados pelos que aqui se acham (dada a boa acolhida que tiveram), e certos da concessão de terras por baixo preço, passam a vir por conta própria.

As terras de cultura, num raio de algumas léguas, são divididas em quarteirões e concedidas por ínfimo preço, conforme a classe ou seja: afastamento do Palácio.

Os quarteirões de primeira classe, denominados Vila Imperial, são concedidos a dez réis por braça quadrada; os de segunda classe que são: Princesa Imperial, Francês e Nassau e os de terceira classe, como: Vila Teresa e Palatinado — a cinco réis. Os de quarta classe, a saber: Mosela Bingen,

Renania, Castelanía, Português, Inglês, Suíço, Brasileiro, Westphalia, Residência, D. Leopoldina, Central, Ipiranga e outros a meio real a braça por ano!... Os nomes recordam os rincões germânicos, dos quais provieram os colonos.

Na Vila Imperial foram aforados terrenos a ilustres brasileiros que, com seus capitais e suas influências políticas, muito vão contribuir para o desenvolvimento da futura cidade.

A lista foi aberta pelo Conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, seguindo-se-lhe: Francisco de Paula Holanda, Cavalcante de Albuquerque, Francisco de Paulo Negreiros Sayão Lobato, Visconde de Bom Retiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Visconde de Macaé, Senador José Martins da Cruz Jobim, médico do Paço e tantos outros, cujos descendentes ainda usufruem daqueles aforamentos.

O previdente Major Koeler vai-lhe impor: obediência ao alinhamento das ruas, plantio de árvores nas calçadas e aterros nos terrenos cuja declividade não dessem para rios que lhe passassem nas divisas. No traçado da cidade, fugiu da forma clássica do rigorismo de ruas que, simetricamente, se cruzam em tangentes e perpendiculares com praças centrais. Concebeu um primoroso estilo urbanista, para uma cidade que nasceria emoldurada por espessa floresta, no píncaro de uma serra, donde se despejam rios e regatos, como o Piabanha e seus afluentes Quitandinha, Araras, Preto, Fagundes, Palatinado e Itamarati, em cujas margens bordou largas avenidas, que ornou de flôres coloridas e perfumadas e hoje se denominam de Koeler e Ipiranga.

Foi a primeira cidade brasileira a obedecer a um tão suntuoso plano urbanístico, que a tornou a mais encantadora e original das nossas urbes.

O primoroso renque de hortências, palmas de Santa Rita, cristas de galo e orquídeas de vários matizes, se estendem por todos os jardins e praças e vão acompanhar os viajantes estradas afora até as lo-

calidades circunvizinhas, numa sequência ininterrupta de suaves recordações.

FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Pela Lei n. 397, de 20 de maio de 1846, é elevada à graduação de Freguesia de São Pedro de Alcântara de Petrópolis, dependendo do Município da Estrêla, passando este de arraial à categoria de Vila, desmembradas suas terras da Vila de Paraíba do Sul. Foram seus primeiros juízes de Paz: Augusto da Rocha Fragoso, que foi, depois, o primeiro concessionário das diligências que iam até Juiz de Fora pela Estrada União e Indústria e residia na vila, acima da Estrêla, que ficou com o nome de Parada do Fragoso. A ele seguiu-se Luiz de Azevedo Coutinho, que foi substituído por Joaquim Ferreira Lagos, que era secretário do Instituto Histórico e Geográfico e foi um dos primeiros arrendatários, ficando com três prazos.

A 21 de novembro de 1847, vai Petrópolis passar por um profundo golpe. O grande pioneiro da serra e extraordinário realizador das obras de instalação da cidade, vai ter morte trágica. O Major Koeler realizava um exercício de tiro ao alvo, com amigos, sendo acidentalmente abatido por um deles. Dois dias após seu falecimento, chega a comunicação de haver sido agraciado, pelo Duque de Hesse, com a comenda da Ordem de São Felipe. A direção da Colônia passa às mãos do Sr. Firne e decai muito. Após sua longa e desastrosa gestão, deixou-a alcançada e foi substituído pelo engenheiro José Maria Jacinto Rabelo, que tem por sucessor Vicente Marques Lisboa, ambos probos e trabalhadores.

A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO

Dada a ótima direção que tiveram os colonos e espírito empreendedor que demonstraram, vai ter, Petrópolis, um rápido desenvolvimento e acentuada prosperidade, progresso não atingido por outras colônias brasileiras mal povoadas e

pior dirigidas. Com o seu adiantamento, toma vulto a idéia de emancipação. Não se conformavam com a situação de recolher impostos e, em tudo depender, de um município de menor renda.

Querem se libertar da Vila da Estrêla. Em 1856, orça sua população por 6.000 habitantes, dos quais 3.014 eram colonos, destes, porém, 1.355 já nascidos em Petrópolis e queriam ver prevalecer o valor dos seus esforços. Como defensor dos seus anelos vão encontrar o destemeroso deputado Major Amaro Emílio da Veiga, verdadeiro arauto da emancipação petropolitana. Não só encaminhou a votação, como se bateu denodadamente contra o veto e as sorelhas para a promulgação da lei, que tomou o n. 951, de 29 de setembro de 1857 e foi referendada pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Comendador Francisco José Cardoso. Petrópolis tem foros de cidade! E chegou à cidade com a particularidade de não ter sido vila. O período áureo de sua vida vai ser aquele de nove anos, de 1894 a 1902, em que teve a insigne honra de ser a Capital do Estado do Rio.

Pelo recenseamento de 1940, atingiu a 84.875 habitantes e, em 1950, a 108.307 almas, ocupando o 28º lugar, dentre as cidades brasileiras, pela população.

Foi em direção à bela cidade serrana que o Barão de Mauá lançou os trilhos da primeira via férrea brasileira.

OS MONUMENTOS

Existem três monumentos em homenagem a D. Pedro II: uma estátua na Praça D. Pedro, outra no Parque do Museu Imperial e um marco com um medalhão em bronze no bosque do Imperador.

Ao serem programados os festejos comemorativos do 58º aniversário da fundação de Petrópolis, estabelecem seus organizadores que o produto da festa seria aplicado na ereção duma estátua ao Major Koeler. Foram obtidos Cr\$ 4.941,97. Resolvem dirigir um

apelo à Câmara Municipal. Esta, pelo Decreto n. 5, de 1 de dezembro de 1916, autorizou o Executivo a despendar a quantia de Cr\$ 3.000,00 para auxiliar a criação de um monumento ao Major Koeler, fundador da cidade de Petrópolis. Este monumento foi colocado na praça da Catedral. Anteriormente, em 30 de abril de 1906, fôra inaugurado o seu retrato, juntamente com o do Imperador, no salão de honra da Câmara Municipal. Telas a óleo, em grande for-

mato, do pintor Joaquim Rocha Fragoso.

Petrópolis ainda deve a perpetuação no bronze ao General Paulo Barbosa da Silva, criador da idéia de sua fundação; aos Presidentes João Caldas Viana e Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, dos quais derivaram as providências administrativas inerentes à realização do projeto de instituição da nova povoação e ao Major Amaro Emílio da Veiga, verdadeiro arauto da emancipação petropolitana.

Indústrias "CAMA PATENTE — L. LISCIO" S/A

A MAIOR FÁBRICA DE CAMAS DA AMÉRICA DO SUL

FÁBRICA DE CADEIRAS FAIXA AZUL



MATRIZ:

SÃO PAULO — RUA RODOLFO MIRANDA, 97

FILIAIS:

RIO DE JANEIRO — RECIFE — SALVADOR — BELO HORIZONTE
— MACEIÓ — FORTALEZA — JUIZ DE FORA (Serrarias em Campo Mourão — Norte do Paraná e Vila Elvio) — VILA ELVIO (Piedade)

HOMENAGEM DO JOCKEY CLUB À AERONÁUTICA

ENCERRANDO AS FESTIVIDADES DA "SEMANA DA ASA" A AERONÁUTICA RECEBEU CARINHOSA HOMENAGEM NA GÁVEA — CÓPIA DO MONUMENTO DE SANTOS DUMONT — O ALMOÇO E OS DISCURSOS

O Jockey Club Brasileiro dedicou o programa das corridas de domingo à Aeronáutica. Os páreos tiveram nomes que destacaram organizações e vultos que prestaram ou prestam serviços ao progresso da Aviação. Assim êstes, Santos Dumont, Bartolomeu de Gusmão, Augusto Severo e Salgado Filho; aquêles, Correio Aéreo Nacional, Fôrça Aérea Brasileira, Aero Clube do Brasil e Aviação Comercial Brasileira.

Após a realização do G.P. Salgado Filho, vencido pelo craque nacional Quipriquô, foi servida uma taça de "champagne" no Salão das Rosas, quando o Tenente-Brigadeiro Armando Trompowsky ofereceu ao Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, belo troféu, cópia do monumento a Santos Dumont, na França. E acentuou o ex-Ministro da Aeronáutica:

"A Fôrça Aérea Brasileira oferecia como lembrança ao Jockey Club Brasileiro para que a collocasse na sua futura e nova sede."

O Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, agradeceu, dizendo da emoção com que recebia tão significativo mimo, e que, tanto o feito notável de Santos Dumont, que o troféu recordava, como as glórias da nossa aviação estariam sempre presentes na exaltação do Jockey Club Brasileiro.

O ALMOÇO

Antes das carreiras, no Salão das Rosas, no Hipódromo, a Diretoria do Jockey Club Brasileiro ofereceu um almoço aos ilustres homenageados, que ali estiveram presentes nas pessoas do Ministro da Aeronautica, Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes; Tenentes-Brigadeiros Armando Trompowsky, Gervásio Duncan e Fábio Sá Earp, Majores-Brigadeiros Alvaro Hecksher, Carlos Brasil, Francisco Corrêa de Mello, Henrique Fontenelle, Ajalmar Mascarenhas, Ivan Carpenter Ferreira e Antônio Guedes Muniz; Brigadeiros Antônio Castro Lima, Reynaldo de Carvalho, Armando Perdigão, Clóvis Travassos, Gabriel Moss, Henrique Fleiuss, Raymundo Aboim, Márcio de Souza e Mello, José de Souza Prates, Arquimedes Cordeiro, Joelmir Araripe Macedo e Manoel Castello Branco.

O Jockey Club Brasileiro participou do almoço com o comparecimento dos seus Diretores e demais membros dos seus conselhos administrativos: Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, Ministros Napoleão Alencastro Guimarães, Luiz Galloti, Antônio R. Toscano Espinola, Professor Luiz Pinheiro Guimarães, Almirante Jorge Dodsworth Martins, Drs. Justo Rangel Mendes de Moraes, Nelson Rubens Monte, Edgard Pereira Braga, Adayr Eiras de Araújo, Paulo Burlamaqui de Mello, Renato Pacheco Filho, Murillo Lavrador, José Hastings Moreira da Fonseca, Paulo Rubens Monte, Pedro Franco de Camargo, Carlos Mendes Campos, Júlio Xavier da Silva Moura, Jair Negrão de Lima, Jayme de Oliveira Santos, Arthur Dias, Jorge Tavares Guerra, Ibsen Rossi, Pedro Magalhães Corrêa, José Cândido de Miranda, Alberto Paiva Garcia e Joaquim José Domingues Maria.

DISCURSOS

Ao "champagne", o Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, Presidente do Jockey Club Brasileiro, discursou, ressaltando o ambiente de aprêço e simpatia em que novamente transcorriam os festejos da Semana da Asa. Acentuou o "evidente prestígio que gozam os valentes soldados do ar", para concluir com estas palavras: "Os benefícios, sem conta, que a aviação proporcionou ao Brasil têm recebido merecido destaque. O culto aos nomes de patriotas ilustres, que ligaram o gênio inventivo a memoráveis cometimentos, traduz o justificado orgulho do nobre sentimento nativista".

"A figura ímpar de Santos Dumont será sempre a do pioneiro que abriu a senda do futuro. O Jockey Club Brasileiro não se restringe, apenas, a uma agremiação turfista. Pertence, também, à categoria das sociedades civis que se honram de possuir um quadro social do melhor quilate. É a razão por que deseja partilhar das homenagens prestadas à Força Aérea Brasileira. A contribuição, que oferece, foi ditada pela vontade expressa dos seus sócios, num gesto espontâneo de reverência e de cordialidade.

Senhor Ministro: cabe-me acentuar a V. Excia. a alta consideração de sua presença e dos distintos companheiros de armas. Interpretando os motivos dessa amistosa reunião, devo, entretanto, assinalar a sinceridade de propósitos do Jockey Club Brasileiro. Exaltar, com admiração e respeito, as qualidades profissionais e de caráter que exornam a personalidade do aviador militar. É do consenso unânime, entre seus pares, que bem se ajustam ao oficial mais acatado na classe: o ínclito Brigadeiro Eduardo Gomes. Pela grandeza e pela glória dos corajosos soldados do ar!"

Em nome da Força Aérea Brasileira, falou o Tenente-Brigadeiro Gerônimo Duncan de Lima Rodrigues, que assim, iniciou sua oração:

"Sr. Presidente do Jockey Club Brasileiro. Srs. Membros da Diretoria desta associação. Meus camaradas. Meus Senhores. Credenciado pelo Sr. Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes que, além dessa alta investidura, possui uma fôlha de serviços ímpar na nossa aviação, sinto-me à vontade nesta agradável oportunidade para responder agradecendo a carinhosa saudação da Diretoria do Jockey Club Brasileiro.

Cala fundo em nossa alma esta manifestação de aprêço e se nos confortam as palavras ouvidas, com maior mérito é o de nos dar alento, estímulo e ânimo para prosseguir no cumprimento do dever — sabendo que compatriotas nos observam a conduta, pautada, hoje como ontem, em servir aos interesses superiores de nossa Pátria.

Emulações como esta, partindo como partem do grêmio nacional que integra em seus quadros sociais a maior parcela das elites brasileiras, assume capital importância para nós. Ponderáveis razões militam em favor do Jockey Club para apreciar com justeza fatos e atitudes: Aqui nesta casa as competições assumem caráter empolgante, não só pelo volume de interesses que envolve, mas sobretudo pelos efeitos emocionais produzidos na grande massa humana interessada no resultado dos certames".

E depois de fazer uma apreciação técnica da Aeronáutica, suas características e os sacrifícios impostos aos que a ela se dedicam, concluiu:

"O Ministério da Aeronáutica teve em Salgado Filho seu primeiro titular, cuja memória é, também, nesta festa reverenciada pelo Jockey Club Brasileiro, de que ele foi ilustre presidente. Para terminar, mais uma vez agradecendo ao Jockey Club em nome da Aeronáutica, do seu projecto Ministro e no meu próprio: elevo a minha taça para brindar esta seleta sociedade, fazendo sinceros votos pela sua crescente prosperidade e para que possamos no futuro, desfrutar sempre de idêntico conceito ao que, hoje, ouvimos a nosso respeito".

BRASILIANAS

● O Projeto de Reforma Cambial

É o seguinte, na íntegra, o projeto de reforma cambial, que seria realizado por ato da Superintendência da Moeda e do Crédito, uma vez resolvida pelo Sr. Presidente da República, a sua execução :

“A Superintendência da Moeda e do Crédito, considerando,

que do atual sistema cambial resulta uma tributação funesta à nossa economia ;

que, sendo atualmente obsoletas as tarifas de exportação por preço inferior ao real, ou torna gravosa nossa produção, ou a onera no próprio momento em que vai concorrer com similares estrangeiros ;

que, por outro lado, o sistema vigente de distribuição das divisas encarece de modo errático a importação e agrava, portanto, a carestia da vida ;

que, sendo atualmente obsoletas as tarifas alfandegárias, há necessidade de suprir-lhes a deficiência por sobretaxas provisórias ;

que a disparidade entre o valor real do cruzeiro e o nominal da taxa oficial desnorteia os cálculos de custo, favorece a fraude e possibilita desigualdades no tratamento cambial,

Resolve :

1) As transações cambiais não mais serão efetuadas com base na paridade declarada ao Fundo Monetário Internacional, em 14 de julho de 1948.

2) O valor do dólar, bem como o de todas as outras moedas estrangeiras será declarado pelo Banco do

Brasil, por determinação do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, de acordo com o registrado nas cotações das Bolsas de Fundo Públicos do Rio de Janeiro e São Paulo.

3) Os bancos autorizados a operar em câmbio revenderão ao Banco do Brasil, nas condições vigentes, as letras de exportação que adquirirem, ou o seu equivalente.

Parágrafo único. As letras de exportação de café continuarão a ser adquirida com abatimento, elevando-se, todavia, o preço do dólar de 37,6 para 40 cruzeiros. Este abatimento em caso algum será agravado, sendo, ao contrário, reduzido de doze centavos e meio por semana até completa extinção. Havendo declínio nos preços externos, o abatimento deverá ser proporcional e irreversivelmente diminuído para restabelecimento dos atuais preços internos (Cr\$ 450,00, por dez quilos, tipo 4, Santos). Os saldos percebidos serão creditados em conta vinculada no Banco do Brasil e destinados à reorganização do crédito agrícola e melhoramento da produção de café.

4) As necessidades governamentais, da União, dos Estados e dos Municípios, bem como as das respectivas autarquias, serão atendidas com prioridade na aquisição de divisas, com direito à média das cotações do dia anterior.

5) Enquanto não forem estabelecidas novas tarifas aduaneiras, continuarão mantidas as atuais categorias de importação, que, na ordem de sua graduação, serão sucessivamente supridas das divisas disponíveis, ficando cada uma sujeita às

sobretaxas seguintes, estabelecidas, de conformidade com a lei n. 2.410 :

	Cr\$
1ª categoria	25,74
2ª categoria	51,49
3ª categoria	114,89
4ª categoria	177,79
5ª categoria	278,81

6) As importações governamentais, as de trigo, papel para livros e para imprensa, petróleo e seus derivados (menos gasolina comum) máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas, adubos e inseticidas não fabricados satisfatoriamente no país, são isentas de sobretaxas.

7) O pagamento das sobretaxas será feito até três dias após a compra ; o das divisas, dentro de cento e vinte dias, salvo acôrdo em contrário. A falta deste pagamento, não relevada pelo Banco do Brasil, importará na perda da sobretaxa em benefício do Tesouro Nacional.

8) As "Promessas de Venda de Câmbio", para licenciamento de importações, ficam substituídas pelos contratos de câmbio, aos quais se juntarão para efeito da obtenção de licença de importação, os recibos comprobatórios de pagamento das sobretaxas.

9) O produto das sobretaxas será creditado ao Tesouro Nacional em conta especial no Banco do Brasil, e nesta mesma conta serão debitadas as diferenças resultantes desta instrução nos suprimentos oficiais, bem como os subsídios por ela estabelecidos.

10) O mercado financeiro continuará livre, dentro das disposições vigentes, tanto para a venda como para a compra.

11) Em caso algum poderá o Banco do Brasil vender câmbio sem cobertura, salvo contra créditos abertos no exterior.

12) O valor do ouro existente será reajustado, creditando-se a diferença à conta de operações de câmbio do Tesouro Nacional, para compensação de prejuízos verificados.

13) As taxas afixadas pelo Banco do Brasil de acôrdo com a presente instrução serão as únicas prevaletentes ficando abolidas quaisquer outras de exceção.

§ 1º. As importações de trigo em grão, de papel de imprensa e para impressão de livros, e as de petróleo e seus derivados (menos gasolina), continuarão provisoriamente subsidiadas nas suas quotas normais. Consistirá o subsídio no pagamento da diferença entre os anteriores e as novas taxas de câmbio, dos duodécimos das quotas anuais, ou sextos das quotas semestrais ; e será integral até 31 de dezembro próximo, sofrendo, daí em diante, uma redução mensal de 5 % sobre a diferença verificada no dia do fechamento até extinção total, no prazo máximo de 20 meses.

§ 2º. Os encargos externos atuais de entidades governamentais e autarquias, bem como as prestações a que já estiveram obrigadas as empresas de serviços públicos, habitualmente atendidos pelo Banco do Brasil, continuarão durante o ano de 1956 e salvo proibição justificada da SUMOC, a ser favorecidos em caráter improrrogável com taxas cambiais pelo mesmo custo de que atualmente se beneficiam. A diferença será debitada à conta das sobretaxas.

14) Revogam-se as disposições em contrário."

PARECER DO DR. THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, CONSULTOR GERAL DA REPÚBLICA

A reforma projetada, em suas bases, não colide com a legislação vigente, porque, desde a lei n. 2.410, de 28 de janeiro de 1955, ficou o Poder Executivo autorizado a modificar a política cambial, suprimindo os leilões e instituindo o regime de câmbio livre para a totalidade ou uma parte dos produtos de importação.

É evidente que a passagem do regime em vigor por outro que tenha por base a liberação do câmbio, cuja taxa passará a ser regulada pelos pregões das Bolsas de Fundos Públicos, ainda exigirá a sobrevivência por algum tempo, de certas restrições criadas pela lei.

Importante é determinar o limite da influência do novo sistema sobre as restrições legais em vigor.

A meu ver, ou se suprimem tôdas, instituindo-se um regime de liberdade ou se conservam as neces-

sárias, que serão entretanto aquelas previstas em lei.

Mas não se pode suprimir tôdas, segundo parece, não só por motivos de ordem técnica, mas também porque a própria lei n. 2.410, mandou conservar a sobretaxa, que corresponde a uma discriminação nas categorias dos produtos de importação.

O que não me parece possível, é substituir certos preceitos legais, notadamente os relativos à destinação das sobretaxas, ao saldo das transações sobre o café, às isenções e prioridades fixadas em lei, por normas de natureza secundária, como as instruções da SUMOC.

Essas são as reservas que, com a devida vênia dos autores do projeto, deve lealmente fazer quanto ao seu aspecto jurídico, ou mais propriamente, legal.

As repercussões econômicas da reforma, a sua conveniência e oportunidade, transcendem da minha competência e da esfera das minhas atribuições. Aqui ficam apenas alguns esclarecimentos de ordem jurídica que pude fazer, no escasso tempo que me foi concedido para realizar tarefa de tanta responsabilidade.

● A Chapada do Araripe

SUAS RESERVAS DE ÁGUA — AFIRMAÇÕES DO SR. PIERRE TALTASSE, HIDROLOGISTA DA UNESCO

A convite do Banco do Nordeste, estêve em Fortaleza o hidrologista francês Pierre Taltasse, da UNESCO, que se encontra ministrando um curso para 236 alunos na Escola de Engenharia da Universidade do Recife. O referido técnico vem prestando, também, assistência ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, ao Serviço Especial de Saúde Pública, ao Instituto Agrônomo do Nordeste e a outras instituições.

CHAPADA DO ARARIPE, UM
TESOURO EM ÁGUA

O Sr. Pierre Taltasse, que acaba de realizar estudos hidro-geológicos na Chapada do Araripe, informou que essa região é um verdadeiro te-

souro em água, um autêntico oásis encravado nas terras secas do Nordeste.

● Caçada de Urânio em todo o Mundo

Numa das últimas reuniões do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, deu-se prosseguimento à série de palestras que ali vêm sendo pronunciadas sobre o advento da era atômica, cabendo ao professor Sílvio Fróes de Abreu discorrer sobre o movimento mundial em procura do urânio. Ao início de sua palestra, mostrou o professor Sílvio Fróes de Abreu como é recente a atividade em relação à utilização do urânio, porque só depois da última guerra mundial foi que se deu conta do que esse corpo, com as possibilidades de liberação de energia, pode representar para a civilização. Iniciou-se, então, um "rush" em busca de seus minérios, que até então eram produzidos na velha mina de Joachimstal, na Boêmia (Tchecoslováquia); no Congo Belga, da África Equatorial; e no Lago do Grande Urso, no Círculo Polar, no Canadá.

O interesse pelo urânio, terminada a conflagração mundial pela decisiva influência da bomba atômica, criou um movimento generalizado em busca de seus minérios. Os modernos conhecimentos sobre a estrutura do átomo e sobre os processos de obter a energia resultante das suas transformações íntimas, como explicou na reunião anterior o Sr. Glycon de Paiva, criaram a caçada ao urânio em todos os países adiantados.

A PRESENÇA DO URÂNIO NO BRASIL

Prosseguiu o professor Sílvio Fróes de Abreu fazendo referências aos depósitos descobertos no planalto do Colorado, que estão sendo intensamente explorados. Uma multidão de prospectores, munidos de contadores Geiger Müller, vasculha todos os "canions" e morros em busca de radiações uraníferas. As companhias de petróleo estão dedicando toda a atenção aos vestígios

de urânio nos terrenos em que fazem prospecção geofísica. As grandes reservas de urânio atualmente conhecidas são as do Canadá (Lago do Grande Urso e Lago Atabasca); as dos Estados Unidos, no planalto do Colorado, nos fosfatos da Flórida e dos Estados do Oeste, e nos xistos de Chatanooga, a Sudeste.

Quase todos os países adiantados já descobriram minérios de urânio e estão cuidando de sua exploração, tais como a França, a Alemanha, Portugal, Índia, Rússia e seus satélites. As pesquisas no Brasil têm sido levadas a efeito pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e Conselho Nacional de Pesquisas, e os resultados já obtidos são bastante animadores. A presença de minérios de zinco contendo urânio, em Minas Gerais, e o conhecimento dos processos para sua extração — disse o Sr. Fróes de Abreu — já permitiram a programação de uma usina para a produção de urânio nuclearmente puro, que será futuramente empregado em nossos reatores.

● Será instalada uma Refinaria de Petróleo próximo a Manaus

Uma refinaria de petróleo com capacidade de produção de cinco mil barris diários de óleo bruto, será montada a seis quilômetros do Porto de Manaus, pela Companhia de Petróleo da Amazônia. Para esse fim, o Presidente Café Filho aprovou exposição de motivos do ministro da Fazenda, concedendo um empréstimo de 70 milhões de cruzeiros àquela empresa, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. As condições do financiamento, que visa a suprir em grande parte as despesas com instalação dessa destilatória, foram estabelecidas em minucioso estudo pelos órgãos técnicos daquele Instituto de Crédito, para utilização imediata, isto é, de agosto a setembro do corrente ano, devendo ser adiantadas parcelas dentro do seguinte esquema: agosto, 30 milhões; setembro, 15 milhões; outubro, 10 milhões; novembro, 10 milhões, e dezembro 5 milhões.

Além da hipoteca dos bens imóveis e penhor industrial dos equipamentos, o Tesouro Nacional terá outras garantias, como sejam a fiança pessoal dos acionistas e diretores da companhia, que sejam detentores de pelo menos 51 % das ações, com direito de voto, e caução de ações mediante condições especiais, fazendo incluir ainda, no contrato a ser celebrado entre a Companhia e o Banco, uma cláusula, segundo a qual, na hipótese de inadimplência do contrato por parte da empresa financiada, a Petrobrás terá, a seu exclusivo critério, uma opção para comprar o acervo da COPAM e adquirir ações que representem pelo menos 51 % do capital votante.

SIGNIFICAÇÃO ECONÔMICA

A Companhia, que integraliza um capital de cem milhões de cruzeiros, será dirigida por quatro diretores, inclusive um representante da "Petrobrás", e objetiva a suprir o mercado, não só no que diz respeito à demanda global dos produtos de petróleo, mas também a de cada uma das frações do destilado do óleo cru. Foi considerado, ainda, o subdesenvolvimento de uma vasta área do território brasileiro, que poderá tomar grande incremento com a montagem da refinaria.

Levou-se em conta, a princípio, a possibilidade de consumir o óleo cru dos campos petrolíferos peruanos, próximos à fronteira oeste do Brasil. Posteriormente, com a ocorrência de petróleo em Nova Olinda, o acerto da localização ficou demonstrado de forma irretorquível.

E, finalmente, dando ênfase especial ao aspecto cambial da questão, isto é, a economia de divisas em moedas fortes, que significa a produção de diversos derivados do petróleo, o projeto teve, como ponto de partida, o máximo rendimento possível na produção de gasolina extraída do petróleo bruto.

● Agricultores aflitos com a falta de chuva

A falta de chuva em alguns Estados do sul do país, tem preocupado cada vez mais aos homens

do campo, que vêm as lavouras correrem o risco de se perderem e com isso sofrerem graves prejuízos. O fenômeno está se repetindo assustadoramente e de ano para ano, mais se acentua. Locais outrora maravilhosos para a cultura de tudo, sem maiores preocupações, estão se tornando estéreis, com a terra endurecendo, a soleira cada vez pior. A água fugiu como por magia diabólica, deixando atrás de si apenas a terrível realidade, que muitos não compreendem, mas sabem que é fatal.

São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Estado do Rio e Distrito Federal são locais preferidos para a repetição do fenômeno das secas anuais, menos trágicas do que as do Nordeste, porém muito severas em razão da posição geográfica que desfrutam. De entremeio surgem de vez em quando as geadas, como a variante natural do entreechoque das massas de ar que vêm do Polo Antártico e atingem os descampados sulinos, em velocidades às vezes avassaladoras, destruindo tudo à sua passagem, como uns Átilas de nova espécie. Depois, sempre é triste o depois. Triste e arruinado. Muitos têm sido lançados na miséria por causa dessa maldição que se está repetindo como a marcha de relógio.

O fenômeno pode ser incompreensível para os leigos em meteorologia. Os técnicos, porém, não se enganam. A derrubada das matas sem reposição adequada, vezo imperdoável que está matando o Brasil, como verdadeiro quinta-coluna de seu progresso e civilização, é a causa principal da calamidade que dia a dia mais se agrava, como câncer nos pulmões da nacionalidade.

A estiação prolongada não é obra do acaso ou de caprichos da Natureza. É, isso sim, resultado da imprevidência do homem, que ateaia fogo nas florestas e fica à distância a observar os estragos, atezozando os resultados, nem sempre a seu gosto, por força mesma da imprevidência, irmã gêmea da ignorância em que se afunda e se destrói sem querer.

Secas e enxurradas são assuntos conhecidíssimos dos estudiosos da

matéria. Não há segredo nenhum na repetição de ambas. O que tem faltado, como a atestar a falta de plano em que vive a Nação, é o ataque decisivo ao mal, que não é incurável, mas se vai alastrando como uma praga que se deseja extinguir, sem aplicar os corretivos usuais.

● Minérios radioativos

Brasil e Índia são, ao que se diz, os dois únicos países, em todo o mundo, possuidores de importantes reservas de tório, metal radioativo insensamente procurado. As desafogadas extensões do nosso escudo geológico guardam com efeito, em seu seio, enormes quantidades desse mineral, que ao lado do urânio, de peso molecular quase igual, é a matéria-prima fundamental dos reatores atômicos. As jazidas prováveis existentes em nosso país correspondem a um poder energético colossal. Deve desde já estar em nossa cogitação explorá-las no futuro próximo, com vistas a acelerar o desenvolvimento econômico geral.

É provável que quando se fizer um levantamento mais cuidadoso da riqueza que temos em minérios radioativos, cheguem os peritos à opinião de que seja possível incluí-los entre os produtos de exportação. Aliás, o tório, de que as areias monazíticas são muito ricas, foi exportado quase sem o menor controle, até anos recentes. Mas exatamente por que se trata de minérios encontrados em áreas limitadas, é preciso o maior cuidado ao tomar-se a decisão de vendê-los no exterior, a fim de não pormos em perigo o suprimento dos reatores que num futuro previsível estarão em funcionamento entre nós.

Neste momento, o governo brasileiro considera duas propostas dos Estados Unidos que põem em foco o problema. Ambas são uma decorrência do acordo nuclear firmado no mês passado, se bem que uma delas venha de há muito sendo discutida: a que prevê a troca de trigo dos estoques paralizados da "Commodity Prices Agency", por minerais de urânio e tório.

Somos de parecer que, primeiramente, urge conhecer-mos melhor a

extensão das jazidas. Até agora apenas temos ciência de uma mina de urânio que já se pode considerar quase em fase de exploração intensiva. Todas as outras assinaladas no país ainda estão como pouco mais de pontos marcados pelos geólogos no mapa do nosso território. Não lhes conhecemos nem a cubagem aproximada, nem o teor exato de metal puro.

É cedo, pois, para decisões em matéria de exportação. O erro da saída de monazita já bastou para nos ensinar. Antes de podermos avaliar que parcela de minérios o país estará em condições de exportar impõe-se pensar seriamente nos anos vindouros, quando já é notório que as marchas forçadas, nossa

civilização está vencendo etapas para a aplicação pacífica da energia nuclear, destinada a substituir, talvez totalmente, as outras fontes energéticas.

Ainda em recentes declarações, de que toda a nossa imprensa foi eco, o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas afirmou que as reservas de urânio e tório do Brasil justificam qualquer programa sobre energia atômica. Logo, não é um sonho imaginar que daqui a algum tempo também nós estaremos tirando alto rendimento dessas reservas, em nossa própria casa. Repetimos, por isso, que antes da elaboração desse programa seria, de fato, muito perigoso dispor desses minérios para exportação.

● Índices de custo da vida e poder aquisitivo do cruzeiro

Ano	Índices	Poder Aquisitivo	Relação
1939 — Média anual	100,00	100,00	
1940 — Junho	107,90	93,40	— 6,6 %
1941 — Junho	121,60	82,20	— 12,0 %
1942 — Junho	133,50	74,90	— 8,9 %
1943 — Junho	149,30	67,00	— 10,5 %
1944 — Junho	206,60	48,40	— 27,8 %
1945 — Junho	256,30	39,00	— 19,4 %
1946 — Junho	297,70	33,60	— 13,8 %
1947 — Junho	386,70	25,80	— 23,2 %
1948 — Junho	429,80	23,30	— 9,6 %
1949 — Junho	414,10	24,10	+ 3,0 %
1950 — Junho	431,60	23,20	— 2,7 %
1951 — Junho	480,50	20,80	— 10,3 %
1952 — Junho	558,40	17,90	— 13,9 %
1953 — Junho	681,20	14,70	— 21,7 %
1954 — Junho	797,90	12,50	— 14,9 %
1955 — Junho	938,20	10,60	— 15,2 %

Observações: A depreciação anual da moeda, na relação percentual indicada, corresponde para todo o período de 16 anos, aos juros negativos acumulados de 13,4 % ao ano. Para compensar essa taxa de juros negativos, é necessário que o capital ofereça um rendimento médio acumulado de 15,5 % ao ano.

● Doze mil pneus para tratores e 406 mil para carros de passeio

PRODUÇÃO NO PRIMEIRO QUADRIMESTRE

As compras de borracha natural pelo Banco de Crédito da Amazônia, nos quatro primeiros meses do ano,

totalizaram 10.611 toneladas métricas (pêso seco a 75 %), exclusive látex, no valor de Cr\$ 409.286.000,00. Em 30 de abril último, os estoques — tomando-se por base o consumo de 230 estabelecimentos fabris — das zonas produtoras, dos centros de consumo e em trânsito eram de 9.481 toneladas, contra 8.363 toneladas em 31-1-1955. Nesta data, os

estoques das fábricas de pneumáticos somavam 2.547 toneladas, contra 1.120 toneladas em fins de abril.

Segundo os últimos dados a respeito do mercado da borracha no Brasil, divulgados pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha, o consumo total nos quatro primeiros meses do ano foi de 16.169 toneladas. Assim se distribuiu o consumo, tomando-se por base o recenseamento de 194 estabelecimentos fabris: borracha natural, 13.705 t; látex, 277 t; regenerados, 2.084 t; borracha sintética, 90 t; e láticos de borracha, 13 t.

A produção de pneumáticos e câmaras de ar para veículos a motor, de janeiro a abril, totalizou 780.540 e 506.073 peças, respectivamente. O inventário foi feito tomando-se por base as seguintes categorias: caminhões e ônibus, camionetas, carros de passeio, motocicletas, tratores agrícolas, máquinas agrícolas, máquinas de terraplenagem, veículos industriais e aviões. É interessante assinalar que, enquanto se produziram apenas 12.269 pneumáticos no primeiro quadrimestre para tratores agrícolas, o número dessas peças para carros de passeio elevou-se a 406.035 unidades.

A produção total discriminada do primeiro quadrimestre do ano para veículos a motor (por peça) foi a seguinte:

Caminhões e ônibus	307.347
Camionetas	38.408
Carros de passeio	406.035
Motocicletas	7.500
Tratores agrícolas	12.269
Máquinas agrícolas	1.532
Máquinas de terraplenagem	2.430
Veículos industriais	4.112
Aviões	912

No mesmo período (janeiro/abril 1955), a produção de pneumáticos e câmaras de ar para bicicletas foi de 370.663 e 285.494 peças, respectivamente.

● A rápida evolução demográfica e econômica do Estado de Goiás

Dos quatro grandes Estados brasileiros é Goiás o menor (622.912 quilômetros quadrados) e também o mais desenvolvido; inclui-se, atualmente, entre as Unidades de mais rápida evolução demográfica e econômica. O solo, abundantemente irrigado, é dos mais férteis; dispõe de um potencial hidráulico estimado em um milhão de cavalos-vapor, distribuído entre as bacias do Amazonas e do Paraná. O cerrado é o tipo característico da vegetação goiana, recobrimdo 91 % de seu território.

A pecuária desenvolve-se particularmente nas zonas norte e sudoeste do Estado, onde se localizam concentrações bovinas e suínas superiores, cada uma, a 100 mil cabeças. Os efetivos goianos são calculados em 5 milhões de bovinos e 2,7 milhões de suínos, havendo efetivos moderados de outras criações. Em 1953 o valor da produção de origem animal (incluindo, principalmente, carne vacuum, leite, ovos e manteiga) orçava em um bilhão de cruzeiros. No extremo norte, explora-se o babaçu. O cristal de rocha (105 milhões de cruzeiros), é o principal elemento da indústria extrativa mineral.

A produção agrícola vem progredindo de ano para ano. Em 1954, o seu valor conjunto aproximava-se dos 3 bilhões de cruzeiros. Goiás é o quarto produtor nacional de arroz (1,3 bilhões de cruzeiros), e o sétimo de café (360 milhões). No ano passado, as safras de milho, feijão e a mandioca ofereceram resultados superiores a 200 milhões de cruzeiros; dentre as culturas menores, sobressai a cana-de-açúcar. Já no último período inter-censitário (1940-1950) a industrialização tomara considerável impulso, em Goiás, atingindo 508 milhões de cruzeiros contra 36 milhões. De 1950 para cá, somente se tem acelerado.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Cousas Práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO
SERVIÇO DE REEMBOLSO
POSTAL DA SECÇÃO DE
PUBLICIDADE DE "A DE-
FESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido.

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência.

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da capital.

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL



• Diretoria Geral de Remonta do Exército

EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS DE PURO SANGUE

Com a presença do Sr. Ministro Luiz Galloti, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; do Sr. General Henrique Lott, Ministro da Guerra; do Dr. Mário Ribeiro, Presidente do Jôquei Clube Brasileiro; do Sr. Almirante Atila Monteiro Aché e dos Srs. Generais Fiuza de Castro, Otávio Saldanha Maza, Nicanor Guimarães de Souza, Alcides Gonçalves Etche-goyen, Manoel de Azambuja Brilhante, Leônidas Amaro, Eudoro Barcelos de Moraes, Armando de Moraes Ancora, Floriano Peixoto Keller, Djaima Dias Ribeiro, Benedito Cesar Rodrigues, Augusto da Cunha Magesi Pereira e Eduardo de Fontes, comandantes de tropa, diretores e chefes de repartições e estabelecimentos militares, jornalistas, criadores e representantes de entidades hípicas, realizou-se no Centro Hípico da Remonta, em São Cristóvão, a apresentação de produtos puro sangue inglês, bretões, árabes e ainda de jumentos, criados nos diversos Estabelecimentos que possui em diferentes Estados do país a Diretoria Geral da Remonta do Exército.

Com a chegada do titular da Guerra, que foi aguardado à entrada da-quele Centro pelos convidados presentes, teve início a apresentação dos animais oriundos das Coudelarias Militares.

As autoridades se detiveram demoradamente em observar e examinar os produtos, cuja mostra causou a todos a melhor impressão.

Encerrada a apresentação, o Sr. Ministro da Guerra, Sr. Ministro Luiz Galloti e o Sr. Presidente do Jôquei Clube Brasileiro e demais autoridades presentes na tribuna oficial, passaram a fazer a entrega de prêmios conferidos na seguinte ordem: Taça Jôquei Clube à Coudelaria de Campinas, por ter apresentado o melhor produto puro sangue inglês, recebido pelo seu diretor, Major Bayard Magalhães Evangelho; Taça Diretoria Geral de Remonta à Caudelaria de Pouso Alegre, que apresentou o cavalo p. s. b. n. Queluz, considerado o melhor produto da Exposição, sendo recebida pelo Major Darci Mussot; Taça Diretoria de Veterinária à Cou-delaria de Saican, que apresentou o melhor lote de produtos, sendo rece-bida pelo Coronel Clovis Brear, todos diretores daqueles estabelecimentos.

Por fim, foi entregue ao Sr. J. J. Almeida Prado a taça oferecida pela Diretoria Geral de Remonta, criadora do cavalo Adil, nacional, melhor classificado no Grande Prêmio Brasil de 1955. O Sr. General Nicanor

Guimarães de Souza, Diretor Geral da Remonta, saudou-o ao oferecer-lhe o prêmio, dizendo da grande satisfação do Exército pela grande vitória conquistada por aquele produto nacional. Aos tratadores também foram oferecidos prêmios em dinheiro.

● Chegam dois navios para a Marinha do Brasil

Procedentes de Rotterdam, Holanda, chegaram ao Rio as belonaves "Imperial Marinheiro" e "Baiana", construídas naquele país para a Marinha de Guerra brasileira. Trata-se das primeiras de uma série de dez, encomendadas pelo Brasil a estaleiros holandeses.

O "IMPERIAL MARINHEIRO"

O navio de guerra "Imperial Marinheiro", de 1.025 toneladas, foi construído na Holanda, em Hendrick-Ido Ambacht, para a nossa Marinha. Batida sua quilha em 26 de outubro de 1953, foi lançado ao mar em 15 de novembro de 1954 e incorporado à marinha brasileira no dia 11 de junho do ano em curso, data do aniversário da batalha naval do Riachuelo.

O "Imperial Marinheiro" mede 51 metros de comprimento e 3,72 de calado, podendo ser empregado não apenas como corveta no patrulhamento de comboios, mas também no estabelecimento de campos minados, servindo ainda como varredor, na retirada de minas e rebocador de alto mar.

É a seguinte a oficialidade e a guarnição da belonave: 4 oficiais, 3 suboficiais, 2 primeiros sargentos, 7 segundos sargentos, 1 terceiro sargento e 40 praças, entre cabos, marinheiros e taifeiros.

A CORVETA "BAIANA"

Incorporada à Marinha do Brasil desde 27 de julho último, a corveta "Baiana" foi lançada ao mar em Zaltbommel, na Holanda, no dia 3 de novembro de 1954.

Com uma guarnição constituída de 4 oficiais, 2 suboficiais, 13 sargentos e 38 praças, o navio "Baiana" zarpou para o Rio, do porto de Rotterdam, juntamente com o "Imperial Marinheiro", em 30 de julho de 1955, com escalas em Lisboa, Dakar, Recife e Salvador.

Suas características principais, ou seja, dimensões, tonelagem, potência e finalidade, são idênticas às da corveta "Imperial Marinheiro".

A viagem ao Brasil, que demorou cerca de 30 dias, durante a qual foram percorridas 6.000 milhas marítimas, transcorreu em perfeita ordem, tendo as embarcações resistido com firmeza a alguns temporais que desabaram na sua rota.

● Plano Geral de Convocação para as Forças Armadas em 1956

EPOCAS PARA APRESENTAÇÃO — EM LISTA OS CIDADÃOS DE 1937 — INSUBMISSÃO E DISPENSA DE INCORPORAÇÃO

O Sr. General Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra, aprovou o Plano Geral de Convocação para o serviço militar, referente ao próximo ano de 1956. As instruções foram reguladas em Portaria n. 624, de 2 de agosto último, e encontram-se publicadas no "Diário Oficial" da União do dia 10 do mesmo mês.

No interesse geral, divulgamos abaixo os itens principais do Plano de Convocação.

OS QUE SERÃO CONVOCADOS

Serão convocados :

Os cidadãos da classe de 1937 ; os das classes anteriores, mas ainda em débito com o serviço militar ; os que tenham optado pela nacionalidade brasileira, entre 7 de junho de 1954 e 7 de junho de 1955 ; os brasileiros naturalizados, menores de 30 anos, cujo auto de naturalização tenha sido publicado no "Diário Oficial" entre 7-VI-954 e 7-VI-955.

SELEÇÃO DOS CONVOCADOS

A seleção para tôdas as Fôrças Armadas será realizada nas seguintes épocas :

— Seleção do contingente, entre 20 de setembro de 1955 e 10 de dezembro de 1955, nos municípios tributários.

— Incorporação entre 7 e 20 de janeiro de 1956 nos locais que forem fixados pela autoridade competente.

— Segunda época de incorporação : entre 7 e 20 de junho de 1956, nos locais designados pela autoridade competente.

CRIME DE INSUBMISSÃO

O Plano Geral de Convocação ressalta que serão declarados insubmissos os convocados que, selecionados e designados para incorporação, deixarem de se apresentar nos prazos e locais que lhes tiverem sido fixados ; os que tendo se apresentado no local e prazo fixados, se ausentarem antes do ato oficial da incorporação. Entende-se por convocado designado para incorporação o cidadão da classe convocada para prestar o serviço militar que, submetido à seleção, fôr julgado apto para incorporação.

Em 21 de janeiro de 1956 (grupamento "A") e em 21 de junho de 1956 (grupo "E") serão nominalmente declarados insubmissos os convocados que deixarem de se apresentar no prazo e local que lhes tiver sido marcado ou que se ausentarem antes do ato oficial de incorporação.

REFRATÁRIOS AO SERVIÇO MILITAR

Serão considerados refratários ao serviço militar os convocados que não se apresentarem dentro do prazo fixado para a seleção de contingente (entre 20 de setembro e 10 de dezembro de 1955) e os que, embora se apresentem nesse prazo, não se submetam à seleção ou deixem de completá-la.

Estabelece o Plano Geral de Convocação que o refratário não se encontra em dia com suas obrigações militares e como tal, de acôrdo com a Lei do Serviço Militar, não poderá ser nomeado funcionário público ou extranumerário, federal, estadual ou municipal ; assinar contrato de qualquer natureza com o governo federal, estadual ou municipal ; obter passaporte ou prorrogação de sua validade ; obter carteira profissional ; obter licença para o exercício de qualquer indústria ou profissão ; matricular-se ou prestar exame em qualquer estabelecimento de ensino.

DISPENSADOS DE INCORPORAÇÃO

Serão incluídos no excesso do contingente a ser incorporado, os convocados na seguinte ordem de prioridade : arrimos de família ; trabalhadores na indústria extrativa de carvão mineral ; empregados em trabalhos

relacionados com a exploração e refinação do petróleo ou empregados na Companhia Hidrelétrica do São Francisco, se no exercício da função desde 20 de março de 1955; funcionários das vias férreas, das Comissões de Estrada de Rodagem, do Serviço de Navegação da Bacia do Prata e do Departamento dos Correios e Telégrafos (radiotelegrafistas, carteiros, mensageiros, condutores de malas, telegrafistas, teletipistas e outras consideradas essenciais); os que sejam alunos das Escolas de Formação de Técnicos Agrícolas, reconhecidas pelo governo; e homens indispensáveis à lavoura; os que, na seleção, não atinjam os limites mínimos para ela fixados, exceto os insubmissos; os filhos de hansenianos.

A expedição de certificados de terceira categoria aos componentes do excesso de contingente da classe de 1937 e aos dispensados de incorporação, será feita a partir do dia 31 de dezembro de 1956.

• Nova Tabela de Vencimentos para os Militares

MENSAGEM DO SR. PRESIDENTE CAFÉ FILHO AO CONGRESSO — ÍNTegra DO PROJETO DE LEI

O Sr. Presidente Café Filho, em face das razões apresentadas em exposição de motivos pelo Sr. General Teixeira Lott, Ministro da Guerra, encaminhou, ao Congresso, mensagem acompanhada de projeto de lei, alterando os níveis de vencimentos dos militares.

A nova tabela de vencimentos resulta de estudos feitos em conjunto pelos Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica em que foram levadas em conta as condições atuais de vida e ainda mais, o regime de tempo integral a que estão sujeitos os militares, e que não lhes permite recorrer a outras fontes de rendimentos.

O PROJETO

Está assim redigido o projeto de lei enviado ao Legislativo :

“Art. 1º. Os padrões de vencimentos dos militares terão os seguintes valores : FAO — Marechal, Almirante e Marechal do Ar, Cr\$ 27.000,00 ; FA1 — General-de-Exército, Almirante-de-Esquadra e Tenente-Brigadeiro, Cr\$ 24.000,00 ; FA2 — General-de-Divisão, Vice-Almirante e Major-Brigadeiro, Cr\$ 21.000,00 ; FA3 — General-de-Brigada, Contra-Almirante e Brigadeiro, Cr\$ 18.000,00 ; FA4 — Coronel e Capitão de Mar-e-Guerra, Cr\$ 16.200,00 ; FA5 — Tenente-Coronel e Capitão-de-Fragata, Cr\$ 14.700,00 ; FA6 — Major e Capitão-de-Corveta, Cr\$ 13.500,00 ; FA7 — Capitão e Capitão-Tenente, Cr\$ 12.000,00 ; FA8 — 1º Tenente, Cr\$ 10.200,00 ; FA9 — 2º Tenente, Cr\$ 8.700,00 ; FA10 — Aspirante a Oficial e Guarda-Marinha, Cr\$ 7.200,00 ; FA11 — Subtenente e suboficial, Cr\$ 6.900,00 ; FA12 — 1º sargento, Cr\$ 5.700,00 ; FA13 — 2º sargento, Cr\$ 5.100,00 ; FA14 — 3º sargento, Cr\$ 4.800,00 ; FA15 — Taifeiro-mor, Cr\$ 4.500,00 ; FA16 — Taifeiro de 1ª classe, Cr\$ 3.900,00 ; FA20 — Cadete e Aspirante, último ano, Cr\$ 1.600,00 ; FA21 — Soldado e Marinheiro de 1ª classe, Soldado naval cursado, Cr\$ 1.500,00 ; FA22 — Soldado e Marinheiro de 2ª classe, Soldado naval sem curso e Soldado engajado com um ano ou mais de serviço, Cr\$ 1.200,00 ; FA23 — Soldado clarim de 2ª classe, Cr\$ 1.100,00 ; FA24 — Aluno de Escola ou Curso de Formação de Sargento, Cr\$ 900,00 ; FA25 — Cadete do Exército, Aspirante da Marinha, Cadete de Aeronáutica e alunos de CPOR Aér, Cr\$ 810,00 ; FA26 — Soldado e Marinheiro de 2ª classe, com menos de um ano de serviço, Cr\$ 720,00 ; FA27 — Aluno de Escola Preparatória e do Colégio Naval e Soldado recrutado ou mobilizável, não engajado, Cr\$ 300,00 ; FA28 — Aprendiz de Marinheiro, Cr\$ 270,00.

Parágrafo único. Os vencimentos estabelecidos nesta lei dividem-se em sôlido de (2/3) e gratificação (1/3), na conformidade das letras a e b, parágrafo único, do art. 2º do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, aprovado pela Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 2º. As vantagens de que tratam as Leis n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e n. 2.283, de 9 de agosto de 1954, ou outros dispositivos legais vigentes serão calculadas sobre os vencimentos previstos na Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948, para os militares da ativa, para os que já se encontrarem na inatividade e para os que nele ingressarem na vigência da presente lei.

Art. 3º. A partir da vigência desta lei, perdem o abono especial temporário de que trata a Lei n. 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, todos os militares da ativa e inativos, bem como os pensionistas que, em virtude de especial disposição de lei tenham sua pensão reajustada pela tabela ora aprovada.

Art. 4º. O salário-família será pago aos militares nas mesmas condições e no mesmo valor em que é devido aos servidores civis.

Art. 5º. A partir da vigência da presente lei, os militares que passarem à inatividade terão seus proventos fixados de acordo com a legislação em vigor, entendendo-se como gratificações incorporáveis exclusivamente as referidas nos arts. 36, n. I, A, da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e 7º, da Lei n. 2.283, de 9 de agosto de 1954.

Parágrafo único. Os militares que, por efeito de disposição de lei, fizerem jus na inatividade, a vencimentos integrais do posto ou graduação, não terão computado em seus proventos, a parcela a que se refere a letra b), do art. 290, da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 6º. Os militares que se encontrarem na inatividade na data da publicação desta lei terão seus proventos reajustados na forma do artigo anterior.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários para atender ao aumento de despesa decorrente dos novos padrões de vencimentos estabelecidos nesta lei.

Art. 8º. Os vencimentos a que se referem os arts. 1º e 2º desta lei são devidos a partir de 1 de setembro do corrente ano.

Art. 9º. Os taifeiros de 1ª, 2ª e 3ª classes da Marinha passam a ter a classificação de Taifeiro-Mór e Taifeiro de 1ª e 2ª classes.

§ 1º. Os Taifeiros, Cozinheiros e Padeiros, com mais de três anos de serviço, terão, enquanto não for sancionado ou promulgado novo Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares uma gratificação complementar de Cr\$ 1.000,00 para o mór; Cr\$ 600,00 para o de 1ª classe e de Cr\$ 400,00 para o de 2ª classe.

§ 2º. Os Taifeiros, Cozinheiros e Padeiros com mais de um e menos de três anos de serviço perceberão a gratificação complementar de Cr\$ 500,00 para o mór; Cr\$ 300,00 para o de 1ª classe e de Cr\$ 200,00 para o de 2ª classe.

Art. 10. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 11. Ficam revogados o art. 347 das Disposições Transitórias da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e demais disposições em contrário.

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELCTUAL "A DEFESA NACIONAL LTDA."

MINISTÉRIO DA GUERRA

PROPOSTA PARA ASSOCIADO :

NOME :

NATURAL DE :

CIDADE :

ESTADO CIVIL :

GUARNIÇÃO :

ENDEREÇO :

DATA :

ASSINATURA :

OBSERVAÇÕES :

- a) O valor da quota-parte é de Cr\$ 50,00.
- b) O associado deverá subscrever no mínimo, 2 quotas-parte.
- c) A importância das quotas-parte adicionada à Joia de admissão do valor de Cr\$ 10,00 deverá ser remetida em cheque bancário ou vale postal.
- d) Remeter duas fotografias 3 x 4 destinadas ao Título Nominativo e Livro-Registro de Associados.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz : São Paulo — Filial : Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial : Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

REMINGTON RAND DO BRASIL S.A. (CASA PRATT) — Máquinas de escrever, Máquinas de calcular, Máquinas tabuladoras. Arquivos e Fichários — Rua Buenos Aires, 283 — Rio de Janeiro.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

Wilson, Sons & Comp. Ltda. — Av. Rio Branco, 25-5º and. Telefone 23-5988 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMAOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-111 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana : Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Porto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FÁBRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A. — Rua da Alfândega, 325
— Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.

MATHEIS TEXTEIS CIA. — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.

S.A. TÉCNICA MURRAY DE ORGANIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO — Máquinas de Escrever — Somar — Calcular — Relógios de Ponto, etc. — Av. Erasmo Braga, 227-B — Telefone 32-4783.

NEVACO — COMERCIO E INDÚSTRIA NEVA LTDA. — Av. Rio Branco, 39-17º — Salas 1704/5/6/8 — Fones 23-1449 e 43-0031.

S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS — Rua Teófilo Ottoni, n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.

MESBLA S/A — Rua do Passeio, 42 a 46 — Telefone 22-7720 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

MESBLA S/A — Rua Visconde do Rio Branco, 521 — Telefone 7311 — Niterói — Estado do Rio de Janeiro.

BANCO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS S/A — A Chave da Segurança de sua Economia e da sua Renda — Fundado em 1924 — Rua 1º de Março, 15 — Telefone 23-2414 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

INTERAMERICANA DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A — Av. Rio Branco, 81-4º and. — Telefone 23-5880 — Rio de Janeiro. São Paulo — Rua Álvares Penteado, 218-5º and.

CASAS DAS CORTINAS LTDA. — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Telefone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

“MARCENARIA” MÓVEIS COSTA PEREIRA VIANNA LDA. — Rua Senador Pompeu, 192 — Rio de Janeiro.

CIA. IMOBILIÁRIA IMPERIAL S/A — Av. Churchill, 129-11º and. S/1101 — Telefone 42-9256 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

COMPANHIA AUTOCARROCERIAS CERMAVA — Fábrica e Escritório: Rua Cel. Almeida, 53 — Piedade — Tel.: 49-8068 — Rio de Janeiro.

A EXPOSIÇÃO MODAS S/A — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and. — Telefone 32-6060 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DOCAS DA BAHIA — Av. Baira-Mar, 262-4º and. — Telefone 52-7022 — End. Teleg.: “DOCBA” — Rio de Janeiro.

BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A — Praça Pio X, 54-A — Telefone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.

COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS — Fósforos de Propaganda, Brindes e Fantasia — Escritório — Av. Rio Branco, 81-20º and. — Te.: 23-5870.

“HOOS” MÁQUINAS MOTORES LTDA. — Av. Rio Branco, 25-16º and. — Telefone 43-3510 — Rio de Janeiro.

LOWNDES & SONS, LTDA. — Administradores de bens ; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA KOSMOS — Rua do Carmo, 27-A, Telefone : 52-8010 — Rio de Janeiro.

COLÉGIO ANGLO AMERICANO — Praia de Botafogo, 374 — Telefone : 26-1321 — Rio de Janeiro.

CASSIO MUNIZ S.A. — Rua Senador Dantas, 70 — Loja — Telefone : 52-7221 — RIO de Janeiro.

"E.T.E.C." — EMPRESA DE TERRAPLANAGEM ENGENHARIA — Av. Nilo Peçanha, 12-5º, S/526 — Rio de Janeiro.

BACOREP S.A. — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.

"S.O.M.T." — SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA. — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.

FRIGORÍFICO SANTO ANDRÉ "KLEMM LTDA." — Av. Higienópolis, 280 — Caixa Postal, 69 — Santo André — Estado de S. Paulo.

COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA — Rua Líbero Badaró, 119-6º And. — Caixa Postal, 1.329 — São Paulo.

EMPRESA AUTO-ÔNIBUS SANTO ANDRÉ S.A. — Rua Gertrudes de Lima, 219 a 227 — Santo André — Estado de São Paulo.

COMERCIAL E IMPORTADORA SÃO CAETANO DO SUL LTDA. — Peças e Acessórios para Automóveis — Rua João Pessoa, 116 — Caixa Postal. 92 — São Caetano do Sul — Estado de São Paulo.

"BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS — Sede : São Paulo — Sucursal no Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 4-3º And. — Caixa Postal, 1.266 — Distrito Federal.

SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

2º OFÍCIO — TABELIAO Dr. EROS M. MELLO VIANA — Rua do Rosário, 138 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

ALFAIATARIA COLUMBIA — Aceita-se cortes à feitiço — Rua Miguel de Frias n. 48 — Tel. : 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.

BUCYRUS-ERIE COMPANY — South Milwaukee-Wisconsin U.S.A. — W.F. HARCOURT-PALMER — Engenheiro Representante — Avenida Presidente Wilson, 198-7º, S/703 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

- ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A.** — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel.: 52-2108.
- E.G. FONTES & CIA.** — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.
- IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS LTDA.** — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel.: 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.
- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHÃ"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz: Avenida Rio Branco n. 39/41 — Tel.: 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha n. 12 — Tel.: 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cezário de Melo n. 1.188-b — Tel.: CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas n. 43A — Tel.: MHS 1022 — Jacarepaguá: Av. Geremario Dantas n. 56 — Tel.: JPA 453 — Meyer: Rua Frederico Meyer n. 22 — Tel.: 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo n. 81A — Tel.: 30-5311.
- "ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório: Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel.: 22-9981 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí n. 200 e José Higino n. 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- "MAGALHÃES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.
- "USINA BARCELOS"** — E. do Rio.
- COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHÃES** — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.
- FABRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA.** — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.
- CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON** — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.
- CASA BALNEARIO** — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos Rio de Janeiro.
- E.R. SCHEID** — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas, 529-s/1211 — Tel.: 23-4830.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de setembro no "Diário Oficial"

LEI N. 2.379 — DE 23 DE AGOSTO DE 1955

Concede amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Os militares, convocados ou não, que tenham servido no teatro de operações da Itália, no período de 1944-45, ... (Vetado) ..., em qualquer tempo julgados inválidos ou incapazes — mesmo depois de transferidos para a reserva — reformados, aposentados ou licenciados do serviço militar, por sofrerem de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia, serão considerados, quando verificada a enfermidade pela Junta Militar de Saúde, como se em serviço ativo estivessem, e reformados ou aposentados com as vantagens da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, combinado com o art. 10 do Decreto-lei n. 8.795, de 23 de janeiro de 1946, e com o art. 303 da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951, com a interpretação do Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951, e com o direito a etapa de asilado nas condições previstas na citada Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 2º. Os veteranos de guerra definidos no artigo anterior que, em qualquer tempo, forem incapacitados para o serviço, por sofre-

rem de outras doenças não referidas no art. 1º, desde que a incapacidade os impossibilite de prover os meios de subsistência, independentemente de tempo de serviço, e de relação de causa e efeito com as condições de guerra serão, também, considerados — quando verificada a incapacidade pela Junta Militar de Saúde — como se em atividade estivessem, e reformados ou aposentados nas condições previstas na Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, com direito à etapa de asilado, estabelecida na Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Parágrafo único. A etapa de asilado, a que se refere a Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951, será concedida nas condições por ela fixadas às praças de pré reformadas em consequência de ferimento ou moléstia adquirida na zona de combate.

Art. 3º. O amparo concedido por esta Lei não poderá ser cumulado com qualquer outro proveniente de reforma ou aposentadoria, cabendo, porém, aos beneficiados pelo art. 5º da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948, o direito de opção.

Art. 4º. Aos que tomaram parte em missões de vigilância, observação e segurança do litoral ou dos portos nacionais, e aos que prestaram serviço, em geral, na zona definida pelo Decreto número 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, não serão aplicados os dispositivos desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

*Edmundo Jordão Amorim
do Valle*

Henrique Lott

Eduardo Gomes

("Diário Oficial" n. 201, de 2 de setembro de 1955.)

* *

LEI N. 2.588 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1955

Fixa critérios para novos vencimentos dos membros dos Tribunais e representantes do Misnitério Público da União e dá outras providências

("Diário Oficial" n. 205, de 8 de setembro de 1955.)

* *

LEI N. 2.587 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1955

Estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Os oficiais reformados do Exército que, no período de 1932 a 1937, hajam exercido por mais de 3 (três) anos as funções de auxiliar de ensino de disciplina não militar, na antiga Escola Militar do Realengo, têm direito à inclusão e à efetivação no Quadro do Magistério Militar, em igualdade de condições com os professores e auxiliares de ensino amparados pelo art. 15 do Decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937.

Parágrafo único. Aos referidos oficiais serão contadas a inclusão e a efetivação naquele Quadro, a partir da data do citado Decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937, com todos os direitos e vantagens decorrentes da inclusão, até o presente, como se as respectivas reformas, nos novos postos que

lhes couberem, houvessem ocorrido na data da publicação dessa lei, excluída a percepção de vencimentos atrasados.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Henrique Lott

("Diário Oficial" n. 207, de 10 de setembro de 1955.)

* *

PORTARIA N. 698 — DE 16 DE AGOSTO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra :

— considerando que servidões de ordem técnica impõem a necessidade de ser interditada a entrada dos portos do Rio de Janeiro e Santos durante a realização dos tiros, preliminar e regular, das diversas fortalezas ;

— considerando a necessidade do estabelecimento de um horário que possa reduzir ao mínimo a interdição dos portos acima citados ;

— considerando que as unidades costeiras fixas do Rio de Janeiro e Santos necessitam o fechamento do pórtio durante 3 (três) horas ou menos para o exercício de tiro ;

— considerando que é impossível estabelecer-se setores de tiro com passagem para navios pela barra ; e de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército em seu Ofício n. 310-C, Reservado, de 9 de agosto de 1955, resolve :

a) revogar a Portaria n. 359, de 31 de agosto de 1953 ;

b) aprovar as Instruções que com esta baixa, para a realização dos Exercícios de Tiro nas áreas dos portos e litorais adjacentes. — Gen Ex Henrique B. D. Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

("Diário Oficial" n. 209, de 13 de setembro de 1955.)

PORTARIA N. 699 — DE 16 DE AGOSTO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, em seu Ofício n. 961-C, de 9 de agosto de 1955 e usando das atribuições que lhe confere o art. 59 do Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942 (Lei do Ensino Militar), resolve:

a) que o Curso de Mecânico de Instrumentos, em funcionamento na Escola de Instrução Especializada, em obediência à Portaria número 458, de 14 de julho de 1954, destina-se a formação de pessoal da QMP 090, da QMG 23 e, conseqüentemente, passa a denominar-se Curso de Mecânicos de Instrumentos Óticos, devendo figurar com o n. 17, no art. 3º das Instruções aprovadas pela Portaria n. 189, de 2 de julho de 1952;

b) que o curso em aprêço seja enquadrado nas Instruções aprovadas pela dita Portaria n. 189-52;

c) que os Cursos de Manutenção de Material Bélico, como quaisquer outros que habilitam as qualificações de manutenção de 1º e 2º ou de 3º, 4º e 5º escalões, passem a ser considerados como Curso de Manutenção Orgânico e Curso de Manutenção de Serviço, respectivamente, devendo a divisão em escalões ser usada apenas para delimitação de atribuições de serviço;

d) que não há um curso para formação do pessoal de cada escala e sim:

— um curso de manutenção orgânica — que habilita à manutenção dos 1º e 2º escalões, e

— um curso de manutenção de serviço — que habilita à manutenção dos 3º, 4º e 5º escalões;

e) que doravante, os diplomas, certificados ou quaisquer outros documentos comprobatórios de terminação de curso, fornecidos aos alunos que concluírem qualquer curso de manutenção orgânica ou de serviço, devem obrigatoriamente, conter essa circunstância;

f) que os documentos anteriormente fornecidos devem ser apostilados pelos comandantes ou chefes

onde os diferentes cursos foram realizados, simplesmente com a declaração de que o curso mencionado no diploma, certificado, etc., é de manutenção orgânica ou de manutenção de serviço.

("Diário Oficial" n. 210, de 14 de setembro de 1955.)

* *

PORTARIA N. 743 — DE 30 DE AGOSTO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 11 do Decreto n. 37.406, de 31 de maio de 1955, resolve aprovar as "Instruções" relativas à "Medalha Marechal Hermes — Aplicação e Estudo", que com esta baixa.

("Diário Oficial" n. 212, de 16 de setembro de 1955.)

* *

PORTARIA N. 745 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, usando da atribuição que lhe confere o art. 3º do Decreto n. 37.808, de 27 de agosto de 1955, e em face da proposta do Estado-Maior do Exército feita em o Ofício n. 315-C, de 12 de agosto de 1955, resolve aprovar as "Instruções para funcionamento da Escola de Defesa Antiaérea" (Es DAAé), que com esta baixa.

("Diário Oficial" n. 212, de 16 de setembro de 1955.)

* *

PORTARIA N. 746 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército emitido em o Ofício n. 318-C, de 12 de agosto de 1955, resolve:

a) considerar os Cursos de Categorias D, E, F, G e H da Es DAAé, a que se referem as Instruções baixadas com a Portaria nú-

mero 745, de 2 de setembro de 1955, equivalentes ao Curso de Comandante de Pelotão (Seção);

b) incluir os cursos mencionados na letra a), acima, no inciso IV da alínea c) do art. 16, tudo da Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953.

("Diário Oficial" n. 212, de 16 de setembro de 1955.)

* *

PORTARIA N. 747 — DE 3 DE AGOSTO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, em seu Ofício n. 1.057-C, de 31 de agosto de 1955, e tendo em vista o que faculta o art. 59 do Decreto-lei n. 4.130 (Lei do Ensino), resolve suspender provisoriamente a partir do corrente ano, o funcionamento do Estágio Especial para Oficiais Superiores das Armas e Serviços na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

("Diário Oficial" n. 212, de 16 de setembro de 1955.)

* *

PORTARIA N. 748 — DE 3 DE AGOSTO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar, tendo em vista a proposta do Estado-Maior do Exército, em seu

Ofício n. 1.032-C, de 26 de agosto de 1955, o plano para execução das provas aéreas, em 1955, que com esta baixam, na forma do artigo 40, da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (CVVM), para os observadores aéreos de Artilharia.

("Diário Oficial" n. 214, de 19 de setembro de 1955.)

* *

LEI N. 2.597 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1955

Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências

("Diário Oficial" n. 216, de 21 de setembro de 1955.)

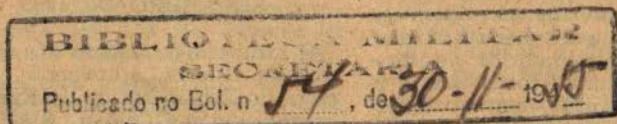
* *

PORTARIA N. 791 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1955

Aprova o Diploma do Curso de Técnica de Ensino

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, em seu Ofício n. 1.080-C, de 9 de setembro de 1955, resolve aprovar o Diploma do Curso de Técnica de Ensino, para ser conferido aos oficiais que, de conformidade com o Aviso n. 850, de 6 de novembro de 1954, são possuidores do mencionado curso.

("Diário Oficial" n. 216, de 21 de setembro de 1955.)



PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de outubro do corrente ano :

a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.
- Bolívia — Revista Militar.
- Espanha — "Ejército" — Revista ilustrada de las armas y servicios.
 - "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).
 - "Guion" (Revista de los mandos subalternos).
- França — Revue de Defense Nationale.
 - Revue Militaire d'Information.
 - Revue des Forces Aér. Franc.
- Itália — Rivista Militare.
- Portugal — Revista Militar.
 - Revista da Cavalaria.
- U.S.A. — Military Review.
 - Rev. Aérea Latino Americana.
- Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

- "Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.
- "Comércio Internacional", do Banco do Brasil.
- "Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.
- "Militia", da Fôrça Pública do Est. de S. Paulo.
- "Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
- "Rev. Brasileira de Geografia", do I.B.G.E.
- "Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.
- "Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
- "Revista do Club Militar".

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderêço : Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

Assinatura anual	Cr\$ 100,00
Número avulso	Cr\$ 10,00

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correo Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de controle do serviço, a partir de janeiro de 1956, só existirão duas formas de pagamento a escolha de cada assinante :

- assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de enderêço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser datilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo enderêço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.

"A Defesa Nacional" ainda não conseguiu contar com o número de assinantes que seria de esperar não só da variedade como do valor instrutivo dos artigos que publica.

Esse fato é tanto mais inexplicável quanto existem nos quadros do Exército alguns milhares de oficiais que por ela deviam interessar-se como leitores e seus colaboradores.

A propósito, temos a satisfação de transcrever aqui o Aviso n. 99, de 22-I-947, no qual o Exmo. Sr. Gen. Canrobert Pereira da Costa, fez uma expressiva recomendação dêste mensário à todo o Exército.

AVISO N. 99, DE 21-I-947

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, aprez-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Prof. Castro Barreto.
Dr. Renato Mendonça.
Dr. Maurício Gudin.
Ministro Tristão de Alencar Araripe.
Gen. José Faustino da Silva Filho.
Cel. Amyr Borges Fortes.
Cel. Annibal Barreto.
Major Fernando Allah Moreira Barbosa.
Major Gerardo de Sales.
Major Saul Guterres Dias.
Cap. Orlando Rafael Viégas Lauro.
Cap. Rômulo Bocanera.



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1965